

SUMÁRIO

5.3. MEIO SOCIOECONÔMICO.....	11
5.3.1. Metodologia Aplicada.....	11
5.3.1.1. Estudos Socioeconômicos.....	11
5.3.1.2. Atividades Produtivas.....	14
5.3.1.3. Uso e Ocupação do Solo e Entorno	17
5.3.1.4. Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	18
5.3.2. População.....	24
5.3.2.1. Caracterização da Região	24
5.3.2.2. Análise por Município	61
5.3.2.3. Populações tradicionais	125
5.3.2.4. Síntese	142
5.3.2.5. Expectativas da População.....	142
5.3.3. Atividades Produtivas.....	151
5.3.3.1. Áreas e Rotas de Navegação na Área de Influência Direta	151
5.3.3.2. Características da Atividade Pesqueira	152
5.3.3.3. Pontos preferenciais para pesca artesanal na Área de Influência do Empreendimento.....	171
5.3.3.4. Territórios de pesca: Usos e Conflitos	173
5.3.4. Uso e Ocupação do Solo	183
5.3.4.1. Organização espacial na região do Recôncavo Baiano	183
5.3.4.2. Compatibilização do empreendimento com o zoneamento de uso e ocupação do solo	193
5.3.4.3. Áreas Urbanas do Entorno do Empreendimento.....	199
5.3.4.4. Áreas Industriais no Entorno do Empreendimento	220
5.3.5. Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	225
5.3.5.1. Trajetória Histórica do Recôncavo Baiano.....	225
5.3.5.2. Maragogipe e Implicações na Arqueologia Local	238
5.3.5.3. Histórico das Pesquisas Arqueológicas na BTS.....	247
5.3.5.4. Resultados das Atividades de Levantamentos Históricos e Arqueológicos em Campo	252
5.3.5.5. Avaliação Arqueológica.....	281
5.3.5.6. Análise Geral dos Sítios e Vestígios.....	289
5.3.5.7. Diagnóstico e Diretrizes para a Prospecção de Sub-superfície e Resgate Arqueológico.....	299

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 5.3-1 – Entrevista Semi-estruturada - Sócioeconomia	301
ANEXO 5.3-2 – Processo IPHAN N° 01502.003338 /2008-91	303
ANEXO 5.3-3 – Ficha de Campo – Arqueologia	305
ANEXO 5.3-4 – Distribuição Espacial das Comunidades Quilombolas.....	307
ANEXO 5.3-5 – Mapeamento da Rota utilizada para navegação na AID.....	309
ANEXO 5.3-6 – Pontos Preferenciais de pesca por arte de pesca utilizada	311
ANEXO 5.3-7 – Mapeamento do Uso e Ocupação do Solo da ADA e AID.....	313
ANEXO 5.3-8 – Carta de Anuência da Prefeitura de Maragogipe e revisão do PDDU	315
ANEXO 5.3-9 – Sítios Arqueológicos Cadastrados no IPHAN associados à BTS	317
ANEXO 5.3-10 – Mapa de Sítios Arqueológicos e Histórico / Arqueológicos.....	319
ANEXO 5.3-11 - Registro dos Sítios Arqueológicos no IPHAN	321

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 5.3.1- 1 – Embarcações sediadas em São Roque do Paraguaçu.	15
--	----

FIGURA 5.3.1- 2 – Marisqueiras retornando do mangue em salinas das margaridas – os sacos carregados nas bicicletas são de chumbinho.....	16
FIGURA 5.3.1- 3 – Monte de conchas descartadas após beneficiamento em ponta do Souza, localidade de Maragogipe.....	16
FIGURA 5.3.1- 4 – Localização da área pesquisada.....	19
FIGURA 5.3.1- 5 – Vista de trecho da área requerida, mostrando no primeiro plano uma área de pastagem; em segundo plano trecho com vegetação de porte arbustivo/arbóreo e, ao fundo área de manguezal.....	20
FIGURA 5.3.1- 6– Prospecção por meio da visualização de superfície realizada em área de vegetação densa, após abertura de picada com uso de facões.....	20
FIGURA 5.3.1- 7 – Mapa com sinalização da trajetória da visita realizada em campo. Em vermelho: trajetória realizada por água; em preto: trajetória realizada por carro e em azul trajetória realizada a pé. Base do Mapa do Google Earth.....	22
FIGURA 5.3.1- 8 – Croqui das faixas prospectadas por cada dupla, cobrindo simultaneamente 150 m a cada percurso.....	23
FIGURA 5.3.1- 9 – Prospecção simultânea da superfície realizada por diferentes duplas, membros da equipe de campo.....	23
FIGURA 5.3.2- 1 – O IDE e seus componentes dos municípios estudados.....	29
FIGURA 5.3.2- 2 – IDS dos municípios estudados.....	31
FIGURA 5.3.2- 3 – Os componentes do IDS dos municípios estudados.....	32
FIGURA 5.3.2- 4 – O IDS e o IDE por município. Fonte: SEI – Série Histórica 1998, 2000, 2002,.....	34
FIGURA 5.3.2- 5 – Doenças Transmissíveis de Notificação Obrigatória – 2004.....	37
FIGURA 5.3.2- 6 – Residências de Manutenção do DERBA.....	43
FIGURA 5.3.2- 7 – Zoneamento Municipal de Maragogipe. Fonte: PDDU Maragogipe.....	60
FIGURA 5.3.2- 8 – Evolução da População Rural e Urbana no município de Maragogipe.....	62
FIGURA 5.3.2- 9 – Pirâmide Etária do Município de Maragogipe.....	63
FIGURA 5.3.2- 10 – Município de Maragogipe.....	66
FIGURA 5.3.2- 11 – Capanema.....	70
FIGURA 5.3.2- 12 – Enseada do Paraguaçu.....	72
FIGURA 5.3.2- 13 – Vista de Enseada do Paraguaçu.....	72
FIGURA 5.3.2- 14 – Capa-Gato e Angola.....	73
FIGURA 5.3.2- 15 – Acesso à comunidade Dendê.....	75
FIGURA 5.3.2- 16 – Comunidade de Dendê.....	75
FIGURA 5.3.2- 17 – Via principal de Ponta do Souza.....	76
FIGURA 5.3.2- 18 – Despejo de esgoto doméstico no mangue.....	76
FIGURA 5.3.2- 19 – Equipamento Turístico – Ponta do Souza.....	77
FIGURA 5.3.2- 20 – Despejo de Lixo em Manguezal.....	77
FIGURA 5.3.2- 21 – Comunidade de Salamina.....	78
FIGURA 5.3.2- 22 – Contraste entre as habitações no distrito de Coqueiros.....	80
FIGURA 5.3.2- 23 – Comunidade de Guai.....	81
FIGURA 5.3.2- 24 – Comunidade de Guerém.....	81
FIGURA 5.3.2- 25 – Comunidade de Nagé.....	82
FIGURA 5.3.2- 26 – Comunidade de Passagem.....	83
FIGURA 5.3.2- 27 – Entrevista com marisqueira da comunidade de Putumuju.....	84
FIGURA 5.3.2- 28 – Distrito de São Roque.....	87
FIGURA 5.3.2- 29 – Comunidade de Samambaia.....	88
FIGURA 5.3.2- 30 – Evolução da População Rural e Urbana do Município de Salinas da Margarida.....	89
FIGURA 5.3.2- 31 – Pirâmide Etária do Município de Salinas da Margarida.....	89
FIGURA 5.3.2- 32 – Comunidade de Conceição de Salinas.....	93
FIGURA 5.3.2- 33 – Barra do Paraguaçu – Salinas da Margarida.....	94
FIGURA 5.3.2- 34 – Cairu.....	95
FIGURA 5.3.2- 35 – Evolução da População Rural e Urbana do Município de Saubara.....	97
FIGURA 5.3.2- 36 – Pirâmide Etária do Município de Saubara.....	98
FIGURA 5.3.2- 37 – Lixo no povoado de Bica – Saubara.....	100
FIGURA 5.3.2- 38 – Lixo no povoado de Bom Jesus dos Pobres – Saubara.....	101
FIGURA 5.3.2- 39 – Posto da Polícia Militar – Saubara.....	105
FIGURA 5.3.2- 40 – Manifestação Cultural – Saubara.....	106

FIGURA 5.3.2- 41 – Arruamento – Saubara.....	106
FIGURA 5.3.2- 42 – Periferia – Saubara.....	107
FIGURA 5.3.2- 43 – Orla Turística – Bom Jesus dos Pobres.....	108
FIGURA 5.3.2- 44 – Comércio Local – Bom Jesus dos Pobres.....	108
FIGURA 5.3.2- 45 – Posto Policial – Cabuçu.....	109
FIGURA 5.3.2- 46 – Centro de Serviços – Cabuçu.....	110
FIGURA 5.3.2- 47 – Via de Circulação – Bica.....	111
FIGURA 5.3.2- 48 – Equipipamento de Turismo – Bica.....	111
FIGURA 5.3.2- 49 – Via de acesso a Araripe.....	112
FIGURA 5.3.2- 50 – Araripe.....	113
FIGURA 5.3.2- 51 – População por Situação de Domicílio – 1991, 2000 e 2007.....	113
FIGURA 5.3.2- 52 – Evolução da População Rural e Urbana do Município de Cachoeira.....	114
FIGURA 5.3.2- 53 – Pirâmide Etária do Município de Cachoeira.....	114
FIGURA 5.3.2- 54 – Manifestação anti-reconhecimento como remanescente de quilombo.....	117
FIGURA 5.3.2- 55 – São Francisco do Paraguaçu.....	118
FIGURA 5.3.2- 56 – Evolução da População Rural e Urbana do Município de São Félix.....	119
FIGURA 5.3.2- 57 – Pirâmide Etária do Município de São Félix.....	120
FIGURA 5.3.2- 58 – Evolução da População Rural e Urbana do Município de Itaparica.....	122
FIGURA 5.3.2- 59 – Pirâmide Etária do Município de Itaparica.....	123
FIGURA 5.3.2- 60 – Mapeamento das comunidades de pesca dos municípios de Maragogipe, Salinas da Margarida e Saubara.....	129
FIGURA 5.3.2- 61 – Recibo de cobrança pelo arrendamento da terra na comunidade de Enseada do Paraguaçu. Pesquisa de Campo, maio 2009.....	131
FIGURA 5.3.2- 62 – Enseada do Paraguaçu.....	132
FIGURA 5.3.2- 63 – Enseada do Paraguaçu.....	132
FIGURA 5.3.2- 64 – Comunidade de Salaminas.....	133
FIGURA 5.3.2- 65 – Comunidade de Tabatinga I.....	134
FIGURA 5.3.2- 66 – Comunidade de Tabatinga II.....	135
FIGURA 5.3.2- 67 – Comunidade de Guarucu.....	136
FIGURA 5.3.2- 68 – Comunidade de Quizanga.....	137
FIGURA 5.3.2- 69 – Comunidade de Sítio Dendê.....	138
FIGURA 5.3.2- 70 – Comunidade de Porto da Pedra.....	139
FIGURA 5.3.2- 71 – Comunidade de Pinho.....	140
FIGURA 5.3.2- 72 – Municípios pesquisados.....	143
FIGURA 5.3.2- 73 – Modo como é vista a região pelos entrevistados.....	145
FIGURA 5.3.2- 74 – Opinião dos entrevistados sobre o que falta na região.....	145
FIGURA 5.3.2- 75 – Opinião dos entrevistados sobre o que deve melhorar na região.....	146
FIGURA 5.3.2- 76 – A pesca atende às necessidades de vida da comunidade?.....	146
FIGURA 5.3.2- 77 – Sugestões dos entrevistados como possíveis alternativas de trabalho e renda para a comunidade.....	147
FIGURA 5.3.2- 78 – Percentual de entrevistados que já ouviram falar sobre o Estaleiro do Paraguaçu.....	147
FIGURA 5.3.2- 79 – Opinião dos entrevistados sobre os aspectos positivos com a chegada do empreendimento na região.....	148
FIGURA 5.3.2- 80 – Opinião dos entrevistados sobre os aspectos negativos com a chegada do empreendimento na região.....	148
FIGURA 5.3.2- 81 – Sugestões dos entrevistados para melhoria de vida da comunidade com a chegada do empreendimento na região.....	149
FIGURA 5.3.3- 1 – Composição da frota por tipo de embarcação – 2002. Fonte: CEPENE 2002.....	152
FIGURA 5.3.3- 2 – Composição da frota por tipo de embarcação – 2003. Fonte: CEPENE 2003.....	153
FIGURA 5.3.3- 3 – Composição da frota por tipo de embarcação – 2005.....	153
FIGURA 5.3.3- 4 – Composição da frota por tipo de embarcação – 2006.....	154
FIGURA 5.3.3- 5 – Canoa de fibra motorizada realizando a retirada de rede de espera nas adjacências do Estaleiro em São Roque do Paraguaçu.....	154
FIGURA 5.3.3- 6 – Total do desembarque (t) por arte de pesca nos municípios analisados.....	155
FIGURA 5.3.3- 7 – Captura realizada com rede de calão.....	156
FIGURA 5.3.3- 8 – Juvenil de pescada amarela capturada com rede de calão – Julho 2009.....	156

BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE

FIGURA 5.3.3- 9– Canoas de madeira sem indicativo da inscrição do registro na marinha Baía do Iguape – Jul 2009.	157
FIGURA 5.3.3- 10 – Canoa de fibra sem indicativo da inscrição do registro na marinha em atividade de Pesca próximo ao canteiro de São Roque – Jul 2009.	157
FIGURA 5.3.3- 11 – Distribuição da frota nos municípios analisados.	159
FIGURA 5.3.3- 12 – Gráfico com contribuição de cada grupo de organismos na captura dos municípios analisados.	161
FIGURA 5.3.3- 13 – Descartes de conchas na localidade de Ponta do Souza – Município de Maragogipe – Julho 2007.	162
FIGURA 5.3.3- 14 – Descartes de conchas de chumbinho no Bairro do Dendê - Município de Salinas da Margarida – Julho 2007.	162
FIGURA 5.3.3- 15 – Captura com rede de arrasto tipo Calão registrada durante saída de campo em março de 2009.	168
FIGURA 5.3.3- 16 – Captura oriunda de rede de espera, registrada durante saída de campo à noite, em junho de 2009.	168
FIGURA 5.3.3- 17 – Pescador recolhendo armadilhas utilizadas na captura de siri sob forte chuva.	174
FIGURA 5.3.3- 18 – Marisqueira dentro do manguezal procurando se proteger da chuva – Julho 2009. ...	174
FIGURA 5.3.3- 19 – Pescadores da localidade de São Francisco do Paraguaçu, município de Cachoeira, realizando um arrasto no canal da Ilha de Monte Cristo, março – 2009.	175
FIGURA 5.3.3- 20 – Banco de Mariscagem na localidade de Ponta do Souza – Julho 2009.	176
FIGURA 5.3.3- 21 – Atrator artificial construído com galhos de mangue – Julho de 2009.	177
FIGURA 5.3.3- 22 – Armadilha fixa denominada Curral ou Camboa – Região da Baía de Iguape.	178
FIGURA 5.3.4- 1 – Criação de gado no Município de Maragogipe.	185
FIGURA 5.3.4- 2– Banhistas no mar de Cabuçu.	186
FIGURA 5.3.4- 3 – Fachada das casas de veraneio em Cabuçu.	187
FIGURA 5.3.4- 4– Produção de camarão em cativeiro.	187
FIGURA 5.3.4- 5 – Áreas antropizadas. Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.	189
FIGURA 5.3.4- 6 – Áreas agrícolas para o cultivo de mandioca.	189
FIGURA 5.3.4- 7 – Áreas agrícolas voltadas para a subsistência.	190
FIGURA 5.3.4- 8 – Área de Manguezal no Município de Saubara. Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.	191
FIGURA 5.3.4- 9 – Área destinada à criação de camarões em cativeiro.	192
FIGURA 5.3.4- 11 – Distribuição dos tipos fitofisionomias do terreno no polígono que delimita o empreendimento situado na Ponta do Corujão.	193
FIGURA 5.3.4- 12 – Vista do Estaleiro de São Roque a partir da comunidade de Enseada.	195
FIGURA 5.3.4- 13 – Frutos de dendê em decomposição.	196
FIGURA 5.3.4- 14 – Frutos de dendê em decomposição.	197
FIGURA 5.3.4- 15 – Vista da Rodovia BA-001.	200
FIGURA 5.3.4- 16 – Vista da Rodovia BA-001.	201
FIGURA 5.3.4- 17 – Vista da Rodovia BA-534.	202
FIGURA 5.3.4- 18 – Presença de vegetação de porte arbóreo.	203
FIGURA 5.3.4- 19 – Presença de ocupações ao longo da rodovia.	203
FIGURA 5.3.4- 20 – Calçamento da localidade de Encarnação.	204
FIGURA 5.3.4- 21 – Estrada de acesso ao povoado de Enseada do Paraguaçu.	205
FIGURA 5.3.4- 22 – Estrada de acesso à Barra do Paraguaçu.	206
FIGURA 5.3.4- 23 – Infraestrutura do gasoduto Manati da PETROBRAS.	207
FIGURA 5.3.4- 24 – Características do relevo e da vegetação ao longo da estrada de acesso a Enseada do Paraguaçu.	208
FIGURA 5.3.4- 25 – Infraestrutura de pavimentação do povoado.	209
FIGURA 5.3.4- 26 – Mapa de acessos da comunidade de Enseada do Paraguaçu.	210
FIGURA 5.3.4- 27 – Áreas de manguezais utilizadas pelas marisqueiras. A. Fundo do Mangue. B. Caminho no Mangue.	211
FIGURA 5.3.4- 28 – Porto do Canto da Lama.	212
FIGURA 5.3.4- 29 – Brejo.	213
FIGURA 5.3.4- 30 – Rio Fazenda – Jusante.	213
FIGURA 5.3.4- 31 – Rio da Fazenda – Montante.	214
FIGURA 5.3.4- 32 – Foz do rio Baetantã.	214

FIGURA 5.3.4- 33 – Foz do rio Baetantã.....	215
FIGURA 5.3.4- 34 – Estrada de acesso ao Distrito de São Roque do Paraguaçu.....	216
FIGURA 5.3.4- 35 – Tipo de esgotamento sanitário, em domicílios particulares permanentes – São Roque do Paraguaçu – Maragogipe – BA. Fonte: IBGE, 2000. Elaboração e Organização: Nilton Sousa Santana, 2007.....	217
FIGURA 5.3.4- 36 – Lançamento dos efluentes no manguezal do Distrito de São Roque do Paraguaçu. ...	218
FIGURA 5.3.4- 37 – Deficiência de infraestrutura de pavimentação no Distrito de São Roque do Paraguaçu.	219
FIGURA 5.3.4- 38 - Infa-estrutua do Estaleiro em São Roque do Paraguaçu.	220
FIGURA 5.3.4- 39 – Canalização de uma nascente de rio em São Roque do Paraguaçu.	221
FIGURA 5.3.4- 40 – Lançamento de esgoto no sistema fluvial.	222
FIGURA 5.3.4- 41 – Soldagem.	223
FIGURA 5.3.4- 42 – Esmerilhagem de metal.....	224
FIGURA 5.3.5- 1 – Mapa da expansão marítima portuguesa.....	225
FIGURA 5.3.5- 2 – Baía de Todos os Santos.....	226
FIGURA 5.3.5- 3 – Tupinambás. Gravura de Theodor de Bry, século XVI.	227
FIGURA 5.3.5- 4 – Gravura onde aparecem Catarina Paraguaçu e Diogo Álvares.....	228
FIGURA 5.3.5- 5 – Brasil, divisão em Capitanias Hereditárias, 1534.....	229
FIGURA 5.3.5- 6 – Tomé de Sousa chegando ao local onde seria construída a cidade-fortaleza.	230
FIGURA 5.3.5- 7 – Mapa econômico do Brasil, século XVI.....	233
FIGURA 5.3.5- 8 – Ruína do Engenho Velho, localizado na baía de Iguape. Fotografia feita durante atividade de campo. Por: Virgínia Silva.....	234
FIGURA 5.3.5- 9 – Forte de santa Cruz do Paraguaçu, também conhecido como Forte da Salamina, por se localizar em terras da Fazenda Salamina. Fotografia feita durante atividade de campo.	235
FIGURA 5.3.5- 10 – Capela do Engenho Velho, baía de Iguape. Prédio datado de 1660. Fotografia feita durante atividade de campo. Por: Virgínia Silva.	236
FIGURA 5.3.5- 11 – Gravura representativa de Botocudos mostrando os lábios e orelhas deformadas pelo uso dos botoques. Fonte: (http://www.cigv.it/gallery/album02).....	239
FIGURA 5.3.5- 12 – Índio Botocudo fotografado no século XIX. Fonte: Morel (2001).	240
FIGURA 5.3.5- 13 – Igreja Matriz de São Bartolomeu, século XVII. A portada (canto esquerdo) foi reconstruída e apresenta características neoclássicas típicas do século XIX.....	243
FIGURA 5.3.5- 14 – Paço Municipal, atualmente casa da Câmara Municipal de Maragogipe.	244
FIGURA 5.3.5- 15 – Igreja de Santo Antônio, século XVIII.....	244
FIGURA 5.3.5- 16 –Detalhe da fachada onde se pode ver o nome da Suerdieck e a data de sua instalação na cidade: 1892.	246
FIGURA 5.3.5- 17 – Mapa de localização de sítios arqueológicos de grupos Tupiguarani e Aratu, situados no Recôncavo Baiano. Fonte: Silva, 2000.	250
FIGURA 5.3.5- 18 – Vista do Convento de São Francisco do Paraguaçu. A área gramada representa parte do sambaqui e apresenta afloramentos de ostras que se prolongam em profundidade.....	254
FIGURA 5.3.5- 19– Vista do sambaqui do Convento onde se pode observar os sedimentos escuros associados a conchas (sinalizado em vermelho) que se prolongam em profundidade.	255
FIGURA 5.3.5- 20 – Vista da Igreja de Santiago do Iguape, sob e ao redor da qual encontra-se o sambaqui.	256
FIGURA 5.3.5- 21 – Vista parcial dos fragmentos de conchas ao redor da Igreja de Santiago do Iguape.	256
FIGURA 5.3.5- 22 – Detalhe dos fragmentos de conchas ao redor da Igreja de Santiago do Iguape.....	257
FIGURA 5.3.5- 23 – Vista parcial do Forte da Salamina; a seta em vermelho indica um dos locais com presença de concentrado de conchas.	258
FIGURA 5.3.5- 24 – Conchas existentes na superfície e que se prolongam em profundidade no Forte da Salamina.....	258
FIGURA 5.3.5- 25 – Vista parcial do aqueduto da casa do engenho, local em que também se encontrou conchas em superfície e em pouca profundidade.	259
FIGURA 5.3.5- 26 – Conchas existentes na superfície e que se prolongam em profundidade na área do aqueduto da casa do engenho.	259
FIGURA 5.3.5- 27 – Detalhe de sítio contendo conchas em superfície associada a terras pretas.....	260
FIGURA 5.3.5- 28 – Detalhe de cerâmicas associadas a sítio contendo conchas e terras pretas.	261

FIGURA 5.3.5- 29 – Vista da Igreja do Engenho Velho onde nas proximidades foi registrada grande quantidade de cacos cerâmicos e fragmentos de faianças.	262
FIGURA 5.3.5- 30 – Fragmentos cerâmicos e de faianças no manguezal próximo à igreja do engenho velho.	262
FIGURA 5.3.5- 31 – Fragmentos cerâmicos e de faianças dispostos no interior da baía próximo à Igreja do engenho velho.	263
FIGURA 5.3.5- 32 – Artefato lítico polido associado ao contexto do sítio relacionado à Igreja do engenho velho.	263
FIGURA 5.3.5- 33 – Igreja de Encarnação de Salinas, fachada em estilo barroco.	264
FIGURA 5.3.5- 34 – Capela de Conceição de Salinas. Em detalhe fachada barroca e pórtico Neoclássico.	265
FIGURA 5.3.5- 35 – Capela do engenho velho, datada de 1660. Estilo barroco colonial.	266
FIGURA 5.3.5- 36 – Detalhe dos azulejos da capela do Engenho Velho.	267
FIGURA 5.3.5- 37 – Fachada do Convento Franciscano construído na segunda metade do século XVII. Estilo barroco.	268
FIGURA 5.3.5- 38 – Detalhe da base da cruz, localizada em frente da Igreja.	268
FIGURA 5.3.5- 39 – Detalhe dos arcos da parte frontal do prédio.	269
FIGURA 5.3.5- 40 – Pátio interno ou Cláustro do Convento.	269
FIGURA 5.3.5- 41 – Vista geral do mosaico elaborado com os restos de azulejos do convento. Tipicamente destoando com o contexto original.	270
FIGURA 5.3.5- 42 – Fachada em estilo Neo-barroco. Século XIX.	271
FIGURA 5.3.5- 43 – Interior de Santiago do Iguape. Altar Mor c.....	272
FIGURA 5.3.5- 44 – Vista geral do Forte de Santa Cruz do Paraguaçu (salamina). Sua construção original data do século XVII.	273
FIGURA 5.3.5- 45 – Vista geral do interior do Forte de Santa Cruz do Paraguaçu (Salamina). As ruínas em seu interior se referem a antigas construções da fazenda Salamina.	273
FIGURA 5.3.5- 46 – Detalhe da sede da antiga fazenda Salamina cuja arquitetura remete ao início do século XX.	274
FIGURA 5.3.5- 47 – Alicerces em pedra, no estilo utilizado pelas construções coloniais, situado em possível local de instalação do fortim da força.	275
FIGURA 5.3.5- 48 – Forte da Salamina visto de cima da elevação onde se encontram as ruínas e a provável localização do fortim da força.	275
FIGURA 5.3.5- 49 – Ruínas do aqueduto. Os arcos são em pedra com revestimento e, dependendo da localização ultrapassam, provavelmente, a 10 metros de altura.	276
FIGURA 5.3.5- 50 – Ruínas localizadas na elevação acima do aqueduto. Nota-se que se tratava de uma habitação. Suas paredes de pedras e argamassa ultrapassam um metro de largura.	277
FIGURA 5.3.5- 51 – Detalhe da construção habitacional acima do aqueduto. Os pesquisadores ao pé da ruína servem como escala para mostrar a grandiosidade do prédio. Não foram encontradas informações dessa estrutura no IPHAN e IPAC.	277
FIGURA 5.3.5- 52 – Vista de Ruínas existentes no interior da Ilha do Meio.	278
FIGURA 5.3.5- 53 – Igreja de São Roque do Iguape. Distrito de Maragogipe. A Igreja apresenta um cemitério acoplado e ainda em uso.	279
FIGURA 5.3.5- 54 – Igreja de Nagé.	280
FIGURA 5.3.5- 55 – Igreja de Coqueiros.	280
FIGURA 5.3.5- 56 – Mapa de localização dos pontos de ocorrência de material arqueológico; os pontos em verde indicam a localização das áreas em que se coletou material arqueológico nos sítios.	282
FIGURA 5.3.5- 57 – Vista geral do morrote, a partir do rio, onde se localiza o sítio Ponta do Corujão, Maragogipe, Bahia.	283
FIGURA 5.3.5- 58 – Detalhe de parte da superfície do sítio Ponta do Corujão com restos de edificações e de piso.	283
FIGURA 5.3.5- 59 – Detalhe da superfície do sítio Ponta do Corujão com fragmentos de cerâmicas, telhas diversas, restos de louças e de porcelanas. No detalhe fragmento de porcelana pintada manualmente.	284
FIGURA 5.3.5- 60 – Sítio Ponta do Corujão: detalhe de estrutura de fundação, associada a restos de edificações ao redor.	285
FIGURA 5.3.5- 61 – Sítio Ponta do Corujão: no detalhe telha colonial.	285
FIGURA 5.3.5- 62 – Sítio Ponta do Corujão: no detalhe restos de tijolos.	286

FIGURA 5.3.5- 63 – Sítio Ponta do Corujão: fragmentos de telha, de vasilhames cerâmicos e de louças. .286	286
FIGURA 5.3.5- 64 – Sítio Ponta do Corujão: fragmentos de vasilhame cerâmico coletado na profundidade de 20 cm. Ponta do Corujão, Maragogipe, Bahia.287	287
FIGURA 5.3.5- 65 – bigorna em rocha, possivelmente para quebrar coquinhos ou triturar temperos, sítio Ponta do Corujão.....289	289
FIGURA 5.3.5- 66 – Piso em barro coletado no Sítio ponta do Corujão.290	290
FIGURA 5.3.5- 67– Objeto em metal coletado no ponto PC-1, na praia em frente à fazenda.290	290
FIGURA 5.3.5- 68 – Faianças azul borrão, faiança fina inglesa com variadas tonalidades de azul, século XIX. Acima: “dark blue”; abaixo um tipo “azul borrão” mais comum na área.....291	291
FIGURA 5.3.5- 69 – Faianças finas, vulgarmente denominadas louças, monocromas na cor azul, com motivos florais e campestres, pintadas a mão; século XIX.....292	292
FIGURA 5.3.5- 70 – Faianças inglesas finas de padrão blue edged (abaixo) e Green edged (acima).293	293
FIGURA 5.3.5- 71 – Faianças finas inglesas policromas com motivos florais pintadas a mão livre.294	294
FIGURA 5.3.5- 72 – Urinol em faiança fina inglesa policroma com motivos florais e geométricos pintados a mão livre.295	295
FIGURA 5.3.5- 73 – Faiança holandesa decorada por transferência impressa.295	295
FIGURA 5.3.5- 74 – Faiança holandesa decorada por transferência impressa. Fabricante: Petrus Regout & Co., Maastricht, Holanda.....296	296
FIGURA 5.3.5- 75 – Louças inglesas dos fabricantes Copeland (acima) e Shelton (abaixo).297	297
FIGURA 5.3.5- 76 – Porcelanas chinesas: acima com marca de fabricante; abaixo: decoração em azul, pintadas a mão.298	298

LISTA DE TABELAS

TABELA 5.3.1- 1 – Identificação dos Pescadores Cadastrados.....13	13
TABELA 5.3.2- 1 – Renda Familiar (2009).....25	25
TABELA 5.3.2- 2 – Índice de Desenvolvimento Econômico, segundo seus componentes - 2006.....27	27
TABELA 5.3.2- 3 – Índice de Desenvolvimento Social (IDS), segundo seus componentes – 2006.30	30
TABELA 5.3.2- 4 – Matrícula e Número de Escolas – 2007.....38	38
TABELA 5.3.2- 5 – Taxa de Analfabetismo e IDEB da Bahia e Municípios de abrangência - 2007.39	39
TABELA 5.3.2- 6 – Frota de veículos – 2007.....42	42
TABELA 5.3.2- 7 – Número de Consumidores de Energia Elétrica por Classe – 2005.44	44
TABELA 5.3.2- 8 – Consumo de Energia Elétrica por Classe – 2005.44	44
TABELA 5.3.2- 9 – Classificação dos municípios, segundo a proporção de domicílios urbanos com esgotamento sanitário adequado, em relação à média do Estado.....45	45
TABELA 5.3.2- 10 – Evolução dos Índices de Cobertura do Serviço de Abastecimento de Água.....46	46
TABELA 5.3.2- 11 – Número de Telefones Fixos: Públicos e Individuais – 2009.47	47
TABELA 5.3.2- 12 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas por sexo, situação do domicílio – 2000.50	50
TABELA 5.3.2- 13 – Grau de informalidade na ocupação e taxa de desocupação.50	50
TABELA 5.3.2- 14 – Imigrante por município, segundo a origem – Bahia, 2007.51	51
TABELA 5.3.2- 15 – Aprovação/ Desaprovação do Empreendimento nos Municípios.57	57
TABELA 5.3.2- 16 – População por Situação de Domicílio – 1991, 2000 e 2007.....61	61
TABELA 5.3.2- 17 – Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade (1991 e 2000).....62	62
TABELA 5.3.2- 18 – Evolução de Componentes de IDH-M.....63	63
TABELA 5.3.2- 19 – Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade - 1991 e 2000.64	64
TABELA 5.3.2- 20 – Acesso aos Serviços Básicos – 1991 e 2000.64	64
TABELA 5.3.2- 21 – Nível Educacional da População Jovem – 1991 e 2000.....65	65
TABELA 5.3.2- 22 – Avaliação sobre serviços no Município de Maragogipe – 2009.....67	67
TABELA 5.3.2- 23 – Número de Aparelhos de Telefonia Fixa – Maragogipe – 2009.67	67
TABELA 5.3.2- 24 – População por Situação de Domicílio – 1991, 2000 e 2007.....88	88
TABELA 5.3.2- 25 – Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade em Salinas da Margarida (1991 e 2000).90	90
TABELA 5.3.2- 26 – Evolução dos Índices de Desenvolvimento.....90	90
TABELA 5.3.2- 27 – Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade – 1991 e 2000.91	91
TABELA 5.3.2- 28 – Acesso aos Serviços Básicos – 1991 e 2000.91	91

BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE



TABELA 5.3.2- 29 – Número de Terminais de Telefonia Fixa, Salinas da Margarida – 2009.....	92
TABELA 5.3.2- 30 – Avaliação sobre serviços no Município de Salinas.	92
TABELA 5.3.2- 31 – População por Situação de Domicílio - 1991, 2000 e 2007.....	96
TABELA 5.3.2- 32 – Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – 1991 e 2000.	97
TABELA 5.3.2- 33 – Evolução dos Índices de Desenvolvimento em Saubara – 1991 e 2000.....	98
TABELA 5.3.2- 34 – Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade – 1991 e 2000.....	99
TABELA 5.3.2- 35– Acesso aos Serviços Básicos – 1991 e 2000.	100
TABELA 5.3.2- 36 – Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais) – 1991 e 2000.	101
TABELA 5.3.2- 37 – Avaliação sobre serviços no Município de Saubara – 2009.	104
TABELA 5.3.2- 38 – Terminais de Telefonia Fixa, Saubara – Julho de 2009.....	107
TABELA 5.3.2- 39 – Avaliação sobre serviços no Município de Cachoeira.....	115
TABELA 5.3.2- 40 – Terminais de Telefonia Fixa (Públicos e Individuais).....	115
TABELA 5.3.2- 41 – Comparação dos Índices de Aprovação ao Projeto do Pólo Naval.	117
TABELA 5.3.2- 42 – População por Situação de Domicílio – 1991, 2000 e 2007.	118
TABELA 5.3.2- 43 – Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade do município de São Félix (1991 e 2000).....	119
TABELA 5.3.2- 44 – Evolução do Índice de Desenvolvimento – 1991 e 2000.	120
TABELA 5.3.2- 45 – Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade – 1991 e 2000.....	121
TABELA 5.3.2- 46 – Acesso aos Serviços Básicos – 1991 e 2000.	121
TABELA 5.3.2- 47 – Terminais de telefonia Fixos Instalados e em Serviço – São Félix – 2009.....	121
TABELA 5.3.2- 48 – População por Situação de Domicílio – 1991, 2000 e 2007.	122
TABELA 5.3.2- 49 – Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - 1991 e 2000.....	122
TABELA 5.3.2- 50 – Evolução dos Índices de Desenvolvimento – 1991 e 2000.....	124
TABELA 5.3.2- 51 – Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade - 1991 e 2000.	124
TABELA 5.3.2- 52 – Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População – 1991 e 2000.....	124
TABELA 5.3.2- 53 – Acesso aos Serviços Básicos – 1991 e 2000.	125
TABELA 5.3.2- 54 – Terminais de Telefonia Fixa, Itaparica – 2009.	125
TABELA 5.3.3- 1 – Total de embarcações sediadas em cada município no ano de 2002.	158
TABELA 5.3.3- 2 – Total de embarcações sediadas em cada município no ano de 2003.....	158
TABELA 5.3.3- 3 – Total de embarcações sediadas em cada município no ano de 2005.....	158
TABELA 5.3.3- 4 – Total de embarcações sediadas em cada município no ano de 2006.....	159
TABELA 5.3.3- 5 – Número de embarcações sediadas nos municípios analisados.	159
TABELA 5.3.3- 6 – Produção (t) por grupo de organismos por município em 2002.....	161
TABELA 5.3.3- 7 – Produção (t) por grupo de organismos por município em 2003.....	163
TABELA 5.3.3- 8 – Produção (t) por grupo de organismos por município em 2005.....	163
TABELA 5.3.3- 9 – Produção (t) por grupo de organismos por município em 2006.....	164
TABELA 5.3.3- 10 – Principais espécies capturadas por município em 2002.....	165
TABELA 5.3.3- 11 – Principais espécies capturadas por município em 2003.....	166
TABELA 5.3.3- 12 – Principais espécies capturadas por município em 2006.....	167
TABELA 5.3.3- 13 – Estimativa de captura do pescado realizada pelos próprios pescadores durante as entrevistas de campo nos meses de março e julho de 2009.	169
TABELA 5.3.4- 2 – Média de Aprovação do Empreendimento por Município.	198
TABELA 5.3.5- 1 – Coordenadas dos pontos de coleta de vestígios arqueológicos em superfície, na Ponta do Corujão.	282

LISTA DE QUADROS

QUADRO 5.3.2- 1 – Classificação dos Municípios da Bahia segundo análise de Grupos.....	24
QUADRO 5.3.2- 2 – Matriz comparativa dos IDE e IDS, com base nos índices relativos - 2008.	33
QUADRO 5.3.2- 3 – Óbitos por Município, Grupo de Causa e Ano – 2007.	35
QUADRO 5.3.2- 4 – Relação de Postos da Polícia Militar.....	48
QUADRO 5.3.2- 5 – Ocorrências por Unidade Policial.	49
QUADRO 5.3.2- 6 – Lista de Colônias e Associação de Pescadores.	53
QUADRO 5.3.2- 7 – Comunidades de Pesca de Maragogipe.	128
QUADRO 5.3.2- 8 – Comunidades de Pesca de Saubara.....	128
QUADRO 5.3.2- 9 – Comunidades de Pesca de Salinas da Margarida.	128

QUADRO 5.3.2- 10 – Número de famílias por comunidade quilombola.....	130
QUADRO 5.3.2- 11 – Processos de reconhecimento de Território Quilombola em andamento.....	141
QUADRO 5.3.2- 12 – Comunidades pesquisadas em Maragogipe.....	144
QUADRO 5.3.2- 13 – Comunidades pesquisadas em Salinas da Margarida.....	144
QUADRO 5.3.2- 14 – Comunidades pesquisadas em Saubara.....	144
QUADRO 5.3.2- 15 – O que o(a) Sr(a) gostaria de sugerir para melhorar o Projeto de Construção de Estaleiros na região?.....	150
QUADRO 5.3.4- 1 – Cálculo das áreas estimadas em hectares para os diversos tipos de fitofisionomias, no interior do polígono previsto para implantação do empreendimento (Ponta do Corujão).	193
QUADRO 5.3.5- 1 – Lista dos sítios arqueológicos e históricos/ arquitetônicos mapeados durante a primeira etapa de pesquisa em campo.	253
QUADRO 5.3.5- 2 – Sítios arqueológicos localizados durante as atividades de prospecção em superfície.	281
QUADRO 5.3.5- 3 – Pontos contendo poucos vestígios e localizados durante as atividades de prospecção em superfície.....	281

5.3. MEIO SOCIOECONÔMICO

Este item tem como objetivo analisar os aspectos sociais e econômicos afetados e passíveis de sofrerem interferência com a operação do Estaleiro do Paraguaçu, levando em consideração as populações, o uso e ocupação do solo, as atividades produtivas, além do patrimônio histórico, cultural e arqueológico dos municípios da área de influência do empreendimento, a saber: Maragogipe, Saubara, Cachoeira, São Felix, Salinas da Margarida e Itaparica.

5.3.1. Metodologia Aplicada

Os itens 5.3.2 a 5.3.5 caracterizam mais detalhadamente as atividades socioeconômicas relacionadas que poderão ser afetadas pelo empreendimento, como emprego, renda, uso do solo, atividades produtivas e patrimônios locais.

A seguir serão descritas as metodologias utilizadas para a obtenção das informações citadas acima.

5.3.1.1. Estudos Socioeconômicos

Para a elaboração do diagnóstico socioeconômico, foram adotados procedimentos metodológicos distintos, conforme a natureza dos dados almejados. A abordagem qualitativa consistiu na aplicação de 398 questionários, nas sedes distritais e aglomerados ribeirinhos dos três municípios que compõem a Área de Influência Direta (AID), visando à elaboração de um quadro da situação da região, pelos quais são identificados o perfil demográfico, educacional e de renda da população; feitas avaliações sobre suas condições de vida e caracterizados elementos da sua organização social e política.

Este estudo foi realizado junto a uma amostra estratificada por distritos, de forma a permitir certo grau de generalização. O cálculo do tamanho da amostra considerou, inicialmente, uma margem de erro em torno dos 5% para um nível de confiança de 95,4%.

Procurou-se distribuir a sondagem pelos diversos bairros das cidades e demais localidades, privilegiando-se sempre as populações mais fragilizadas e ribeirinhas, por entendermos que é sobre estas que incidirão de maneira mais intensa os efeitos da instalação do empreendimento.

A análise de natureza quantitativa considerou também os dados secundários levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para cada setor censitário dos municípios da Área de Influência Direta, obtidos nos censos de 1990, 2000 e 2007.

Em complementação à pesquisa quantitativa, foram realizadas cerca de 30 entrevistas em profundidade e quatro grupos de discussão informais, junto a informantes locais, tendo em vista perceber o acesso a políticas públicas, bem como sua compreensão a respeito do empreendimento (suas atitudes, expectativas e níveis de satisfação), e

identificar a existência de possíveis focos de tensão. A opção pela realização dos grupos de discussão visou perceber o processo de formação da opinião dos entrevistados, identificando os argumentos em disputa e em busca de legitimação. Esta técnica apresenta a vantagem de captar as opiniões, no contexto social em que são construídas, sem fragmentar a realidade, como ocorre quando o informante é entrevistado de forma isolada.

Um segmento da pesquisa foi direcionado para um público capaz de fornecer informações sobre questões específicas ou de natureza técnica. Este grupo foi composto de policiais (civis e militares), agentes de saúde, operadores e técnicos de empresas públicas (COELBA e EMBASA), funcionários públicos, lideranças da comunidade, comerciantes e elementos da população que se destacaram por sua articulação local. O trabalho de campo envolveu também a observação não-participante, para a compreensão dos hábitos locais das comunidades estudadas.

Para a elaboração deste estudo, além dos dados primários, acima citados, foram obtidos dados secundários, junto a institutos de pesquisa, fundações, ONGs, órgãos públicos e privados, tais como a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, o IBGE, a Companhia Metropolitana de Desenvolvimento – CONDER, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia – DERBA, a COELBA, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S. A. – EMBASA, a Fundação Palmares, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dentre outras fontes.

Existe uma grande variação nas categorizações formuladas por essas diferentes organizações de pesquisa. Assim, de uma forma geral, preferimos adotar as classificações do IBGE, por entendermos que este órgão possui maior abrangência no cenário nacional, permitindo o diálogo, sempre que necessário, com estudos realizados em outros estados. Isto não significa, porém, que os critérios da SEI ou da CAR não tenham sido utilizados, pois são úteis ao estudo de determinados aspectos, tais como a classificação das regiões de identidade, econômicas e climáticas, dentre outros.

Em sua primeira parte, este trabalho caracteriza os municípios através de:

- Levantamento de dados sobre demografia, economia e infraestrutura;
- Realiza uma descrição de cada município e localidade da área pesquisada;
- E oferece um quadro das populações tradicionais ali existentes.

Os instrumentos a serem utilizados na pesquisa serão a observação, entrevistas semi-estruturadas, apresentado no **ANEXO 5.3-1**.

O **item 5.3.2** também contempla informações a respeito da percepção da população do entorno em relação ao empreendimento. Este tópico foi elaborado com dados do Relatório Final do Projeto de Interação Social com Comunidades de Pesca, realizado no período de maio a julho de 2009, objeto do Convênio celebrado entre a Bahia Pesca - Secretaria Estadual de Aqüicultura e Pesca - SEAP e a Federação de Pescadores e Aqüicultores do Estado da Bahia – FEPESBA.

O Projeto teve como objetivo a caracterização da percepção das comunidades de pesca, localizadas nos municípios de Maragogipe, Salinas da Margarida e Saubara, sobre o modo de vida local e a possibilidade de convivência com o Estaleiro do Paraguaçu, planejado pelo Governo do Estado para implantação no Baixo Paraguaçu.

O trabalho foi realizado envolvendo representantes de entidades sociais, conselheiros da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape e da Área de Proteção Ambiental da Baía de Todos os Santos, lideranças das comunidades, localidades e comunidades de pesca da região de abrangência, tendo como fundamento conceitual, teórico e metodológico o Plano de Interação Social do Empreendimento, desenvolvido pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM.

Para caracterização da percepção dessas comunidades foram estruturados critérios de pesquisa social qualitativa, envolvendo um universo que garantisse efetivamente a representatividade do conjunto dessa coletividade. São eles:

CRITÉRIO 1 - A pesquisa buscou incluir 100% das comunidades de pesca desses três municípios, isto é, Maragogipe, Salinas da Margarida e Saubara;

CRITÉRIO 2 - A pesquisa buscou alcançar 100% das entidades de pesca atuantes nos três municípios (Colônias, Federação, Associações e outras envolvidas);

CRITÉRIO 3 - A pesquisa buscou incluir 100% das Lideranças de Comunidades de Pesca atuantes nos conselhos da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape - RESEX e da Área de Proteção Ambiental da Baía de Todos os Santos – APA BTS;

CRITÉRIO 4 - A pesquisa ressaltou o foco nas lideranças presentes nas comunidades de pesca, atuantes ou não em entidades de pesca (Mestres de Rede, Líderes Religiosos - das diversas religiões existentes, Idosos, Memória Viva da Cultura Tradicional, Liderança Jovem, Liderança de Marisqueiras e Pescadores, etc.). Além dos critérios qualitativos, ficou definido como critério quantitativo um universo mínimo de 15% dos pescadores dos três municípios, cadastrados na Secretaria Estadual de Aqüicultura e Pesca.

A amostra quantitativa foi definida com base no percentual de 15% dos pescadores cadastrados na Secretaria Estadual de Aqüicultura e Pesca. Foram identificados 5.889 pescadores cadastrados nos municípios de Maragogipe, Salinas da Margarida e Saubara. O universo mínimo deveria alcançar 15% - 884 pescadores. A pesquisa realizou 1.152 entrevistas, alcançando um universo de 19,6 % de pescadores. As 1.152 entrevistas realizadas foram distribuídas da seguinte forma: 489 em Saubara, 363 em Maragogipe e 300 em Salinas da Margarida.

TABELA 5.3.1- 1 – Identificação dos Pescadores Cadastrados.

Municípios	Pescadores Cadastrados
Maragogipe	1.749
Salinas da Margarida	2.810
Saubara	1.330
Total	5.889
Universo mínimo definido 15%	884 Entrevistados
Universo realizado	1.152

5.3.1.2. Atividades Produtivas

A abordagem metodológica para a caracterização da atividade pesqueira na Área de Influência do empreendimento foi feita com base em dados secundários e com obtenção de dados primários em campo, cujas abordagens específicas são apresentadas abaixo:

Análise de dados secundários

Os dados estatísticos disponíveis sobre a atividade pesqueira no estado da Bahia são o Perfil do Setor Pesqueiro - Litoral do Estado da Bahia 1994¹, e o Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Estado da Bahia para os anos de 2002², 2003³, 2005⁴ e 2006⁵.

Estes dados estatísticos são utilizados como indicadores da atividade pesqueira, visto que as dificuldades na aquisição de informações sobre o pescado desembarcado relacionadas com a logística necessária para esta coleta reduzem a acurácia destas informações. Grande parte das comunidades pesqueiras apresentam dificuldades de acesso, dada a sua localização, além de que, em muitos casos o pescado é comercializado ainda próximo aos locais de captura, dificultando o registro desta produção em dados oficiais.

Os dados a serem utilizados nesta avaliação fornecerão informações sobre as principais características da atividade pesqueira, incluindo aí a composição da frota, as principais espécies capturadas, as artes de pesca empregadas, períodos do ano de maior produtividade entre outros.

Coleta de dados em campo

Para a realização de um mapeamento detalhado sobre os principais pontos de pesca utilizados pela comunidade na área de influência do empreendimento, foram realizadas duas saídas de campo, com uma duração total de 10 dias.

Neste período navegou-se por toda a área de estudo, com o objetivo de georreferenciar o maior número possível dos pontos de pesca, identificar a frota em atividade de pesca, e coletar informações sobre as espécies capturadas, peso capturado estimado e aparelhos de pesca utilizados.

Além destas informações, os pescadores e marisqueiras encontrados durante o exercício da atividade de pesca foram entrevistados de maneira informal, com o objetivo de conhecer sua localidade de origem, períodos considerados mais produtivos, preços alcançados na primeira comercialização do pescado e estimativas de capturas mensais.

¹ SEAGRI 1994. Perfil do Setor Pesqueiro: Litoral do Estado da Bahia. Bahia Pesca S.A./SEAGRI/ Governo da Bahia. Salvador. 75p.

² CEPENE 2002. Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do Estado da Bahia. Bahia Pesca S.A./CEPENE-IBAMA. Tamandaré, Brasil, 25 pp.

³ CEPENE 2003. Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do Estado da Bahia. Bahia Pesca S.A./CEPENE-IBAMA. Tamandaré, Brasil, 32 pp.

⁴ CEPENE 2005. Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do Estado da Bahia. Bahia Pesca S.A./CEPENE-IBAMA. Tamandaré, Brasil, 30 pp.

⁵ CEPENE 2006. Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do Estado da Bahia. Bahia Pesca S.A./CEPENE-IBAMA. Tamandaré, Brasil, 28 pp.

Estas saídas de campo ocorreram em períodos de luas diferenciados (cheia e minguante) visando observar uma possível influência das marés de sizígia e quadratura nas diferentes modalidades de pesca. Também foram realizadas saídas durante a noite para identificar as modalidades de pesca realizadas no período noturno.

As **FIGURAS 5.3.1-1 a 5.3.1-3** apresentam alguns registros feitos durante os levantamentos da atividade pesqueira.



FIGURA 5.3.1- 1 – Embarcações sediadas em São Roque do Paraguaçu.



FIGURA 5.3.1- 2 – Marisqueiras retornando do mangue em salinas das margaridas – os sacos carregados nas bicicletas são de chumbinho.

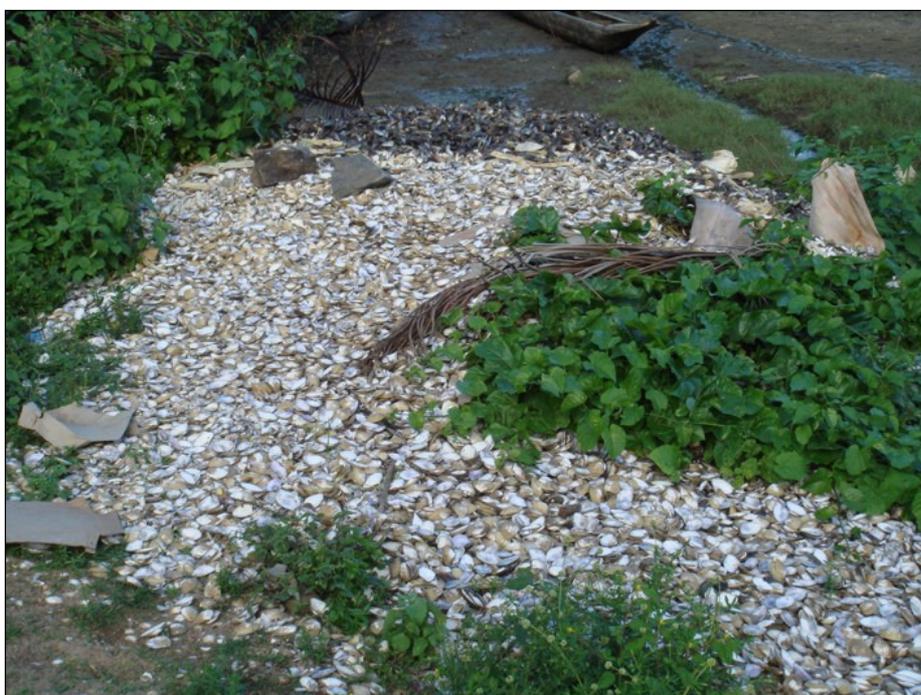


FIGURA 5.3.1- 3 – Monte de conchas descartadas após beneficiamento em ponta do Souza, localidade de Maragogipe.

5.3.1.3. Uso e Ocupação do Solo e Entorno

A estratégia para a delimitação dos usos e ocupação do solo contemplou as seguintes premissas básicas:

- Os levantamentos de dados primários foram focados nas áreas de intervenção e de influência direta do empreendimento, a saber, os ambientes que serão diretamente afetados pela implantação do empreendimento;
- A estratégia do levantamento contemplou as fitofisionomias que ocorrem nessas áreas, com destaque para três tipos de ambientes – vegetação de porte arbóreo, manguezais e áreas antropizadas em diferentes graus de regeneração.

Com base nessas premissas básicas, foi gerado um mapa de uso e ocupação do terreno representando a área de intervenção e de influência direta do empreendimento, apresentado no **ANEXO 5.3-6**.

O procedimento de geração do mapa obedeceu à seguinte seqüência metodológica:

- a) Obtenção de imagem de satélite de alta resolução, a saber: Imagem SPOT, com resolução de pixel de 5m, obtida em setembro de 2006.
- b) Impressão das imagens de satélite no formato A1 colorido;
- c) Identificação visual dos tipos de uso e ocupação dos solos, com sobrevôo da área e visitas locais, considerando as fitofisionomias existentes na região (vegetação de porte arbóreo, manguezais, apicuns e áreas antropizadas – esta última classe inclui cultivos, pastagens e áreas em recuperação), existência de núcleos urbanos, áreas industriais, malha viária e acessos, praias, áreas de solos expostos, hidrografia e outros;
- d) Desenho manual seguido de digitalização dos polígonos identificando cada tipo de cobertura do solo;
- e) Quantificação das áreas (em hectares) ocupadas por cada tipo de cobertura do solo (incluindo as fitofisionomias) em cada uma das três áreas, utilizando o software ArcGIS 9.0;
- f) Lançamento de dados digitais complementares incidentes no interior e entorno imediato da poligonal do estaleiro; a saber: topografia e batimetria;

Além da identificação das fitofisionomias locais, também foi realizado levantamento de dados secundários (referências bibliográficas e órgãos públicos municipais) e visitas locais para a identificação do padrão de uso e ocupação do solo dos municípios da área de influência direta, a saber: Maragogipe, Saubara e Salinas da Margarida.

5.3.1.4. Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

A caracterização do Patrimônio Histórico e Arqueológico da Área de Influência do Empreendimento apresenta-se dividida em cinco partes:

- A primeira consta da delimitação da pesquisa e metodologia;
- A segunda trata da história do Recôncavo Baiano, com destaque para o levantamento bibliográfico histórico-econômico do município de Maragogipe e sua relação com a instalação de usinas, caieiras, fazendas e demais estruturas e sítios históricos locais;
- A terceira parte discorre sobre as pesquisas arqueológicas realizadas anteriormente por outros arqueólogos na região;
- A quarta corresponde aos levantamentos oportunistas realizados em campo, a listagem e descrições sobre os sítios registrados durante a visita.
- E a quinta e última parte faz referência à avaliação arqueológica sistemática em campo, caracterizada pelo levantamento de superfície e das análises laboratoriais decorrentes desta etapa. A caracterização finaliza com o diagnóstico arqueológico da área investigada e as diretrizes para as atividades de prospecção e resgate a serem realizadas.

A justificativa para este trabalho ancora-se na Portaria nº 230/02 do IPHAN que prevê diagnósticos dessa natureza para empreendimentos durante as fases de licenciamento. Legalmente este diagnóstico responde também a Lei nº 3.942/1961; a Resolução nº 001/88 do CONAMA; a Constituição Federal de 1988 e, a Portaria nº 07/88 do IPHAN.

É importante salientar que este estudo contemplou todos os levantamentos pertinentes e necessários para o diagnóstico da área requerida.

Os materiais arqueológicos encontrados durante as intervenções de pesquisa em campo foram resgatados e encontram-se no Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UNEB, Campus VII em Senhor do Bonfim, Bahia.

Delimitação do Estudo e Metodologia

O objetivo das abordagens foi realizar o levantamento histórico do município de Maragogipe e investigações arqueológicas de superfície na área de interesse para implantação do empreendimento, a saber: ponta do Corujão, conforme Processo IPHAN nº 01502.003338/2008-91 (**ANEXO 5.3-2**).

A pesquisa histórica foi feita com base na bibliografia, e a pesquisa arqueológica realizada *in loco* compreendendo a vistoria da superfície do terreno. A extensão e as coordenadas das áreas de impacto direto são:

Ponta do Corujão: 3.152.030,99 m²: 12º 51' 41,40" S, 38º 50' 07,40" O, 12º 51' 50,65" S, 38º 49' 44,23" O, 12º 53' 04,18" S, 38º 50' 29,13" O, 12º 52' 45,10" S e 38º 50' 58,31" O.

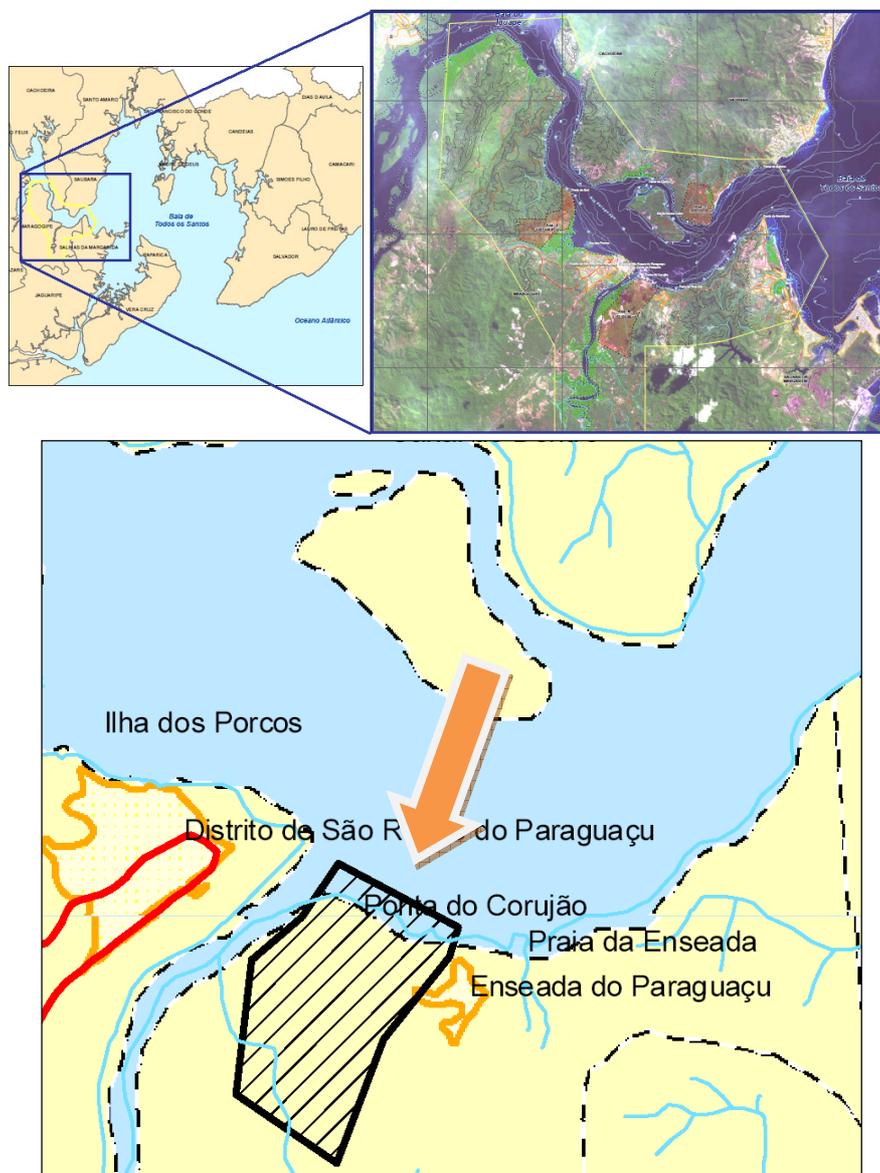


FIGURA 5.3.1- 4 – Localização da área pesquisada.

A região apresenta uma vegetação tipicamente litorânea, com trechos de vegetação de porte florestal, entremeados a plantações de dendê e pastagens (**FIGURA 5.3.1-5**); em grande parte da bordas continentais desenvolvem-se vastas áreas de manguezais.

Toda a área apresenta-se recoberta com vegetação, o que dificulta a visualização da superfície do terreno, tendo sido necessário, muitas vezes, à abertura de picadas por meio de facões a fim de facilitar as atividades de prospecção arqueológica (**FIGURA 5.3.1-6**).



FIGURA 5.3.1- 5 – Vista de trecho da área requerida, mostrando no primeiro plano uma área de pastagem; em segundo plano trecho com vegetação de porte arbustivo/arbóreo e, ao fundo área de manguezal.



FIGURA 5.3.1- 6– Prospecção por meio da visualização de superfície realizada em área de vegetação densa, após abertura de picada com uso de facões.

Os conceitos teóricos e metodológicos que norteiam este estudo ancoram-se nas análises relacionadas à instalação dos grupos humanos nos espaços e formas de utilização destes.

Como se trata de uma fase da pesquisa em que se realizam levantamentos iniciais na área a fim de dimensionar a realidade arqueológica local, foi considerada a perspectiva associada à arqueologia espacial. Essa perspectiva é viável no que tange à tentativa de identificar a relação existente entre os sítios arqueológicos e sua inserção na paisagem, tentando interpretar os diferentes sistemas de ocupação e os prováveis fatores que influenciaram os grupos humanos nas suas escolhas para a ocupação dos espaços.

Pesquisa bibliográfica e Prospecção Oportunística

A avaliação foi feita tanto com base na pesquisa bibliográfica, quanto a partir da visita *in loco* que compreendeu vistorias em superfície.

A área pesquisada *in loco* nesta etapa de trabalhos compreendeu parte dos territórios costeiros dos seguintes municípios: Salinas da Margarida, Saubara, Maragogipe, São Félix e Cachoeira.

As visitas realizadas em campo foram viabilizadas por embarcações (canoas motorizadas), em que, a partir das áreas com possibilidades de acesso, foram visitadas por terra, por meio de caminhadas, conforme mapa de trajeto de campo (**FIGURA 5.3.1-7**).

A área estudada está assentada sobre um trecho da planície costeira associada à desembocadura do Rio Paraguaçu, dominada por manguezais e que desemboca na Baía de Iguape, integrante da grande Baía de Todos os Santos. Apresenta vegetação em grande parte arbórea e arbustiva, típica de regiões de remanescente de mata atlântica, alternando trechos com terras úmidas. A área é de grande importância arqueológica por constituir o berço da história do Brasil, bem como ter permitido a fixação de grupos humanos em tempos pré-coloniais.

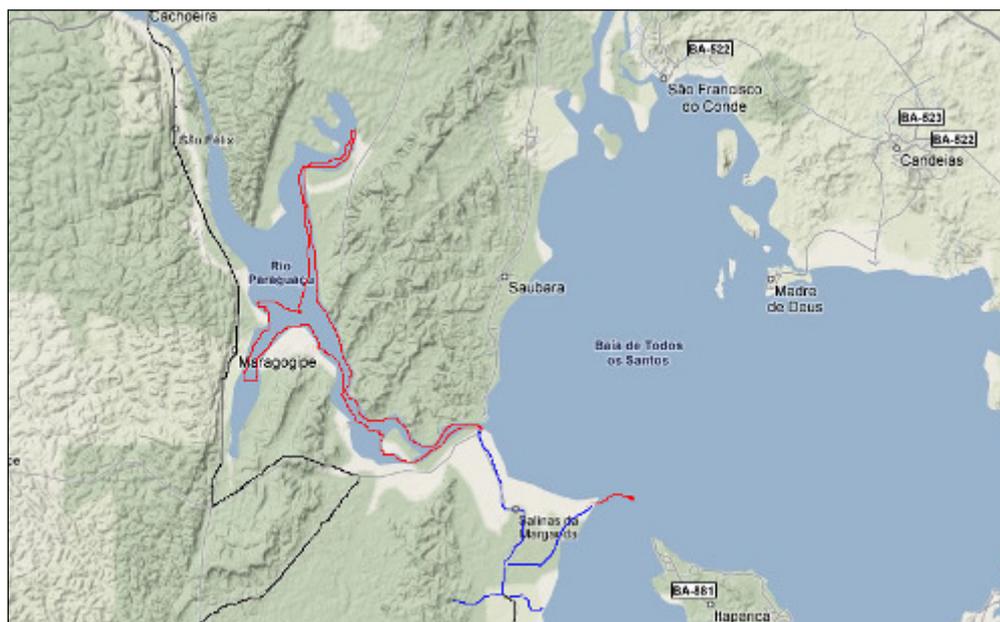


FIGURA 5.3.1- 7 – Mapa com sinalização da trajetória da visita realizada em campo. Em vermelho: trajetória realizada por água; em preto: trajetória realizada por carro e em azul trajetória realizada a pé. Base do Mapa do Google Earth.

Prospecção sistemática em superfície

Os levantamentos de campo se restringiram nesta etapa de campo a minuciosa investigação de superfície da área da Ponta do Corujão.

As atividades prospectivas em superfície foram desenvolvidas a partir do percorrimto, a pé, em toda a extensão das áreas da Ponta do Corujão, com especial atenção aos locais que bordejavam o curso do Rio Paraguaçu e Baía do Iguape, que poderiam indicar a presença de sítios pré-coloniais de pescadores-coletores, e áreas com vegetação secundária e plantios de dendê, que poderiam indicar antigas edificações históricas, tais como engenhos, caeiras, fazendas e demais instalações levantadas na pesquisa histórica.

Todas as áreas foram totalmente percorridas por uma equipe de campo composta por seis pesquisadores. Em campo se formaram três duplas que investigavam transectos contíguos, tomando-se como base duas linhas paralelas. Cada linha foi percorrida por 01 arqueólogo ou assistente de nível superior, sempre acompanhada de um estagiário, cobrindo uma área de visão de cerca de 50m de largura para cada dupla de prospectores. Desta forma, a cada linha de percorrimto eram visualizados 150m simultaneamente pela equipe de profissionais (**FIGURA 5.3.1-8**).

		50 m	Dupla A
		50 m	Dupla B
		50 m	Dupla C

FIGURA 5.3.1- 8 – Croqui das faixas prospectadas por cada dupla, cobrindo simultaneamente 150 m a cada percurso.



FIGURA 5.3.1- 9 – Prospecção simultânea da superfície realizada por diferentes duplas, membros da equipe de campo.

O percorrimto por transectos paralelos proporcionou um diagnóstico bastante seguro quanto à ocorrência de materiais em superfície, tendo sido muito importante justamente por permitir uma total varredura da superfície.

Todas as informações colhidas durante a prospecção de superfície foram registradas na ficha de percorrimto (**ANEXO 5.3-3**). Cada dupla levou consigo fichas de percorrimto, trena, facão e um aparelho GPS. Todos os locais contendo vestígios superficiais foram acompanhados do posicionamento geográfico a partir de receptor GPS.

Análises em Laboratório

Em laboratório, as atividades constaram da lavagem e secagem dos vestígios coletados em campo, etiquetagem e acondicionamento em sacos plásticos e caixas arquivo.

Os vestígios coletados foram analisados de acordo com as matérias-primas, as técnicas de fabricação e por comparação com as coleções existentes na bibliografia específica.

Todas as análises foram realizadas nas dependências do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da Universidade do Estado da Bahia - Campus VII.

5.3.2. População

Este item contém, inicialmente, uma análise socioeconômica geral dos municípios que integram as áreas de Influência Direta e Indireta, quanto à suas características sociais, demográficas, econômicas e de desenvolvimento.

Em seguida, é feita a caracterização e a análise individual por município e localidade da AID, considerando-se aspectos gerais de infraestrutura de serviços públicos da área, além das principais demandas em relação aos serviços oferecidos nas localidades.

Por último, é elaborado um levantamento de identificação e avaliação das comunidades tradicionais existente nas áreas de influência do empreendimento e são apresentadas as expectativas / percepção da população do entorno em relação ao empreendimento.

5.3.2.1. Caracterização da Região

As localidades estudadas apresentam situações e problemas semelhantes que permitem sua reunião em grupos homogêneos que podem ser analisados com o recurso da técnica de análise por agrupamentos ("clusters"), utilizada pela SEI, com base em três dimensões: pobreza e desigualdade, condições econômicas e condições de vida da população⁶.

Das unidades territoriais que compõem as Áreas de Influência Direta e Indireta, Saubara, Cachoeira, Maragogipe e São Félix estão incluídos entre os 315 municípios⁷ que, entre 1991 e 2000, apresentaram um quadro de redução no número de famílias pobres. Cachoeira, Maragogipe e São Félix passaram do grupo 5⁸ para o grupo 2⁹. Saubara passou do grupo 5 para o grupo 1¹⁰, que inclui Salvador e os maiores municípios do Estado.

QUADRO 5.3.2- 1 – Classificação dos Municípios da Bahia segundo análise de Grupos.

Municípios	Eixo de Desenvolvimento	Grupo em 1991	Grupo em 2000
Cachoeira	Grande Recôncavo	5	2
Itaparica	Metropolitana de Salvador	2	1

⁶ Metodologia adotada pelo estudo da evolução e caracterização das manchas de pobreza na Bahia (SEI, 2008).

⁷ Análise por agrupamentos homogêneos ("clusters") desenvolvida pela SEI (2008b), baseada nos fatores de pobreza, demográficos, de condição econômica e de escolaridade dos jovens.

⁸ Grupo constituído por 41 municípios com as piores condições estaduais, exceto pelo indicador demográfico, e menor grau de urbanização (SEI, 2008, p. 89).

⁹ Grupo formado por 129 municípios que apresentam níveis de pobreza menor que a média do Estado, uma condição econômica dentro da média do Estado e situação favorável em relação aos índices demográficos e de escolaridade (SEI, 2008, p. 88).

¹⁰ Grupo formado por 48 municípios que apresentam, em média, a menor proporção de pobres, a melhor condição econômica, as melhores condições educacionais e um indicador demográfico melhor que a média do Estado (SEI, 2008, p. 88).

Municípios	Eixo de Desenvolvimento	Grupo em 1991	Grupo em 2000
Maragogipe	Grande Recôncavo	5	2
Salinas	Grande Recôncavo	4	2
São Félix	Grande Recôncavo	5	2
Saubara	Grande Recôncavo	5	1

Fonte: SEI, 2008.

Em Salinas da Margarida houve um incremento no número de famílias pobres, da ordem de 0,001% a 0,415%, o que não impediu que o município passasse do grupo 4¹¹ para o grupo 2. Em Itaparica, o aumento do número de famílias pobres foi ainda maior, de 0,121% a 0,415% , embora o município tenha passado do segundo grupo para o primeiro.

A renda familiar média da população, obtida pelo levantamento de campo, indica que aproximadamente 45,2% dos entrevistados ganham até um salário mínimo. Cerca de 86% destes consultados possuíam uma renda familiar entre zero a dois salários mínimos.

TABELA 5.3.2- 1 – Renda Familiar (2009).

Renda Familiar	Maragogipe	Saubara	Salinas
de 0 a ½ S. mínimo	63,9%	23,6%	8,3%
de ½ a 1 S. mínimo	67,3%	20,8%	10,9%
de 1 a 2 S. mínimos	48,8%	31,4%	19,2%
de 2 a 3 S. mínimos	56,0%	8,0%	32,0%
de 3 a 4 S. mínimos	44,4%	44,4%	11,2%
de 4 a 5 S. mínimos	33,3%	22,3%	33,3%
de 6 a 7 S. mínimos	-	33,4%	33,3%
mais de 7 S. mínimos	42,9%	42,9%	14,2%

Cachoeira	Total	%Total da região
4,2%	100,0%	18,8%
1,0%	100,0%	26,4%
0,6%	100,0%	40,8%
4,0%	100,0%	6,5%
-	100,0%	2,4%
11,1%	100,0%	2,4%
33,3%	100,0%	0,8%
-	100,0%	1,8%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Índices Socioeconômicos dos Municípios Direta e Indiretamente afetados pelo Empreendimento¹²

A análise dos índices de Desenvolvimento Econômico (IDE) e Social (IDS) nos permite compreender de uma forma abrangente os aspectos socioeconômicos da realidade local.

¹¹ Grupo de 110 municípios caracterizados por apresentarem níveis de pobreza acima da média, indicadores sociais abaixo da média e os piores índices demográficos.

¹² As informações sobre os índices de IDE e IDS e seus componentes, apresentados neste item, referem-se à série histórica para os anos de 1998, 2000, 2002, 2004 e 2006, disponíveis na homepage: www.sei.ba.gov.br, acessada em julho de 2009.

A metodologia de cálculo dos Indicadores Econômicos e Sociais dos municípios baianos envolve uma série de variáveis econômicas, sociais e de infraestrutura cujo agrupamento é feito de acordo com as suas naturezas.

O IDE é constituído dos seguintes indicadores:

INF - Índice de Infraestrutura;
IQM - Índice de Qualificação da Mão-de-obra;
IPM - Índice de Produto Municipal.

Para o cálculo do INF toma-se como base as seguintes variáveis:

- Consumo total de energia elétrica;
- Terminais telefônicos em serviço;
- Estabelecimentos bancários em funcionamento;
- Estabelecimentos comerciais e de serviços;

O IQM é calculado tomando-se como base o nível de escolaridade dos trabalhadores do setor formal, por município, utilizando-se o cadastro da RAIS / MTE¹³, considerando:

- Trabalhadores de cada nível de escolaridade em relação ao total de trabalhadores, por município;
- Trabalhadores em relação ao total da população por município.

A variável utilizada para obtenção do IPM é a estimativa da Renda ou Produto Municipal, calculada através do rateio do PIB estadual aos municípios. Para isso, aplica-se uma estrutura de ponderação obtida através de variáveis próprias de cada setor econômico (setor agrário, setor industrial, setor de comércio e serviços e setor financeiro).

O IDS é constituído dos seguintes indicadores:

INS - Índice do Nível de Saúde;
INE - Índice do Nível de Educação;
ISB - Índice da Oferta de Serviços Básicos;
IRMCH - Índice da Renda Média dos Chefes de Família.

O Índice do Nível de Saúde (INS) é calculado através dos seguintes coeficientes:

- Ocorrência de doenças de notificação obrigatória (reduzíveis por saneamento e imunização) para cada 100 mil habitantes;
- Número de óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidos, em relação ao total de óbitos;
- Número de profissionais de saúde para cada 1000 habitantes;
- Número de estabelecimentos de saúde para cada 1000 habitantes;
- Doses de vacinas aplicadas em cada 1000 habitantes;
- Número de leitos para cada 1000 habitantes.

O Índice do Nível de Educação (INE) é calculado através das matrículas do ensino formal do pré-escolar ao nível superior. Os coeficientes foram calculados dividindo-se o número de matrículas iniciais de cada nível e escolaridade pelo total da população por município.

¹³ RAIS – Relação Anual de Informações Sociais e MTE – Ministério de Trabalho.

O Índice dos Serviços Básicos (ISB) é composto de:

- Índice do consumo residencial de energia elétrica, resultante dos coeficientes;
- Consumo residencial de energia elétrica em relação ao total de consumidores residenciais;
- Consumo residencial de energia elétrica em relação ao total da população;
- Índice de consumo de água tratada que é calculado através do coeficiente, economias faturadas em relação ao total da população,

O IRMCH é obtido através da informação censitária de renda média dos chefes de família, por município.

TABELA 5.3.2- 2 – Índice de Desenvolvimento Econômico, segundo seus componentes - 2006.

Município	IDE	Classif.	INF	Classif.
Cachoeira	5.026,35	55°	5.059,05	66°
Itaparica	5.021,26	66°	5.078,47	45°
Maragogipe	4.994,65	163°	4.971,99	259°
Salinas	4.995,61	153°	5.010,72	152°
São Félix	5.002,02	126°	4.996,15	186°
Saubara	4.999,44	136°	5.037,05	91°

Município	IQM	Classif.	IPM	Classif.
Cachoeira	5.025,85	78°	4.994,35	62°
Itaparica	4.997,48	143°	4.988,31	136°
Maragogipe	5.018,27	86°	4.993,80	67°
Salinas	4.989,96	179°	4.986,17	210°
São Félix	5.023,02	81°	4.986,96	178°
Saubara	4.975,39	277°	4.986,10	220°

Fonte: SEI – Índices de Desenvolvimento Econômico e Social, 2009.

Através da **TABELA 5.3.2-2** é possível observar que o município de Cachoeira possui maior Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) dentre os municípios estudados. A boa classificação do IDE do município de Itaparica deve-se em grande parte à infraestrutura, montada principalmente para atender ao turismo, como terminais telefônicos, consumo de energia elétrica, quantidade de estabelecimentos bancários, comerciais e de serviços, porém, ambos ocupam apenas o 62º e o 136º, respectivamente, em relação ao seu produto municipal.

Analisando-se a série histórica representada na **FIGURA 5.3.2-1**, verifica-se que apesar dos problemas enfrentados, todos os municípios obtiveram significativa melhora do seu IDE, a partir de 2004, com destaque para o crescimento observado em Cachoeira e Itaparica.

Em Cachoeira, o crescimento deste indicador foi impulsionado pela melhora na sua infraestrutura e pelo aumento da qualificação de sua mão-de-obra, pois o seu produto municipal decresceu neste último período de análise.

O município de Maragogipe apresenta o pior IDE, dentre os municípios avaliados, apesar do seu Índice de Produto Municipal (IPM) ser considerável (a produção municipal está em 67° no *ranking* Baiano), e de ter sido apurado um incremento na qualificação de sua mão-de-obra. Este baixo escore do IDE maragogipano deve-se basicamente a problemas com a sua infraestrutura (indicador que piora, a partir de 2004).

O município de Salinas da Margarida apresentou melhora em sua infraestrutura básica, mas houve uma piora dos Índice de Qualificação de Mão-de-Obra (IQM) e do Produto Municipal (IPM) a partir de 2004. Já o município de Saubara possui baixo e decrescente IQM, sinalizando para uma eventual oportunidade em termos de qualificação da mão-de-obra. Graficamente, estes fatos podem ser facilmente observados.

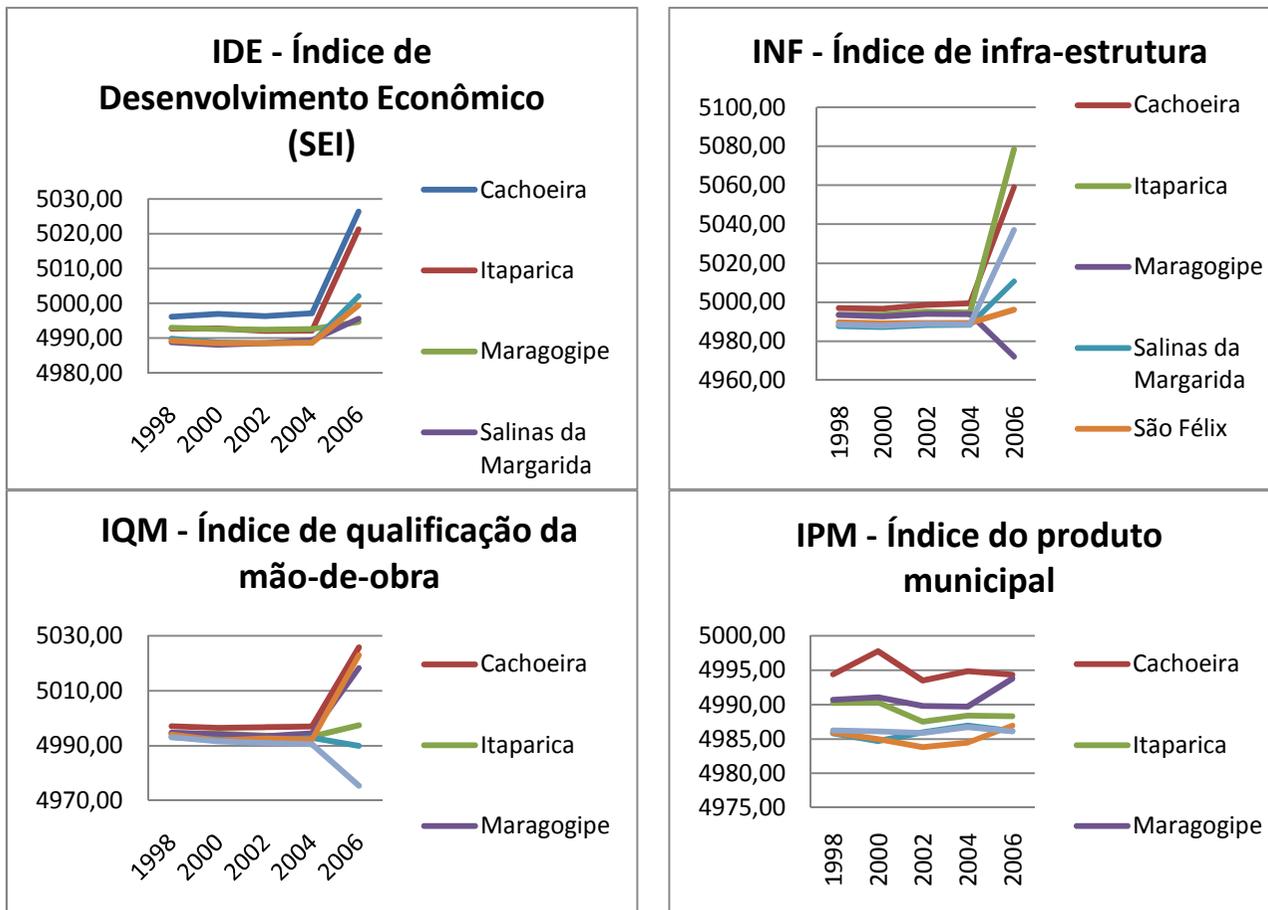


FIGURA 5.3.2- 1 – O IDE e seus componentes dos municípios estudados.

Fonte: SEI – Índice de Desenvolvimento Econômico e Social, Série Histórica, 1998, 2000, 2002, 2004 e 2006.

Uma observação adicional se faz necessária: todos os municípios estudados, com exceção de Maragogipe, obtiveram melhoras em sua infraestrutura. Analogamente, houve recuperação na qualificação da mão-de-obra local, excetuando-se os municípios de Saubara e Salinas da Margarida. Vê-se ainda que o IPM assume de forma decrescente, a partir de 2004, nos municípios de Salinas da Margarida, Cachoeira e Itaparica.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Social (IDS), como pode ser visto na **TABELA 5.3.2-3**, o destaque é o município de Cachoeira, que está entre os 25 municípios melhor classificados no *ranking* do IDS da Bahia. Saubara também se destaca em 39º lugar. Os municípios mais desenvolvidos socialmente caracterizam-se por apresentar melhor desempenho no atendimento aos seus habitantes, nos serviços básicos de água, energia, saúde e educação, e maiores rendas.

TABELA 5.3.2- 3 – Índice de Desenvolvimento Social (IDS), segundo seus componentes – 2006.

Município	IDS	Classif.	INS	Classif.	INE	Classif.
Cachoeira	5.092,76	25º	5.048,41	65º	5.207,43	4º
Itaparica	5.059,52	54º	5.099,99	8º	4.915,00	389º
Maragogipe	4.977,87	259º	4.952,47	354º	4.990,30	214º
Salinas	5.065,81	49º	4.987,76	245º	5.107,99	22º
São Félix	5.007,08	150º	5.033,05	98º	4.978,72	254º
Saubara	5.076,49	39º	5.001,34	199º	4.986,25	230º

Município	ISB	Classif.	IRMCH	Classif.
Cachoeira	5.044,05	104º	5.072,90	64º
Itaparica	5.139,82	25º	5.086,23	57º
Maragogipe	5.008,42	165º	4.960,48	248º
Salinas	5.183,87	14º	4.986,38	180º
São Félix	4.997,36	180º	5.019,35	112º
Saubara	5.335,10	2º	4.991,72	163º

Fonte: SEI – Índice de Desenvolvimento Econômico e Social, 2009.

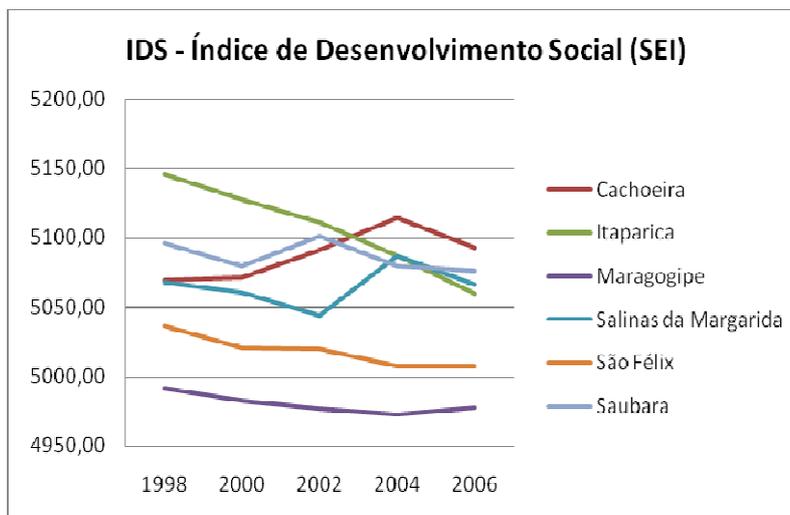


FIGURA 5.3.2- 2 – IDS dos municípios estudados.

Fonte: SEI – Índice de Desenvolvimento Econômico e Social, Série Histórica, 1998, 2000, 2002, 2004 e 2006.

Itaparica destaca-se positivamente em relação ao Índice do Nível de Saúde (INS), com a 8ª posição no *ranking* Baiano, em 2006, porém possui o pior Índice do Nível de Educação (INE) da região estudada, ficando em 389º, em comparação com outros municípios Baianos.

Maragogipe é o município menos desenvolvido socialmente e cuja característica mais marcante é o seu baixo Índice do Nível de Saúde (INS) e Índice de Renda Média dos chefes de família (IRMCH). Com relação ao Índice de Serviços Básicos (ISB), temos como destaque positivo os municípios de Saubara (2º) e Salinas da Margarida (14º). Os principais problemas sociais enfrentados pelo município de São Félix estão relacionados aos indicadores INE (254º) e ao ISB (180º).

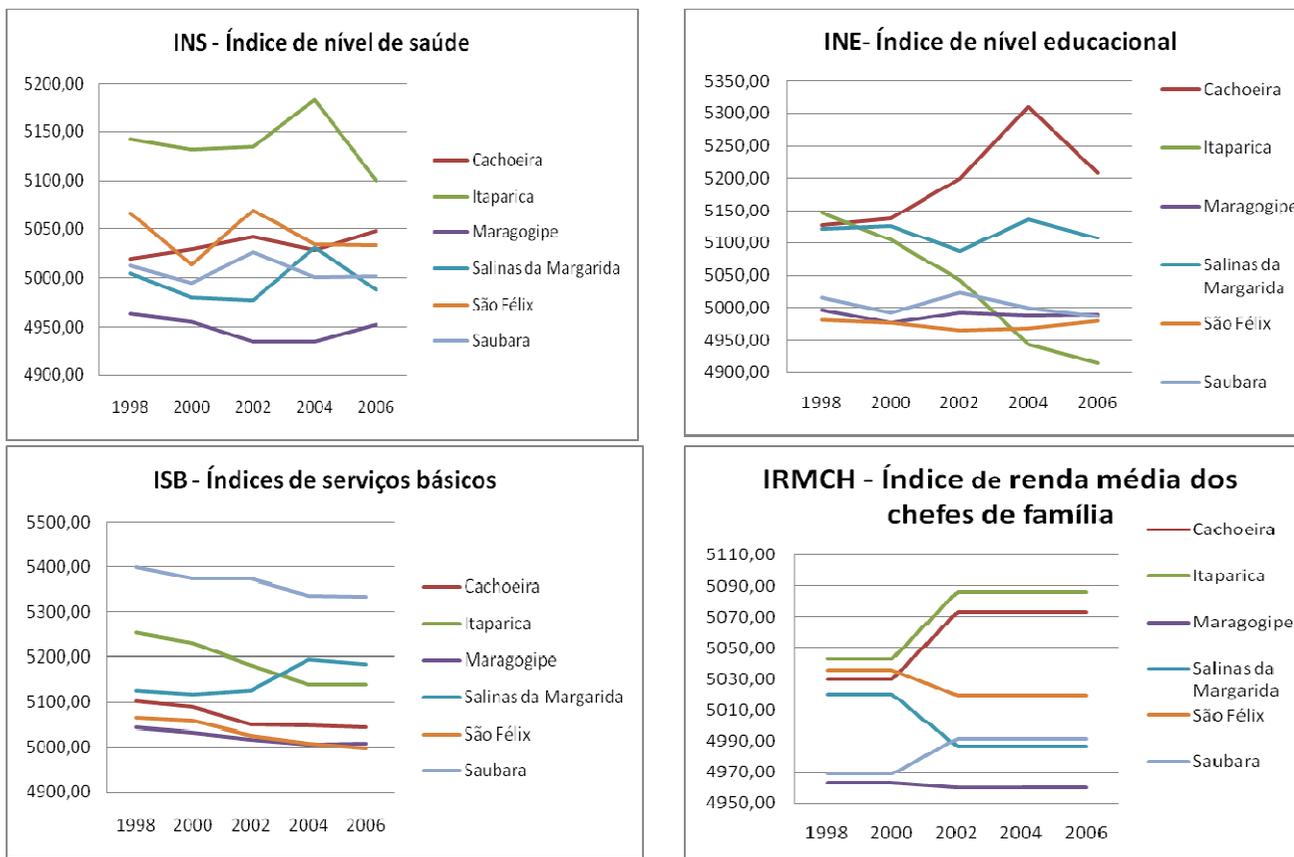


FIGURA 5.3.2- 3 – Os componentes do IDS dos municípios estudados.
Fonte: SEI – Índice de Desenvolvimento Econômico e Social, Série Histórica, 1998, 2000, 2002, 2004 e 2006.

A análise da **FIGURA 5.3.2-3** evidencia que, ao contrário do indicador IDE, observado anteriormente, que possui movimento ascendente para todos os municípios, o Indicador de Desenvolvimento Social (IDS) assume a forma decrescente para todas as localidades estudadas. Ou seja, houve uma piora em relação a este indicador, a partir de 1998. Em relação ao Índice do Nível de Saúde (INS), o único município que apresentou melhora ao longo da série histórica foi Cachoeira. O Índice do Nível de Educação (INE) é decrescente para todos os municípios, destacando-se negativamente o município de Itaparica, com uma queda bastante acentuada.

Analogamente, o mesmo se verifica em relação ao Índice de Serviços Básicos (ISB), com exceção do município de Salinas da Margarida, onde foi observada uma melhora neste indicador. A renda média dos chefes de família tem aumentado nos últimos anos nos municípios de Cachoeira, Itaparica e Saubara; permanece estável no município de Maragogipe e decresceu nos municípios de São Félix e Salinas da Margarida.

A matriz comparativa apresentada no **QUADRO 5.3.2-2** nos permite constatar as diferenças existentes entre as distribuições do IDE e do IDS e seus componentes, nos municípios estudados, e suscita uma reflexão sobre a necessidade de maior atenção do poder público local e das entidades de fomento econômico e social, com ações voltadas para políticas e programas nas áreas deficitárias de cada município.

QUADRO 5.3.2- 2 – Matriz comparativa dos IDE e IDS, com base nos índices relativos - 2008.

Municípios	IDE e seus componentes				IDS seus componentes				
	IDE	INF	IQM	IPM	IDS	INS	INE	ISB	IRMCH
Cachoeira	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Itaparica	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Maragogipe	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Salinas	■	■	■	■	■	■	■	■	■
São Félix	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Saubara	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Legenda:

- Município com índice relativo elevado: entre os 25 melhores indicadores da Bahia.
- Município com índice relativo alto: acima da mediana do Estado da Bahia.
- Município com índice relativo médio: em torno da mediana do Estado da Bahia.
- Município com índice relativo baixo: abaixo da mediana do Estado da Bahia.

É oportuno destacar que, apesar dos problemas mencionados acima, todos os municípios possuem IDS superior ao seu IDE, com exceção do município de Maragogipe, como pode ser visto na **FIGURA 5.3.2-4** e **5.3.2-5**. Sampaio e Horigoshi (2008)¹⁴ afirmam que “a existência de municípios com IDE elevado e IDS relativamente baixo corrobora a afirmação de que o bom desempenho na economia nem sempre resulta em bom desempenho na área social. Por outro lado, existem municípios que mesmo com IDE baixo, apresentam bons resultados no desenvolvimento social, ou seja, a despeito de suas carências econômicas”.

¹⁴ SAMPAIO, J.; HORIGOSHI, M. *Padrões de desenvolvimento socioeconômico dos municípios baianos*. CONJUNTURA & PLANEJAMENTO. V1, n. 158, p. 22-29, jan/mar. 2008. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2008. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=81&Itemid=110>. Acesso em 11 fev. 2009.

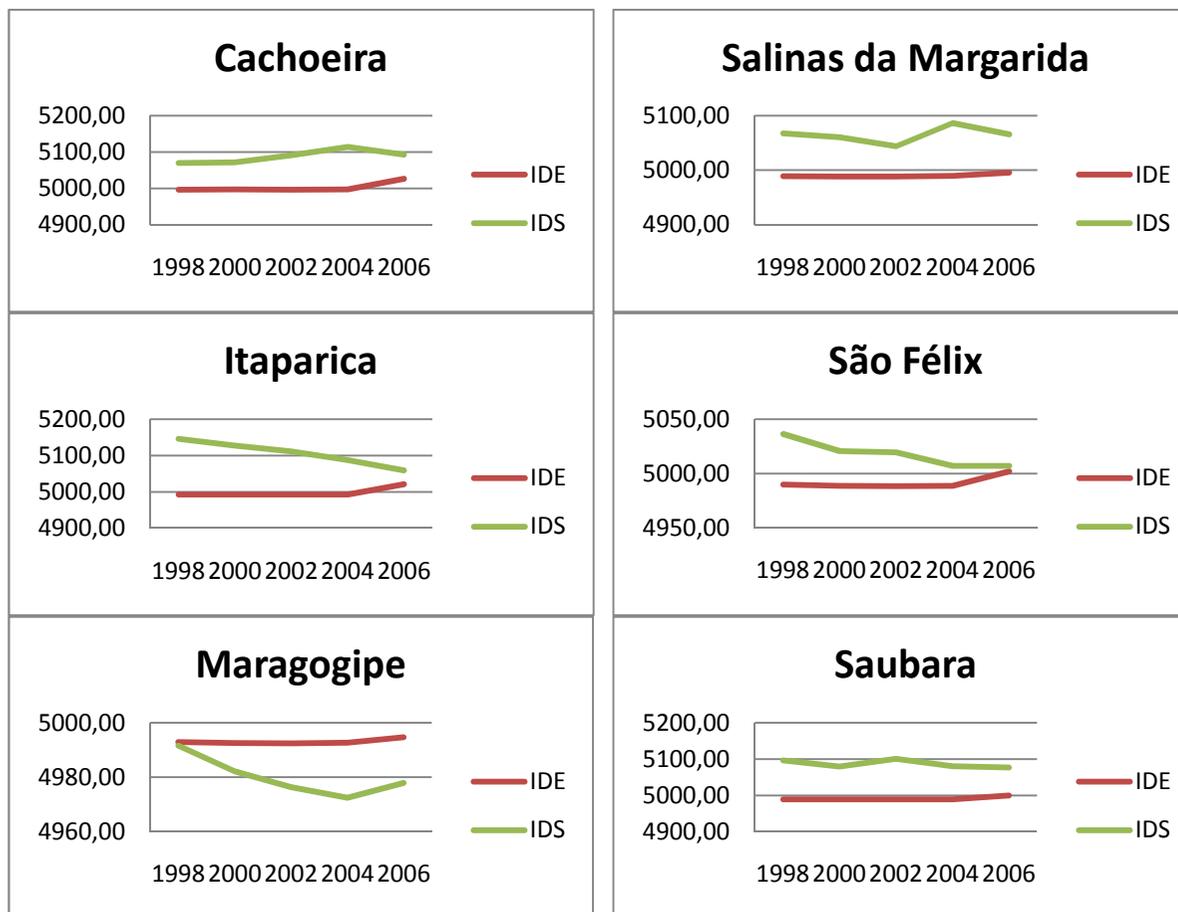


FIGURA 5.3.2- 4 – O IDS e o IDE por município. Fonte: SEI – Série Histórica 1998, 2000, 2002, 2004 e 2006.

O IDE e o IDS são indicadores relativos (comparação dentro da Bahia) e sua interpretação deve considerar o fato de que os municípios baianos não apresentam indicadores socioeconômicos segundo os padrões internacionais e nacionais recomendáveis. Desta forma, estes dados serão complementados, ao longo deste estudo, por indicadores de padrão internacional, como, por exemplo, IDH, IDEB, Índice de Gini, além de indicadores de pobreza e de renda.

Saúde

A região que engloba as AII e AID do empreendimento apresenta uma situação favorável em relação às demais do Estado, no quesito saúde, pois concentra, na média, os melhores índices de desenvolvimento da Bahia, como pode ser visto no **QUADRO 5.3.2-3**. Contudo, em termos absolutos, o número de óbitos é elevado, principalmente para algumas doenças de notificação obrigatória.

QUADRO 5.3.2- 3 – Óbitos por Município, Grupo de Causa e Ano – 2007.

Grupo de causas	Cachoeira	Itaparica	Maragogipe	Salinas	São Félix	Saubara
Algumas afecções originadas no período perinatal	2	4	7	2	3	1
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	12	9	9	3	4	-
Causas externas de morbidade e mortalidade	21	12	18	6	7	4
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	2	-	-	-
Doenças do aparelho circulatório	57	36	36	20	32	23
Doenças do aparelho digestivo	9	2	10	3	3	1
Doenças do aparelho geniturinário	5	1	2	-	1	2
Doenças do aparelho respiratório	10	5	19	7	8	1
Doenças do sistema nervoso	1	2	-	-	2	1
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	35	8	21	8	10	4
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitário	3	4	2	1	-	1
Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	2	-	2	1	-	-
Gravidez parto e puerpério	-	-	-	-	-	1
Malformação cong deformidades e anomalias cromossômicas	1	2	-	1	1	-
Neoplasias (tumores)	21	11	18	12	7	7
Sintomas sinais e achados anorm exame clínico e laboratorial	9	5	79	2	3	-
Transtornos mentais e comportamentais	2	-	2	-	-	1

Fonte: SESAB/DICS, 2009¹⁵.

Em 2004¹⁶, na AID, a doença de notificação obrigatória, que apareceu em primeiro lugar em número de ocorrências, foi a leishmaniose, principalmente a do tipo visceral. A

¹⁵ SESAB/DICS. Óbitos por Município – 2007. Disponível em: www.sei.ba.gov.br, acessado em julho 2009.

tuberculose pulmonar apresentou um número elevado de ocorrência em todos os municípios estudados. Cachoeira e Maragogipe se destacaram pela ocorrência de meningite. Dos seis municípios da área de influência, quatro, a saber: Salinas, Cachoeira, São Félix e Itaparica, apresentaram uma incidência elevada de doenças sexualmente transmissíveis, como sífilis e condiloma. Além destes casos mais destacados, existem registros de casos de hepatite, hanseníase e leptospirose indistintamente nos municípios da área de influência do empreendimento. Nota-se que, neste ano, apenas no município de Cachoeira foi registrada ocorrência de casos de dengue.

¹⁶ Os dados sobre doenças de notificação obrigatória, 2004 encontram-se disponíveis em: http://www.sei.ba.gov.br/side/frame_tabela.wsp?tmp.volta=* &tmp.tabela=t22. Acessado em julho 2009.

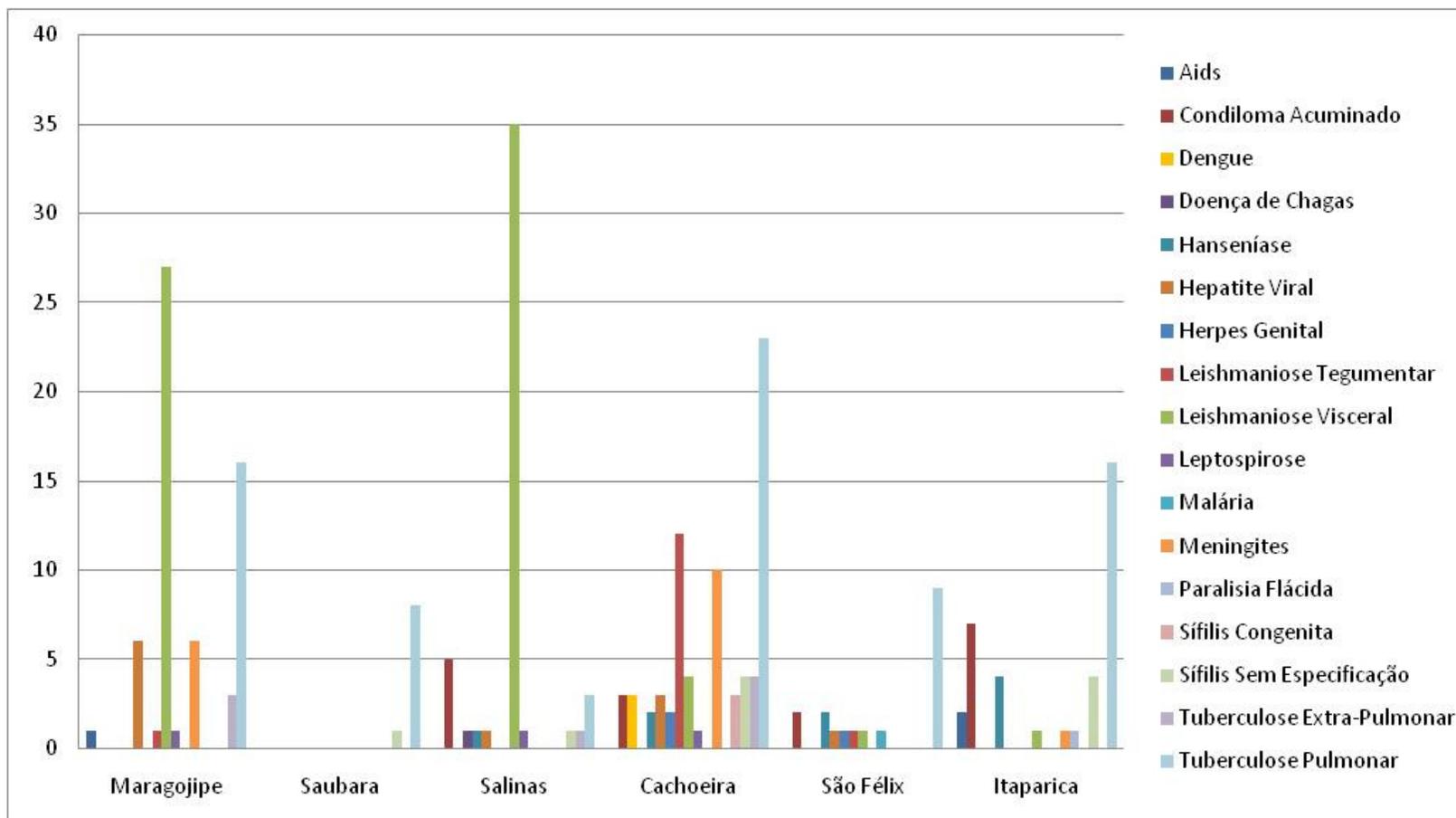


FIGURA 5.3.2- 5 – Doenças Transmissíveis de Notificação Obrigatória – 2004.
Fonte: SESAB/DICS, 2009.

Educação

Na região estudada, a educação foi, dentre os componentes do IDH-M, o que mais impulsionou os ganhos obtidos no período de 1991. Todos os municípios apresentaram melhoras nas taxas de alfabetização e de presença de crianças nas salas de aula. Nos últimos anos, o Programa Bolsa Família contribuiu significativamente para aumentar a permanência das crianças em idade escolar nas escolas, pois para ser recebido, exige que as crianças em idade escolar estejam devidamente matriculadas e freqüentando as aulas.

TABELA 5.3.2- 4 – Matrícula e Número de Escolas – 2007.

Município	Matriculas Ens. Fundam.			Matriculas Ens. Médio		
	Pub. Estad.	Pub. Munic.	Privada	Pub. Estad.	Pub. Munic.	Privada
Maragogipe	1.932	6.458	323	1.967	-	49
Saubara	-	1.823	180	612	-	-
Salinas	-	2.938	-	482	232	-
Cachoeira	2.248	4.149	529	1.486	406	30
São Félix	504	1.896	197	822	-	-
Itaparica	744	2.745	161	605	-	56

Município	Nº. de Escolas		
	Ens. Fund.	Ens. Méd.	Ens. Super.
Maragogipe	71	5	Não inform.
Saubara	11	1	Não inform.
Salinas	11	2	0 Matric=99
Cachoeira	49	5	4 Matric = 1.458
São Félix	28	1	Não inform.
Itaparica	20	3	Não inform.

Fonte: INEP, 2007.

Os municípios estudados têm cobertura de matrícula no ensino fundamental (primeiro e segundo ciclos) pela rede municipal e estadual de educação. Apenas Saubara e Salinas da Margarida não têm matrículas na rede estadual para o ensino fundamental. Todos têm cobertura do Estado com escolas e matrículas para o ensino médio. Nenhum dos seis municípios tem matrícula ou escola de nível médio técnico, e apenas Cachoeira tem instituições de ensino superior no território (**TABELA 5.3.2-4**).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 pelo INEP/MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais / Ministério da Educação), com o objetivo de avaliar a qualidade da educação nos Estados e Municípios e construir indicadores para alcance de metas dessa qualidade. É um indicador estatístico para o fomento de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade da educação no Brasil de maneira a alcançar ou aproximar-se dos índices internacionais. Os parâmetros são as médias de desenvolvimento educacional dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cuja média fica em torno de 6,0 para o IDEB das primeiras séries do ensino fundamental. A meta do Ministério da Educação é que todas as redes alcancem a média 6,0 em 2022. Atualmente o Brasil apresenta um índice de 4,0. (**TABELA 5.3.2-5**).

TABELA 5.3.2- 5 – Taxa de Analfabetismo e IDEB da Bahia e Municípios de abrangência - 2007.

Município/ Estado	Taxa analfabetismo		Índice de Desenvolvimento Educação Básica -IDEB		
	Pop de 10 a 15 anos	Pop de 15 anos ou +	Anos iniciais ens. fundam. (1ª à 4ª /5ª)	Anos finais ens. Fundam. (5ª/6ª à 8ª/9ª)	Ens. Médio (rede estad.)
Brasil	-	-	4,0	3,4	3,2
Bahia	11,79	23,15	2,6	2,7	2,8
Maragogipe	18,10	30,70	2,7	2,7	2,7
Saubara	10,90	19,20	3,3	2,2	2,8
Salinas	12,20	15,60	3,6	2,5	2,8
Cachoeira	13,70	21,90	2,9	2,1	2,8
São Félix	13,80	23,10	3,1	-	2,8
Itaparica	9,40	14,90	3,1	2,6	2,8

Fonte: INEP, 2007.

Um recorte da região do Recôncavo Baiano reflete essa mesma realidade de precariedade na educação básica, sobretudo nos municípios mais populosos e que estão sob a área de influência do empreendimento. Entre os municípios selecionados, Maragogipe e Cachoeira apresentam os piores índices no IDEB, com indicadores de baixa qualidade na educação nas séries iniciais e as maiores taxas de analfabetismo da população acima dos 10 anos de idade. Esses dois municípios melhoram um pouco seus índices no segundo ciclo do ensino fundamental, talvez pelo fato de que, nessa etapa da formação básica, a rede de ensino municipal também conte com a cobertura das escolas estaduais. Salinas da Margarida e Saubara são os territórios com menores taxas de analfabetismo e os melhores índices do IDEB, para as séries iniciais do ensino fundamental. Dos seis municípios selecionados, Itaparica apresenta as melhores taxas e os maiores índices de qualidade da educação, segundo o INEP (2007).

Porém, uma ressalva deve ser feita em relação a tais índices educacionais neste último município. Utilizando-se de parâmetros internacionais, o IDEB indica, para Itaparica, bons índices nas séries iniciais, em comparação com os demais municípios selecionados. Entretanto, no quesito matrícula escolar segundo dados do Índice do Nível da Educação (INE), esse município ocupa uma das piores posições em relação aos demais municípios da Bahia.

Na pesquisa realizada pela equipe deste estudo junto aos moradores das localidades dos seis municípios pesquisados, a educação foi bem avaliada, ficando em terceiro lugar, após a iluminação pública e os serviços de transporte, mas com uma aprovação superior a obtida pelos serviços de saneamento, segurança e saúde.

Infraestrutura de Transportes

O Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA) substituiu o antigo Departamento de Estradas de Rodagem e é a autarquia que atualmente responde pelo gerenciamento do sistema de transporte do Estado. Suas atribuições envolvem a construção e a administração dos terminais rodoviários, hidroviários e aeroportos do Estado.

O DERBA possui três residências de manutenção que cobrem a área da AII e adjacências. A 17ª Residência, em Santo Amaro, abrange Maragogipe, Saubara, Cachoeira e São Félix. A 6ª Residência, localizada em Santo Antônio de Jesus, atende o município de Salinas da Margarida. A 2ª está sediada em Feira de Santana.

- 02ª RM - Feira de Santana
Endereço: BR116 Feira de Santana - Serrinha
E-mail: 02rm@derba.ba.gov.br
Telefone: (75) 3224-6311
Fax: (75)3224-1322
- 17ª RM - Santo Amaro
Endereço: Av. Garcia Matadouro
E-mail: 17rm@derba.ba.gov.br
Telefone: (75)3241-1607
Fax: (75)3241-1607
- 06ª RM - Sto Antônio de Jesus
Endereço: R. Prudente de Moraes nº 221
E-mail: 06rm@derba.ba.gov.br
Telefone: (75)3631-3149
Fax: (75)3631-3149

A região possui uma extensa malha viária, composta pelas rodovias federais BR 420, 101, 324, e pelas estaduais BA 001, 882, 883, 046, além de inúmeras vias de circulação local que permitem o acesso aos pequenos povoados e aglomerados rurais. Segundo o relatório de pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), feito em 2007, sobre as condições das estradas estaduais e federais da Bahia, a BA-324/BR-324, principal acesso rodoviário ao Recôncavo Baiano, teve o seu estado geral avaliado como regular, pavimento regular, sinalização regular e geometria ruim (extensão pesquisada – 60 km). Na BA-001, ao longo do trecho que faz a ligação entre Itaparica e o entroncamento para Salinas, a pavimentação apresenta deterioração na camada de asfalto.

As vias de circulação locais dos municípios, na sua maior parte, não são pavimentadas e apresentam mau estado de conservação, dificultando ou impedindo o acesso às pequenas localidades ribeirinhas ou do interior, algumas das quais só podem ser alcançadas por meio de barco.

De Salvador a Cachoeira são 130 km percorridos pela BR-324 até o entroncamento com a BR-101 e daí até o município. Segundo os dados da CNT, a BR-101 teve seu estado geral avaliado como regular, pavimento regular, sinalização ruim e geometria ruim (extensão pesquisada – 950 km). Atravessando a ponte D. Pedro II, localizada em Cachoeira, chega-se ao município de São Félix.

Partindo de Salvador, chega-se a Salinas da Margarida, seguindo pela BR-324. São 96 km até o entroncamento com a BR-101 seguindo até Cachoeira e, depois, por estradas vicinais, até o município (distância total: 186 km). A Alternativa é sair do Terminal de São Joaquim, na Cidade Baixa, fazer a travessia da Baía de Todos os Santos, por meio do sistema *ferryboat* até Bom Despacho, na Ilha de Itaparica. Dali seguir 34 km pela BA-001

até entrar no entroncamento da BA-534, à direita, seguindo por mais 18 km até chegar a Salinas da Margarida, reduzindo-se o percurso, em relação à alternativa anterior, em 55 km. O tempo de travessia depende do equipamento utilizado, podendo variar entre 1 hora a 45 minutos, com o novo *ferry* incorporado à frota. Por via marítima direta, o percurso é feito em 11 milhas, equivalentes a 20,5 km.

Para chegar a Maragogipe, segue-se pela BR-324 até o entroncamento com a BA-522, percorrendo-se uma distância total de 133 km. Já Itaparica fica a 45 minutos de Salvador — ou 14 km em linha reta — por mar, com os acessos facilitados por sua integração ao sistema *ferryboat*, que liga os terminais de São Joaquim e Bom Despacho; ou por uma lancha catamarã, com capacidade para 400 passageiros, que faz o mesmo percurso em 20 minutos; além das lanchas que saem do Centro Náutico da Bahia para Mar Grande.

No Terminal de Bom Despacho, um sistema de transportes, utilizando kombis-lotação e ônibus, interliga as diversas localidades da Ilha. A sede do município de Itaparica fica a 12 km do Terminal de Bom Despacho, sendo 3 km pela BA-001 e 9 km pela estrada vicinal BA-881.

Por via aérea, chega-se ao município, utilizando-se a pista de pouso localizada na sede do Aeroclube da Bahia (BA-001, km 15, Conceição), que permite a movimentação de aeronaves de médio porte (até 50 passageiros), tipo Fokker-50. Segundo informações do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia – DERBA (2009), o sistema de transportes da Baía de Todos os Santos também é prioridade no processo de recuperação da infraestrutura econômica e logística do Estado. Em 2008, foi incorporado à frota o *fastferry* Ivete Sangalo, com capacidade para 600 passageiros e 80 veículos. Para melhor atender aos usuários, o *ferryboat* Maria Bethânia foi remotorizado neste período.

Segundo dados da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) e dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2005), a frota total de veículos nos municípios pesquisados é de 5.233 veículos, composta em sua maioria por automóveis (50,80%) e motocicletas (27,12%).

Embora o município de Maragogipe apresente população superior aos demais municípios, a maior frota de automóveis de passeio encontra-se no município de Cachoeira, com um carro para cada 34 habitantes, enquanto em Maragogipe a relação é de um carro por 58 habitantes.

Outros veículos bastante utilizados nos municípios são a motocicleta e a motoneta que, somados, perfazem o total de 1.505 veículos, estabelecendo-se uma relação de um veículo a cada 88 habitantes. Maragogipe é o município com maior número de motocicletas e motonetas, com um total de 514 veículos desse tipo (82 veículos por habitante), seguido de Cachoeira com 371 motocicletas/motonetas (87 veículos por habitante) e Itaparica com 312 motocicletas/motonetas (64 veículos por habitante). Este último município apresenta maior relação habitante por veículo nesta categoria.

O município com maior número de caminhões e tratores é Maragogipe (111 caminhões/tratores), sendo que nos demais municípios não se encontram veículos do tipo trator.

A frota total de ônibus nos municípios pesquisados é de 112 veículos. Considerando-se a população total dos municípios (133.671 habitantes), pode-se dizer que existe um ônibus para cada grupo de 1.193 habitantes. A partir da relação entre a população e a frota de ônibus identificada nos municípios pesquisados, pode-se estabelecer as seguintes relações:

- Maragogipe — 01 ônibus para cada 2.629 hab.;
- Cachoeira — 01 ônibus para cada 575 hab.;
- Itaparica — 01 ônibus para cada 795 hab.;
- Salinas da Margarida — 01 ônibus para cada 4.363 hab.;
- Saubara — 01 ônibus para cada 11.051 hab.;
- São Félix — 01 ônibus para cada 1.391 hab.

Segundo este dado destaca-se o município de Cachoeira com a melhor relação ônibus/habitante.

TABELA 5.3.2- 6 – Frota de veículos – 2007.

Frota	Salinas	Saubara	Maragogipe	Cachoeira
População	13.090	11.051	42.079	32.252
Automóvel	107	112	716	939
Caminhão	15	2	99	68
Caminhão/ Trator	0	0	12	0
Caminhonete	24	13	46	94
Micro-ônibus	2	0	14	68
Motocicleta	65	60	503	353
Motoneta	3	11	11	18
Ônibus	3	1	16	56
Trator de rodas	0	0	0	0
Total de veículos	219	428	1.417	1.596

Frota	São Félix	Itaparica	Total	%
População	15.302	19.897	133.671	-
Automóvel	510	379	2.763	52,8
Caminhão	41	20	255	4,87
Caminhão/ Trator	0	0	12	0,23
Caminhonete	33	25	235	4,49
Micro-ônibus	19	29	132	2,52
Motocicleta	165	273	1419	27,12
Motoneta	4	9	86	1,64
Ônibus	1	25	112	2,14
Trator de rodas	0	0	0	0
Total de veículos	783	790	5.233	100

Fonte: IBGE, 2007.

Foi possível identificar a existência de linhas rodoviárias que fazem a ligação entre (ou passam pelos municípios) e Salvador:

- **Cachoeira** – 01 empresa – 03 linhas com pelo menos um horário todos os dias;
- **Maragogipe** – 02 empresas – 04 linhas com pelo menos cinco horários todos os dias;
- **São Félix** – 03 empresas – 12 linhas com pelo menos quatorze horários todos os dias;
- **Saubara** – 01 empresa – 02 linhas com pelo menos um horário todos os dias;
- **Itaparica** – não existem linhas de ônibus ligando diretamente o município e a capital. A ligação com o Terminal Rodoviário de Bom Despacho é feita através de um sistema de transportes, utilizando kombis-lotação e micro-ônibus, que interliga as diversas localidades da Ilha de Itaparica;
- **Salinas da Margarida** – não existem linhas de ônibus ligando diretamente o município e a capital. Somente uma empresa realiza o transporte rodoviário com 02 linhas, com pelo menos quatro horários, todos os dias, em direção ao Terminal Rodoviário de Bom Despacho.

Os municípios de Itaparica e Salinas da Margarida fazem ligação com a capital por mar, com os acessos facilitados por sua integração ao sistema *ferryboat*, que liga os terminais de São Joaquim e Bom Despacho, por uma lancha catamarã que faz o mesmo percurso ou, ainda, através das lanchas que saem do Centro Náutico da Bahia para Mar Grande.



FIGURA 5.3.2- 6 – Residências de Manutenção do DERBA.
Fonte: DERBA.

Energia Elétrica

O consumo de energia é um importante indicador de desenvolvimento e da atividade econômica de uma determinada sociedade. O baixo consumo de energia está geralmente

associado à mortalidade infantil, à taxa de mortalidade e ao analfabetismo. Quanto maior o nível de renda, maior o consumo de energia elétrica e de combustíveis, ao passo que rendas menores estão associadas ao consumo de lenha e carvão.

O consumo industrial apresenta alguns inconvenientes como indicador de dinamismo econômico-industrial, pois tende a ser distorcido por alguns setores da indústria que são eletrointensivos. Já o consumo residencial, reflete a capacidade econômica das famílias. O consumo comercial (comércio, serviços e agricultura) possui correlação significativa com a condição econômica do município.

Cachoeira, Maragogipe e Itaparica se destacam, nesta ordem, como os municípios com os maiores números de consumidores da classe comercial de energia elétrica. Cachoeira e Maragogipe, por sua vez, se destacam, ainda, dos demais, pelo número de consumidores da classe industrial. Itaparica, que vem a seguir, apresenta apenas a metade dos consumidores industriais de Maragogipe e 1/4 dos de Cachoeira.

TABELA 5.3.2- 7 – Número de Consumidores de Energia Elétrica por Classe – 2005.

Municípios	Ano X Classe					
	Comércio Quant. (Und)	Industrial Quant. (Und)	Outros Quant. (Und)	Pública Quant. (Und)	Residencial Quant. (Und)	Rural Quant. (Und)
Cachoeira	521	41	-	260	7.349	770
Itaparica	366	12	1	92	6.387	6
Maragogipe	447	24	1	232	7.946	1.522
Salinas	236	4	-	135	4.507	28
São Félix	184	12	-	126	2.781	149
Saubara	276	9	-	98	5.432	3

Fonte: Coelba, 2005.

O Programa Federal “luz para todos” tem apresentado uma boa abrangência e ampliou significativamente, nos últimos anos, o consumo de energia nas áreas rurais e entre as populações de baixa renda.

O consumo em KWH para o comércio coloca Itaparica em 1^o lugar, seguida de Cachoeira. Salinas da Margarida, surpreendentemente, destaca-se no consumo público de energia, com o dobro de Cachoeira, uma cidade de médio porte.

TABELA 5.3.2- 8 – Consumo de Energia Elétrica por Classe – 2005.

Município	2005					
	Comércio Quant. (KWH)	Industrial Ano X Classe	Outros Quant. (KWH)	Pública Quant. (KWH)	Residência Quant. (KWH)	Rural Quant. (KWH)
Cachoeira	3.119.993	12.433.157	-	2.316.357	6.516.961	2.224.744
Itaparica	5.420.532	420.152	34.318	4.258.457	5.931.592	7.263
Maragogipe	973.691	2.886.441	4.482	2.063.999	6.979.061	1.507.235
Salinas	746.114	6.156	-	4.646.920	3.266.573	1.377.654
São Félix	1.051.832	85.152	-	784.279	2.352.466	191.369
Saubara	705.070	30.462	-	1.625.380	4.122.185	25.942

Fonte: Coelba, 2005.

Saneamento Básico e o Programa Bahia Azul

Saneamento é o conjunto de medidas, visando preservar ou modificar as condições do ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde. Saneamento básico se restringe ao abastecimento de água e disposição de esgotos, mas há quem inclua o lixo nesta categoria. Outras atividades de saneamento são: controle de animais e insetos, saneamento de alimentos, escolas, locais de trabalho e de lazer e habitações.

Entre os municípios que compõem a Área de Influência do empreendimento, Cachoeira apresentou um número de domicílios ligados a rede de esgoto ou pluvial e fossa séptica, acima da média obtida no Estado. Conforme os dados do censo de 2000, sua classificação ficou no 96º lugar entre os municípios com resultado acima da média (**TABELA 5.3.2-9**). Maragogipe, Saubara e Salinas apresentaram resultados abaixo da média estadual. O pior desempenho foi registrado pelo município de Salinas que ocupou ao 197º lugar do grupo dos municípios com resultados abaixo da média. As condições de saneamento na área de influência são consideradas insatisfatórias, o que pode ser avaliado pela média de domicílios ligados a rede e fossa séptica que em 2000 não ultrapassava os 34%.

TABELA 5.3.2- 9 – Classificação dos municípios, segundo a proporção de domicílios urbanos com esgotamento sanitário adequado, em relação à média do Estado.

Município	Domicílio	Rede geral de esgoto ou pluvial e fossa séptica	
		%	Classificação
Bahia	2.207.712	58,6	
Municípios acima da média da Bahia			
Cachoeira	4.064	65,3	96
Municípios abaixo da média da Bahia			
Maragogipe	5.387	50,7	30
Saubara	2.600	14,7	125
Salinas da Margarida	1.087	2,6	197

Fonte: IBGE - Censo Demográfico-2000.

As sedes Municipais e distritais dos municípios da AII integraram o “Bahia Azul”, Programa do Governo Estadual voltado para realização de obras e ações na área de abastecimento de água, esgotamento sanitário, melhoria da coleta e disposição de Resíduos sólidos e controle ambiental, iniciado em 1995¹⁷.

O Bahia Azul é composto por três programas:

- Programa de Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos – Programa BTS –BID, BNDES e Estado da Bahia;
- Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS, Banco Mundial – BIRD, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –BNDES, Caixa Econômica Federal – CEF e Estado da Bahia;
- Programa Metropolitano. Banco Mundial – BIRD e Estado da Bahia.

¹⁷ Data do início das obras dos programas de Modernização do Setor de Saneamento e o Metropolitano. www.cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=19&newcod=547, colhido em setembro de 2009.

A recuperação ambiental da Baía de Todos os Santos é um dos principais objetivos do programa que levou e implantou redes de abastecimentos e esgotamento na Região Metropolitana de Salvador. Nos municípios pesquisados foram instaladas redes de esgoto até a porta dos domicílios. Em um número considerável de residências os moradores se recusaram a permitir a conclusão das ligações das residências à rede do “Bahia Azul” alegando que a empresa responsável pelas obras não cobria as despesas para recolocação dos pisos cerâmicos dos banheiros.

O Abastecimento de água apresentou melhora entre 1991 e 2000, principalmente nas sedes distritais e municipais, mas a cobertura ainda é insatisfatória em Cachoeira e Maragogipe.

TABELA 5.3.2- 10 – Evolução dos Índices de Cobertura do Serviço de Abastecimento de Água.

Município	Proporção de Domicílios com serviço de abastecimento de água	
	1991	2000
Cachoeira	49	51
Maragogipe	44	54
Salinas da Margarida	78	84
Saubara	77	86

Fonte: IBGE - Censo Demográfico-2000.

Destino dos Resíduos Sólidos Urbanos

Entre as formas mais comuns de destinação e tratamento dos resíduos sólidos urbanos no Brasil, os lixões ocupam o primeiro lugar (53,2%) seguido pelos aterros controlados (16,4%) e de aterros sanitários (12,7%). Os lixões são depósitos a céu aberto em locais escolhidos ao acaso, sem compactação ou cobertura por material inerte.

Nas pequenas localidades da Área de Influência Direta é comum o depósito de lixo às margens das vias de acesso, em terrenos baldios dentro e fora dos aglomerados ou simplesmente atirados nos rios e mangues locais. A má conservação das vias de acesso dificulta ou impede o tráfego de caminhões de coleta de lixo urbano das prefeituras.

As sedes municipais e distritais são bem atendidas por serviço de recolhimento doméstico de lixo, mas seu tratamento é precário e os locais de destinação não foram devidamente licenciados. No município de Salinas da Margarida, o depósito municipal de lixo foi avaliado em 2006¹⁸, e classificado como um lixão. Entre os problemas apontados no laudo técnico destaca-se a falta de controle no acesso de pessoas e animais, indícios de queima a céu aberto, presença de resíduos de abate, falta de sistema de impermeabilização e de tratamento de efluentes, falta de cobertura por material inerte. Em Maragogipe foi implantado um aterro sanitário em 2001, localizado na BR 242 perto da entrada da cidade. Em 2006 foi inspecionado pelo IMA (antigo CRA) que apontou diversas irregularidades entre as quais destacam-se; demora na cobertura por material inerte favorecendo a proliferação de vetores, falta de controle de acesso, problemas no

¹⁸ Fonte: Desafio do Lixo 2006.

sistema de drenagem com riscos de contaminação do lençol freático. O município de Cachoeira compartilha com São Felix e Muritiba um aterro convencional instalado em Muritiba, mas devido aos custos operacionais optou por utilizar o aterro municipal de Santo Amaro. No município de Cachoeira existem alguns pontos de depósito de resíduos urbanos a céu aberto junto a alguns aglomerados rurais. Saubara possui um depósito classificado como um Aterro simplificado implantado pela CONDER em fevereiro de 2004, num programa voltado para atender municípios de até 20.000 habitantes. Sua operação foi avaliada pelo Ministério Público (MPE, 2007) como “péssima”. O aterro apresenta: média declividade, com resíduos de saúde expostos, presença de resíduos de abate, presença de catadores/recicladores e sem tratamento de efluentes.

Ponta do Souza, Araripe, Bica, Ferreiro, Salamina e Samambaia foram as localidades que apresentaram o maior número de domicílios sem banheiro. Araripe, Barra do Paraguaçu, Bica, Cairu, Capanema, Dendê, Enseada, Ferreiro, Guai, Guerém, Salamina e Ponta do Souza apresentam um número significativo de residências que não são atendidas pela rede de água tratada da EMBASA e recorrem à água de rios e poços para seu abastecimento.

Telefonia

A rede de telefonia fixa dos municípios das áreas de influência direta e indireta é fornecida pela Concessionária Telemar / Telemar Bahia. O relatório da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em julho de 2009, registrava 10.735 terminais públicos e individuais em serviço. O número de terminais instalados, em relação aos desativados e quebrados, é superior. Uma boa parte dos terminais públicos não funciona ou está destruída pela ação do tempo ou resultado de vandalismo. Segundo informações da Anatel, todos os terminais disponíveis dos municípios estudados estão capacitados a fazer chamados públicos de emergência, disque denúncia, Secretaria dos Direitos Humanos, além de centro de intermediação para deficientes auditivos.

TABELA 5.3.2- 11 – Número de Telefones Fixos: Públicos e Individuais – 2009.

Municípios	Terminais Individuais	Terminais Públicos (TUP)
Saubara	1.088	76
São Félix	845	41
Itaparica	2.967	202
Maragogipe	1.941	122
Salinas	867	61
Cachoeira	2.357	168
Total	10.065	670

Fonte: ANATEL, 2009.

Segurança Pública

A segurança pública é mantida mediante delegacias e postos policiais nas sedes municipais e em algumas sedes distritais. Muitos destes postos distritais estão desativados ou funcionam parcialmente, durante determinados períodos.

QUADRO 5.3.2- 4 – Relação de Postos da Polícia Militar.

Município	Bairros	Nome	Endereço	Telefone	Ponto de Referência
Maragogipe	Cajá	4º Pelotão da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar	Rua Cel. Antônio Felipe de Melo, nº 52	(75)3526-2857	Ao lado do IBAMA
	Distrito de São Roque Paraguaçu	Posto Policial Militar do 4º Pelotão da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar	Rua Sucupira, s/n	(75)3527-6105	Próximo à Padaria Predileta
	Capoeiruçu	Posto Policial Militar do 2º Pelotão da 27ª CIPM - CPR LESTE	Rua Direta do Capoeiruçu	-	Residência de José, Oficial de Justiça
Cachoeira	Centro	2º Pelotão da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar - CPR LESTE	Rua Ana Neri, nº 07	(75)3425-2786	Centro da Cidade
	Distrito do Iguape	Posto Policial Militar do 2º Pelotão da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar - CPR LESTE	Rua do Prédio, s/n	(75)3414-5142	Próximo à escola Pedro Paulo Rangel
São Felix	Centro	Destacamento Policial Militar do 2º Pelotão da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar - CPRL	Rua da Rodagem, s/n	(75)3629-2760	Delegacia
Itaparica	Amoreiras	5ª - CIPM - 2º Pel.- PPM Ilha 23	Travessa Santana Bárbara, s/nº, TP	(71)3631-2921	Prox. ao Posto Médico
		5ª - CIPM - 2º Pel. - Sede - PPM Ilha 21	Rua dos Patos, praça Batista Matos, s/nº, TP	(71)3631-3107	Prox. ao Forte São Lourenço
		5ª - CIPM - 2º Pel.- PPM Ilha 24	Terminal Marítimo de Bom Despacho, TP	(71)3682-1502	Prox. à Rodoviária
	Centro (Itaparica)	5ª - CIPM - 2º Pel.- PPM Ilha 25	Orla Marítima de Itaparica, s/nº.	-	Prox. ao Forte da Bica
		COPPA - 4º Pelotão - Ilha de Itaparica	Rua da rodagem, s/nº Petrobras	(71)3631-1014	Ao lado da Guarda Municipal
Salinas	Centro (Salinas)	5ª - CIPM - 4º Pel. Sede - PPM Ilha 41	Rua Padre Palmeira, s/nº.	(75)3659-1526	Prox. à Praça Ten. Albuquerque
	Conceição de Salinas	5ª - CIPM - 4º Pel.- PPM Ilha 43	Rua Alto da Fruteira, s/nº.	-	Prox. ao Colégio do PETI

Município	Bairros	Nome	Endereço	Telefone	Ponto de Referência
	Encarnaçã o de Salinas	5ª - CIPM - 4º Pel.- PPM Ilha 42	Rua da Mangueira s/nº, TP	(75) 3659- 7003	Prox. ao Mercadinho Central
Saubara	Centro	Destacamento Policial Militar do 1º Pelotão da 20ª Companhia Independente da Polícia Militar - CPR L	Praça 04 de Agosto, nº 02	(75)3696- 1456	Próximo à EBAL

Nos distritos, o policiamento preventivo é feito apenas nos finais de semana e em períodos de festa ou veraneio. A maior parte do tempo não são realizadas rondas. Segundo policiais (civis e militares) consultados, as dificuldades são inúmeras e envolvem instalações precárias e não adaptadas, falta de equipamentos, como viaturas ou viaturas inadequadas para circular nas vias locais, em mau estado de conservação. Falta também combustível e pessoal (policiais, escrivães, carcereiros etc.). Algumas delegacias estão sem delegado titular. O registro das ocorrências nem sempre é feito devido a dúvidas quanto à jurisdição¹⁹, e à distância que o interessado tem de percorrer. Por outro lado, ocorrências em áreas afastadas da sede nem sempre são investigadas devido à dificuldade de deslocamento do pessoal²⁰.

QUADRO 5.3.2- 5 – Ocorrências por Unidade Policial.

Ocorrência	Itaparica 19ª Delegacia. 19ª CP	Santo Amaro 3ª Delegacia	Santo Antônio de Jesus 4ª Delegacia
Furtos e Roubos	449	2.388	4.213
Homicídio	2	31	54
Lesão Corporal	139	920	1.503
Outras Ocorrências Delituosas	976	3.833	5.580
Outras Ocorrências não Delituosas	419	3.762	4.173
Suicídio	-	13	15
Tráfico Tóxicos	1	13	33
Uso Tóxicos	-	16	37

Fonte: Secretaria de Segurança Pública – CEDEP, 2004.

Trabalho e Renda

O levantamento de campo observou que entre os entrevistados, de 25 das 29 localidades visitadas, o número de desempregados ou pessoas que não possuíam emprego ultrapassava o número das que tinham emprego formal. As exceções ficaram por conta de Enseada e Cairu, onde o número de pessoal empregado (60%) ultrapassou os que não têm emprego formal (40%), e Bica e Getúlio Vargas, onde o número de empregados se iguala ao de desempregados. Mas a média geral entre os municípios das áreas de Influência Direta e Indireta aponta que apenas 23,3% dos entrevistados estão

¹⁹ Ocorrências em localidades limítrofes a dois municípios (ou muito distantes da sede municipal) deixam de ser registradas por ignorância do local correto em que devem ser registradas.

²⁰ Depoimento de agente policial, em julho de 2009.

empregados, contra 76,7% dos que declararam não possuir emprego formal. Parte da população de Enseada está empregada no Canteiro da Petrobras em São Roque, distrito de Maragogipe.

Independente da centralidade que o trabalho possa ter na vida da população, a questão do emprego assume nesta região um papel dramático que pode ser comprovado pela recorrência com que o assunto aparece nas falas dos entrevistados. O desemprego é apontado como o maior problema local por 49,7% dos entrevistados e o trabalho é apontado como a solução para a situação municipal, por 50,8% dos entrevistados. A falta de emprego é apontada como causa do deslocamento da população para outras regiões, por 39%. É importante observar que esse cenário se configura numa região onde estão reunidos os municípios com os melhores índices de desenvolvimento do Estado.

Em 2009, os repasses do Governo Federal, a título do Programa Bolsa Família, alcançam, nos seis municípios estudados, um total de 8.149.872 reais, beneficiando 16.701 famílias pobres com a complementação de renda.

TABELA 5.3.2- 12 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas por sexo, situação do domicílio – 2000.

Sexo	Maragogipe		Salinas da Margarida		Saubara	
	Situação do domicílio		Situação do domicílio		Situação do domicílio	
Total	Total	17.417	Total	4.195	Total	4.093
	Homens	10.682	Homens	2.338	Homens	2.531
	Mulheres	6.735	Mulheres	1.857	Mulheres	1.561

Nota: 1 - Dados da amostra.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

TABELA 5.3.2- 13 – Grau de informalidade na ocupação e taxa de desocupação.

Município	Grau de Informalidade (1)	Taxa de desocupação % (2)
São Félix	63,22	18,66
Cachoeira	64,13	19,32
Maragogipe	86,58	15,70
Salinas	77,13	13,09
Saubara	79,50	9,85
Itaparica	61,13	27,41

Fonte: IBGE. Censo Demográfico – 2000 – Microdados da Amostra.

(1) - (Empregados sem carteira assinada + Conta-própria + Não-remunerado em ajuda a membro do domicílio + Trabalhador na produção para o próprio consumo) / Pessoas ocupadas x 100.

(2) - (Desocupados / Pessoas economicamente ativas) x 100.

O contingente economicamente ativo de Maragogipe, Saubara e Salinas da Margarida, em 2000, girava em torno 25.500 trabalhadores. Conforme mostra a **TABELA 5.3.2-13** que considera o número de trabalhadores em situação informal, subempregados e taxa de desocupação podemos intuir que esses trabalhadores “disponíveis” nas áreas de influência direta e indireta serão suficientes para atender à demanda de mão de obra a ser qualificada e aproveitada no empreendimento.

Fluxos Migratórios

A grande maioria (66,2%) da população entrevistada durante a realização da pesquisa de campo declarou ser natural do local onde vive atualmente. O tempo médio de residência no lugar atual entre os que declararam outro local de nascimento foi de 5,45 anos; o que de certa forma não chega a configurar uma situação de migração. Os que não nasceram nas próprias localidades onde se encontram atualmente indicaram, como locais de origem, principalmente as localidades vizinhas dentro do próprio distrito ou, em menor número, nos municípios vizinhos. A principal causa apontada para o deslocamento territorial para o atual domicílio foi de natureza familiar, ou seja, para acompanhar parentes ou por ter contraído matrimônio. Nos pequenos aglomerados rurais o grau de parentesco é bastante acentuado.

As justificativas com base na busca por trabalho e de novas oportunidades corresponderam apenas a 13,9% das respostas.

A imigração tem na sua grande maioria o próprio estado como ponto de origem. Entre os imigrantes registrados em Saubara em 2007, 94,7% se enquadrava nesta posição. O mesmo ocorria com São Felix, Salina da Margarida e Itaparica, todos com índices em torno dos 90%. A exceção se dá no município de Cachoeira, com 63,1% dos imigrantes originários do próprio Estado. Neste município 35,8% dos imigrantes eram oriundos de outra unidade da Federação. A imigração de outro país é desprezível computando 36 casos em Itaparica, o que corresponde a 1,8%.

TABELA 5.3.2- 14 – Imigrante por município, segundo a origem – Bahia, 2007.

Município	Proporção segundo a origem (%)		
	Bahia	Outra UF	Outro país
Cachoeira	63,1	35,8	1,1
Itaparica	89,7	8,4	1,8
Maragogipe	93,7	6,2	0,1
Salinas	96,4	3,5	0,1
São Félix	93,3	6,7	-
Saubara	94,7	5,2	0,1

Fonte: IBGE contagem da população 2007.

Organização Social

A área em estudo integra uma unidade de conservação, voltada à exploração sustentável pela população nativa, constituída de pescadores artesanais e de coletores de mariscos. Nela estão localizados diversos quilombos reconhecidos e outros em processo de reconhecimento. Atuam na região diversos setores organizados da sociedade civil e grupos ambientalistas. Atualmente, a área tem se configurado como um espaço político onde os argumentos dos grupos em disputa buscam legitimação. A participação popular é pequena, com exceção de São Francisco do Paraguaçu, onde o debate assumiu contornos mais nítidos entre os que apóiam e os que rejeitam o reconhecimento da população local como tradicional quilombola.

O mapeamento das entidades e lideranças sociais atuantes nas comunidades de pesca de Maragogipe, Saubara e Salinas da Margarida, apresentado no **QUADRO 5.3.2-7**, foi

realizado pela equipe de Interação Social com Comunidades de Pesca, desenvolvido pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM.

QUADRO 5.3.2- 6 – Lista de Colônias e Associação de Pescadores.

COLÔNIAS E ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES				
INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REPRESENTANTE	ENDEREÇO	CONTATO
COLÔNIA DE PESCADORES – Z07 – MARAGOGIPE	MARAGOGIPE	PRESIDENTE: Sr.(a) ROQUELINA SOUZA ALMEIDA	RUA DR. RODRIGUES LIMA Nº 01 CEP: 44.420-000	75-3526-1423/9993-8775 / 71-9942-6828
COLÔNIA DE PESCADORES Z 12 – AMOREIRAS	ITAPARICA	PRESIDENTE: Sr.(a) HILDO PEIXOTO	RUA DOS DENDEZEIROS S/N – AMOREIRAS CEP: 44.460-000	(71) 3631-2705/2043(casa)
COLÔNIA DE PESCADORES Z-13 – SALINAS DA MARGARIDA	SALINAS DA MARGARIDA	PRESIDENTE : Sr.(a) VALDEMIRO BENEDITO CAETANO (Sr. Vade)	RUA SÃO CRISTÓVÃO 178 – CENTRO CEP: 44.450-000	(75) 3659-1004 / 1651
COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 – SAUBARA	SAUBARA	PRESIDENTE: Sr.(a) JOSÉ CARLOS DE JESUS RODRIGUES	PRAÇA 04 DE AGOSTO 36 – CENTRO CEP: 44.220-000	(75) 3696-1125 / 1041 FAX: (75) 3696-1032
COLÔNIA DE PESCADORES Z-52 – SANTIAGO DO IGUAPE	CACHOEIRA	PRESIDENTE: Sr.(a) ERIVALDO ARAÚJO DOS SANTOS	RUA QUEBRA CABEÇA S/N CEP: 44.300-000	(75) 3414-5029/5045 (Sr.Rosalvo) 9952-0316

ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES				
Instituição	Município	Representante	Endereço	Contato
ASSOC. DOS PESCADORES E MARISQUEIRAS DO DENDÊ	MARAGOGIPE		RUA MONTE CASTELO 95 – CAPA-GATO CEP:44.420-000	71-9997-4664 // 75-9991-8158
ASSOC. DOS PESCADORES(AS) DO GUAÍ E CAPANEMA	MARAGOGIPE		CAPANEMA – DISTRITO DO GUAÍ CEP: 44.420-000	75-9991-1790 (JANETE)
ASSOC. DOS PRODUTORES RURAIS E PESCADORES DE ENCARNAÇÃO DE SALINAS	SALINAS DA MARGARIDA	PRESID: EDSON MANUEL DE JESUS	PRAÇA ADALGISSA LIMOEIRO 15 – CENTRO CEP: 44.450-000	
ASSOC. DAS MARISQUEIRAS DE SAUBARA	SAUBARA	PRESID. REGINA SOUZA SANTOS	PRAÇA 04 DE AGOSTO S/N – CENTRO CEP: 44.220-000	75-3696-1556// FAX: 3696-1556/1034
ASSOC. DAS MARISQUEIRAS DE BOM JESUS DOS POBRES	SAUBARA	PRESID. LAUDELINA FERREIRA	TRAV. GETULIO VARGAS S/N – BOM JESUS DOS POBRES CEP: 44.220-000	
ASSOC. DOS MORADORES DO ANGOLÁ	MARAGOGIPE	PRESID: CARLOS ANTONIO VAZ DE BRITO	RUA MONTE CASTELO S/N – ANGOLÁ CEP; 44.420-000	75-9964-4875//3526-2844(TP)
ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E MARISQUEIRAS DA BAIXINHA E COMISSÃO	MARAGOGIPE	PRESID: JOSENILDA DOS SANTOS SOUSA	RUA DA COMISSÃO SN – COMISSÃO 71- 9993-2369 CEP: 44.420-000	75-526-2012/1497 (FAX)
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS PESCADORES E MARISQUEIRAS DE MARAGOGIPE	MARAGOGIPE	PRESID.: IVAN SILVA SOUZA	AV. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES SN – CEP.: 44.420-000	75-3526-1494 // 71-9966-9995
ASSOCIAÇÃO DAS MARISCADÉIRAS DE SALINAS DAS MARGARIDAS	SALINAS DA MARGARIDA	PRESIDENTE: JANDAIRA SANTOS NEGREIRO	PRAÇA TENENTE ALBUQUERQUE S/N – CENTRO CEP: 44.450-000	75-3659-1321 / 71-3243-6242
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E MARISQUEIRAS DE MISERICÓRDIA	ITAPARICA	PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS TEIXEIRA	RUA GETÚLIO VARGAS S/N – MISERICÓRDIA CEP: 44.460-000	71-8825-8760 / 3631-3846
ASSOCIAÇÃO DE MARISQUEIRAS E PESCADORES DE SÃO ROQUE DO PARAGUAÇU	MARAGOGIPE	PRESIDENTE: BERENICE SANTOS BARBOSA	RUA DO AREAL S/N – SÃO ROQUE DO PARAGUAÇU CEP: 44.428-000	75-3527-6116
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E AQUICULTORES DE SALINAS DA MARGARIDA	SALINAS DA MARGARIDA	PRESIDENTE: JOSUÉ DE JESUS SANTOS	RUA – AV.BEIRA MAR, S/N – CENTRO CEP: 44.450.000	75- 3659 1324
ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA BENEFICENTE DOS PESCADORES E MARISQUEIRAS DA ENSEADA DO PARAGUAÇU	MARAGOGIPE	PRESIDENTE: LAZARO RAIMUNDO TADEU MACHADO DA SILVA	RUA – PRINCIPAL – ENSEADA - CEP – 44.420.000	(075) 81278604 – 81263290 – 81269112 - 35279120
ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTE DO QUILOMBO SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU	CACHOEIRA		RUA CHILE, Nº 17 – SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU CEP:44.300-000	

BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE



Coordenador do Estudo

Responsável Técnico

Revisão 00
11/2009

ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES				
Instituição	Município	Representante	Endereço	Contato
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PESCADORES DE PONTA DE SOUZA	MARAGOGIPE	PRESIDENTE – ANANIAS DE SANTANA CALDAS	BAIRRO DE PONTA DE SOUZA CEP – 44.420.000	
ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E MARISQUEIRAS DE CONCEIÇÃO DE SALINAS-APMCS	SALINAS DAS MARGARIDAS	PRESIDENTE – RAIMUNDO CELESTINO DA SILVA	RUA DA PRAIA,S/N – CONCEIÇÃO DE SALINAS CEP:44.450-000	3659-6152/6153(ALDO) 9118-6626
ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO SALAMINA PUTUMUJU	MARAGOGIPE	PRES: MANUEL MATIAS DA CRUZ SANTOS	COM. QUILOMBO SALAMINA PUTUMUJU, S/N – SÃO ROQUE CEP:44.420-000	(75) 9991-8061
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E MARISQUEIROS CAVALO MARINHO-CAVAMAR	SALINAS DAS MARGARIDAS	PRESIDENTE: ROBSON CARLOS SANTOS AMARAL	RUA SANTO ANTÔNIO , 7 – CENTRO CEP:44.450-000	(75) 3667-1089
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES MARISCADEIRAS DE BARRA DO PARAGUAÇÚ	SALINAS DAS MARGARIDAS	PRESIDENTE:MARIA ADELAIDE DOS SANTOS SANTANA		
ASSOCIAÇÃO DE MARISQUEIRAS E PESCADORES DE CAIRÚ DE SALINAS	SALINAS DAS MARGARIDAS	PRESIDENTE: GABRIELA SILVA CONCEIÇÃO		
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS DE CONCEIÇÃO DE SALINAS	SALINAS DAS MARGARIDAS	PRESIDENTE: AUGUSTO CESAR M. DOS SANTOS	RUA DA PRAIA, S/N – CONCEIÇÃO CEP:44.450-000	8744-1064

Apesar do número elevado de associações existentes^{21,22} nos municípios estudados, nas demais localidades e aglomerados visitados, a participação efetiva em movimentos sociais, conselhos, organizações de moradores é pequena, assim como o nível de informação a respeito da pauta política local.

Na pesquisa de campo realizada pela equipe de sócioeconomia em junho de 2009, apenas três dos entrevistados (2,1%) participavam de Conselhos: um na RESEX, outro no de Saúde Municipal e um terceiro no Conselho Tutelar. Cerca de 87% dos moradores declararam sequer conhecer a existência de conselhos em funcionamento na região, enquanto 3,7% afirmaram ter conhecimento sobre a RESEX: 1,6% sobre a Área de Proteção Ambiental da Baía de Todos os Santos e 7,1% do Comitê da Bacia do Paraguaçu.

Sobre o conhecimento a respeito de projetos sociais em funcionamento na área, 13,9% afirmaram conhecer algum projeto contra 86,1% que demonstraram total desconhecimento a respeito. Aproximadamente 87% dos moradores ouvidos declararam que não participam de ações voltadas à preservação ambiental contra 7,1% que alegam participar, sempre e quase sempre, deste tipo de ação. Outros 13,4% afirmaram participar, sempre ou quase sempre, de debates sobre questões que envolvem a comunidade e cerca de 36,4% declararam conhecer algum líder comunitário.

É importante observar que a baixa participação é comum à maioria dos movimentos sociais²³. De uma forma geral e na maior parte do tempo, a participação em movimentos sociais, associações e ONGs está limitada a um número muito pequeno de militantes ou simpatizantes, e a força desses movimentos decorre da sua capacidade de obter visibilidade, arregimentar apoios e mobilizar grandes contingentes da população, em determinadas situações específicas. Portanto, os resultados obtidos sobre a participação em ações, associações de diversos tipos, movimentos sociais e cooperativismo não diferem de outras regiões do Estado e de certa forma sugerem a presença de uma questão e de argumentos em busca de legitimação, que são característicos de um processo dialógico de formação de uma opinião pública.

A religião católica predomina em 26 das 29 localidades visitadas. As exceções são Getúlio Vargas, Acupe e Cairu, onde o número de evangélicos supera o de católicos. Não houve nenhuma menção a religiões de matriz afro-brasileira entre as repostas dos 398 entrevistados da região. Esse fato é surpreendente, tendo em conta que parte considerável dos questionários aplicados foi respondida por moradores dos diversos quilombos visitados.

Foram aplicados 398 questionários (n=398). Alguns itens foram avaliados pela população em questões onde as alternativas de resposta variavam de uma aprovação máxima (+2) a uma desaprovação máxima (-2) passando por zero (neutro). Uma média de 1,75 significa que as diversas opiniões somadas e divididas explicitaram uma atitude positiva com esse valor. O desvio padrão apresenta um índice de dispersão em torno da média obtida. Se todos avaliaram alguma coisa e deu a mesma nota, 1,75 o desvio padrão seria

²¹ Numa avaliação, limitada apenas às organizações da comunidade que firmaram algum convênio com a CAR, nos últimos anos, foi possível contabilizar a existência de mais de 30 organizações.

²² De acordo com levantamentos do Projeto de Interação Social com Comunidades Pesqueiras, foram identificadas cerca de 90 Instituições da Sociedade Civil, sendo 66 em Maragogipe, 5 em Salinas da Margarida e 14 em Saubara.

²³ Estudo realizado junto aos jovens universitários de Salvador (Espíñeira, 2000) demonstrou que até neste segmento, cuja participação tem sido extremamente significativa para a história política do país, esta é extremamente baixa, na maior parte do tempo. Apenas 8,7% participavam ativamente de movimentos ambientalistas.

zero. Mas se ao contrário, uns deram 1 outros 2 outros -1 e assim por diante, mas no final a média é a mesma (1,75) é fácil perceber que, no primeiro caso, a média reflete uma posição mais forte que no segundo, onde a dispersão foi elevada.

A atitude positiva (score +1,25²⁴) em relação à instalação de projetos industriais e do Estaleiro do Paraguaçu na região é fortemente compartilhada pela maioria da população pesquisada. Em torno de 78% dos depoentes aprovam, total ou parcialmente, a instalação do empreendimento na região, contra 6,8% que o desaprovam, total ou parcialmente.

TABELA 5.3.2- 15 – Aprovação/ Desaprovação do Empreendimento nos Municípios.

Avaliação	Frequência (%)	Acumulado
Desaprova totalmente	3,9 %	3,9 %
Desaprova em parte	2,9 %	6,8 %
Não aprova nem desaprova	15,4 %	22,3 %
Aprova parcialmente	19,4 %	41,6 %
Aprova Totalmente	58,4 %	100,0 %
Total	100,0 %	100,0 %

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

A maior parte da população dos municípios que compõem a AID está concentrada nas áreas urbanas, nas sedes municipais e distritais e em pequenas comunidades rurais litorâneas ou ribeirinhas.

Em Cachoeira, cerca de 65%, da população está domiciliada na sede municipal e em outras 4 localidades de maior porte.

Em Maragogipe essa concentração é um pouco menor, com aproximadamente 55% da população em 7 localidades. Maragogipe também apresenta um grande número de pequenos aglomerados ribeirinhos ocupados por populações que exercem atividades artesanais de pesca e coleta de mariscos.

Em Salinas da Margarida 96,79% da população municipal está domiciliada na sede, ou em Cairu, Conceição de Salinas e Encarnaçao de Salinas.

Zoneamentos Existentes

A cobertura da proteção ambiental da RESEX compreende a maior parte do ecossistema mais frágil do município de Maragogipe.

O zoneamento complementar proposto no plano diretor foi em parte realizado com base no mapeamento realizado pela Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia-SEAGRI considerando os diversos estágios da cobertura vegetal (PDDU Maragogipe, 2004).

O uso do solo urbano é disciplinado por Lei de Ordenamento Ambiental, de Parcelamento, de Ocupação e de Uso do Solo e pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de cada município.

²⁴ Os valores para esta questão podiam variar de uma atitude fortemente negativa (-2) a uma atitude fortemente positiva (+2).

Em Maragogipe o zoneamento urbano das sedes distritais e municipal é composto de:

- Zonas de Concentração de Uso;
- Áreas Sujeitas a Regime Específico.

As primeiras se subdividem em: **Zona de Uso Múltiplo**; de **Expansão Urbana** e de **Borda de Manguezais**.

As Zonas de Borda de Manguezais - ZBM estabelecem uma faixa não edificável de 20 metros de distância das margens dos mangues. Este zoneamento, apesar de ser voltado especificamente para as áreas urbanas de Maragogipe, pode ser aplicado a toda a extensão dos manguezais do município, que junto com as matas ciliares e outros tipos de vegetação estão sob proteção e classificados como Área de Preservação e Conservação Ambiental.

As Zonas de Uso Múltiplo variam de acordo com sua classificação em: (Z 1) áreas já ocupadas e consolidadas; (Z 2) áreas com baixa densidade destinadas a habitações uni familiares e uso comercial e de lazer; (Z 3) áreas semi-consolidadas e com vocação para uma maior ocupação e; (Z 4) áreas onde devem incidir restrições, composta de ocupações mais recentes em função de sua localização²⁵.

As Zonas de Expansão Urbanas- ZEU são áreas passíveis de ocupação e voltadas para a expansão urbana.

O zoneamento proposto no Plano Diretor Urbano-PDDU de Maragogipe e que incidirá na área prevista para implantação do empreendimento classifica as diferentes porções do município em 4 zonas de preservação e de uso sustentável:

- Zona de Preservação Permanente – ZPP, voltada para proteção da vegetação em estágio médio e avançado de regeneração e nascentes;
- Zona de Preservação Rigorosa – ZPR, correspondendo à floresta remanescente da mata atlântica em estágio primário de regeneração;
- Zona de Preservação do Patrimônio Ambiental – ZPPA, voltada para a proteção das paisagens em ambientes fora dos núcleos urbanos, monumentos históricos e culturais, e;
- Zonas Especiais – ZE, que corresponde a área da Reserva Extrativista Marinha do Iguape.

Segundo o zoneamento proposto pelo PDDU do município de Maragogipe a área diretamente afetada está situada nos seus extremos norte e oeste, dentro de uma Zona de Proteção Rigorosa – ZPR, enquanto a parcela leste e sul está numa Zona de Proteção Permanente - ZPP. Próximo à localidade de Enseada, a leste do limite da ADA, a vegetação pertence à área de vegetação de restinga (**FIGURA 5.3.2-7**).

Da mesma forma que em Maragogipe, os municípios de São Felix e Cachoeira possuem zoneamentos urbanos definidos pelos seus planos diretores urbanos, que estabelecem critérios para a expansão urbana para todas as sedes distritais e municipais e capazes de absorver um possível aumento populacional provocado pela instalação do empreendimento na região. De todas as áreas estudadas a cidade de São Felix é a que

²⁵ (PDDU MARAGOGIPE, 2004: 19).

apresenta menos alternativas a expansão devido a sua configuração delimitada de um lado pelo leito do rio e do outro pelo relevo local.

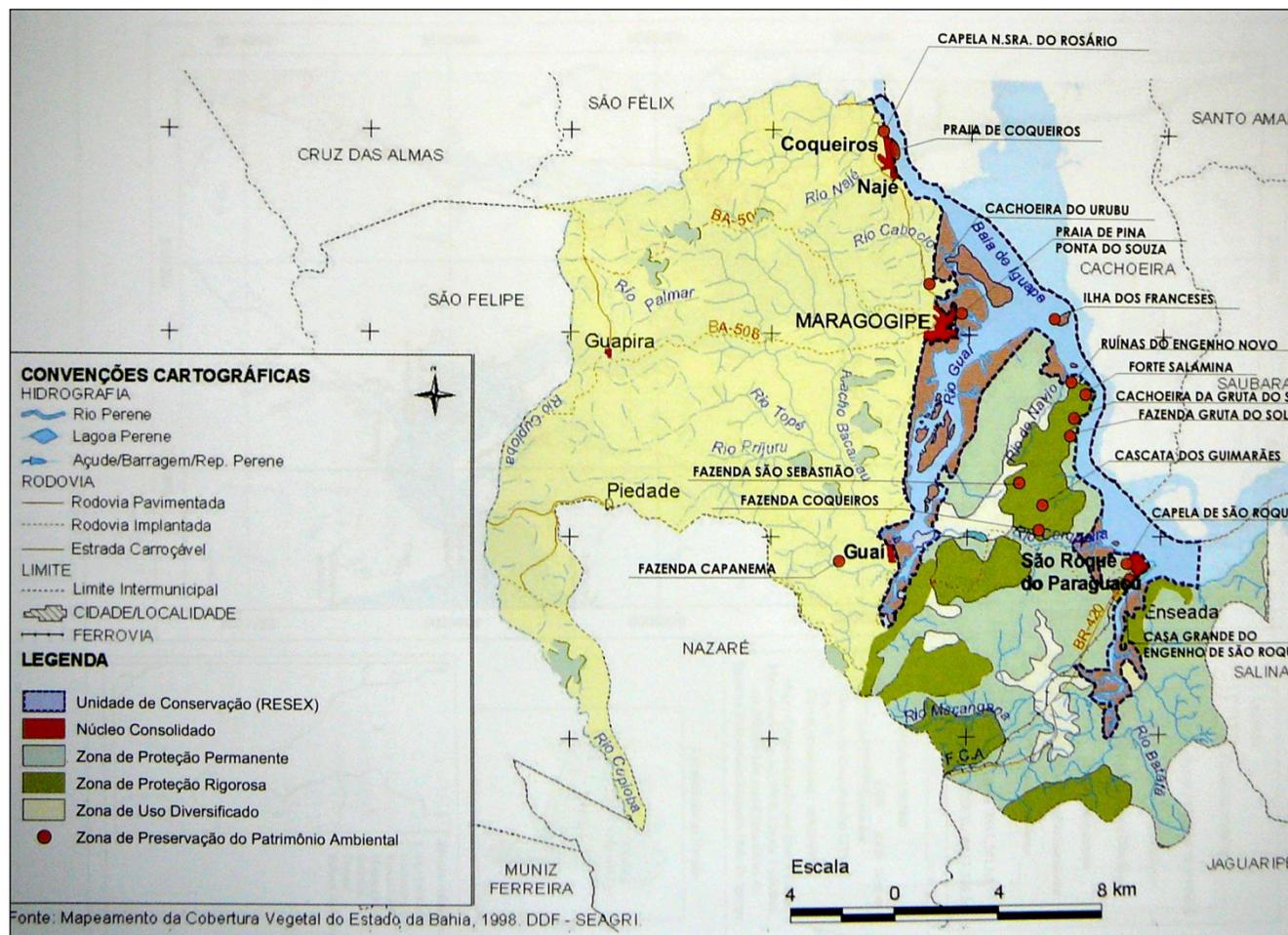


FIGURA 5.3.2- 7 – Zoneamento Municipal de Maragogipe. Fonte: PDDU Maragogipe.

5.3.2.2. Análise por Município

Município de Maragogipe

Maragogipe pertence ao eixo de desenvolvimento do Grande Recôncavo, à microrregião de Santo Antônio de Jesus e à mesorregião metropolitana de Salvador. O município está dividido, pelo IBGE, em 52 setores censitários, distribuídos pelos seguintes distritos: Distrito 5 – **Maragogipe**, com 18 setores censitários; Distrito 10 – **Coqueiro** com 5 setores censitários; Distrito 15 – **Guai**, com 5 setores censitários; Distrito 20 – **Guapira**, com 13 setores censitários; Distrito 25 – **Nagé**, com 4 setores; e Distrito 30 – **São Roque do Paraguaçu**, com 7 setores censitários.

População

Em 2007, a contagem populacional efetuada pelo IBGE registrou uma população de 42.079 habitantes. Ocupando uma área de 437,8 km², Maragogipe é o maior município da Área de Influência Direta. Sua densidade populacional, em 2000, foi de 92,1 hab./km² e, em 2007, passou para 98,11 hab./km².

A taxa de crescimento da população registrada no período 1991-2000 foi de 0,44%. A taxa de urbanização sofreu, no mesmo período, uma redução de 1,04%, passando de 52,75% para 52,20%.

TABELA 5.3.2- 16 – População por Situação de Domicílio – 1991, 2000 e 2007.

	1991	2000	2007
População Total	38.811	40.314	42.079
Urbana	20.472	21.043	22.516
Rural	18.339	19.271	19.563
Taxa de Urbanização	52,75%	52,20%	53,51%

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2007.

Em 2007, Maragogipe contava 11.468 domicílios, sendo 6.430 em áreas urbanas e 5.038 em áreas rurais. Segundo a divisão territorial do IBGE, 8 setores censitários integram áreas urbanizadas de cidade ou vila, 19 são áreas não-urbanizadas de cidade ou vila, 1 é um aglomerado rural isolado (povoado), e 24 compreendem zonas rurais.

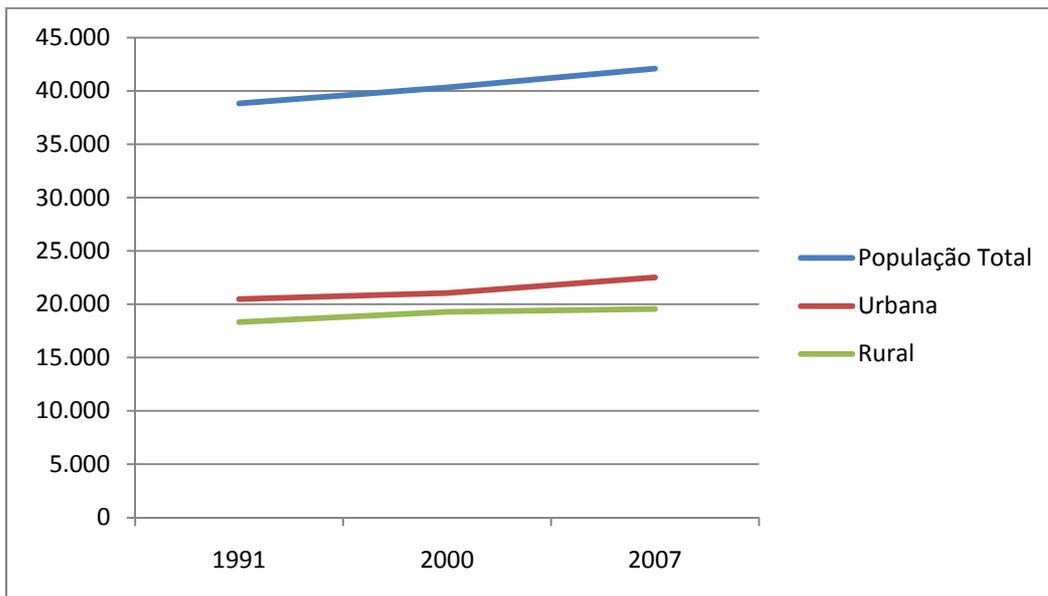


FIGURA 5.3.2- 8 – Evolução da População Rural e Urbana no município de Maragogipe.

A taxa de mortalidade de crianças até um ano de idade, entre 1991 e 2000, apresentou uma redução de 32,36%, passando para 36,10 por mil. Este é o menor índice encontrado nos municípios estudados e está abaixo da média do Estado, situada em 49,94 por mil.

TABELA 5.3.2- 17 – Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade (1991 e 2000).

Indicadores	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	53,4	36,1
Esperança de vida ao nascer (anos)	63,3	66,9
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	4,6	3,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000.

A esperança de vida também apresentou melhoria no mesmo período, alcançando 66,87 anos no censo realizado em 2000. Os indicadores apontam para uma progressiva melhora na situação do município.

A análise da pirâmide etária da unidade territorial exibe uma base expandida e um topo estreito, indicando alta taxa de natalidade e baixa expectativa de vida.

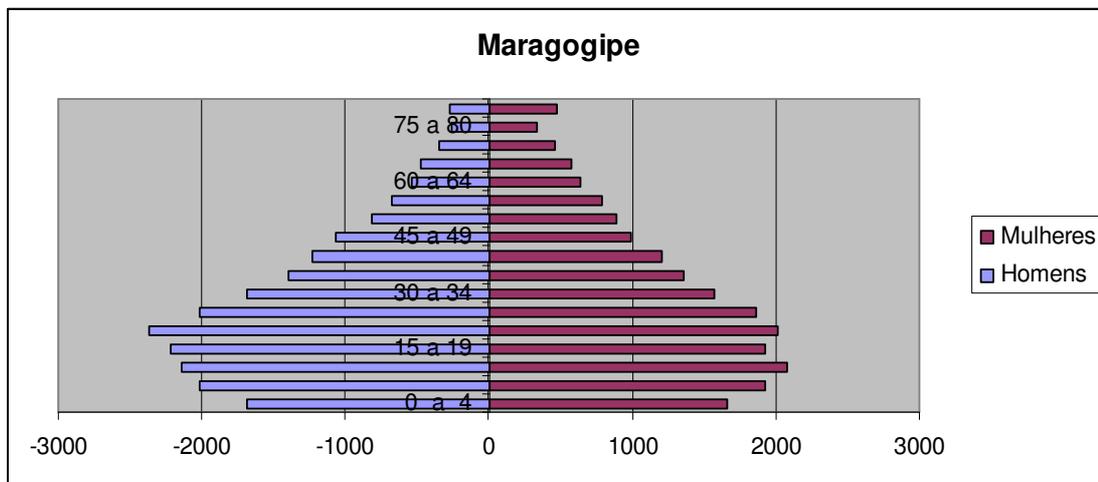


FIGURA 5.3.2- 9 – Pirâmide Etária do Município de Maragogipe.
Fonte: IBGE, 2007.

A representação gráfica da estrutura etária indica um perfil predominantemente jovem (até 20 anos) e uma perda da população feminina, na faixa dos 15 aos 19 anos, fenômeno observado na maioria dos municípios estudados.

Desenvolvimento Humano e Renda

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) evoluiu entre 1991 e 2000 basicamente em função da melhoria dos índices da educação, situando a unidade territorial num nível médio de desenvolvimento. O componente econômico contribuiu pouco, sugerindo um processo de estagnação da região. Embora tenha aumentado o seu IDH, o município perdeu posição na classificação do Estado, passando da 106^a colocação para a 164^a.

TABELA 5.3.2- 18 – Evolução de Componentes de IDH-M.

Componentes do IDH-M	1991	2000
Educação	0,524	0,695
Longevidade	0,638	0,698
Renda	0,471	0,510
IDH-M	0,544	0,634

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000.

A renda per capita média do município vem apresentando melhora nas últimas décadas. De 1991 a 2000 cresceu 25,84%, passando de R\$ 65,71, em 1991, para R\$ 82,69, em 2000. O levantamento de campo, realizado em 2009, indicou uma renda familiar média no município de aproximadamente R\$ 566 reais. A pobreza (proporção de pessoas com renda familiar equivalente à metade do salário mínimo, na ocasião do levantamento) diminuiu 18,67%, passando de 78,3%, em 1991, para 63,7%, em 2000. O estudo de campo indica que em 2009 esse percentual foi reduzido para 21,5%. A desigualdade medida pelo Índice de Gini passou de 0,58, em 1991, para 0,55, no ano 2000.

TABELA 5.3.2- 19 – Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade - 1991 e 2000.

INDICADOR	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2.000)	65,7	82,7
Proporção de Pobres (%)	78,3	63,7
Índice de Gini	0,58	0,55

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000.

Até agosto de 2009, segundo o site Portal da Transparência, o município recebeu R\$13.477.380,00 em repasses do Governo Federal. Deste valor, R\$ 243.628,54 representaram transferências para o pagamento de *royalties* de petróleo e gás, e R\$ 2.863.108,00 destinados a 5.702 famílias pobres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, significando uma renda média por família no período de 502,12 reais

Infraestrutura e Habitação

Em geral, as residências mais próximas dos centros dos núcleos urbanos apresentam uma boa estrutura. Em sua maior parte, construídas em alvenaria, com paredes rebocadas, cobertas com telha cerâmica ou laje, possuem três a quatro cômodos e banheiro interno, sendo atendidas por rede básica de esgoto e abastecimento de água. Contudo, nos bairros mais distantes e periféricos, como Passagem e Monte Cristo, a situação é distinta, com a presença de habitações precárias, de taipa, com cobertura de amianto e materiais improvisados, possuindo um ou dois cômodos.

Estas áreas apresentam também deficiências na pavimentação das vias de circulação, na iluminação pública e na oferta de equipamentos, como posto policial e de saúde. Maragogipe foi atendida pelo programa de saneamento do Bahia Azul, porém, muitas moradias não foram ligadas à rede de esgoto por resistência de seus proprietários, pois alegam que a Prefeitura não arca com os custos de quebrar o piso, no interior das residências, para fazer a ligação.

TABELA 5.3.2- 20 – Acesso aos Serviços Básicos – 1991 e 2000.

SERVIÇOS	1991	2000
Água Encanada	47,4	48,7
Energia Elétrica	64,4	73,8
Coleta de Lixo ¹	23,3	61,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000.

¹Somente domicílios urbanos.

Um problema levantado entre os moradores é a constante queda de energia elétrica na cidade. Em alguns casos, a população chega a ficar dois ou três dias sem energia em casa e nas ruas.

Educação

As escolas da cidade abarcam toda a formação fundamental e média, além de contar com algumas faculdades particulares. A taxa de analfabetismo, entre 1991 e 2000, apresentou uma queda considerável em todas as faixas de idade, principalmente entre os jovens de 15 a 17 anos, caindo de 30,9%, em 1991, para 8,1%, em 2000. Mesmo com os avanços registrados neste aspecto, Maragogipe ostentava a pior taxa média de alfabetização, entre os seis municípios objetos deste estudo, e abaixo da média da microrregião a que pertence.

Em 2007, Maragogipe continuava apresentando a maior taxa de analfabetismo, tanto na faixa de 10 a 15 anos como de 15 anos ou mais. No entanto, o número de jovens freqüentando a escola aumentou consideravelmente. A média de anos de estudo, entre a população com 25 anos ou mais, subiu de 2,3 para 3,3, em 2000, segundo o Atlas de Desenvolvimento Social. Tais resultados confirmam que o componente educação teve um desempenho importante na melhora do IDH Municipal.

TABELA 5.3.2- 21 – Nível Educacional da População Jovem – 1991 e 2000.

Faixa de Idade	Taxa de Analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% Frequentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	Idade	1991	2000	1991
7 a 14	56,0	26,0	-	-	7 a 14	56,0	26,0	-
10 a 14	42,5	18,1	82,9	66,6	10 a 14	42,5	18,1	82,9
15 a 17	30,9	8,1	57,1	37,4	15 a 17	30,9	8,1	57,1
18 a 24	33,5	16,3	51,4	37,1	18 a 24	33,5	16,3	51,4

- = Não se aplica

A escolaridade média do município está limitada ao ensino fundamental completo, com um escore de 4,05 pontos, segundo levantamento de campo realizado em 2009. O resultado de Maragogipe foi o pior registrado entre as demais áreas pesquisadas e decorre, em parte, do maior número de pequenos aglomerados em condições precárias e de difícil acesso.

O município apresenta um grau de desenvolvimento socioeconômico que mostra as contradições entre as localidades observadas, no que diz respeito ao acesso a bens e serviços públicos, ao engajamento coletivo da população, dentre outros aspectos. Por outro lado, observam-se determinados consensos de caráter global, na opinião da população, sobre alguns problemas sociais considerados por ela de grande importância. No *ranking* do índice de desenvolvimento humano municipal do Estado ocupa o 163º lugar, com 0,634, valor que situa o município numa posição média, abaixo de 39% dos municípios da Bahia.

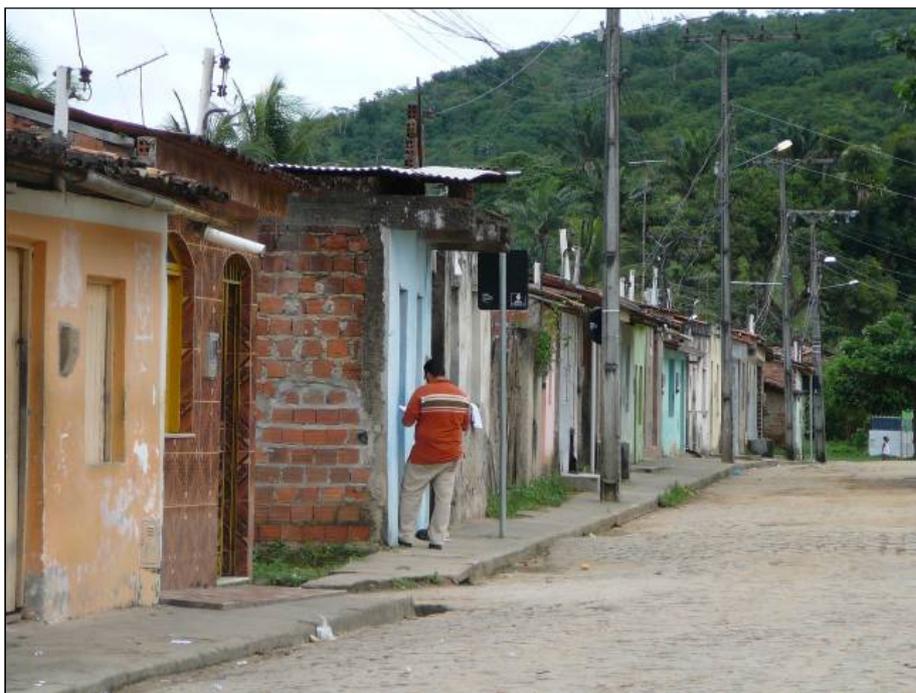


FIGURA 5.3.2- 10 – Município de Maragogipe.

No passado, duas fábricas de charutos funcionavam na região: a Suerdieck e a Dannemam que, segundo depoimentos de moradores, empregava grande número de pessoas na confecção industrial e na agricultura, fortalecendo a dinâmica econômica local. Atualmente, ainda existem algumas fábricas de charutos no Recôncavo; em Maragogipe estão em operação a Matheó Charutos e a Cigarrilhas Ltda., mas o número

de desempregados atualmente é muito elevado. Cerca de 75% dos entrevistados em Maragogipe não estavam empregados²⁶.

TABELA 5.3.2- 22 – Avaliação sobre serviços no Município de Maragogipe – 2009.

Itens	Escores (means)
Educação	2,84
Lazer	2,46
Saúde	2,11
Transporte	2,98
Saneamento	2,55
Iluminação	2,93
Segurança	2,01

Obs. Os escores variam de 1 a 5, sendo que, valores abaixo de 3, indicam avaliações negativas (ruim e péssimo) e, acima de 3, positivas (bom e ótimo). n = 108.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

O município de Maragogipe possui 2.067 terminais de telefone fixo instalados e em serviço, mas algumas localidades, e até mesmo sedes distritais como Guapira, não possuem terminais telefônicos instalados. Os 122 terminais telefônicos de acesso público também estão, em sua maioria absoluta, concentrados na cidade de Maragogipe, nas sedes distritais de São Roque, em Coqueiros e Nagé, restando apenas 11 telefones públicos para cobrir o restante do município. Entre os aparelhos fixos individuais, a média municipal é de um aparelho para cada seis domicílios.

TABELA 5.3.2- 23 – Número de Aparelhos de Telefonia Fixa – Maragogipe – 2009.

Localidade	Empresa	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Coqueiros	Telemar/Telemar Ba	160	9
Guapira	Telemar/Telemar Ba	0	1
Maragogipe	Telemar/Telemar Ba	1.362	69
Nage	Telemar/Telemar Ba	126	9
Sao Roque do Paraguaçu	Telemar/Telemar Ba	262	24
Enseada	Telemar/Telemar Ba	31	5
Ponta de Souza	Telemar/Telemar Ba	0	2
Santo Antônio da Aldeia	Telemar/Telemar Ba	0	1
Piedade	Telemar/Telemar Ba	0	1
Batatan	Telemar/Telemar Ba	0	1
Capanema	Telemar/Telemar Ba	9	4

Fonte: ANATEL, 2009.

Maragogipe (sede municipal)

Cidade de médio porte, urbanizada e com cerca de 13.829 habitantes e 4.053 domicílios. Seus prédios, monumentos e casario mesclam a arquitetura barroca e colonial, alguns deles tombados pelo Patrimônio Histórico.

Sua população é religiosa, predominantemente católica²⁷ e a devoção é bem marcante no folclore da região. As manifestações culturais mais expressivas são as festas juninas, o carnaval e a festa do padroeiro São Bartolomeu, que dura todo o mês de agosto, e inclui a lavagem e o Bando Anunciador, sem deixar de mencionar a presença marcante

²⁶ Incluindo os aposentados, que não integram a faixa da população economicamente ativa.

²⁷ Os entrevistados que se declararam católicos representam 76,6% da população.

de saveiros, antigas embarcações a vela, utilizadas para conexões com Salvador e demais localidades ribeirinhas, além de realizar o transporte de mercadorias.

A sede conta com correios, circulação de jornais diários, transmissoras de rádio e telefones públicos. O comércio local é diversificado, com mercados e farmácias, além de agências bancárias, como a do Banco do Brasil. Maragogipe apresenta, segundo os entrevistados, déficits de médicos e funcionários do setor da saúde.

Apesar de ter um hospital e uma maternidade, a população precisa muitas vezes se deslocar até São Félix para realizar exames mais complexos ou então alguma cirurgia. As vias são pavimentadas com pedras e apresentam bom padrão de limpeza.

O trânsito local, apesar da existência de sinalização, é caótico, principalmente na zona central. Também é possível observar áreas com ocupação desordenada e invasões de áreas públicas. As residências são de boa qualidade nas áreas próximas ao centro urbano, mas à medida que nos afastamos dessa região, é possível observar um grande número de moradias de padrão médio e baixo.

A cidade de Maragogipe possui segundo relatório da ANATEL de julho de 2009, 1.762 telefones fixos instalados, estando em serviço apenas 1.431. Destes, 1.362 são terminais individuais de telefonia e 69 são públicos.

Capanema

Capanema é uma pequena localidade do Distrito de Guaí, situado numa região com relevos acentuados. As residências estão dispostas em diversas cotas, chegando à área ribeirinha. As vias do núcleo da comunidade, que são pavimentadas, não possuem bueiros para o escoamento de água pluvial. Parte das vias não é pavimentada e em algumas áreas as moradias estão abaixo do padrão. A comunidade não conta com saneamento básico e com um posto de saúde. Além disso, as escolas não atendem a todas as séries. Os jovens que foram entrevistados ressaltaram a importância do desenvolvimento regional, com a vinda do empreendimento, contudo se mostraram temerosos com os possíveis impactos ecológicos que a região poderia sofrer.

A população vive principalmente do marisco e da pesca e pode-se constatar que uma parte dos jovens tende a procurar outras cidades da Região Metropolitana de Salvador ou do Sudeste brasileiro, em busca de emprego e/ou educação.

Alguns moradores relataram o uso predatório de bombas e redes de malha fina na atividade de pesca da região. *“Cada vez mais é difícil conseguir algum peixe por aqui”*. Segundo este morador, o desenvolvimento da região, com novas fontes de renda, daria ao meio ambiente tempo para restabelecer seus frutos. Antes disso, contudo, torna-se necessária uma fiscalização mais efetiva que impeça a prática da pesca predatória.

A população tem pouco envolvimento com projetos sociais e debates sobre a comunidade. O grau de escolaridade varia conforme a idade, e a atividade produtiva se estabelece em torno de duplas ou até triplas funções, junto a atividades tradicionais, como a pesca e a coleta de mariscos, que não garantem o sustento. A situação, segundo os entrevistados, tende a se agravar pela falta de cuidado com o meio ambiente, em função da pesca predatória.

A expectativa da população está voltada para a sua inserção no processo formal da economia, com a defesa da instalação de projetos industriais e de formação profissional. Os moradores apresentaram uma forte demanda de geração de emprego e renda, como uma forma de melhoria da comunidade, não se excluindo o apoio a projetos voltados para a atividade econômica da pesca e da colheita de mariscos, que são uma característica cultural da localidade. Alguns moradores reclamam da falta de apoio como sendo a responsável pela decadência da atividade pesqueira.

A proposta de implantação do Estaleiro do Paraguaçu na região é desconhecida por parte considerável dos entrevistados e sua aprovação guarda certa ambivalência: uma atitude positiva, em favor da instalação de projetos industriais, e um certo receio das mudanças no modo de vida da população que tal projeto possa acarretar. A criação de empregos se relaciona com a possibilidade de melhora na renda da população e seu apoio é consistente nesse sentido.

Em julho de 2009, a ANATEL contabilizava 65 terminais de telefonia instalados em Capanema, mas apenas 13 estavam em serviço. Destes, nove são terminais individuais e quatro são telefones públicos. O número de terminais fixos é muito pequeno para o tamanho da população local.



FIGURA 5.3.2- 11 – Capanema.

Enseada

Enseada é uma pequena comunidade rural quilombola, situada nos limites da alternativa locacional cogitada para implantação do empreendimento. É constituída de um núcleo central, onde está localizada uma Igreja Católica, e de uma orla com casas de pescadores e de veraneio, de onde se pode avistar o estaleiro de São Roque do Paraguaçu, onde trabalham alguns moradores da comunidade. O traçado da localidade, seu arruamento e casas denotam um padrão desordenado de ocupação.

As vias de circulação internas e o acesso à rodovia estadual não são pavimentados. A localidade possui iluminação pública e pontos de telefone público. As residências são servidas por rede de energia e a maior parte delas possui antenas parabólicas para a recepção de sinal de TV. A população ouvida pela pesquisa apresenta uma opinião voltada à aprovação do projeto, que se sustenta no conhecimento de conselhos que tratam do projeto do empreendimento, além do conhecimento de líderes comunitários e do relacionamento amistoso da Petrobras com a localidade, em função da passagem de um oleoduto e da manutenção de projetos sociais na comunidade, beneficiando a população.

Existe uma maior organização social nesta comunidade, que em certa medida decorre do relacionamento com a Petrobras e as demandas causadas pela presença da empresa na área. Como em boa parte das localidades, tem-se um bar e as relações interpessoais como indicadores de lazer, e a religião é um ente homogeneizador das referências culturais da comunidade.

A região é destino turístico dos navegadores do rio Paraguaçu, mas conta com apenas um pequeno comércio de gêneros básicos para o atendimento da população. Algumas carências são motivo de indignação para os moradores: assaltos realizados por pessoas que não vivem no local e têm acesso marítimo à região, sendo que a polícia não realiza operações ostensivas na comunidade; a estrada torna a localidade de difícil acesso; a saúde anda preocupando a população, em especial, a falta de um posto médico equipado e à altura do atendimento de primeiros socorros e emergência. A localidade conta com um posto de saúde que não abre todos os dias, mas dispõe de um número de telefone para solicitar transporte em casos de emergência.

As residências, na sua maior parte, são de pequeno porte, mas apresentam bom estado devido à intervenção da Petrobras que reformou parte das moradias, cujas estruturas foram abaladas pelas máquinas da empresa durante operações realizadas na tubulação existente nos arredores da comunidade. A escola atende apenas ao Ensino Fundamental I, havendo necessidade das crianças se deslocarem até Salinas.

A localidade conta, segundo a ANATEL, com 44 terminais fixos de telefonia, sendo que 36 deles estavam em serviço, em julho de 2009. Destes, 31 eram telefones individuais e 5 públicos.



FIGURA 5.3.2- 12 – Enseada do Paraguaçu.



FIGURA 5.3.2- 13 – Vista de Enseada do Paraguaçu.

Capa-Gato e Angola

As pessoas ouvidas nestas localidades do município de Maragogipe afirmam apoiar a implantação do empreendimento, apesar de desconhecerem o projeto. Eles participam razoavelmente de associações e grupos de mobilização social e conhecem os conselhos de discussão do projeto de novos estaleiros, mas o processo de formação das opiniões não foi suficiente para informar a população.

As localidades são compostas por moradias de baixo padrão, com coberturas precárias, piso de terra e não-rebocadas, e outras de padrão médio. Metade das residências está disposta ao longo da via que liga Maragogipe a Dendê, tendo como limite na parte de trás o manguezal.

Os domicílios têm acesso a rede pública de água. O esgoto muitas vezes é lançado diretamente nos manguezais, situados nos fundos das casas. Na opinião dos consultados, os bens e serviços públicos são regulares. A principal demanda da comunidade é a geração de emprego. Reclamam da falta de incentivo à pesca e o desgaste sofrido pelo meio ambiente, que é relacionado à falta de peixes em função da poluição.

A infraestrutura para o lazer é deficiente, sem locais e equipamentos voltados para as práticas esportivas.



FIGURA 5.3.2- 14 – Capa-Gato e Angola.

As áreas distritais de Maragogipe revelam um sistema educacional concentrado. Os alunos destas localidades convergem para escolas de ensino médio e ofertas dos últimos anos do fundamental, situadas na sede do município.

Dendê (Comunidade Quilombola)

Pequena comunidade quilombola situada próxima à sede do município de Maragogipe. Apesar de apresentar fortes laços familiares, os moradores não guardam características culturais e de produção próprias de quilombos e se aproximam mais de um perfil de trabalhador rural. Não praticam religião de matriz afro-brasileira, não realizam festas tradicionais, não apresentavam espaços de convivência e de produção comunal, como a típica casa de farinha dos quilombos. Aqui, como em outras comunidades do mesmo tipo, não é possível resgatar ou identificar características como rebeldia contra o sistema colonial, formação de territórios de identidade cultural e formas de produção específicas, que são os elementos considerados na identificação de um quilombo, conforme definição apresentada no site da Fundação Palmares. Com o passar de algumas gerações, alguns elementos tão característicos perdem sua visibilidade, permanecendo, na maioria das vezes, apenas alguns traços culturais ou o nome da localidade.

O acesso à localidade é dificultado pelas condições de manutenção da via local. O transporte escolar recolhe as crianças em idade escolar, mas o estado da estrada muitas vezes impede sua circulação.

Sua população utiliza canoas e barcos para o deslocamento e as crianças dependem de barcos como transporte escolar para outras cidades próximas. Suas casas são humildes e recebem água tratada, mas não têm qualquer saneamento básico. O lixo doméstico é queimado ou enterrado e o esgoto atirado diretamente no rio. Os habitantes são basicamente pescadores e a renda familiar é muito baixa. A área não conta com nenhum equipamento público de lazer. Os seus moradores têm muito tempo de ociosidade e o consumo de bebidas alcoólicas é elevado.

O serviço de saúde se resume a um acompanhamento esporádico pelo agente de saúde. Os entrevistados disseram que a área é muito carente e o desemprego, o principal problema. Isso se evidencia na aprovação do projeto do empreendimento na região.

O perfil da organização social e política pode ser classificado como precário, apesar da comunidade ter se mobilizado para conseguir o registro como sendo tradicional quilombola. O baixo relacionamento e a falta de cobrança de prestação de contas aos políticos é uma tendência observada em toda a região enfocada. A falta de participação política evidencia as dimensões locais e globais da crise e dificuldade de representação política nas sociedades modernas.

**FIGURA 5.3.2- 15 – Acesso à comunidade Dendê.****FIGURA 5.3.2- 16 – Comunidade de Dendê.**

Ponta do Souza

Ponta do Souza é uma pequena localidade próxima a Maragogipe que apresenta uma forte dualidade. Trata-se de um aglomerado em situação precária, em uma condição de pobreza acentuada, cercado por mangues, mas ao mesmo tempo com forte potencial turístico. Sua localidade leva até praias muito bonitas, mas pouco aproveitadas e cuidadas, apesar de serem muito procuradas no verão.

A estrada é de barro e em época de chuvas o acesso é muito difícil para carros de passeio. As residências, em sua grande maioria, são feitas de taipa com manguezais em

seus quintais. Por não haver saneamento básico, todo dejetos domiciliar é desaguado no próprio mangue que serve de sustento para a população daquela localidade. A orla sofreu intervenções para equipá-la com infraestrutura voltada ao turismo, mas as condições atuais indicam abandono, com a sobrevivência de barracas precárias e serviço deficiente.



FIGURA 5.3.2- 17 – Via principal de Ponta do Souza.



FIGURA 5.3.2- 18 – Despejo de esgoto doméstico no mangue.



FIGURA 5.3.2- 19 – Equipamento Turístico – Ponta do Souza.



FIGURA 5.3.2- 20 – Despejo de Lixo em Manguezal.

Um pouco mais adiante do primeiro aglomerado situado à beira da estrada estão localizadas algumas casas de veraneio de melhor padrão.

Ponta do Souza, segundo a ANATEL, conta com apenas dois terminais fixos em serviço, dos 30 disponibilizados, provavelmente porque estes terminais estejam instalados em casas de veraneio que permanecem fechadas a maior parte do tempo. A localidade não possui nenhum terminal individual fixo em serviço. O total de terminais fixos é extremamente baixo para o número de habitantes locais. O estudo constatou que parte dos aparelhos públicos se encontra depredado.

Quilombo Salamina e Ferreiro

Esse quilombo tem sede na Ilha do Francês e se estende a outras localidades próximas à região costeira de Maragogipe. Seus moradores, como em outras localidades visitadas, não guardam muitos traços de quilombolas e vivem precariamente, sem saneamento básico, energia elétrica ou transporte terrestre. Vivem basicamente da atividade da pesca artesanal e da coleta de mariscos e pequena agricultura familiar.



FIGURA 5.3.2- 21 – Comunidade de Salamina.

Coqueiros

A população da sede distrital, levantada em 2007 pelo IBGE, alcançou 1.779 habitantes residindo em 530 domicílios. As casas são ligadas à rede básica e de esgoto e o lixo é coletado.

A educação segundo os moradores atende a todos. A população tem consciência do mal que faz jogar o esgoto no rio e da carência de saneamento na localidade. As queixas

relativas à questão da saúde e a identificação do emprego como necessidade caracterizam a comunidade.

A falta de segurança tem se tornado uma preocupação permanente, como a de quase todas as demais localidades ouvidas pela pesquisa. O alastramento do sentimento de medo, bem como, o repúdio aos crimes completam-se enquanto uma resposta gerada pela própria sociedade. Segundo Espinheira²⁸,

“a sociedade contemporânea tirou de muitos a identidade e o papel social da existência. Seres fragmentados sem os laços que o integrem a um conjunto social orgânico que dê sentido à existência. Outra cultura se forma no campo da exclusão, cujo sintoma mais aparente é o do viver o imediato, o instantâneo, porque tudo mais é indefinido e imprevisível, ou melhor, sem expectativas. Estaria explicada, então, a violência? Sim, como uma construção social, de uma sociedade perversa que propõe a perversão como uma consequência lógica de sua forma de ser. A exclusão dá resposta e de modo mais brutal, mas também o mais ineficaz: não produz a rebeldia organizada em projetos de transformação social, mas uma forma sadomasoquista de inclusão pela via da violência no mundo da violência” (2004, p.37).

A violência e a insegurança são ambas construções sociais decorrentes de um repertório moderno de vida que invade as áreas tradicionalmente urbanas. A falta de emprego, a baixa oportunidade de estudos e a pobreza fomentam vias ilegais de sobrevivência numa sociedade de desigualdades institucionalizadas.

Coqueiros contava, em julho de 2009²⁹, com 169 terminais telefônicos em funcionamento. Destes 9 são terminais de acesso público e 160 individuais.

²⁸ ESPINHEIRA, Gey. Pesquisa: Sociabilidade e Violência: criminalidade na vida cotidiana do Subúrbio Ferroviário de Salvador. In: Espinheira, Gey (Coord.). Sociabilidade e Violência: Criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 2004.

²⁹ ANATEL. Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/sgmu/>>.



FIGURA 5.3.2- 22 – Habitações no distrito de Coqueiros.

Guai e Guerém (Comunidades Quilombolas)

Guai é outra localidade espalhada por uma larga área à beira de estrada, com uma população de 719 habitantes residindo em 192 domicílios, constituídas de casas pequenas e relativamente afastadas entre si. Sua população vive da pequena agricultura e não tem acesso algum a estruturas básicas, como educação, saúde e lazer. Logo adiante, encontramos a localidade de Guerém, bem próxima a manguezais, estradas de terra e sem estrutura de saneamento básico.

Ambas as comunidades apresentam semelhanças nas seguintes características: a) sem rede de saneamento; b) infraestrutura precária ou inexistente de pavimentação; c) acesso débil a bens e serviços públicos; d) as comunidades apresentam uma razoável organização social; e e) residências de padrão de médio a precário.

As comunidades pesquisadas conhecem o projeto, mas o desaprovam com o argumento de que a obra vai impactar o meio ambiente e a atividade da pesca e da coleta de mariscos. As localidades contam com líderes comunitários e Guerém passa por um processo de reconhecimento como comunidade quilombola. A comunidade de Guerém é beneficiada por projetos dos governos federal e estadual ligados às secretarias de pesca e de promoção da igualdade racial.

**FIGURA 5.3.2- 23 – Comunidade de Guai.****FIGURA 5.3.2- 24 – Comunidade de Guerém.**

Nagé

A sede distrital, com uma população de 2.045 habitantes e 542 domicílios, registrados na última contagem realizada pelo IBGE, em 2007, não é coberta por rede de esgoto tratado e os dejetos são despejados *in natura* nos leitos e manguezais da região, agredindo o meio ambiente que é utilizado como fonte catalisadora de renda das famílias residentes na comunidade. A atividade econômica na região ainda gira em torno da pesca e da venda de mariscos, apesar do comércio adquirir importância na geração de renda. Vale ressaltar que boa parte das pessoas entrevistadas não recebe os benefícios sociais frutos de políticas compensatórias do Governo Federal.

A comunidade está razoavelmente organizada em entidades sociais e a maioria absoluta das pessoas ouvidas acredita que o empreendimento pode contribuir significativamente para a superação do desemprego, um dos problemas enfrentados por elas.

Nesta área, é visível a clivagem entre uma camada da comunidade com acesso a serviços e com um padrão de consumo razoável e outra parte pobre, carente de necessidades básicas. Contudo, estas partes convergem ao criticar os serviços públicos, tais como educação, saúde, saneamento e segurança. Observa-se uma característica semelhante às demais localidades visitadas: a apatia e o desconhecimento de canais formais e estratégias para responsabilizar e cobrar da classe política a solução dos problemas.

Os distritos de Coqueiros e Nagé são muitos próximos entre si e também semelhantes. Apenas um córrego e um manguezal separam as duas localidades que ficam próximas da estrada e circundam o rio Paraguaçu. Suas ruas são, em grande maioria, pavimentadas e possuem locais de convivência para a população, como praças e paços de igrejas. Em Nagé não existe agência bancária, posto de saúde ou posto policial. Suas residências são simples, contudo com boa estrutura: rebocadas, cobertas com telhas de cerâmica e com quatro cômodos, em média, que chegam a atender à quantidade de moradores em cada família.

Nagé possui 144 terminais de telefonia fixa instalados, conforme relação disponível no site da ANATEL. Destes, 135 estavam em serviço, em julho de 2009, dos quais nove eram terminais de telefones públicos.



FIGURA 5.3.2- 25 – Comunidade de Nagé.

Passagem

A comunidade, constituída basicamente de uma única via que também serve de acesso a Maragogipe, é servida por água tratada, mas não dispõe de rede de esgoto. As habitações são precárias e a organização política é fraca. Não existem opções de lazer, a não ser assistir à TV. A atividade das crianças resume-se a ir da casa para a escola, e vice-versa.

Os depoentes aprovam o empreendimento, mas apresentam certa dificuldade em verbalizar quais os benefícios que acarretaria para a comunidade. Apesar da relativa proximidade da sede, tal fator não torna o acesso à saúde melhor, ao contrário. O lixo é coletado nos domicílios, mas são visíveis os pontos de acúmulo de detritos ao lado da estrada e no leito do córrego que passa junto à localidade. Não há atrativos para além do regular e cotidiano.

Como nas demais localidades, a aposentadoria é um vetor econômico na região e chancela um status importante a seus portadores. Além deles, é muito difícil a obtenção de uma renda semelhante, de um salário mínimo. Em boa parte desta e das demais localidades visitadas, as maiores rendas são obtidas por aposentados. Apesar disso, são estes aposentados também grandes “chefes” da região, garantindo apoio e proteção social a diversos familiares. Diversas casas são chefiadas “à distância”, pelos mais velhos.



FIGURA 5.3.2- 26 – Comunidade de Passagem.

Putumuju (Comunidade Quilombola)

Com cerca de 40 famílias, esta comunidade quilombola apresenta uma parca infraestrutura de saneamento básico e acessibilidade. Enquanto comunidade rural há

pouco apoio a projetos de incentivo à agricultura familiar. A população também vive da pesca. A dificuldade de subsistência se deve à precarização desta atividade. Moradores de Maragogipe reclamam que “é difícil se ter peixe e marisco. Estão todos morrendo por aí”. Apesar disso, acham que a Hidrelétrica de Pedra do Cavalo impacta a pesca mais do que o Estaleiro de São Roque.



FIGURA 5.3.2- 27 – Entrevista com marisqueira da comunidade de Putumuju.

São Roque (sede municipal)

O Distrito de São Roque abriga um estaleiro da Petrobras que atua na área de construção e reforma de plataformas marítimas para a indústria petroleira. A importância do canteiro da Petrobras para a região é antiga, tendo sido descrita já na elaboração do Plano Diretor de Maragogipe e na sua adequação ao Estatuto da Cidade de 2001. Ao longo das rodovias que cortam o distrito, é possível observar diversos pontos de expansão urbana desordenada. Muitas residências estão construídas em áreas muito próximas às margens da rodovia, sem preservar a distância mínima, criando riscos para a circulação de pedestres e de animais domésticos.

A população reclama da insegurança, da violência e da falta de policiamento preventivo. Há pouco tempo, os carros de vendedores e de entrega de mercadorias passaram a circular nas estradas locais em comboio, para evitar os constantes assaltos a veículos. O serviço médico não consegue atender ao distrito, sendo necessário deslocar os enfermos para Maragogipe ou São Félix. A religiosidade da população é um fator de sociabilidade.

O distrito conta também com escolas e associações comunitárias de pescadores e marisqueiras que incentivam a alfabetização de jovens e adultos.

A localidade possui um núcleo mais antigo sedimentado e com uma infraestrutura razoável, com uma praça e uma Igreja matriz. O pequeno comércio local inclui lojas de material de construção, duas padarias, sete restaurantes e bares, lanchonetes e diversas pousadas. Na praça da matriz funciona uma pequena feira de confecções. O comércio está voltado para os trabalhadores do estaleiro e das empresas terceirizadas prestadoras de serviço.

A região é atendida por serviço de ônibus e vans (Topic e kombis) para Bom Despacho e Nazaré. Funciona também uma linha de ônibus com destino a Maragogipe.

As residências do núcleo assim como as vilas para funcionários do Canteiro são de padrão médio, com garagens e uma média de quatro cômodos. Mas nas áreas periféricas, à beira da estrada de acesso à sede ou até mesmo perto do centro da cidade, existe um grande número de casas de baixo padrão, de taipa, de um único cômodo, com cobertura de palha ou materiais improvisados, e piso de terra batida, evidenciando uma pobreza acentuada que pouco se beneficia da presença de um empreendimento de grande porte, como o desenvolvido pela Petrobras. Há uma quantidade significativa de casas de veraneio no distrito que, na sua grande parte, permanece fechada dando oportunidade a casos de arrombamento e furtos.

Segundo os entrevistados, a educação vem apresentando uma melhora e já existem faculdades privadas ofertando cursos à distância. Contudo, é comum a reclamação a respeito da falta de iniciativa da Petrobras em promover formação e qualificação profissional para os habitantes locais.

Parte destes “vive da maré” e, segundo relatos, o mariscar foi prejudicado com a presença do Estaleiro de São Roque. Os depoentes afirmaram que alguns tipos de mariscos não apareceram mais e que a passagem de cardumes próximo à localidade foi prejudicada. O mangue circunda parte da ponta onde está situada a cidade e, segundo os moradores, foi contaminada por resíduos químicos utilizados pelo estaleiro.

A comunidade que vive em torno do estaleiro da Petrobras acredita que o projeto do Estaleiro do Paraguaçu é bom, desde que capacite a população a disputar com maior chance e igualdade as vagas em geral ocupadas por pessoas sem ligação com a área, que vivem fora de Maragogipe e não mantêm uma relação com a cidade. Não obstante, a população tende a aprovar o empreendimento.

O relacionamento com a Petrobras se dá por intermédio dos projetos sociais apoiados pela empresa. O estaleiro atrai uma dinâmica de desenvolvimento e ao mesmo tempo tende a cristalizar os problemas sociais na comunidade. Apesar das iniciativas da Petrobras e das organizações sociais que atuam no distrito, é alto o nível de desinformação, indicando uma baixa participação da população em debates e nos movimentos sociais.

Em São Roque e em Enseada do Paraguaçu funcionam diversas organizações da sociedade civil, tais como: Pastoral da Criança, Associação das Marisqueiras e Pescadores de S. Roque do Paraguaçu, a Sociedade dos Amigos de São Roque do Paraguaçu, o Centro Comunitário Paraguaçu; a Delegacia Sindical de Construção e Obras de Terraplanagem – SINTEPAV/Ba e a COBEPA – Comunidade Beneficente Paroquial de São Roque. Destacam-se também o Conselho de Direitos da Criança e Adolescente, o Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de

Saúde, com representantes de São Roque. A comunidade também conta com um grande número de lideranças e membros da RESEX.

O município também é alvo da atuação de ações e projetos governamentais diversos, que integram o programa "Fome Zero". Boa parte dos moradores consultados participa do programa Bolsa Família, constituída pelos benefícios Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação.

Segundo dados do Portal da Transparência, o município recebeu, em 2009, um repasse de R\$ 2.863.108,00 para atender cerca de 5.702 famílias pobres do programa Bolsa Família, representando, até agosto deste ano, uma média de 502 reais por família.

A unidade hospitalar que atua como Unidade do Programa de Saúde da Família (PSF) possui uma equipe completa (médico, dentista e enfermeira e 07 Agentes comunitários. Alguns moradores consultados descreveram o Posto de Saúde como precário e sem capacidade de internamento, que deve ser feito em outras localidades.

São Roque conta com diversos estabelecimentos escolares, que atendem do pré-escolar ao ensino médio. As principais unidades de ensino são a Escola Municipal Mario Gordilho Pereira, a Escola Municipal Antonio Virgílio de Medina, a Escola Municipal Desembargador Oscar Dantas e a Escola Estadual, de 1º e 2º graus, Kleber Pacheco Carlos.

As opções de lazer, segundo os moradores consultados, são poucas, limitadas às praias, dentre as quais se destaca a mais freqüentada, precariamente equipada com algumas barracas, localizada em área de manguezal na desembocadura do rio Baetantã.

Segundo os depoimentos, São Roque só possui poucas quadras para práticas esportivas. Além da praça da matriz, existem outras três, de menor proporção e que não oferecem como equipamento, nada além do que bancos de cimento.

A EMBASA é responsável pela captação, tratamento e distribuição de água, cuja qualidade é considerada boa pelos moradores consultados. O ponto de captação fica localizado no rio dos Paus.

Os moradores da sede, por terem um maior contato com o projeto de modernidade, apresentam demandas concretas por educação, emprego, e a aprovação em relação à possível instalação do empreendimento está condicionada à forma como a mão-de-obra será recrutada e capacitada.

Em julho de 2009, havia no distrito 288 telefones fixos instalados, segundo o site da ANATEL. Destes, 286 estavam em serviço, sendo 262 individuais e 24 públicos. São Roque apresenta o melhor resultado entre aparelhos instalados e em funcionamento.



FIGURA 5.3.2- 28 – Distrito de São Roque.

Samambaia

Samambaia é um pequeno aglomerado de casas situado à beira da estrada, provavelmente resultado do desmembramento (loteamento) de uma propriedade rural. Seus moradores vivem em situação precária, dependendo de programas sociais de governo, como o Programa Bolsa Família. Não há posto médico que atenda a população e nem uma ambulância. Não há escola local e as crianças têm que se deslocar para o município mais próximo. O agente de saúde, responsável pelo atendimento de 134 famílias da região, indica que as ocorrências mais comuns estão relacionadas a gripe e verminoses.

As residências, em sua maioria, são precárias, sem banheiros, sem acesso a água tratada e saneamento, nem mesmo com fossa. A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) vem desenvolvendo, desde 2006, através do Programa Produzir, e com a participação da Associação de Produtores de Samambaia e Região, um convênio para a implantação de dois poços de abastecimento de água para a comunidade.

O lixo é coletado, mas os moradores jogam lixo em encostas e na beira da cidade. Nenhuma residência possui fornecimento de água ligado à rede, obrigando os moradores a carregar diariamente baldes de água obtidos em uma nascente próxima.

O líder comunitário da área afirma estar reivindicando a melhoria da comunidade, mas esbarra na falta de interesse. Apesar de fortes demandas, a população pesquisada não apresenta uma cultura política participativa e maior interesse político, podendo-se indicar a presença de formas não-políticas de se reivindicar. A falta de oportunidades e perspectivas é a tônica da região. As reclamações são semelhante às de outras localidades. Falta médico no local e na sede, sendo o deslocamento complicado para boa

parte dos moradores, que não contam com transporte próprio, enquanto o sistema privado (ônibus e carro particular) é limitado.



FIGURA 5.3.2- 29 – Comunidade de Samambaia.

Município de Salinas da Margarida

Salinas integra o eixo de desenvolvimento do Grande Recôncavo. O município possui um único distrito e 15 setores censitários: setores 1 a 5 – **Salinas da Margarida**; setor 7 – **Barra do Paraguaçu**; setor 8 – **Cairu**; setores 9 e 10 – **Conceição de Salinas**; setores 11 a 4 – **Encarnação de Salinas**, e Setores 6 e 15 – **áreas rurais**.

População

Segundo a contagem, realizada pelo IBGE em 2007, o município possuía uma população de 13.090 pessoas, distribuídas por uma área municipal de 148,9 km². A densidade demográfica, registrada em 2007, foi de 87,91 hab./km², contra 69,7 hab./km², obtida em 2000. O levantamento de campo registrou uma média de filhos em torno de 2,73 por casal e quatro residentes, em média, por domicílio.

TABELA 5.3.2- 24 – População por Situação de Domicílio – 1991, 2000 e 2007.

	1991	2000	2007
População Total	8.891	10.377	13.090
Urbana	3.902	4.611	5.741
Rural	4.989	5.766	7.349
Taxa de Urbanização	43,89%	44,43%	43,85%

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2007.

A taxa de crescimento da população, entre 1991 e 2000, foi de 1,8% a.a.. A partir de 2000, experimentou uma aceleração significativa, mas a taxa de urbanização se mantém mais ou menos estável, com crescimento constante, com as populações, urbana e rural, crescendo a uma taxa semelhante.

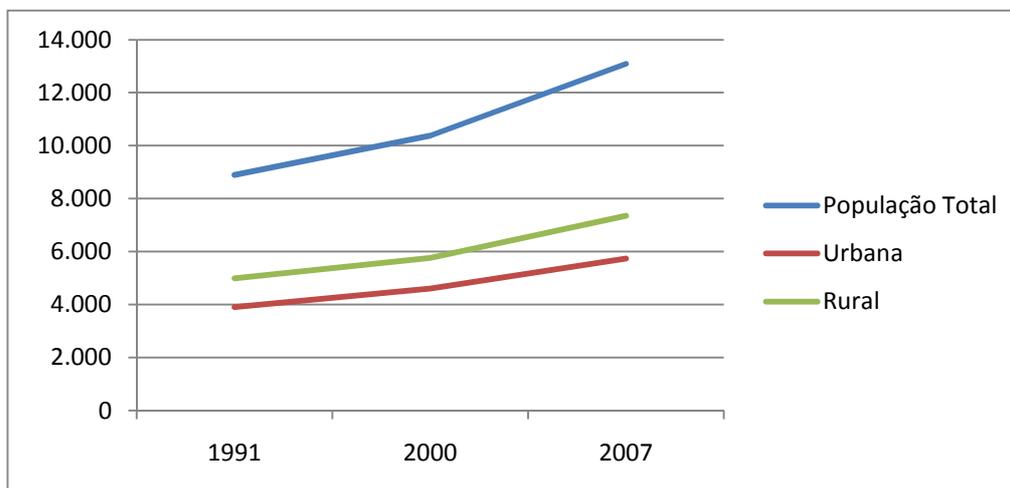


FIGURA 5.3.2- 30 – Evolução da População Rural e Urbana do Município de Salinas da Margarida.

Entre os municípios estudados, Salinas apresentou a maior percentagem de moradores nascidos no local (71,3%). Entre os moradores de outras localidades que vieram viver em Salinas, o tempo médio de domicílio é de quatro anos e sete meses.

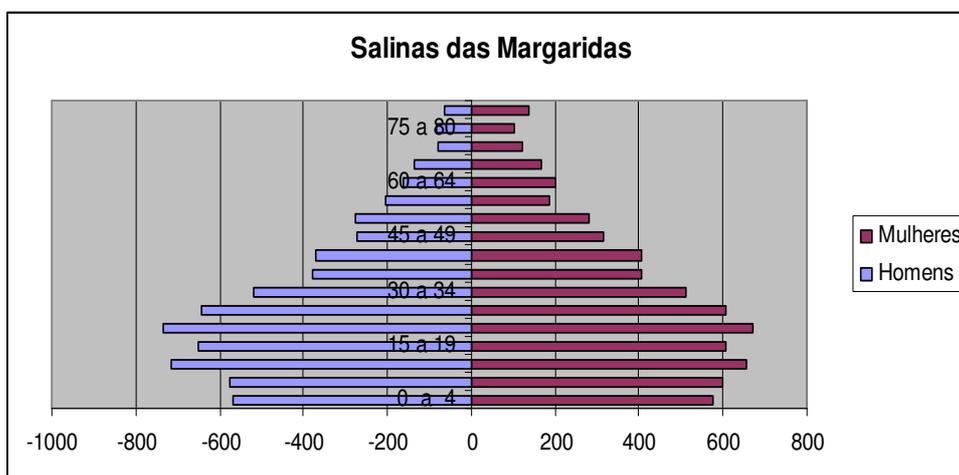


FIGURA 5.3.2- 31 – Pirâmide Etária do Município de Salinas da Margarida. Fonte: IBGE, 2007.

O estudo do gráfico de distribuição da população masculina e feminina por faixa de idade, apresentado na **FIGURA 5.3.2-31**, evidenciou uma pirâmide com base alargada e um topo estreito, característico de populações em estado de desenvolvimento.

Apresenta 48% da população concentrada na faixa dos 0 aos 24. A mortalidade teve uma redução significativa, mas ainda apresenta índices elevados. A expectativa de vida aumentou em 3,3 anos e a quantidade de filhos por mulher ficou em 2,3, entre 1991 e

2000. Entradas atípicas, ou seja, reduções inexplicáveis que chamam a atenção como entradas ou saídas em apenas uma faixa de idade, ocorrendo em Salinas na faixa dos 15 aos 19 anos, sugerem a mudança para outro município, seja para dar continuidade aos estudos ou a busca por oportunidades de trabalho.

TABELA 5.3.2- 25 – Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade em Salinas da Margarida (1991 e 2000).

Indicadores	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	78,6	55,7
Esperança de vida ao nascer (anos)	58,1	61,4
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	4,2	2,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000.

Segundo informações de funcionário municipal, a inadimplência no pagamento do IPTU vem crescendo historicamente em Salinas. Em 2004, apenas 23% dos domicílios pagavam IPTU e hoje esse número é ainda menor.

Desenvolvimento Humano e Renda

A renda familiar gira em torno dos 788 reais, com 34% da população ganhando menos de um salário mínimo. Mesmo assim, esse resultado situa o município numa posição melhor, em relação à renda familiar, do que Maragogipe e Saubara, perdendo, no entanto para Cachoeira. De uma forma geral, a população é de baixa renda e sua prática econômica está intimamente ligada ao mar e ao rio Paraguaçu, tanto para pesca como para o turismo.

A perspectiva para os mais jovens, no entanto, é ruim, devido aos poucos atrativos culturais e econômicos (emprego), o que acaba estimulando a saída destes indivíduos para outras cidades mais desenvolvidas, em busca de estudos e empregos. Em relação às oportunidades de lazer, a avaliação dos depoentes ficou entre ruim e regular, com um score de 2,84. A ociosidade também é muito grande entre os moradores, mas a quantidade de bares é menor, se compararmos com as localidades pertencentes a Saubara.

O IDH-M cresceu no período 1991-2000, como nos demais municípios estudados. Com isto, a diferença entre o nível de desenvolvimento humano de Salinas e seu valor máximo (1,0) foi reduzido em 18,6%. Mas o crescimento para um escore de 0,659 não foi suficiente para mudar a classificação municipal, como sendo de um desenvolvimento “médio”. Quanto à sua classificação no Estado, o desempenho de Salinas foi ruim, perdendo posições, e passando do 48º para o 80º lugar, em 2000.

O componente do IDH-M que mais contribuiu para a melhoria do índice em Salinas foi a longevidade, seguido pela educação e por último a renda.

TABELA 5.3.2- 26 – Evolução dos Índices de Desenvolvimento.

Componentes do IDH-M	1991	2000
Educação	0,581	0,659
Longevidade	0,725	0,860
Renda	0,551	0,607
IDH-M	0,467	0,509

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000.

O Índice de Gini, que mede a desigualdade, aumentou entre os dois censos realizados pelo IBGE, indicando que o aumento da renda não foi apropriado de forma equânime pela população e a concentração de renda aumentou no período, confirmando o estudo por agrupamento da SEI (2008)³⁰, que aponta para o aumento no número de famílias pobres no município.

A proporção de pobres (pessoas que recebem até meio salário mínimo), no entanto, diminuiu, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD³¹.

TABELA 5.3.2- 27 – Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade – 1991 e 2000.

	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	63,9	82,4
Proporção de Pobres (%)	75,5	68,1
Índice de Gini	0,47	0,54

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000.

O estudo de campo apontou uma redução na proporção estimada de pobres, em 2009. O levantamento realizado indicou 21,3% dos moradores recebendo até um salário mínimo.

Segundo o Portal da Transparência³², Salinas recebeu do Governo Federal, em 2009, repasses de R\$ 594.416,00 para beneficiar 1.191 famílias pobres da região, o que representou uma média de renda, em 2009, para estas famílias, de R\$ 499,08.

Infraestrutura e Habitação

As residências na sua maioria apresentam padrão razoável, com 4,88 cômodos e 3,85 moradores por domicílio, em média. As estradas estaduais estão bem conservadas, em parte por iniciativa da Petrobras, que desenvolve programas de manutenção entre São Roque e a BA-001.

O município possui uma rede de água tratada que, em 2000, alcançava 71,6% dos domicílios, o que significou um grande avanço em relação à situação existente em 1991. A energia elétrica, que já cobria 90,5% das residências, passou para 95,3%. A coleta de lixo domiciliar foi sem dúvida o parâmetro que apresentou o melhor desempenho, passando de 27,1% de domicílios urbanos atendidos, para 91,3%, em 2000. Esse resultado espelha as ações que foram desenvolvidas pela CONDER nos municípios da Região Metropolitana de Salvador, na última década.

TABELA 5.3.2- 28 – Acesso aos Serviços Básicos – 1991 e 2000.

	1991	2000
Água Encanada	48,6	71,6
Energia Elétrica	90,5	95,3
Coleta de Lixo ¹	27,1	91,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000.

³⁰ SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. *Evolução e Caracterização das Manchas de Pobreza na Bahia (1991-2000)*, 2008.

³¹ Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 1991 e 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acessado em julho, 2009.

³² Portal da Transparência, 2009. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acessado em julho, 2009.

¹Somente domicílios urbanos.

A escolaridade média observada em Salinas foi a segunda mais baixa da região estudada, superando apenas a de Maragogipe. De uma forma geral, a população tem predominantemente o ensino fundamental completo, com uma média de escolaridade de 4,3 pontos, segundo nosso levantamento de campo.

Faltam médicos na cidade, apesar desta contar com um hospital de pronto socorro. O escore obtido pelo serviço de saúde indica a segunda pior avaliação, dentre os itens pesquisados, tais como lazer, iluminação pública, transporte e educação. A segurança pública recebeu a pior avaliação dos entrevistados, apesar do aparente clima de tranquilidade, e a iluminação pública foi o item melhor avaliado, seguido pelos transportes.

O número de terminais instalados nos distritos de Salinas da Margarida está, em sua maior parte, concentrado na sede municipal. Barra do Paraguaçu, por exemplo, não dispõe de nenhum terminal individual em funcionamento e o terminal público estava fora de serviço, por ocasião da pesquisa de campo.

TABELA 5.3.2- 29 – Número de Terminais de Telefonia Fixa, Salinas da Margarida – 2009.

Localidade	Empresa	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Salinas da Margarida	Telemar/Telemar Ba	529	38
Conceição de Salinas	Telemar/Telemar Ba	148	8
Encarnação	Telemar/Telemar Ba	148	8
Barra do Paraguaçu	Telemar/Telemar Ba	0	1
Cairu	Telemar/Telemar Ba	42	6

Fonte: ANATEL, 2009.

O nível de associativismo na região de Salinas também é baixo e há poucas atividades voltadas à preservação do ambiente. Encontramos muitas igrejas, desde as católicas até as neopentecostais. Há também um terreiro de candomblé, o Terreiro de Mãe Nadinha, que é pouco mencionado pelos depoentes, em sua maioria católicos (66,1%).

TABELA 5.3.2- 30 – Avaliação sobre serviços no Município de Salinas.

Ítems	Escore (means)
Educação	2,95
Lazer	2,84
Saúde	2,51
Transporte	3,19
Saneamento	2,98
Iluminação	3,51
Segurança	2,44

Obs. Os escores variam de 1 a 5, sendo que, valores abaixo de 3, indicam avaliações negativas (ruim e péssimo); e ,acima de 3, como positivas (bom e ótimo). n =108.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Conceição de Salinas

Conceição de Salinas é uma vila de pescadores e marisqueiras, e localidade de veraneio que apresenta uma população de 2.109 habitantes e 538 domicílios, segundo contagem do IBGE de 2007. A população local conta com uma razoável infraestrutura e projetos sociais apoiados pela Petrobras. O impacto de novos estaleiros é visto com certa

preocupação, mas há uma tendência pela aprovação, com ressalvas. As ruas possuem calçamento de pedras, mas não existe rede de escoamento de águas pluviais.

A economia local gira em torno do turismo de veraneio e da pesca, e apresenta sinais de estagnação. Emprego e saúde (nesta ordem) são apresentados como questões prioritárias entre os entrevistados. Possui centros comunitários de pesca e uma orla também organizada, assim como em Salinas. Conta com escolas e posto médico. A segurança é deficiente, como nas demais localidades enfocadas, e os arrombamentos de residências são freqüentes.



FIGURA 5.3.2- 32 – Comunidade de Conceição de Salinas.

Barra do Paraguaçu e Cairu

Barra do Paraguaçu possui uma população de 78 habitantes e 26 domicílios, contados em 2007 pelo IBGE. Cairu é uma localidade bem maior, com 1.166 habitantes e 301 domicílios. Apesar da diferença de tamanho, estas localidades apresentam situações muito semelhantes.

Contam com esgotamento ligado a fossas individuais e não dispõem de fornecimento de água tratada ligada a rede pública. As ruas em geral contam com calçamento, mas sem redes de escoamento das águas das chuvas. A infraestrutura conta com iluminação pública, posto médico, praça e coleta de lixo. Em Barra do Paraguaçu há muitas casas de veraneio.

Os moradores destas localidades apresentam um alto envolvimento com os debates e projetos em torno das comunidades, manifestando, nos depoimentos, sua insatisfação com os serviços públicos. Reconhecem a importância dos projetos sociais, sendo o emprego a prioridade.

A principal insatisfação da população é com a falta de emprego e a perspectiva de vida e sucesso, principalmente entre os mais jovens, estando direcionada por um projeto de vida calcado em padrões de consumo praticamente inalcançáveis, principalmente pela falta de programas relacionados ao trabalho. A perda de elos com as atividades tradicionais pode causar infelicidade e baixa estima, o que é uma tendência observada em todos os municípios pesquisados.

A falta de emprego contribui para a constituição de uma conjuntura de depressão social. Traçar um ideal de vida e não ter certeza de como chegar ao objetivo é causa de frustrações. A perda da razão social do trabalho pode ser concebida também pela sua falta na vida das pessoas. Se por um lado se estuda, por outro não se sabe se valeu a pena, quando não há um reconhecimento social de estima por tal empreitada, de intensa dedicação, em muitos casos.

Segundo alguns relatos, como o do líder comunitário local, após a chegada de alguns empreendimentos na região, a variedade de mariscos diminuiu e em alguns locais chegou a desaparecer. Essa liderança observa que os moradores temem não serem aproveitados como mão-de-obra pelos grandes empreendimentos, devido a sua baixa escolaridade e, se os mariscos e peixes vierem a faltar, não terão como se sustentar e sobreviver.



FIGURA 5.3.2- 33 – Barra do Paraguaçu – Salinas da Margarida.



FIGURA 5.3.2- 34 – Cairu.

Salinas da Margarida (sede municipal)

De todas as sedes municipais, esta foi a que apresentou melhores condições no que se refere ao planejamento urbano, acessibilidade, calçamento e iluminação pública. Bem urbanizada, arruamento largo, com calçamento nas vias públicas e rede de drenagem de águas pluviais, praças e orla organizadas, equipamentos de lazer, como quadras e barracas de praia, saneamento, energia elétrica nas residências, rede de telefonia e internet. Na área central funciona um serviço de alto-falantes que presta informações de utilidade pública.

Possui uma população registrada, pela contagem de 2007, de 5.6741 habitantes em 1.578 domicílios. O casario antigo possui alguns exemplares preciosos, do ponto de vista arquitetônico e histórico. Parte das casas permanece fechada fora dos períodos de estação. É possível observar uma grande variedade de tipos habitacionais que incluem casas de veraneio, de elevado padrão e sofisticadas, casas de padrão médio e até conjuntos subnormais e casebres de dois ou três cômodos feitos pelos próprios pescadores. Grande parcela dos domicílios é servida por fossas e atendida por rede pública de água tratada.

O comércio é ativo e há muitas pousadas e alguns hotéis, seguidos de um bom número de restaurantes próximos às praças públicas. A atividade econômica envolve o turismo, a pesca e a produção de sal e, mais recentemente, a cultura do camarão, que se tornou numa das principais atividades do município.

A educação conta com escolas de nível fundamental e médio e ginásio esportivo. O município apresenta condições razoáveis de infraestrutura, pavimentação, acesso à saúde e desenvolvimento socioeconômico. A localidade é influenciada pelo turismo,

apesar dos comerciantes afirmarem já terem vivido dias melhores. Boa parte da população vive direta ou indiretamente da pesca e da coleta de frutos do mar.

As praias são uma forma de lazer para a comunidade, além da importância simbólica e real dos turistas sazonais, os veranistas. A comunidade apresenta uma religiosidade tradicional, ligada à Igreja Católica.

A compreensão da política por parte dos moradores reflete a realidade encontrada em outras áreas visitadas, no que se refere à relação representante/representado, com pouco ou nenhum grau de participação política e responsabilização (*accountability*).

Município de Saubara

Saubara pertence ao eixo de desenvolvimento do Grande Recôncavo e integra a mesorregião Metropolitana de Salvador e a microrregião de Santo Antônio de Jesus. O município é composto por três distritos: Distrito 05 – **Saubara**, com dez setores censitários; Distrito 10 – **Bom Jesus dos Pobres**, com cinco setores censitários e Distrito 15 – **Cabuçu**, com sete setores censitários.

População

Com uma população estimada em 2007 de 11.051 habitantes, ocupa uma área municipal de aproximadamente 159 km². No censo de 2000, a densidade demográfica era de 63,4 hab./km² e, em 2007, passou para 69,49 hab./km². Entre 1991 e 2000, a população municipal cresceu a uma taxa anual de 2,81% e experimentou um processo de urbanização acelerado. Em 2000, o município apresentou uma alta taxa de urbanização (98,85%), contra os 68,23% registrados em 1991.

Dos 10.193 habitantes registrados em 2000, apenas 117 estavam domiciliados em áreas rurais, em 1991. No levantamento de 2007 do IBGE, Saubara possuía cerca de 3.281 domicílios distribuídos em três distritos, com um total de 22 setores censitários, dos quais 19 eram considerados urbanos e três classificados como situação rural (“zona rural inclusive aglomerado rural”). Nestes últimos, foram contabilizados apenas 111 domicílios.

O levantamento de campo realizado em junho de 2009 indicou que os casais no município de Saubara têm em média 2,57 filhos. A média municipal de residentes por domicílios é de 3,75 pessoas.

TABELA 5.3.2- 31 – População por Situação de Domicílio - 1991, 2000 e 2007.

	1991	2000	2007
População Total	8.016	10.193	11.051
Urbana	5.469	10.076	10.705
Rural	2.547	117	346
Taxa de Urbanização	68,23%	98,85%	96,87%

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2007.

Saubara apresentava em 1991, um dos piores índices de mortalidade infantil da região estudada, alcançando 78,60 por mil dos nascidos vivos. Em 2000, apresentou uma redução de 40,50%, nestes valores, diminuindo a mortalidade para 46,77 por mil. Apesar deste avanço, os números da mortalidade infantil ainda colocam o município entre o

terceiro pior dos demais estudados. A esperança de vida ao nascer subiu para 63,74 anos, acompanhando o resultado do resto do Estado. Em relação aos municípios das AII e AID, Saubara está situado no 4º lugar em expectativa de vida.

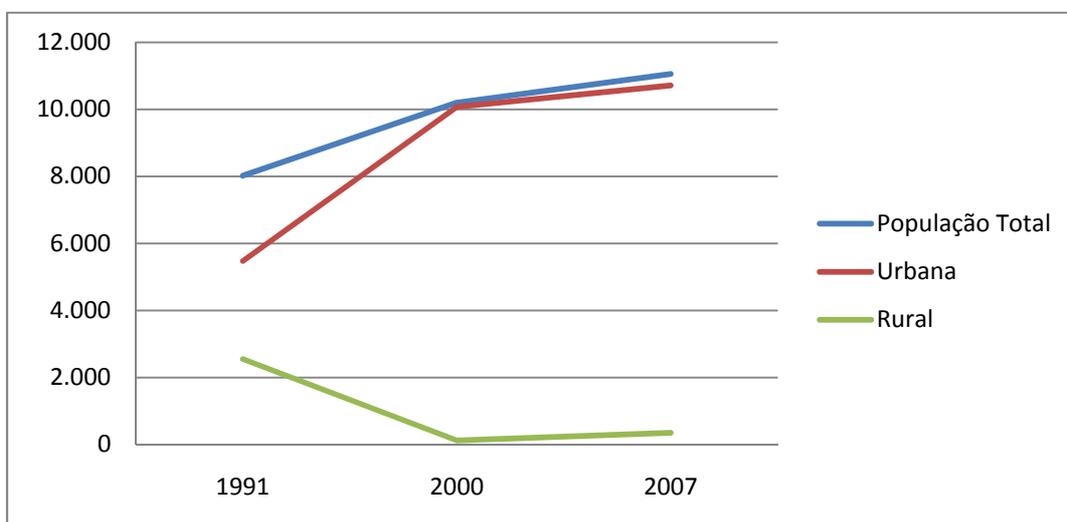


FIGURA 5.3.2- 35 – Evolução da População Rural e Urbana do Município de Saubara.

A **FIGURA 5.32-35** retrata a evolução populacional de Saubara no período de 1991 a 2007. Evidencia um crescimento acelerado da população urbana, entre 1991 e 2000, passando a manter um crescimento estável e discreto no período seguinte. A população rural, que sofreu uma redução acentuada, entre 1991 e 2000, se estabiliza para, em seguida, retomar o crescimento, ainda que discreto, entre 2000 e 2007. A taxa de fecundidade, contudo, é uma das mais elevadas dentre os municípios enfocados, só superada por Maragogipe, que registra 3,1 filhos por mulher

TABELA 5.3.2- 32 – Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – 1991 e 2000.

Indicador	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	78,6	46,8
Esperança de vida ao nascer (anos)	58,1	63,7
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	3,4	2,8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

A análise da estrutura etária do município indica um perfil que combina aspectos de uma sociedade desenvolvida, decorrente das quedas persistentes nas taxas de natalidade ocorridas nas últimas décadas, com outros de países subdesenvolvidos, como um topo estreito que indicaria uma baixa esperança de vida. As quedas da mortalidade e das taxas de fecundidade estão associadas à taxa de urbanização que no município é elevada. A faixa de mulheres de 5 a 9 anos apresenta uma pequena entrada, significando uma perda nesta população, associada à faixa, nos anos de 1999 e 2002.

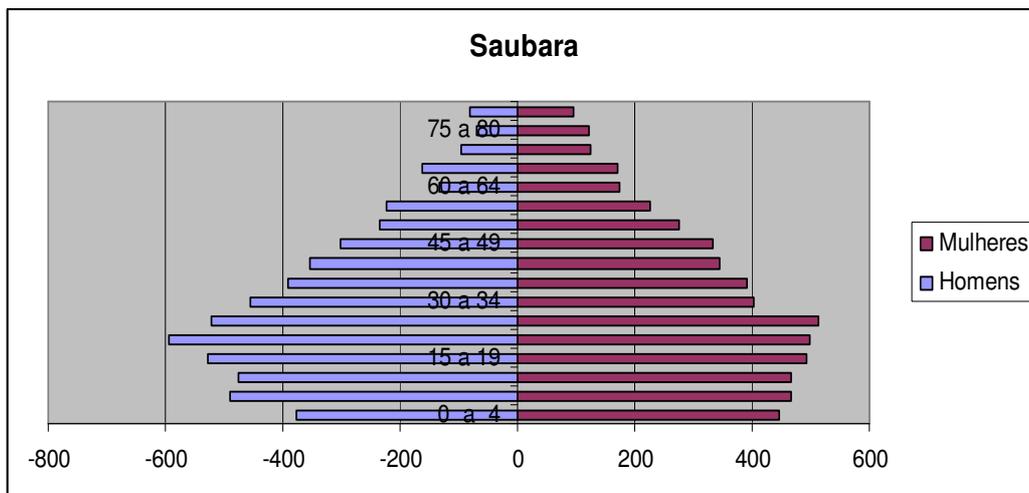


FIGURA 5.3.2- 36 – Pirâmide Etária do Município de Saubara.
Fonte: IBGE (2007).

É possível observar a preponderância de uma população adulta jovem, na faixa dos 15 aos 19 anos³³, com uma redução acelerada, a partir dos 25 anos em diante. A pirâmide indica ainda o predomínio de nascimentos de crianças do sexo feminino e de elementos do sexo masculino na faixa do 20 aos 24 anos.

Desenvolvimento Humano e Renda

Os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH e IDH-M) e de Desenvolvimento Social (IDS) são compostos por diversos indicadores relacionados à educação (nº de matrículas, nível de alfabetização), expectativa de vida (esperança de vida ao nascer), renda (PIB), situação de renda (Índice de Renda Média dos Chefes de Família - IRMCH), atendimento por serviços de saúde e saneamento (Índice do Nível de Saúde - INS), acesso a água tratada, energia (Índices de Serviços Básicos - ISB), acesso à educação (Índice do Nível de Educação - INE), fornecendo, a uma só vez, um panorama bastante completo da situação na sua complexidade. O índice de desenvolvimento humano tem uma variante municipal (IDH-M) que é a mais adequada para avaliar unidades territoriais menores (municípios).

TABELA 5.3.2- 33 – Evolução dos Índices de Desenvolvimento em Saubara – 1991 e 2000.

Evolução dos Índices	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M	0,566	0,672
Educação	0,663	0,812
Longevidade	0,551	0,646
Renda	0,485	0,558

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

Já a desigualdade na distribuição de renda é medida através do Índice de Gini, que varia de 0 (igualdade total) a 1 (desigualdade máxima). A Bahia, historicamente, apresenta

³³ De uma forma geral, é considerada jovem a população compreendida na faixa de 0 a 14 anos, adulta na de 15 a 64 e idosas a partir de 65, mas estudos na área das ciências sociais entendem que a condição de jovem não decorre de uma categoria biológica e sim de uma construção cultural e histórica, podendo variar segundo critérios adotados.

uma posição desconfortável no aspecto da desigualdade, ocupando em 1991 o 10º lugar no Brasil em níveis de desigualdade.

No período de 1991 a 2000, o índice no município de Saubara caiu de 0,55 para 0,47, valor este abaixo da média do Estado. A diminuição da desigualdade pode ser observada de forma quase que geral no panorama brasileiro, a partir de 1998, reflexo, em parte, da redução de 25% da população situada abaixo da linha de pobreza (SEI, 2008, p. 22).

O IDH-M de Saubara em 2000 foi de 0,672, situando a unidade territorial no 56º lugar dentre os demais municípios da Bahia. Este valor indica que a situação do município pode ser considerada como de desenvolvimento humano médio (entre 0,5 e 0,8). Este índice cresceu 18,73%, no intervalo dos dois últimos censos, e o componente que mais se destacou para esta alta foi a educação. As condições de educação têm sido uma das principais responsáveis pela melhoria da maioria dos IDHs do Estado da Bahia. O segundo elemento responsável por este resultado foi o aumento na expectativa de vida. A renda teve um papel discreto na composição do IDH-M de 2000. A renda familiar média do município fica em torno de R\$ 746, situando-o atrás de Cachoeira e Salinas da Margarida. O município subiu na classificação estadual saindo da 64ª posição para a 56ª. Os demais, com exceção de Itaparica, que manteve sua posição em 17º lugar, perderam posição no *ranking* estadual, entre 1991 e 2000.

Em relação à composição da população, cerca de 63% declararam ter nascido no local onde vivem. Dos que vieram de outra localidade, o tempo de residência média apurado foi de aproximadamente 4,58 anos.

TABELA 5.3.2- 34 – Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade – 1991 e 2000.

Indicadores	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2.000,00)	71,2	110,6
Proporção de Pobres (%)	74,4	52,7
Índice de Gini	0,55	0,47

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

A proporção de pobres também foi reduzida, entre 1991 e 2000, quando passou para 52,7%. O estudo de campo, realizado no município em 2009, encontrou cerca de 15,5% da população recebendo de 0 a meio salário mínimo. Na faixa de 0 a 1 salário mínimo está aproximadamente 37,1% da população municipal estudada. Saubara recebeu R\$ 5.286.469,19 do Governo Federal, em 2009. Destes, R\$ 815.849,06 destinaram-se ao pagamento de *royalties* de petróleo e gás, e R\$ 656.806,00 ao pagamento do programa bolsa família, que beneficiou 1.465 famílias pobres da região.

Infraestrutura e Habitação

A oferta de água tratada também apresentou um ganho significativo no período estudado, passando a atender, em 2000, cerca de 74% dos domicílios, mas o avanço mais significativo foi em relação à coleta de lixo doméstico *urbano*, que pulou de 37%, em 1991, para 70,6%, em 2000. Diante das elevadas taxas de urbanização deste município, esse resultado nos leva a supor que cerca de 70% dos domicílios de Saubara são atendidos pela coleta de lixo doméstico.

TABELA 5.3.2- 35– Acesso aos Serviços Básicos – 1991 e 2000.

	1991	2000
Água Encanada	60,4	73,7
Energia Elétrica	93,0	98,1
Coleta de Lixo ¹	37,0	70,6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.¹ Somente domicílios urbanos

Contudo, os estudos de campo constataram diversos pontos de depósito de lixo espalhados pelo município, principalmente nas localidades cujo acesso depende de vias não pavimentadas, o que, segundo os moradores, impede a circulação dos veículos de coleta em determinados períodos.

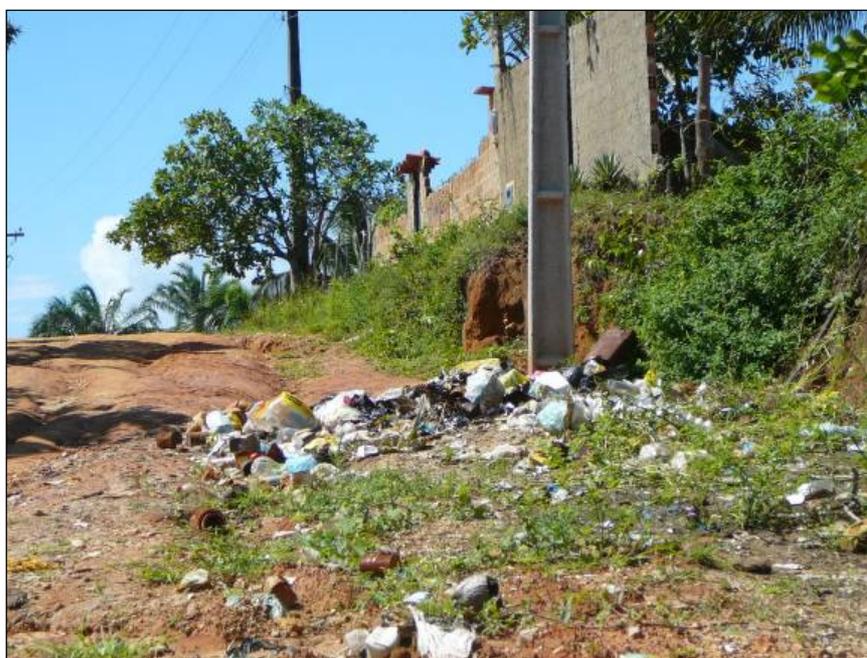
**FIGURA 5.3.2- 37 – Lixo no povoado de Bica – Saubara.**



FIGURA 5.3.2- 38 – Lixo no povoado de Bom Jesus dos Pobres – Saubara.

No que se refere à infraestrutura na área de telefonia, o município possui 1.404 acessos fixos instalados e cerca de 1.117 em serviço³⁴. Destes, 1.041 são terminais individuais. Os terminais públicos estão instalados, preservando-se a distância regulamentar de 300 metros. Os terminais do município estão capacitados para chamadas de serviços especiais como 190 (Polícia Militar); 100 (Secretaria de Direitos Humanos); 181 (Disque Denúncia); 197 (Polícia Civil); 199 (Defesa Civil); 180 (Delegacia da Mulher), entre outros.

O escore de 4,61 obtido para o nível de escolaridade dos habitantes pesquisados³⁵ indica uma posição intermediária entre ensino fundamental completo (escore 4) e ensino médio incompleto (escore 5). Apesar de baixo, esse valor situa o nível de escolaridade local como o segundo melhor entre os municípios que pertencem à Área de Influência Direta. Possíveis *outliers* verificados são de pessoas oriundas de outras localidades que, possuindo aposentadoria, resolvem morar na cidade por conta da tranquilidade. Geralmente, estas pessoas freqüentavam a cidade anteriormente, já tinham adquirido familiaridade com a região e, por estarem ambientados ao local, que é próximo à capital, ali se estabeleceram. Apesar de fraco, o nível de escolaridade de Saubara é superior ao registrado em Salinas da Margarida e Maragogipe.

TABELA 5.3.2- 36 – Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais) – 1991 e 2000.

Nível Educacional	1991	2000
% com menos de 4 anos de estudo	60,9	44,2
% com menos de 8 anos de estudo	87,5	78
Média de anos de estudo	3	4,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

³⁴ ANATEL (junho de 2009).

³⁵ Pesquisa de Campo (2009).

A região que abrange a sede do município de Saubara, seus distritos e localidades de Santo Amaro (Itapema e Acupe) possuem características muito semelhantes a outras cidades que compõem o Recôncavo Baiano, principalmente no que se refere às condições ambientais, com predominância de manguezais modificados pela ação humana.

Em relação ao bioma marítimo, destaca-se certa abundância de pescados e mariscos muito aproveitados por seus habitantes. Economicamente, a região depende muito da pesca de subsistência e dos períodos de veraneio, quando algumas localidades, como Saubara, Bom Jesus, Bica, Araripe entre outras, recebem grande quantidade de turistas e veranistas.

No campo cultural, percebe-se uma grande diversidade de manifestações que integram as festas populares (chegança dos mouros, festas de vaqueiros, comemorações à independência da Bahia etc.), com sincretismo religioso presente e também por seus gêneros musicais, como a fanfarra e o samba-de-roda. Em uma palavra, a região atrai resíduos históricos característicos à generalidade do Recôncavo, mas também se especifica por apresentar um alto índice de “não-moradores”.

A maioria das residências de veraneio permanece fechada a maior parte do tempo. Algumas, segundo os entrevistados, não “abriam” há mais de dois anos e, quando são utilizadas, o período ocupado varia de 15 dias a um mês. Esta situação é responsável pelo alto índice de furtos às propriedades. O fluxo de pessoas entre novembro e fevereiro é muito alto e os nativos da região ora se preocupam pela quantidade de pessoas não conhecidas presentes naquele período, ora se alegram, pois possibilitam aumentar suas rendas familiares com a venda do pescado, do marisco ou até mesmo pelo trabalho das mulheres como “diaristas”.

O nível de ociosidade da população é alto. É comum a presença de jovens e adultos durante os dias de semana nos bares, consumindo álcool ou jogando partidas de dominó, e mesmo à toa nas praças. Há muito desemprego na região e a pesca, conforme relato dos moradores, não tem rendido como antes. As razões apontadas para a falta de peixe e marisco é a “maré-vermelha” e a pesca predatória, com bombas ou no período do defeso.

Os aposentados e os funcionários públicos são responsáveis por parte considerável da movimentação econômica da região, junto com o turismo de final de semana ou do verão. Quando consultada, uma parte considerável declarou não considerar a construção de um empreendimento naval interessante, pois acredita que este empreendimento não empregará os habitantes locais.

A renda familiar se estabelece em torno de um a dois salários mínimos, entre os nativos, e um valor discrepante, a partir de cinco salários mínimos, para moradores que migraram para aquela localidade.

Os pesquisados pouco sabiam de programas sociais existentes na região. O Programa Bolsa Família, por sua vez, atingia uma quantidade razoável de habitantes, mas não ultrapassou 1/3 de beneficiados, entre os pesquisados. Segundo relatório do Portal da Transparência, em 2009, foram repassados para o município, por conta do programa bolsa família, R\$ 656.806,00, beneficiando 1.465 famílias pobres, significando uma média

de R\$ 449 recebidos até agosto de 2009, e beneficiando aproximadamente um entre cada 8 habitantes. O município recebeu ainda, a título de *royalties* de petróleo e gás, R\$ 815.849,06.

Embora o município pertença ao “grupo 1”, que é integrado pelos municípios que têm em média a menor proporção de pobres e a melhor condição econômica que a média estadual (SEI, 2008, p. 88), é possível observar alguns pontos com aglomerados apresentando características subnormais.

O programa federal de auxílio permite que o pescador respeite o período de “defeso” para a procriação do peixe e do camarão. Além deste, há também outro programa específico do Governo Federal que disponibiliza canoas e redes a pescadores que não possuem ferramentas de trabalho.

A maioria dos entrevistados tinha casa própria ou cedida por antigos patrões que deixaram de freqüentar a região, seja por falecimento ou por ter encontrado outro local para passar as férias. O número de domicílios visitados que possuía banheiros ligados a fossa também era significativo. Há um aterro sanitário na região e a coleta do lixo é realizada periodicamente. Em localidades distantes, como Bica e Travessa Getúlio Vargas, a coleta é dificultada pelo terreno da estrada que, em períodos de chuvas, impossibilita a passagem de qualquer veículo, levando os moradores a enterrar ou queimar o lixo em suas propriedades. O abastecimento de água é por rede e o produto possui boa qualidade, segundo os entrevistados. No verão, contudo, a água se torna escassa diante do aumento da demanda causada pelo fluxo de veranistas. As ruas mais centrais são pavimentadas com paralelepípedos, mas as vias distantes são de terra batida. Os moradores locais possuem um eficiente serviço de transporte privado. As empresas têm horários que atendem a toda a população, com uma grande variedade de destinos. A maioria se locomove para outras cidades em ônibus de empresas privadas. A locomoção dentro da cidade é feita a pé, de moto ou, em último caso, de carro.

Os depoentes afirmaram que crianças e jovens na faixa de seis e dezoito anos freqüentavam a escola, mas a estrutura do serviço educacional não era de boa qualidade. Houve relatos de moradores sobre a grande quantidade de aulas-vagas e a falta de professores capacitados para a licenciatura. Em Itapema, as crianças e os jovens eram conduzidos por meio de transporte escolar à cidade de Saubara para que então pudessem garantir seus estudos.

O lazer é precário nas localidades pesquisadas e seus habitantes contam apenas com a praia para tal finalidade. Entre os quesitos pesquisados, o lazer recebeu a 3ª pior avaliação por parte dos entrevistados. De fato, não encontramos equipamentos públicos que se destinassem ao lazer dos moradores de Saubara e adjacências.

A segurança é preocupante para toda a região. Há um sentimento de insegurança muito forte entre os entrevistados que se reflete na pior pontuação obtida na avaliação levada a cabo (1,82). Arrombamentos a casas de veraneio são constantes e se intensifica, em época de férias, quando estão ocupadas e possuem objetos de valor. Assaltos e tráfico de drogas também são mencionados pela população. Não há equipamento policial suficiente para atender toda a região. A Guarda Montada, própria para áreas de praia não é utilizada pela companhia policial daquela região que possui um posto em Saubara e outro posto, menor, em Cabuçu. O distrito de Bom Jesus dos Pobres, por sua vez, é

atendido através de rondas que aparecem de duas a três vezes na semana, em períodos em que não há muitas pessoas nas localidades.

Indagados sobre o que a região precisa para a vida na comunidade melhorar, a maioria dos entrevistados citou o emprego, seguido da saúde, da educação e da segurança. Há muitos relatos de pessoas que, entre a família, houve a necessidade de um membro migrar para outra cidade, a fim de conseguir um emprego fixo ou melhores condições de estudo. As reclamações sobre os serviços de saúde decorrem fundamentalmente do fato do hospital da sede municipal, freqüentemente, não dispor de médico. Apenas um clínico aparece ocasionalmente sem dar conta das demandas desta região.

Não há ambulância nem serviço de emergência. Entre as principais causas de deslocamento para outras cidades próximas, como Santo Amaro e Salvador, está a busca por atendimento médico. No aspecto da educação, a queixa recai sobre a qualidade do ensino, com professores despreparados e o não cumprimento da carga horária, com dias sem aula ou liberações das turmas fora do horário. O estudo de campo indicou que aproximadamente 75% dos entrevistados não haviam completado o ensino médio e destes 55% sequer chegaram a completar o ensino fundamental. Na questão da segurança, a reclamação recai sobre a falta de policiamento preventivo e de um local que se possa recorrer em caso de necessidade, principalmente no verão, quando aumentam as ocorrências relacionadas ao consumo de álcool e a assaltos. Fora da estação, as ocorrências delituosas envolvem o arrombamento de residências, furtos e tráfico de drogas.

Sobre o maior problema enfrentado, as pessoas apontaram a falta de emprego fixo, insegurança e postos de saúde equipados com médicos e materiais. As opções de lazer estão limitadas às praias da região. Segundo os moradores, não existem quadras para a prática de atividades esportivas pelos jovens.

Entre os itens que mais receberam aprovação da população estão o transporte e a iluminação pública. Todas as localidades visitadas possuem rede de energia elétrica. Como as cidades são pequenas, o transporte só é utilizado para se deslocar de uma cidade a outra, e, para este fim, a região é bem abastecida, saindo ônibus de 20 em 20 minutos.

TABELA 5.3.2- 37 – Avaliação sobre serviços no Município de Saubara – 2009.

Itens	Escores (means)
Educação	2,74
Lazer	2,67
Saúde	2,20
Transporte	3,66
Saneamento	2,90
Iluminação	3,25
Segurança	1,82

Obs.: Os escores variam de 1 a 5, sendo que, valores abaixo de 3, indicam avaliações negativas (ruim e péssimo) e, acima de 3, positivas (bom e ótimo). n =108.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

O índice de pessoas vinculadas a associações ambientais ou de moradores é baixo, apesar de haver na cidade algumas entidades como associações de pescadores e de marisqueiras.

Consultados sobre o funcionamento dos conselhos existentes, a maioria dos moradores demonstrou desconhecimento a respeito. Alguns afirmaram ter ouvido falar do Comitê da Bacia do Rio Paraguaçu.

É grande o número de igrejas católicas e evangélicas. A população demonstra um grau de religiosidade elevado, mas não encontramos adeptos das religiões afro-orientais em uma região que tem as religiões de matriz negra como a principal manifestação cultural e que influenciou, por exemplo, os sambas de roda e a formação de quilombos.

Saubara (Sede Municipal)

Saubara e localidades litorâneas do município possuem um cenário típico das cidades que servem de “refúgio por temporada” para moradores de outras regiões. Localizada próxima à Região Metropolitana de Salvador, de Feira de Santana e de outras cidades do interior Baiano, atrai turistas no verão e nos finais de semana.

Sua população, segundo a contagem de 2007, era de 7.215 pessoas distribuídas por 2.060 domicílios. Possui posto da polícia militar, delegacia da polícia civil, com uma Delegada Titular, hospital, posto de saúde, rede de água tratada e esgoto em parte das moradias.

As vias de circulação são pavimentadas por paralelepípedos e possuem um significativo número de residências que permanecem fechadas, pois seus proprietários moram em regiões vizinhas. Parte dos entrevistados afirmou ter morado em outra localidade durante algum tempo, tendo regressado por falta de emprego fixo. Outra parcela da população segue para outras cidades do interior, em busca do emprego ou para estudar, como ocorre com os mais jovens. Entre os motivos de migração, destacam-se o trabalho e o estudo. Existem pequenas aglomerações de residências subnormais em Saubara.



FIGURA 5.3.2- 39 – Posto da Polícia Militar – Saubara.



FIGURA 5.3.2- 40 – Manifestação Cultural – Saubara.



FIGURA 5.3.2- 41 – Arruamento – Saubara.



FIGURA 5.3.2- 42 – Periferia – Saubara.

Quanto ao serviço de telefonia, no distrito de Saubara havia, em julho de 2009, segundo a ANATEL, 731 telefones fixos instalados. Destes, apenas 697 estavam em serviço, sendo 35 terminais públicos (TUP) e 662 individuais.

TABELA 5.3.2- 38 – Terminais de Telefonia Fixa, Saubara – Julho de 2009.

Localidade	Empresa	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Saubara	Telemar/Telemar BA	662	35
Bom Jesus dos Pobres	Telemar/Telemar BA	158	23
Cabuçu	Telemar/Telemar BA	268	18

Fonte: ANATEL, 2009.

Bom Jesus dos Pobres

Constituída em grande parte por residências de veraneio, possui pavimentação de pedras (paralelepípedos) na sua área central e ruas adjacentes. No total, Bom Jesus reúne 1.894 habitantes, distribuídos por 578 domicílios.

Na orla e nas áreas mais afastadas, as ruas não apresentam pavimentação e o acesso é difícil. O pequeno comércio local é constituído de pousadas, bares, barracas de praia, lojas de material de construção e açougues. A infraestrutura para o turismo é precária. A economia gira em torno de um turismo para a população de baixa renda.

O fornecimento de água é feito por uma estação de tratamento da EMBASA que filtra, trata e distribui a água a uma razão de 25 m³ por hora. A qualidade da água é razoável, mas um pouco salobra. A captação é feita em um poço. Está prevista a ampliação da rede, que não cobre todas as residências do distrito. A cidade possui um posto de Saúde, mas não conta com posto policial e o policiamento preventivo ocorre apenas nos finais de semana.



FIGURA 5.3.2- 43 – Orla Turística – Bom Jesus dos Pobres.



FIGURA 5.3.2- 44 – Comércio Local – Bom Jesus dos Pobres.

Em relação às comunicações, Bom Jesus dos Pobres possui cobertura da operadora Oi para telefonia móvel. Existem também 224 terminais telefônicos fixos instalados, sendo que apenas 181 em serviço, em julho de 2009, segundo a ANATEL. Destes, 154 eram terminais individuais e 23 públicos.

A saúde, segundo os moradores, é precária. Cerca de sete, das onze pessoas ouvidas a respeito, apontou a saúde como a principal dificuldade enfrentada pelo distrito. O posto de saúde desta localidade não funciona, pois há falta de médicos. O hospital mais próximo situa-se na cidade de Saubara, mas é pequeno e funciona precariamente. Além da questão da saúde, a solução para outros problemas rotineiros, como ir a banco e fazer compras, também exige deslocamentos para outras localidades.

Cabuçu

A sede do distrito está localizada ao longo da BA-026 que segue em paralelo à orla marítima e interliga Cabuçu a Saubara e Bom Jesus dos Pobres. A localidade, de 1.596 habitantes e 532 domicílios³⁶, apresenta as mesmas características de Bom Jesus em relação à pavimentação das ruas e à infraestrutura de turismo e lazer.

O distrito é atendido por serviços de energia elétrica, possuindo iluminação pública, escola municipal de Ensino Fundamental (Jailda Ivone da Cruz Lisboa), um posto policial e de atendimento municipal, mas ambos estavam fechados na ocasião da pesquisa. Possui inúmeras casas de veraneio, em grande parte, fechadas.

As moradias, na parte mais central, são de padrão médio, todas com banheiros, 60% dos quais ligados a rede e 40% ligados a fossas, e a coleta doméstica de lixo abrange 100% dos domicílios. O comércio local é limitado a pequenos bares e vendas, obrigando a população a ter de se deslocar para a sede do município ou para outro município, para fazer compras, ir a bancos, a médicos etc.



FIGURA 5.3.2- 45 – Posto Policial – Cabuçu.

³⁶ IBGE, 2007.



FIGURA 5.3.2- 46 – Centro de Serviços – Cabuçu.

Em Cabuçu, o serviço de telefonia envolve 456 aparelhos telefônicos instalados e apenas 286 em funcionamento, em julho de 2009. Parte destes aparelhos está instalada em domicílios de veraneio, que se encontram fechados no período da baixa estação. Dezoito destes aparelhos eram destinados ao serviço de telefonia pública e 268 são terminais individuais fixos.

Bica

Pequeno aglomerado de casas, em sua maioria de veraneio. Não possui núcleo urbano nem comércio, apenas algumas barracas na orla. As residências são atendidas por luz elétrica e serviço de água tratada. Não possui rede de esgoto e a maioria das casas tem fossas. O acesso é feito por via não pavimentada e em mau estado de conservação, o que dificulta o recolhimento de lixo. Existem diversos pontos de disposição de lixo doméstico em terrenos baldios.



FIGURA 5.3.2- 47 – Via de Circulação – Bica.



FIGURA 5.3.2- 48 – Equipamento de Turismo – Bica.

Araripe

Pequena comunidade de veraneio, sem calçamento, saneamento e água ligada a uma rede. Grande demanda por serviços públicos, em especial saneamento, emprego e a pavimentação dos acessos. Esta última, segundo os entrevistados, é responsável pela ausência de oportunidades de desenvolvimento econômico.

A construção de novos estaleiros é encarada como algo a ser aprovado, mediante algumas condições de preservação do meio ambiente. Por outro lado, há uma desinformação generalizada sobre o projeto, com baixa participação da comunidade em discussões. Há pouca organização política e social que faz coro com a baixa escolaridade da população que vive essencialmente das atividades de serviço e das marisqueiras, que movimentam a economia, apesar de aposentadas, como é o caso de algumas. Com relação à educação, reclama-se do fato das crianças terem que pegar canoa, deslocando-se para um local distante para estudar, e ficando a mercê do mau tempo, em determinadas épocas do ano.



FIGURA 5.3.2- 49 – Via de acesso a Araripe.



FIGURA 5.3.2- 50 – Araripe.

Município de Cachoeira

O Recôncavo Baiano começou a ser ocupado por volta de 1530, quando suas terras foram aproveitadas para o plantio de cana de açúcar e a instalação de engenhos que se transformaram na principal base econômica da região.

O município de Cachoeira integra a Área de Influência Indireta do empreendimento e, devido à distância, sua posição a montante em relação à área escolhida, deve apresentar interações de baixa intensidade e de natureza indireta com o projeto.

Cachoeira faz parte do eixo de desenvolvimento do Grande Recôncavo, da Microrregião de Santo Antônio de Jesus e da Região Metropolitana de Salvador. Composta por três distritos e dividida, para efeito dos levantamentos realizados pelo IBGE, em 38 setores censitários. Englobando uma área de 398 km², Cachoeira abriga, segundo a contagem do IBGE realizada em 2007, cerca de 32.252 habitantes distribuídos por 9.518 domicílios. A densidade demográfica, que era de 75,8 hab./km², em 2000, passou para 80,63 hab./km², em 2007.

FIGURA 5.3.2- 51 – População por Situação de Domicílio – 1991, 2000 e 2007.

	1991	2000	2007
População Total	28.290	30.416	32.252
Urbana	14.193	15.831	16.426
Rural	14.097	14.585	15.826
Taxa de Urbanização	50,17%	52,05%	50,93%

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2007.

Cachoeira manteve sua taxa de urbanização estável, ao longo dos últimos 16 anos, com uma pequena variação no censo do ano 2000. A taxa de crescimento da população total,

urbana e rural, apresentou uma constante de 0,48% a.a., a mais discreta dentre todos os municípios estudados.

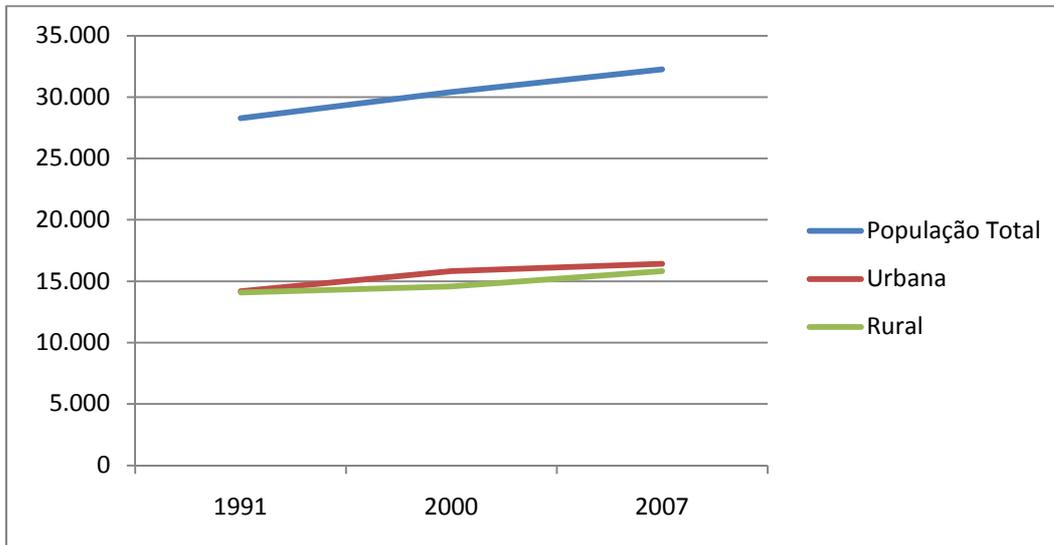


FIGURA 5.3.2- 52 – Evolução da População Rural e Urbana do Município de Cachoeira.

A distribuição etária da população tem uma representação gráfica muito semelhante a de outros municípios estudados. A base larga e a ponta estreita da pirâmide indicam características de países em desenvolvimento, com uma taxa de nascimento elevada e uma baixa expectativa de vida, não obstante os avanços já registrados nestes aspectos. Cerca de 57% da população está na faixa dos 0 aos 29 anos. A pirâmide de Cachoeira apresenta ainda uma pequena entrada da população masculina, na faixa dos 15 aos 19 anos, observada também em alguns dos municípios estudados, o que parece indicar uma perda de população nesta faixa de idade, devido a deslocamentos para dar continuidade aos estudos ou em busca de trabalho.

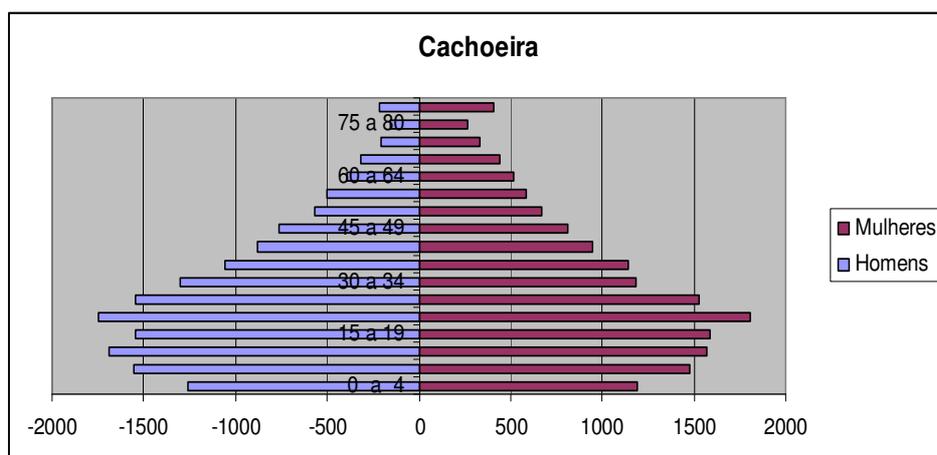


FIGURA 5.3.2- 53 – Pirâmide Etária do Município de Cachoeira.
Fonte: IBGE, 2007.

Cachoeira é o município da AID cujo formato da pirâmide mais se assemelha ao perfil dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. A base estendida e o

estreitamento acentuado do topo, a partir da faixa dos 25 anos, demonstram uma taxa de natalidade alta e uma baixa expectativa de vida.

Quanto ao desempenho de seu IDH, Cachoeira, como o restante dos municípios estudados, apresentou uma melhora, que passou de 0,598, em 1991, para 0,681, em 2000. E da mesma forma que a maioria dos municípios enfocados, perdeu posições na classificação estadual, saindo do 33º lugar para o 42º, em 2000.

TABELA 5.3.2- 39 – Avaliação sobre serviços no Município de Cachoeira.

Itens	Escores (means)
Educação	2,75
Lazer	3,38
Saúde	1,75
Transporte	3,13
Saneamento	3,00
Iluminação	3,25
Segurança	1,63

Obs.: Os escores variam de 1 a 5, sendo que, valores abaixo de 3, indicam avaliações negativas (ruim e péssimo); e, acima de 3, são positivas (bom e ótimo). n = 12. Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

A escolaridade observada entre os moradores obteve o valor 5, o que significa uma escolaridade média, em torno do ensino médio incompleto. Apesar de representar um desempenho insuficiente do sistema educacional, este escore é o mais elevado dentre todos os municípios pesquisados.

A renda familiar média, de R\$ 955,00, também coloca o município em situação favorável dentre os demais pesquisados. Cachoeira recebeu, em 2009 a título de transferências do Governo Federal, 10.607.518,92 reais destinados a pagamentos de *royalties* (R\$ 59.799,97) e de programas assistenciais. O Programa Bolsa Família recebeu R\$ 1.952.908,00 que foram distribuídos entre 3.955 famílias pobres beneficiadas, significando uma renda média, até agosto de 2009, de R\$ 493,78.

O número médio de moradores por domicílio registrado no estudo de campo foi de 3,36. As residências são de padrão médio, construídas de blocos, rebocadas, com telhas cerâmicas e com 4,33 cômodos, em média.

Cerca de 62% dos entrevistados alegaram ser de Cachoeira. Dos que vieram a se estabelecer no município, o tempo de residência médio é de pouco mais de um ano e meio, podendo ser considerado migrante pelo padrão do IBGE.

TABELA 5.3.2- 40 – Terminais de Telefonia Fixa (Públicos e Individuais).

Localidade	Município	Empresa	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Santiago do Iguape	Cachoeira	Telemar/Telemar Ba	69	6
Cachoeira		Telemar/Telemar Ba	97	10
Capoeirucu		Telemar/Telemar Ba	1.919	106
Alecrim		Telemar/Telemar Ba	113	17
São Francisco do Paraguauçu		Telemar/Telemar Ba	106	5
Bela vista		Telemar/Telemar Ba	40	5
Formiga		Telemar/Telemar Ba	0	2

Localidade	Município	Empresa	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Guaíba		Telemar/Telemar Ba	0	1
Ladeira do Pai Inácio		Telemar/Telemar Ba	0	1
Murutuba		Telemar/Telemar Ba	0	2
Terra Vermelha		Telemar/Telemar Ba	0	1
Tororó		Telemar/Telemar Ba	0	1
Tupim		Telemar/Telemar Ba	13	4
Tabo/uleiro da Vitória		Telemar/Telemar Ba	0	1
Acutinga		Telemar/Telemar Ba	0	1
Pinguela		Telemar/Telemar Ba	0	1
Santo Antônio do Tibiri		Telemar/Telemar Ba	0	1
Lagoa Encantada		Telemar/Telemar Ba	0	1
Saco		Telemar/Telemar Ba	0	1

Fonte: ANATEL, 2009.

São Francisco do Paraguaçu

Pequena localidade com uma população de 1.043 habitantes e 275 domicílios, segundo a contagem do IBGE de 2007. Constituído de casas simples de padrão médio e bem atendidas por rede de energia elétrica. Não conta com saneamento básico e a iluminação pública é precária, embora seja avaliada positivamente pela população.

A comunidade dispõe de energia elétrica, calçamento, rede de telefonia fixa e escola de nível básico. A água não é ligada à rede pública para toda a população, bem como a existência de fossas. Apresenta uma situação dual, com um perfil agrário ao lado de formas tradicionais de subsistência pela pesca. A educação só é oferecida até a oitava série, obrigando as crianças a se deslocarem para outra localidade, para continuar os estudos.

Os moradores avaliam a qualidade de vida na comunidade como boa e tranqüila, sem preocupações consistentes em questões como educação e segurança. A saúde e o emprego preocupam, a falta de ocupação dos moradores nas funções modernas contribui para uma situação polarizada, com grandes parcelas da população ocupadas, mas sem emprego, ou seja, exercem uma profissão/ocupação, mas estão atrás de empregos formais, em setores econômicos mais consistentes.

São Francisco do Paraguaçu é uma localidade distante da Área Diretamente Afetada (ADA) / Área de Influência Direta (AID) do empreendimento. A cidade é bastante isolada e passa atualmente por conflitos entre a Pastoral da Terra, que defende que a comunidade seja reconhecida enquanto quilombola, e alguns fazendeiros, que atuam junto a moradores para que não aceitem tal reconhecimento. Trata-se de uma situação de conflito com um potencial significativo. Diversas moradias mantêm afixadas em suas portas cartazes que observam: “não somos quilombolas” (**FIGURA 5.3.2-54**).

Os depoimentos evidenciam uma consciência de que os serviços públicos estão aquém do desejável. Mas essa queixa não se traveste em um discurso evidente de demanda. Aparentemente, não existem evidências da presença de uma gramática da política que inclua e democratize as relações entre Estado e sociedade, nem uma consciência do que pode e do que não pode ser feito na /pela política.

Neste município foram registrados, não somente o maior índice de aprovação da instalação do empreendimento, com um escore de 1,5, mas também a menor dispersão entre as respostas (desvio padrão), indicando uma opinião extremamente consistente.

TABELA 5.3.2- 41 – Comparação dos Índices de Aprovação ao Projeto do Pólo Naval.

Município	Media	Desv. típ.
Maragogipe	1,29	1,083
Saubara	1,27	1,008
Salinas das Margaridas	1,07	1,153
Cachoeira	1,50	0,756
Total	1,25	1,070

n=398. Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.



FIGURA 5.3.2- 54 – Manifestação anti-reconhecimento como remanescente de quilombo.



FIGURA 5.3.2- 55 – São Francisco do Paraguaçu.

Em São Francisco do Paraguaçu estão instalados 67 terminais de telefones fixos, segundo dados da ANATEL, de julho de 2009. Desse total, estavam em serviço apenas 45 telefones, sendo cinco públicos e 40 individuais.

Município de São Félix

São Félix pertence à microrregião de Santo Antônio de Jesus e à mesorregião metropolitana de Salvador. Seu território está dividido em dois distritos: São Félix e Outeiro Redondo. A malha censitária definida pelo IBGE é composta de 18 setores. O município integra a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento.

População

A população, segundo a contagem do IBGE efetuada em 2007, era de 15.302 habitantes. Com uma área aproximada de 95.9 km², a densidade populacional é de 159,56 hab./km², revelando um adensamento de aproximadamente 11,3%, nos últimos sete anos.

TABELA 5.3.2- 42 – População por Situação de Domicílio – 1991, 2000 e 2007.

	1991	2000	2007
População Total	12.182	13.699	15.302
Urbana	7.420	8.748	10.113
Rural	4.762	4.951	5.189
Taxa de Urbanização	60,91%	63,86%	66,08%

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2007.

A taxa de crescimento da população total de São Félix se manteve mais ou menos constante, nos últimos 16 anos, a uma taxa anual de 1,36%. Este valor pode ser considerado médio, para uma região que apresenta variações acentuadas nas taxas de crescimento, indo desde 2,81% a.a., registrada em Saubara, até 0,44% a.a., obtida em Maragogipe.

A composição urbano-rural da população, no entanto, apresentou algumas variações significativas. A população urbana experimentou um crescimento acentuado, entre 1991 e 2000, reduzindo drasticamente essa aceleração, nos últimos 7 anos, enquanto a população rural apresentou um crescimento discreto desde 1991.

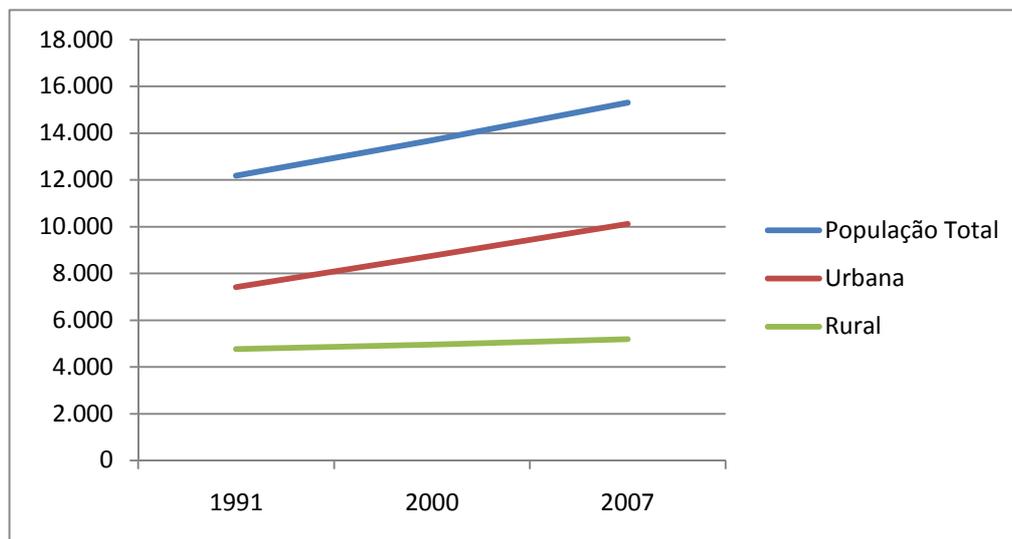


FIGURA 5.3.2- 56 – Evolução da População Rural e Urbana do Município de São Félix.

A distribuição etária da população do município de São Félix se assemelha à dos demais municípios que compõem as áreas de Influência Direta e Indireta. Com um topo da pirâmide estreito, indica uma baixa expectativa de vida, embora tenha registrado uma melhora neste aspecto, passando a esperança de vida ao nascer de 58 anos para 63,2. A base, contudo, já apresenta uma redução considerável, indicando, nos últimos 20 anos, uma mudança acentuada no perfil populacional.

TABELA 5.3.2- 43 – Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade do município de São Félix (1991 e 2000).

Indicadores	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	78,9	48,6
Esperança de vida ao nascer (anos)	58,0	63,2
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	3,8	2,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

A Taxa de fecundidade de 2,3, alcançada em 2000, ficou abaixo da média obtida entre os seis municípios estudados (2,6 filhos por mulher).

A maioria da população está concentrada na faixa dos 15 aos 29 anos, com uma redução acentuada a partir dos trinta anos. A mortalidade infantil, que era a mais elevada dentre todos os seis municípios que compõem a AII e AID, foi reduzida em cerca de 38%, em 2000, o que permitiu galgar uma posição, passando a ostentar o segundo pior índice dos municípios enfocados neste estudo. A pior colocação neste aspecto passou a ser ocupada por Salinas da Margarida.

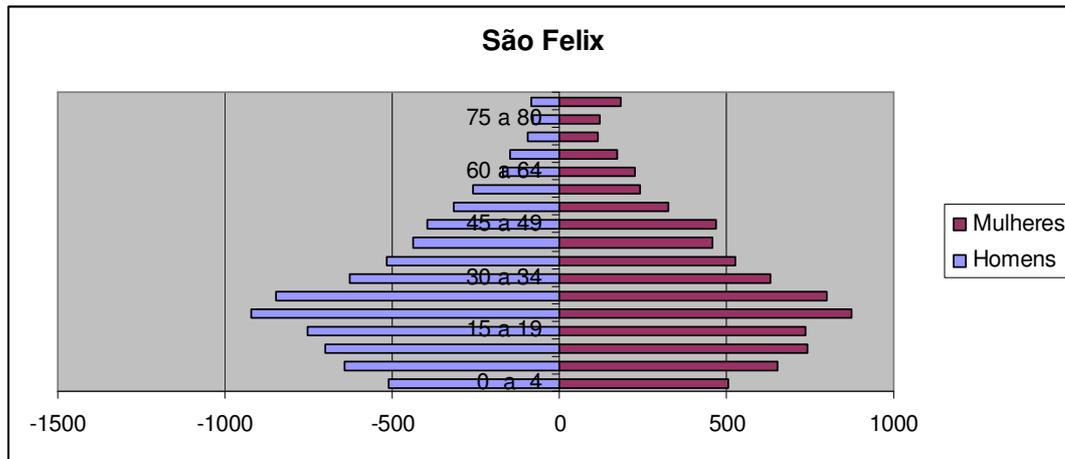


FIGURA 5.3.2- 57 – Pirâmide Etária do Município de São Félix.
Fonte: IBGE, 2007.

Desenvolvimento Humano e Renda

O índice de desenvolvimento humano no período 1991-2000, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD, apresentou um ganho de aproximadamente 18%, passando de 0,566 para 0,672. Com isto, reduziu-se a distância, do limite máximo do índice, em 22%, o que, no entanto, não foi suficiente para alterar a classificação do município, que continua dentro da faixa de desenvolvimento médio (entre 0,5 e 0,8). O valor atingido coloca o município numa posição ligeiramente superior à média do grupo 2, na classificação da SEI, em seu estudo sobre as manchas de pobreza na Bahia (SEI, 2008, p. 89). Mas, na classificação estadual, o IDH-M de São Félix perdeu posições, passando do 74º lugar, que ocupava em 1991, para o 86º, em 2000.

A educação, como nos demais municípios estudados, responde com a maior parcela deste desempenho (50,8%), seguida do aumento na expectativa de vida em 28,7%. A contribuição da renda na composição do IDH foi a mais modesta.

TABELA 5.3.2- 44 – Evolução do Índice de Desenvolvimento – 1991 e 2000.

	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,556	0,657
Educação	0,620	0,774
Longevidade	0,550	0,637
Renda	0,497	0,559

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/IBGE, 1991 e 2000.

A renda per capita média da população de São Félix aumentou de R\$ 76,40, em 1991, para R\$ 110,80, em 2000, refletindo um crescimento de aproximadamente 45%. Os ganhos na renda média, contudo, não foram apropriados de forma equitativa pela população. O Índice de Gini aponta para um processo de aumento da desigualdade e de concentração de renda. Até agosto de 2009, São Félix recebeu R\$ 9.319.764,53 de repasses do Governo Federal, sendo que destes, R\$ 38.630,77 a título de pagamentos de *royalties* sobre petróleo e gás, e R\$ 852.700,00 referentes ao Programa de Bolsa Família que, no município, beneficiou, neste mesmo período, 1.881 famílias pobres, garantindo uma renda média de R\$ 453,22, segundo dados fornecidos pelo Portal da Transparência do governo estadual.

TABELA 5.3.2- 45 – Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade – 1991 e 2000.

	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	76,4	110,8
Proporção de Pobres (%)	71,0	59,5
Índice de Gini	0,56	0,60

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/IBGE, 1991 e 2000.

A análise por agrupamento “clusters”, desenvolvida pela SEI, indica que, no período entre os dois censos, São Félix passou, do grupo 5 para o grupo 2, que agrega 129 municípios, cujo nível de pobreza é abaixo do da média estadual. Os dados apresentados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano confirmam que a proporção de pobres foi reduzida de 71,0% para 59,5%.

Infraestrutura

O censo de 2000 registrava que apenas 61,6% dos domicílios de São Félix eram atendidos por água tratada. Esse índice coloca São Felix em 4^o lugar, dentre os municípios estudados, à frente de Maragogipe e de Cachoeira. O mesmo acontece em relação à energia elétrica, evidenciando um desempenho fraco nestes dois setores, que apresentaram um avanço muito pequeno em relação aos índices de 1991. O melhor resultado foi obtido em relação à coleta do lixo doméstico, que pulou de 35,2%, em 1991, para 91,2%, em 2000, obtendo o mesmo resultado alcançado em Salinas da Margarida e superando todos os demais municípios enfocados.

TABELA 5.3.2- 46 – Acesso aos Serviços Básicos – 1991 e 2000.

	1991	2000
Água Encanada	50,8	61,6
Energia Elétrica	72,7	88,0
Coleta de Lixo ¹	35,2	91,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000.

¹Somente domicílios urbanos.

Segundo o site da ANATEL, São Félix, mantinha instalado e em funcionamento, 845 terminais de telefonia fixos e 41 terminais públicos no município, em julho de 2009. Com 3.675 domicílios contados em 2007, o município apresenta uma relação baixa, com um telefone para aproximadamente cada cinco domicílios. Outeiro Redondo, que é sede do distrito, assim como a localidade de Boa Vista, não possuem terminais telefônicos instalados.

TABELA 5.3.2- 47 – Terminais de telefonia Fixos Instalados e em Serviço – São Félix – 2009.

Localidades	Empresa	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
São Félix	Telemar/Telemar/BA	840	35
Outeiro Redondo	Telemar/Telemar/BA	0	1
Boa Vista	Telemar/Telemar/BA	0	1
Caanga	Telemar/Telemar/BA	5	4

Fonte: ANATEL, 2009.

Itaparica

Itaparica pertence à microrregião de Salvador e à mesorregião metropolitana de Salvador. Seu território, dividido pelo IBGE, na contagem populacional realizada em

2007, em 33 setores censitários, possuía apenas um distrito. O município integra a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento e deverá apresentar poucas interações com o projeto.

População

Com uma área de 116,4 km² e 19.897 habitantes, contados em 2007, apresenta uma densidade populacional de 170,94 hab./km². A população de Itaparica está na sua totalidade, domiciliada em áreas consideradas urbanas. Com 5.858 domicílios registrados em 2007, a média de moradores por domicílio no município foi de 3,3.

TABELA 5.3.2- 48 – População por Situação de Domicílio – 1991, 2000 e 2007.

	1991	2000	2007
População Total	15.055	18.945	19.897
Urbana	15.055	18.945	19.897
Rural	0	0	0
Taxa de Urbanização	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2007.

Entre os recenseamentos de 1991 e 2000, o crescimento populacional ocorreu a uma taxa de 2,69% ao ano. A partir do ano 2000, ocorreu uma desaceleração nesta taxa, que passa a apresentar valores mais discretos.

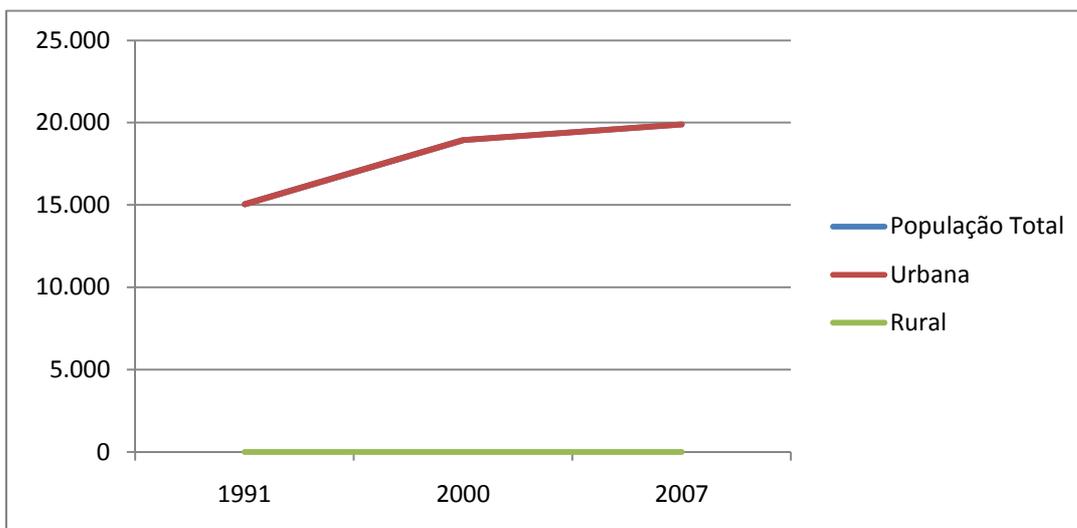


FIGURA 5.3.2- 58 – Evolução da População Rural e Urbana do Município de Itaparica.

Todos os municípios estudados apresentaram ganhos nos indicadores de mortalidade e fecundidade, entre os dois últimos censos. Itaparica apresentou uma queda acentuada (40,33%) na mortalidade infantil, que passou de 63,4 por mil dos nascidos vivos para 37,8 %, em 2000. A expectativa de vida também vem apresentando melhoras, tendo subido de 61 para 66,34 anos, no censo de 2000.

TABELA 5.3.2- 49 – Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - 1991 e 2000.

	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	63,4	37,8
Esperança de vida ao nascer (anos)	61,1	66,3
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	3,2	2,8

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000.

O estudo da representação gráfica da distribuição da população, por sexo e faixa de idade, indica alguns elementos que destoam dos demais municípios estudados. A pirâmide etária de Itaparica não apresenta uma base alargada dos países “em desenvolvimento”, mantendo uma certa regularidade até a faixa dos 29 anos. A taxa de fecundidade das mulheres reduziu, de 3,2 filhos por mulher, em 1991, para 2,8, em 2000, mas ainda está acima da média registrada nas áreas de Influência Indireta e Direta. Outro aspecto do perfil populacional é a redução acelerada da população, a partir da faixa de idade dos 30 anos em diante, e refletindo uma baixa expectativa de vida. Itaparica assim como a maioria das unidades territoriais estudadas apresenta uma perda de população, na faixa dos 15 aos 19 anos, facilmente identificada na pirâmide etária.

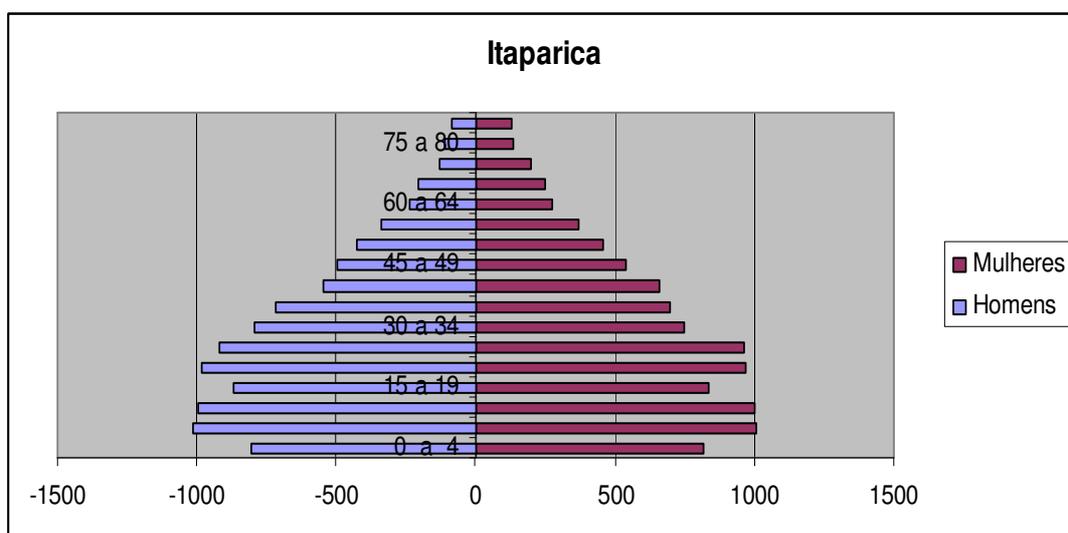


FIGURA 5.3.2- 59 – Pirâmide Etária do Município de Itaparica.
Fonte: IBGE, 2007. Elaboração própria.

Este fenômeno está associado à geração que nasceu entre 1988 e 1992. A redução da população municipal em uma determinada faixa pode indicar também processos de perda de população, que abandona o município para a realização de estudos, em outras áreas melhor providas de escolas, ou à busca por melhores oportunidades de conseguir um posto de trabalho. Como este fenômeno ocorre tanto na população masculina quanto na feminina, pode-se descartar a violência como causa, uma vez que esta atinge prioritariamente jovens adolescentes do sexo masculino. Itaparica possui uma população predominantemente jovem e uma expectativa de vida baixa, não obstante os avanços registrados na última década.

Desenvolvimento Humano e Renda

O índice de desenvolvimento humano de Itaparica já se destacava em 1991 e com a pontuação de 0,712, obtida em 2000, se mantém à frente dos seis municípios enfocados neste estudo. Quanto a sua posição no *ranking* do IDH no Estado, apresentou um comportamento atípico, mantendo a 17ª posição, enquanto a maioria dos municípios estudados perdia posições, entre 1991 e 2000.

A análise dos componentes que compõem o índice também apresenta características atípicas. Ao contrário dos demais, não foi a educação o componente responsável por puxar esse resultado, mas o aumento na renda, seguido pela expectativa de vida (longevidade), vindo a educação em terceiro lugar. Mesmos com esses resultados atípicos, o índice do município não alcança o valor 0,8, a partir do qual poderia ser classificado como de alto desenvolvimento.

TABELA 5.3.2- 50 – Evolução dos Índices de Desenvolvimento – 1991 e 2000.

	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	0,624	0,712
Educação	0,782	0,861
Longevidade	0,601	0,689
Renda	0,488	0,587

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

A renda da população cresceu 81,05%, entre 1991 e 2000, quando alcançou o valor de 131,2 reais, a mais elevada entre o grupo pesquisado. A renda per capita mais alta, depois de Itaparica, é a de Cachoeira, com 119,5 reais. Até agosto de 2009, Itaparica recebeu do governo federal um aporte de R\$ 8.069.274,30, destinados a pagamento de *royalties* e a programas assistenciais. Do valor recebido, R\$1.229.934,00 foi destinado ao Programa Bolsa Família, que atendeu 2.507 famílias, significando uma média de 490,59 reais por família pobre, no período.

A proporção de famílias pobres também diminuiu, mas a riqueza produzida não foi apropriada de forma igualitária pela população. A análise do Índice de Gini indica que houve um aumento na concentração de renda no município

TABELA 5.3.2- 51 – Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade - 1991 e 2000.

	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	72,5	131,2
Proporção de Pobres (%)	69,7	54,7
Índice de Gini	0,53	0,58

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

A proporção de famílias pobres também diminuiu, mas a riqueza produzida não foi apropriada de forma igualitária pela população. A análise do Índice de Gini indica que houve um aumento na desigualdade de distribuição de renda no município. A maior parcela da renda produzida, representando 62,4% passou a ser apropriada pela parcela dos 20% mais ricos da população, significando um aumento de 11,2%, em relação a 1991.

TABELA 5.3.2- 52 – Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População – 1991 e 2000.

	1991	2000
20% mais pobres	3,2	1,9
40% mais pobres	10,4	8,2
60% mais pobres	22,5	18,9
80% mais pobres	43,9	37,6
20% mais ricos	56,1	62,4

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

Infraestrutura

Itaparica apresenta, desde 1991, um bom índice de eletrificação, atendendo a 93,1% da população e, em 2000, essa cobertura aumentou para 98,3%, o melhor resultado neste quesito, dentre todos os municípios pesquisados. Quanto à cobertura de água tratada, a posição de Itaparica é apenas regular. Saubara, Salinas e Cachoeira apresentam melhores resultados, enquanto São Félix e Maragogipe têm desempenho pior.

TABELA 5.3.2- 53 – Acesso aos Serviços Básicos – 1991 e 2000.

	1991	2000
Água Encanada	44,7	64,9
Energia Elétrica	93,1	98,3
Coleta de Lixo ¹	32,8	74,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000.

¹Somente domicílios urbanos.

Quanto à coleta domiciliar de lixo, Itaparica está posicionada entre os três melhores desempenhos, na área estudada. É importante observar que a situação do município é atípica, uma vez que não possui população rural e, portanto, os 74,75% de cobertura na coleta de lixo domiciliar referem-se a todos os domicílios, enquanto nos demais, esse índice envolve apenas as residências urbanas.

TABELA 5.3.2- 54 – Terminais de Telefonia Fixa, Itaparica – 2009.

Localidade	Empresa	Acessos Individuais	Acessos Públicos (TUP)
Itaparica	Telemar/Telemar/BA	2.070	105
Porto Santo	Telemar/Telemar/BA	116	8
Amoreira	Telemar/Telemar/BA	149	20
Bom Despacho	Telemar/Telemar/BA	493	40
Manguinhos	Telemar/Telemar/BA	37	6
Ponta de Areia	Telemar/Telemar/BA	39	21
Misericórdia	Telemar/Telemar/BA	63	12

Fonte: ANATEL, 2009.

Itaparica possui uma boa relação entre o número de telefones fixos instalados e a população local. Em média, são dois domicílios para cada terminal individual instalado. Todas as localidades possuem também um número razoável de terminais públicos em funcionamento, segundo dados fornecidos pela ANATEL, relativos a julho de 2009.

5.3.2.3. Populações tradicionais

A entrada das populações tradicionais no universo das discussões ambientalistas se deu sob a luz dos questionamentos entre a presença ou não de grupos humanos dentro das unidades de conservação. A concepção de conservação da natureza *in situ*, mais difundida mundialmente, propõe o estabelecimento de um sistema de áreas naturais protegidas. O modelo dominante adotado pelos países do norte prevê a total exclusão dos assentamentos humanos, sendo o Parque Nacional o ícone deste modelo. A criação

de parques nacionais ou de outras áreas é considerada por Machlis & Tichnell (1985)³⁷ um fenômeno global.

Entretanto, a situação encontrada nos países pobres e em desenvolvimento como no Brasil, o número de pessoas que sobrevivem exclusivamente da atividade extrativa e das práticas de subsistência, de pequenas lavouras e da criação de animais de pequeno porte, exigiu um novo modelo e uma nova forma de gestão para as unidades de conservação (MACHADO, 2007).

Os estudos realizados constataram a existência de populações capazes de utilizar e ao mesmo tempo conservar os recursos ambientais, sendo esta prática o fator principal que assegurou a permanência de determinados grupos ao longo de gerações em áreas de difícil sobrevivência, estando os mesmos engajados muitas vezes na luta que tenta impedir a devastação de lagos, rios e florestas (VANNUCCI, 2003; DIEGUES, 1996; BRITO, 2000)^{38,39,40}.

De acordo com o decreto n° 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define Povos e Comunidades Tradicionais como sendo “*grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição*”.

Na área de influência do empreendimento encontram-se comunidades e grupos sociais que convergem para tal descrição, definida acima como comunidades tradicionais, sendo estes, representadas pelas comunidades quilombolas e comunidades de pescadores, todas elas dependentes diretamente ou indiretamente das áreas marinhas e estuarinas para subsistência.

A seguir, serão apresentadas breves caracterizações das populações tradicionais presentes na área de influência direta do empreendimento. Estas comunidades já foram bem descritas no item de populações apresentados acima.

Comunidades pesqueiras

A atividade de pesca tradicional e a coleta de mariscos estão bastante disseminadas em todas as comunidades da região estudada, desde aquelas onde a atividade industrial é forte, como São Roque do Paraguaçu, até as que estão voltadas para atividades turísticas e de veraneio, como Saubara e Salinas da Margarida. Levantamentos de campo indicaram aproximadamente 450 pontos de pesca utilizados pela população nas AI e AID, sendo esta a principal ocupação de 32% da população pesquisada, sendo que 20,2% são constituídos de marisqueiras e 11,8% de pescadores. Dos restantes, 14% declararam ser aposentados e 9% informaram ser funcionários públicos.

³⁷ Machlis, G. E., and D. L. Tichnell. 1985. The state of the world's parks: An international assessment of resource management, policy, and research. Boulder, CO: Westview Press.

³⁸ VANNUCCI, M. Os manguezais e nós. São Paulo: Universidade de São Paulo: Edusp, 2003.

³⁹ DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

⁴⁰ BRITO, C. M. W. de. Unidades de Conservação: Intenções e resultados. São Paulo: Annablume, 2000.

De uma forma geral, todas as pequenas comunidades rurais ribeirinhas, quilombolas ou não, das áreas de influência direta e indireta, possuem um forte inter-relação com a atividade de pesca e a coleta de mariscos. A atividade pesqueira e a agricultura familiar voltada para consumo próprio são as principais atividades de subsistência da população de comunidades como Ponta do Souza, Enseada, Salamina, Putumuju, Capa Gato, Dendê, Guerém e Samambaia, dentre outras.

Esses pequenos núcleos populacionais, mais afastados e de difícil acesso, são geralmente constituídos por um grupamento de 15 a 30 domicílios em média e um número médio de residentes por habitação de 4,16. A maior parte das residências, de um pavimento e 3,56 cômodos em média, é construída em blocos, rebocada, total ou parcialmente, e coberta de telha cerâmica ou amianto.

O saneamento básico e a infraestrutura urbana e de serviço são precários, com apenas 47,1% dos domicílios atendidos por água tratada. Cerca de 23,5% dos entrevistados não possuem banheiros na residência, 60,3% jogam o esgoto diretamente nos mangues e 5,9% dos declararam que jogam o lixo doméstico nos rios, mangues e terrenos baldios. A coleta de lixo é deficiente, principalmente pela dificuldade de circulação nas vias locais que não são, em sua maior parte, pavimentadas e em geral estão em más condições de conservação. Cerca de 90% das residências estão ligadas à rede de energia elétrica e todas as localidades contam com iluminação pública. Essas comunidades caracterizam-se por uma grande vulnerabilidade econômica. Cerca de 25,9% dos moradores são marisqueiras e 23,5% pescadores, 4,7% comerciantes e 8,2% donas de casa. Mais de 89% da população não possuem emprego formal e 9,4% são aposentados.

O índice de escolaridade da população local está situado entre o fundamental completo e o ensino médio incompleto. Mais de 68% dos moradores são naturais do próprio local e, dentre os que vieram de outras localidades, o principal motivo da mudança foi de natureza familiar (contrair matrimônio ou acompanhar parentes).

A participação social e política são exercidas, em média, por 14% dos moradores das comunidades, os quais freqüentam reuniões da associação de moradores e de movimentos ambientais. Apenas 26% dos moradores afirmaram conhecer os conselhos existentes na região: RESEX e APA-BTS, e somente 3,5% informaram que participam das reuniões destes conselhos.

Nas comunidades de tamanho intermediário, como São Francisco do Paraguaçu, no município de Cachoeira; Capanema, Coqueiros, Nagé e Enseada, em Maragogipe; Barra do Paraguaçu, Cairu e Conceição de Salinas, em Salinas da Margarida; e Bica e Araripe, em Saubara, os habitantes voltados para a pesca tradicional e a mariscagem estão dispersos pelo resto da população e grande parte do produto destas atividades é comercializada nas barracas de praia e restaurantes.

Já nas localidades maiores, como as sedes distritais e municipais, uma parcela mais carente da população está voltada à pesca tradicional e à coleta de mariscos, como forma de subsistência, enquanto outra parte, constituída de pescadores profissionais, desenvolve a pesca voltada para o comércio local (restaurantes, hotéis e pousadas).

Em geral, os segmentos mais carentes estão localizados nas áreas urbanas periféricas e mais afastadas dos centros urbanos de Maragogipe, Saubara, Salinas, a exemplo de

Passagem, Samambaia e Angola. Em São Roque do Paraguaçu, apesar do comércio e da indústria terem um peso muito maior do que a atividade pesqueira na constituição da renda local, a parcela da população que vive da pesca é significativa, ainda que esteja dispersa por vários pontos deste povoado.

O levantamento das comunidades pesqueiras da área de influência direta, a saber: Maragogipe, Salinas da Margarida e Saubara, foi realizado pela equipe do Projeto de Interação Social com Comunidades Pesqueiras, desenvolvido pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração da Bahia. Os **QUADROS 5.3.2-9 a 5.3.2-11** apresentam a listagem das comunidades de pesca das áreas citadas acima e a **FIGURA 5.3.2-60** mapeamento dessas comunidades.

QUADRO 5.3.2- 7 – Comunidades de Pesca de Maragogipe.

Comunidades de Pesca - Maragogipe	
1	CAIJÁ / BAIXINHA E COMISSÃO / ATRAS DA ILHA
2	PONTA DO SOUZA / ITAPECERICA (SEDE)
3	NAGÉ
4	COQUEIROS
5	SINUNGA / FAZENDA DO ROSÁRIO
6	PORTO DO AÇOUGUE / BECO DOS CANUDOS
7	ANGOLÁ (SEDE)
8	DENDÊ / LUZ (SEDE)
9	CAPANEMA / BAIXÃO DO GUAÍ
10	PORTO DA PEDRA
11	FERREIRO
12	SALAMINA
13	SÃO ROQUE / RUA AREAL / RUA DO MANGUE / TRAVESSA SANTO ANTÔNIO / RUA DAS FLORES
14	ENSEADA DO PARAGUAÇU
15	TOPÁ DE CIMA
16	BOIADA
17	PORTO PEQUENO
18	PORTO GRANDE
19	SEDE / PRAÇA MATRIZ / CENTRO

QUADRO 5.3.2- 8 – Comunidades de Pesca de Saubara

Comunidades de Pesca - Saubara	
1	SAUBARA (SEDE)
2	CABUÇU
3	PEDRAS ALTAS (<i>maior percentagem casas de veraneio</i>)
4	BOM JESUS
5	ARARIPE

QUADRO 5.3.2- 9 – Comunidades de Pesca de Salinas da Margarida.

Comunidades de Pesca de Salinas da Margarida	
1	BARRA DO PARAGUAÇU
2	CAIRÚ BAIÚCA
3	CONCEIÇÃO DE SALINAS
4	SEDE
5	PORTO DA TELHA
6	ENCARNAÇÃO DE SALINAS

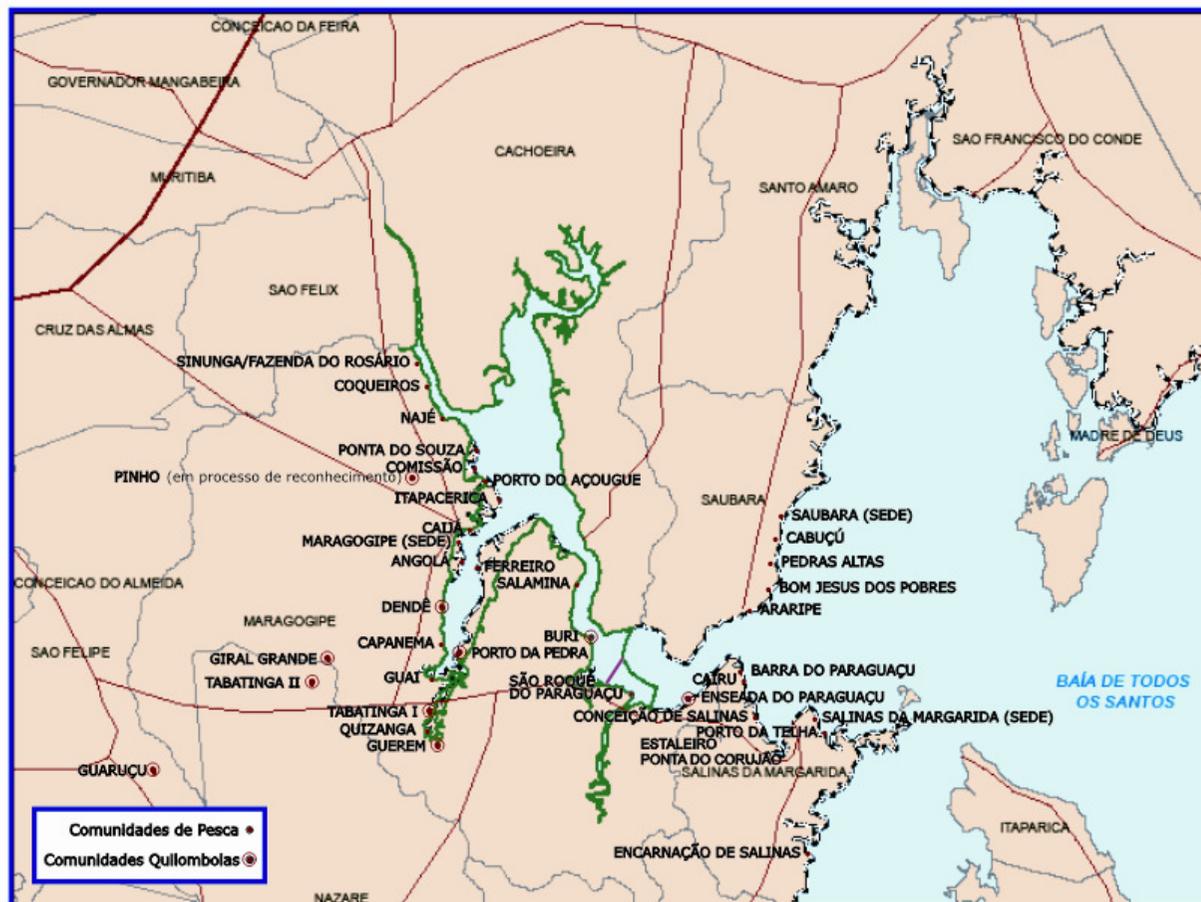


FIGURA 5.3.2- 60 – Mapeamento das comunidades de pesca dos municípios de Maragogipe, Salinas da Margarida e Saubara.

Comunidades Quilombolas

Destaca-se na área de estudo a presença de comunidades Quilombolas, designação comum aos escravos refugiados em quilombos, ou descendentes de escravos negros cujos antepassados no período da escravidão fugiram dos engenhos de cana-de-açúcar, fazendas e pequenas propriedades onde executavam diversos trabalhos braçais para formar pequenos vilarejos chamados de quilombos.

Assim, nota-se que:

as denominações quilombos, mocambos, terra de preto, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades negras rurais, comunidades de terreiro são expressões que designam grupos sociais afros-descendentes trazidos para o Brasil durante o período colonial, que resistiram ou, manifestamente, se rebelaram contra o sistema colonial e contra sua condição de cativo, formando territórios independentes onde a liberdade e o trabalho comum passaram a constituir símbolos de diferenciação do regime de trabalho adotado pela metrópole, (FUNDAÇÃO PALMARES, 2009)⁴¹.

De acordo com a Fundação Palmares, existem oficialmente, cerca de 1.000 (mil) comunidades remanescentes dos quilombos espalhadas pelo território brasileiro, mantendo-se vivas e atuantes, lutando pelo direito de propriedade de suas terras, consagrada pela Constituição Federal desde 1988. A referida Constituição em seu artigo 68 das Disposições Transitórias assegura aos descendentes dos fundadores de quilombos, que continuam vivendo em áreas antigas, a posse definitiva das terras que habitam. No Brasil, as maiores concentrações destas comunidades estão nos estados da Bahia e Maranhão.

Existem 14 comunidades quilombolas presentes na área de estudo, porém, até o momento 13 possuem certificação concedida pela Fundação Palmares. A comunidade do Pinho entrou com o pedido de reconhecimento, mas até o momento da pesquisa, a mesma não havia sido certificada, ao contrário da comunidade do Buri que recebeu a certificação em 05 de maio de 2009. Contudo, a mesma não foi caracterizada, haja vista, a sua certificação ser homologada após a pesquisa de campo. Já a comunidade do Zumbi, por sua vez, não pode ser caracterizada em virtude do difícil acesso. O **QUADRO 5.3.2-12** indica o número aproximado de famílias por comunidade e a distribuição espacial das mesmas na área de estudo encontra-se no **ANEXO 5.3-4**.

QUADRO 5.3.2- 10 – Número de famílias por comunidade quilombola.

Comunidade	Nº aproximado de famílias	Data da Certificação
Salaminas	45	10/12/2004
São Francisco do Paraguaçu	250	12/07/2005
Porto da Pedra	65	19/08/2005
Pinho*	-	-
Tabatinga I	8	12/09/2005
Tabatinga II	30	12/09/2005
Giral Grande	16	12/09/2005

⁴¹ Fundação Palmares. Disponível em www.palmares.gov.br/. Acessado em julho 2009.

Comunidade	Nº aproximado de famílias	Data da Certificação
Guerém	4	12/09/2005
Enseada do Paraguaçu	400	20/01/2006
Sítio Dendê	20	24/03/2006
Zumbi	-	07/06/2006
Guaruçú	100	13/12/2006
Quizanga	86	13/12/2006
Buri	-	05/05/2009

Fonte: Fundação Palmares, 2009.

Nota* a comunidade do Pinho está pleiteando certificação junto à Fundação Palmares.

Enseada do Paraguaçu é o maior remanescente quilombolas localizado na área de estudo com aproximadamente 400 famílias, tendo a pesca e a agricultura familiar como principal atividade econômica do local. Porém, não diferente das outras comunidades, existem grandes conflitos fundiários decorrente da resistência dos donos da terra por não reconhecerem aquele espaço como área remanescente de quilombola. Segundo informações obtidas em visita ao local, três proprietários, herdeiros do antigo dono da fazenda, dividem os interesses pela posse da terra e vêm cobrando arrendamento às famílias há anos, conforme indicado nos recibos de pagamento na **FIGURA 5.3.2-61**.



FIGURA 5.3.2- 61 – Recibo de cobrança pelo arrendamento da terra na comunidade de Enseada do Paraguaçu. Pesquisa de Campo, maio 2009.

As **FIGURAS 5.3.2-62** e **5.3.2-63** caracterizam o núcleo urbano da Comunidade de Enseada do Paraguaçu.



FIGURA 5.3.2- 62 – Enseada do Paraguaçu.



FIGURA 5.3.2- 63 – Enseada do Paraguaçu.

Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2009.

Já na comunidade de Salaminas, não foi encontrado um núcleo de casas. As aproximadamente 45 famílias estão distribuídas/isoladas (**FIGURA 5.3.2-64**) no território da Fazenda, tendo como principal atividade econômica a produção de piaçava, pesca e mariscagem, bem como pequenas lavouras de mandioca de uso comunitário/familiar, onde o excedente é vendido na feira livre da cidade de Maragogipe. O principal acesso à comunidade é feito de canoa ou barco pelo Rio Paraguaçu, fator que contribui para o precário desenvolvimento local.



FIGURA 5.3.2- 64 – Comunidade de Salaminas.
Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2009.

Verificou-se que a base da economia de todas as comunidades remanescentes de quilombolas da área de estudo é a pesca e a agricultura de subsistência, tendo a mandioca (para a produção de farinha), aipim, amendoim e o quiabo como os principais itens

produzidos. As figuras abaixo caracterizam cada comunidade visitada durante a pesquisa.



FIGURA 5.3.2- 65 – Comunidade de Tabatinga I.
Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2009.



FIGURA 5.3.2- 66 – Comunidade de Tabatinga II.
Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2009.



FIGURA 5.3.2- 67 – Comunidade de Guarçu.
Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2009.



FIGURA 5.3.2- 68 – Comunidade de Quizanga.
Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2009.



FIGURA 5.3.2- 69 – Comunidade de Sítio Dendê.
Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2009.



FIGURA 5.3.2- 70 – Comunidade de Porto da Pedra.
Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2009.



FIGURA 5.3.2- 71 – Comunidade de Pinho.
Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2009.

A certificação e a regulamentação fundiária de uma comunidade quilombola envolvem um longo processo, cuja titulação corresponde, segundo o INCRA, à:

[...] última etapa do processo e ocorre após os procedimentos de desintrusão do território. O título é coletivo, pró-indiviso e em nome das associações que legalmente

representam as comunidades quilombolas. Não há ônus financeiro para as comunidades e obriga-se a inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade no título, o qual deverá ser registrado no Serviço Registral da Comarca de localização do território. Devido às diferenças de normatização, alguns títulos emitidos antes de 2004, pela Fundação Cultural Palmares, ainda se encontram na fase de desintrusão.

A competência para emitir a titulação de uma comunidade é do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que assumiu essa prerrogativa em 2003. Anteriormente, essa titulação era realizada pela Fundação Palmares.

Segundo o documento disponível no site do INCRA — “Quadro Atual da Política de Regularização de Territórios Quilombolas no INCRA” —, existem atualmente 102 títulos emitidos, regularizando 955.333,23 hectares em benefício de 95 territórios, 171 comunidades e 10.974 famílias quilombolas, assim distribuídos: - Antes da vigência do Decreto 4887/2003, de 1995 a 2004, foram expedidos 54 títulos regularizando 50 territórios quilombolas. Estes títulos foram expedidos por: INCRA (8), ITERPA (20), FCP (14), FCP/INTERBA/CDA-BA (2), ITESP (5), ITERMA (4) e SEHAF-RJ (1).

A partir de 2004, quando a competência passou ao INCRA pelo Decreto 4887/2003, foram expedidos 48 títulos regularizando 45 territórios quilombolas. Estes títulos foram expedidos por: INCRA (2), INTERPI/INCRA (5), SPU (2), ITERMA (19), ITERPA (18), IDATERRA-MS (1) e ITESP (1). - Destes totais, 27 títulos foram expedidos por órgãos estaduais (ITERPA - 13 e ITERMA - 14), a partir de parceria (técnica e/ou financeira) com o INCRA/MDA.

O INCRA relaciona cinco processos de reconhecimento de territórios quilombolas, em andamento, e à espera de certificação, envolvendo 16 localidades de Cachoeira e Maragogipe, com mais de 360 famílias.

QUADRO 5.3.2- 11 – Processos de reconhecimento de Território Quilombola em andamento.

Processo	Localidade	Município
54160.004694/05-63	Salamina Putumuju (40 Famílias)	Maragogipe
54160.002024/06-93	São Francisco do Paraguaçu (250 Famílias)	Cachoeira
54160.001703/08-15	Enseada do Paraguaçu	Maragogipe
54160.003560/07-97	Tabatinga, Giral Grande e Guerém, Porto da Pedra, Guaruçú, Quizanga, Baixão do Guai	Maragogipe
54160.001634/05-99	Caonge, Dendê, Calembá, Engenho da Praia e Engenho da Ponte	Cachoeira
54160.001702/08-62	São Tiago do Iguape	Cachoeira

Fonte: INCRA, 2009.

Comunidades Indígenas

Apesar de ter no passado abrigado inúmeros grupamentos indígenas, como os Tupinambás, em Salinas, e os Aimorés, entre a margem direita do Paraguaçu e na confluência do rio Guai, não consta no Anuário Estatístico de 2006 da SEI, nos registros do INCRA, da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, nos estudos da CAR ou no levantamento do Projeto GeograFar, do Instituto de Geografia da UFBA, a presença de comunidades indígenas nas áreas de Influência Direta e Indireta do empreendimento. A

povoação indígena mais próxima da região é da etnia dos Pataxós Hã-Hã-Hãe, localizada mais ao sul, em Camamu, município de Camamu, distando cerca de 240 km da AID do empreendimento, com perímetro de 7km, superfície de 305 ha, registrada no CRI (1987), contando com 65 habitantes.

A origem da terra indígena Fazenda Bahiana remonta aos conflitos havidos entre facções da comunidade da terra de Caramuru-Paraguassu/BA, que tornou insustentável a convivência pacífica dos grupos indígenas na mesma localidade. A FUNAI, buscando solucionar o impasse, adquiriu em 1987, para usufruto da comunidade Pataxó, a propriedade denominada Fazenda Bahiana. Os trabalhos demarcatórios foram realizados em 1988, resultando na superfície de 304 ha (FUNAI, 2009)⁴².

5.3.2.4. Síntese

A região como um todo apresenta sinais de decadência econômica e da principal atividade que é o turismo, hoje voltado praticamente para uma população de baixa renda, com pequenas exceções. A infraestrutura é deficiente e os serviços extremamente limitados e precários. Em relação à economia de subsistência, a escassez de mariscos e pescados torna estas atividades menos rentáveis e realizadas com menor frequência, obrigando os pescadores e coletores a exercer, concomitantemente, outras tarefas (como faxina, por exemplo), principalmente no verão, quando a localidade é visitada por turistas.

A pressão exercida pelas atividades de pesca e mariscagem tem esboçado um cenário de esgotamento da capacidade de regeneração do sistema. A pesca predatória é apontada como uma das principais causas da escassez atual. Desta forma, a maioria da população ribeirinha vive dividida entre a pesca e os pequenos biscates realizados ao longo do ano. Poucas pessoas estão empregadas. Os empregados ocupam normalmente cargos ligados às prefeituras (professores, serventes, auxiliares, limpeza pública etc.), sendo estes e os aposentados que garantem a sobrevivência dos demais membros da família e movimentam a economia local. Este cenário é que sustenta a opinião dos moradores a favor da instalação de projetos industriais na região.

5.3.2.5. Expectativas da População

Os resultados das entrevistas de percepção são apresentados sob a perspectiva do universo geral, considerando as comunidades de pesca dos três municípios pesquisados.

Considerando-se o universo mínimo definido de 15%, equivalente a 884 entrevistas, os dados acima mostram a abrangência da pesquisa, com total de 1152 entrevistas – universo alcançado de 19,6%. A seguir, a FIGURA 5.3.2-72 faz a representação destes resultados.

⁴² Disponível em: www.funai.gov.br. Acessado em 17/09/2009.

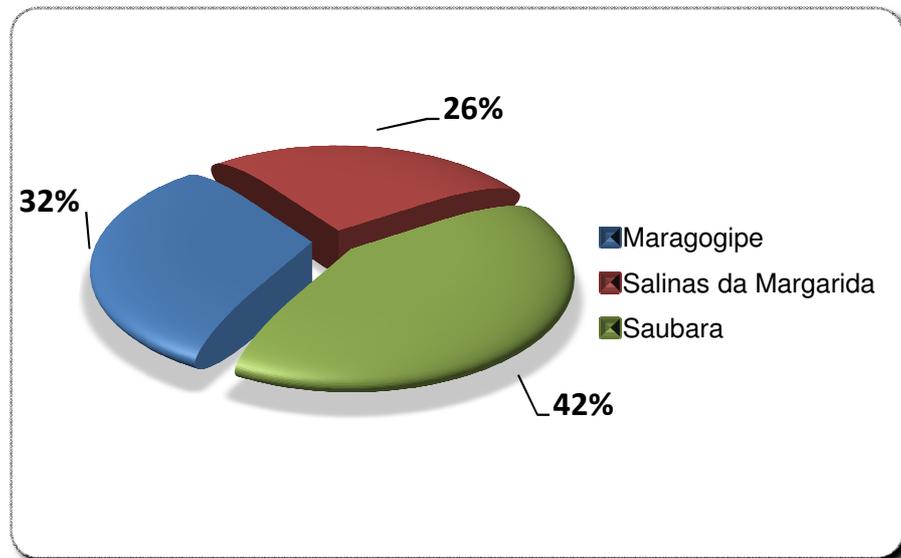


FIGURA 5.3.2- 72 – Municípios pesquisados.

A pesquisa social da percepção foi realizada nas comunidades pesqueiras dos municípios de Maragogipe, Salinas da Margarida e Saubara. Os **QUADROS 5.3.2-14 a 5.3.2-16** apresentam as comunidades entrevistadas.

QUADRO 5.3.2- 12 – Comunidades pesquisadas em Maragogipe.

Comunidades
Angola (Sede)
Boiada
Caixa / Baixinha Comissão / Atrás da Ilha
Capanema / Baixão do Guai
Coqueiros
Dendê / Luz (Sede)
Enseada
Ferreiro
Nagé
Ponta do Souza / Itapecerica (Sede)
Porto da Pedra
Porto do Açougue / Beco dos Canudos (Sede)
Porto Grande
Porto Pequeno
Salamina
São Roque / Rua Areal / Rua do Mangue / Travessa Santo Antônio / Rua das Flores
Sede / Praça Matriz / Centro
Sinunga / Fazenda do Rosário
Topá de Cima

Fonte: Pesquisa Direta, Junho/Julho 2009.

QUADRO 5.3.2- 13 – Comunidades pesquisadas em Salinas da Margarida.

Comunidades
Barra do Paraguaçu
Cairú Baiúca
Conceição
Encarnação de Salinas
Porto da Telha
Salinas (Sede)

Fonte: Pesquisa Direta, Junho/Julho 2009.

QUADRO 5.3.2- 14 – Comunidades pesquisadas em Saubara.

Comunidades
Bom Jesus
Cabuçu
Pedras Altas
Saubara

Fonte: Pesquisa Direta, Junho/Julho 2009.

Pôde-se observar que, na percepção dos entrevistados, que a região atualmente é considerada como sendo esquecida, sofrida e pobre, o que caracteriza a carência de infraestrutura física e social e falta de atendimento às necessidades básicas das comunidades.

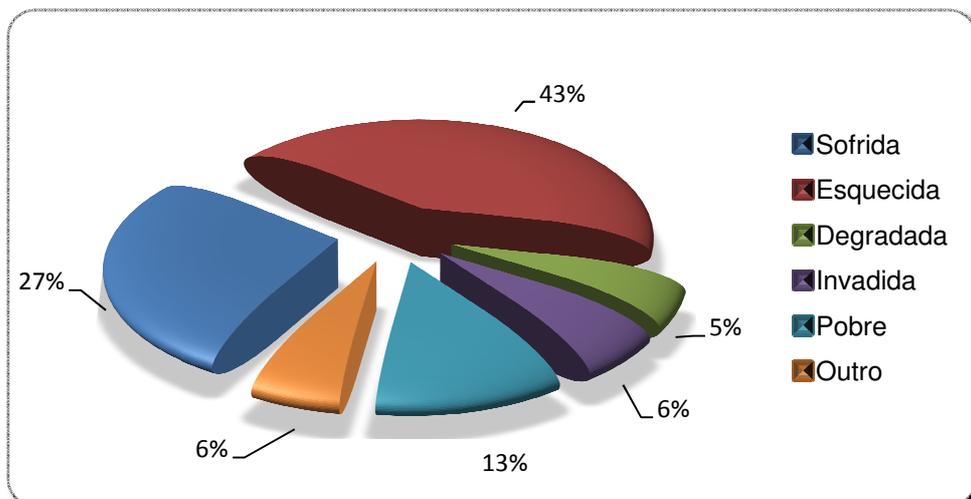


FIGURA 5.3.2- 73 – Modo como é vista a região pelos entrevistados.

A **FIGURA 5.3.2-74** mostra a opinião dos entrevistados a respeito do que falta na região. Entre os aspectos destacados, apresentam-se: oferta de trabalho (25%), serviços de saúde (17%) e boas escolas (14%). Os resultados apontam também que, na percepção dos entrevistados, a região é carente de qualificação profissional (13%), segurança pública (10%) e infraestrutura (7%).

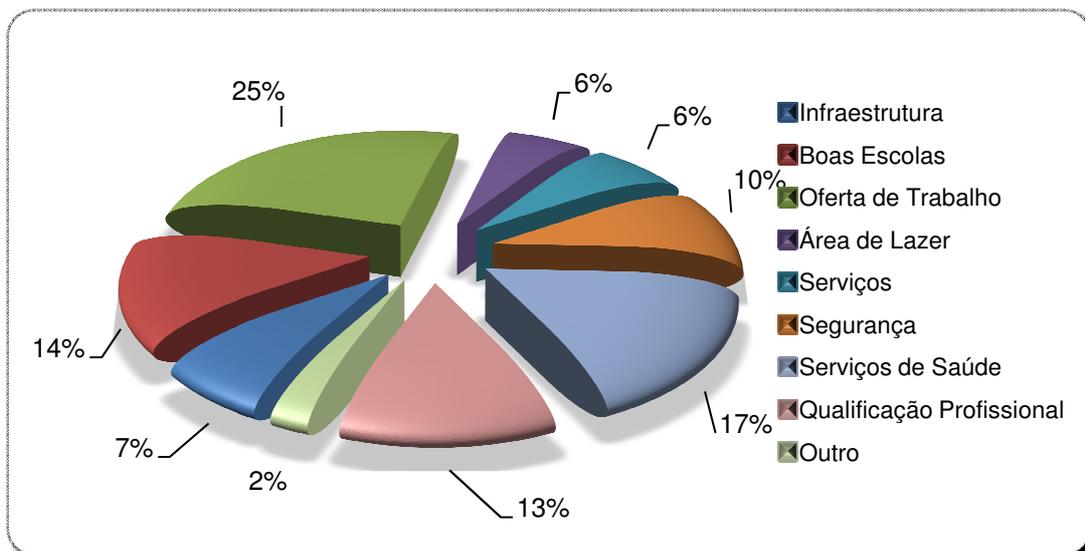


FIGURA 5.3.2- 74 – Opinião dos entrevistados sobre o que falta na região.

Considerando esta realidade, os entrevistados opinaram sobre os aspectos que precisam melhorar na região, como mostra a **FIGURA 5.3.2-75**. Os dados mostram o anseio das comunidades pelo investimento na infraestrutura (21%), na indústria (20%), na pesca e mariscagem (14%) e pela motivação dos jovens (11%), que está relacionada à necessidade de alternativas de trabalho (20%).

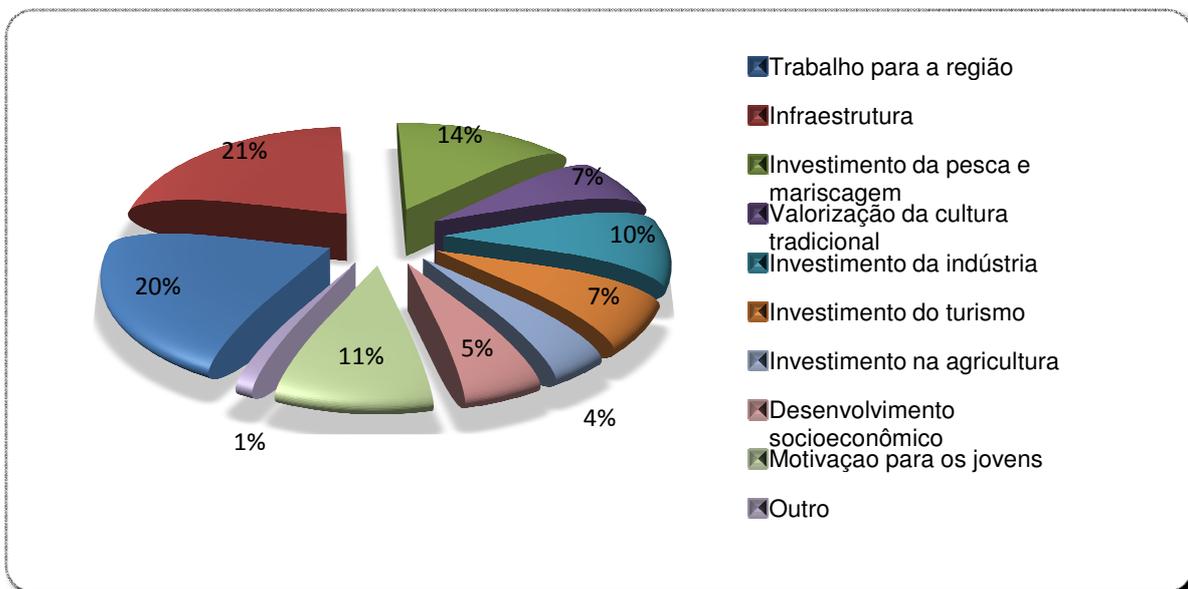


FIGURA 5.3.2- 75 – Opinião dos entrevistados sobre o que deve melhorar na região.

Quando perguntado se a pesca atende às necessidades da vida da comunidade, (65%) dos entrevistados respondeu que não, conforme a **FIGURA 5.3.2-76**. Complementando este resultado, a **FIGURA 5.3.2-77** mostra as atividades sugeridas como alternativas de trabalho e renda para as comunidades. Ressaltam-se: indústria (53%) e comércio (22%).

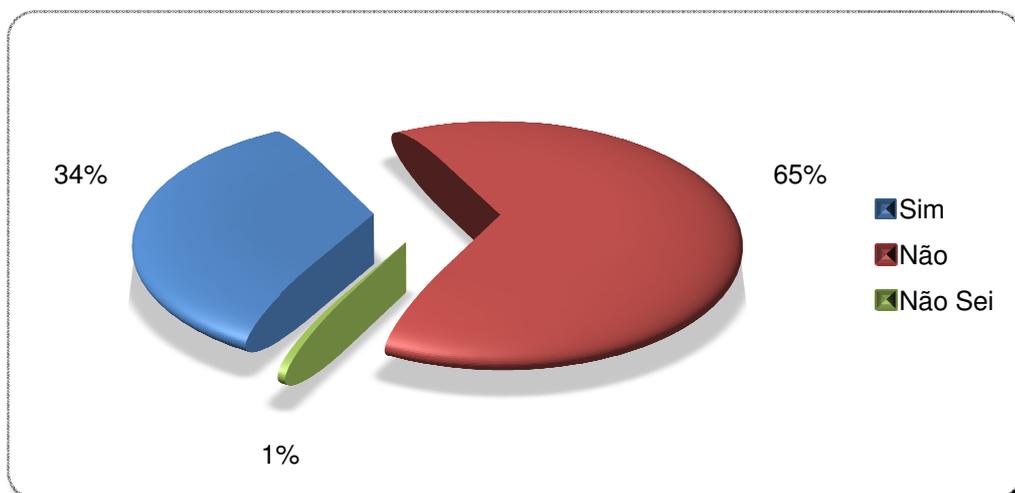


FIGURA 5.3.2- 76 – A pesca atende às necessidades de vida da comunidade?

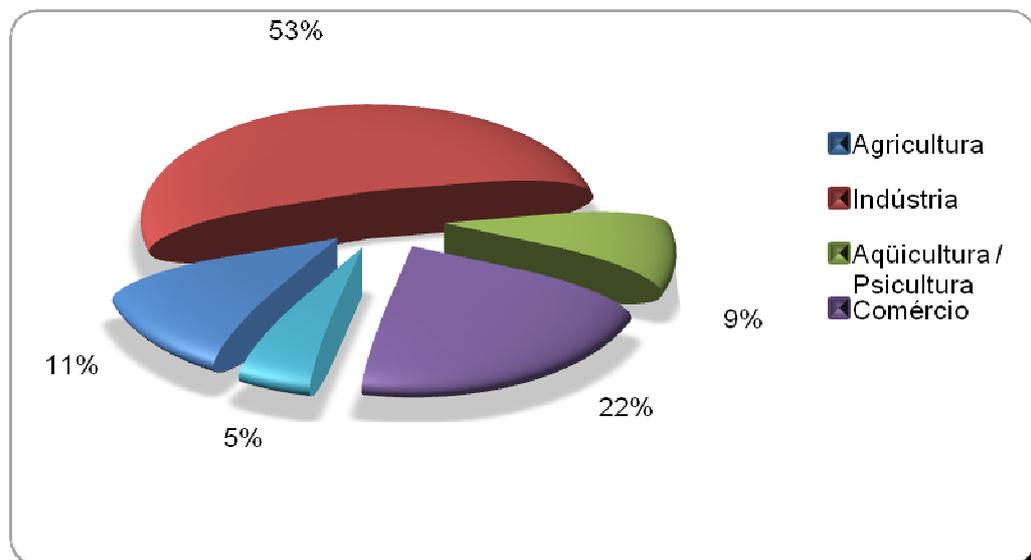


FIGURA 5.3.2- 77 – Sugestões dos entrevistados como possíveis alternativas de trabalho e renda para a comunidade.

Quando perguntados se já ouviram informações sobre o Projeto do Estaleiro do Paraguauçu, 61% responderam que sim.

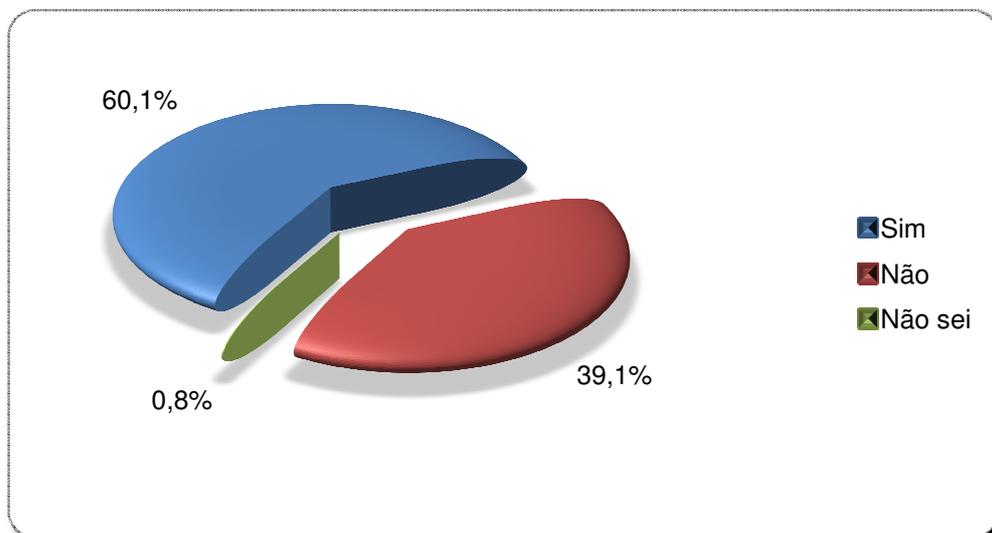


FIGURA 5.3.2- 78 – Percentual de entrevistados que já ouviram falar sobre o Estaleiro do Paraguauçu.

Quando consultados sobre a percepção da chegada da indústria naval na região, os entrevistados apontaram aspectos positivos (**FIGURA 5.3.2-79**) e aspectos negativos (**FIGURA 5.3.2-80**).

Entre as respostas positivas, destacam-se: a geração de trabalho e renda (36%), uma coisa boa (31%) e o crescimento da região (24%). Esta percepção revela o anseio dos entrevistados pelo desenvolvimento da região e conseqüentemente, pela melhoria da qualidade de vida das comunidades.

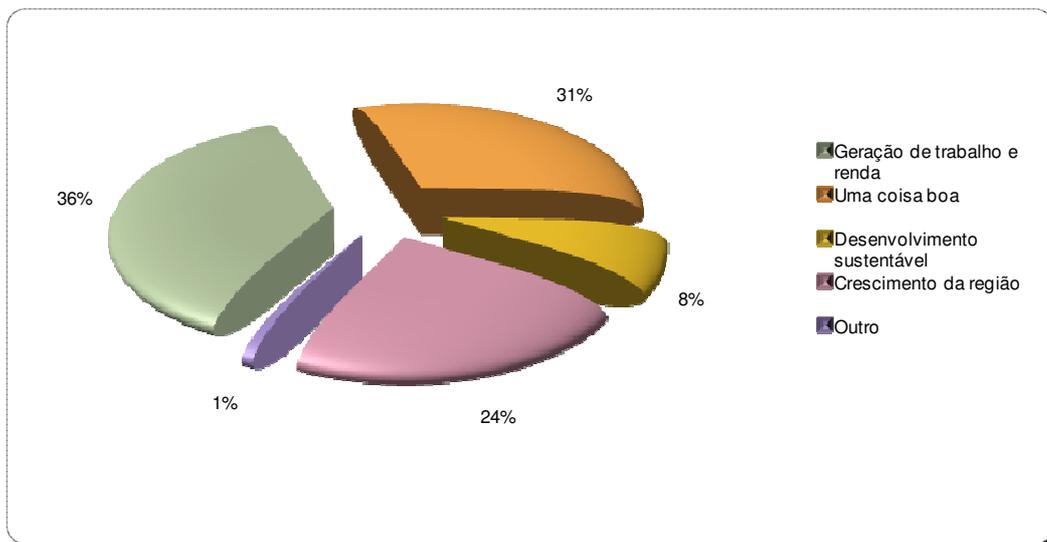


FIGURA 5.3.2- 79 – Opinião dos entrevistados sobre os aspectos positivos com a chegada do empreendimento na região.

Em contrapartida, os entrevistados mostraram-se preocupados, principalmente, com o aumento da violência (26%), a poluição (44,2%), a destruição dos manguezais (30,7%) e a transformação da paisagem (28,6%).

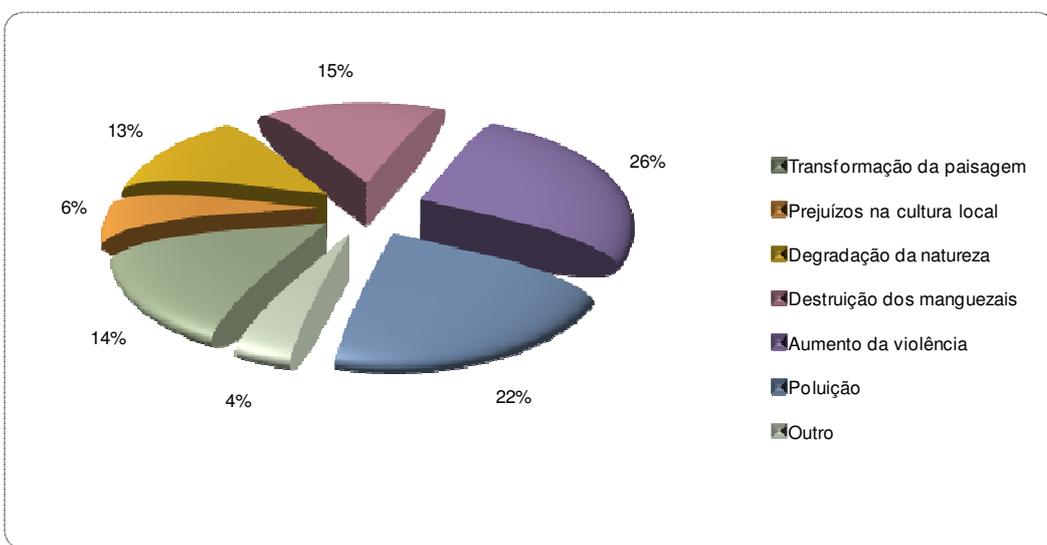


FIGURA 5.3.2- 80 – Opinião dos entrevistados sobre os aspectos negativos com a chegada do empreendimento na região.

Estes resultados mostram a importância de manter as comunidades bem informadas sobre os possíveis impactos do empreendimento, assim como de garantir a sua participação através do processo de mobilização e interação social.

A **FIGURA 5.3.2-81** apresenta as sugestões de melhoria para as comunidades, com a ampliação da indústria naval na região. Em consonância com os resultados, têm-se como prioridades, na opinião dos entrevistados: a oferta de trabalho (19%), seguida da

capacitação das comunidades (13%); a melhoria dos serviços públicos de saúde (11%); o aumento de escolas técnicas (9%) e a melhoria das escolas já existentes (7%).

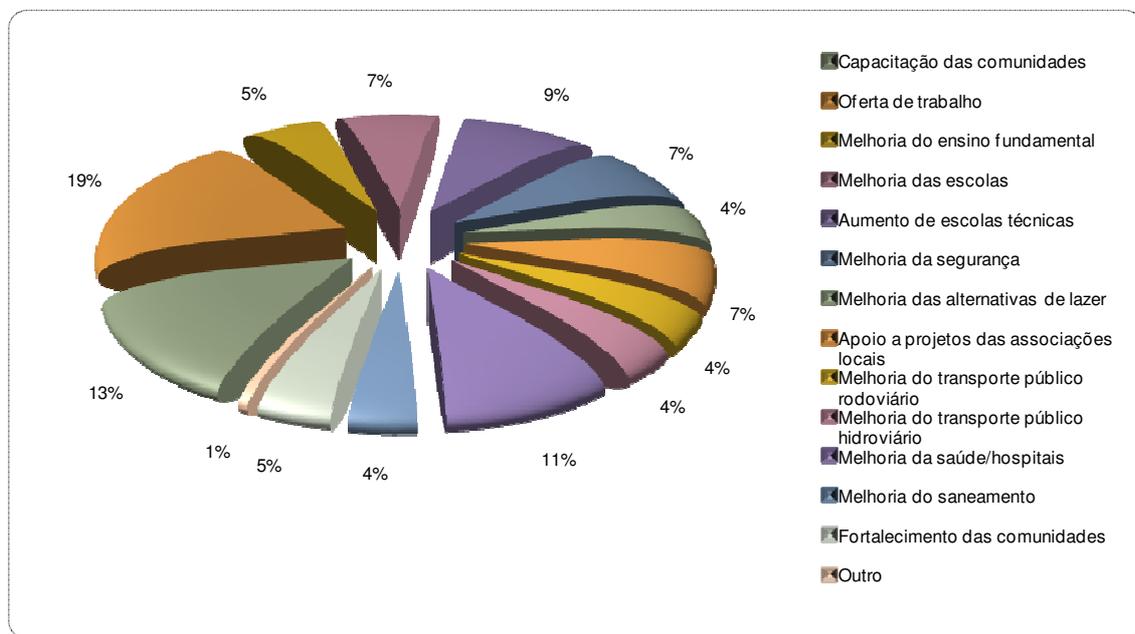


FIGURA 5.3.2- 81 – Sugestões dos entrevistados para melhoria de vida da comunidade com a chegada do empreendimento na região.

Estes dados mostram a expectativa dos entrevistados, principalmente em relação à qualificação profissional para que as novas alternativas de trabalho absorvam a mão de obra local.

No **QUADRO 5.3.2-17**, são apresentadas as sugestões dos entrevistados para melhorar o Projeto do Estaleiro do Paraguaçu. A avaliação destas respostas permitiu caracterizar o posicionamento dos entrevistados em relação à chegada do empreendimento. Os dados apontam que 1088 entrevistados (94%) são favoráveis à implantação do Projeto do Estaleiro do Paraguaçu.

No posicionamento não favorável, os entrevistados apontaram como principal justificativa o conflito com a pesca artesanal, que muitas vezes está relacionado a conflitos ambientais como a destruição dos manguezais, poluição do mar e prejuízos à fauna aquática (como peixes e mariscos). Por fim, dos 27 entrevistados não favoráveis, apenas 4 negaram o empreendimento, apresentando-se totalmente contrários à sua implantação.

No posicionamento favorável, os entrevistados apresentaram as seguintes sugestões e cuidados na implantação do empreendimento: capacitação e utilização da mão de obra local; sugestões de cuidados ambientais; melhoria da infraestrutura social (como educação, saúde, segurança, etc); garantia de continuidade da pesca artesanal; e valorização da participação da comunidade – que diz respeito ao real envolvimento das comunidades tradicionais. Esse posicionamento favorável crítico demonstra a consciência dos entrevistados com respeito à possibilidade de impactos e suas condições para a implantação do empreendimento.

QUADRO 5.3.2- 15 – O que o(a) Sr(a) gostaria de sugerir para melhorar o Projeto de Construção de Estaleiros na região?

Posicionamento dos Entrevistados e Sugestões para Melhorar o Projeto		Casos	
FAVORÁVEL	Total de entrevistas favoráveis	1088	
	Sugestão de cuidados Ambientais	182	
	Sugestão de cuidados Socioculturais	Capacitação e utilização da mão de obra local	599
		Garantia de continuidade da pesca artesanal	56
		Apoio ao Associativismo	6
		Valorizar a participação da comunidade	47
		Compatibilização da atividade do estaleiro com a pesca	8
	Sugestão de melhoria da	Infraestrutura social	88
Infraestrutura física		17	
NÃO FAVORÁVEL	Total de entrevistas não favoráveis	27	
	Conflitos Ambientais	10	
	Conflitos com a pesca artesanal	22	
	Conflitos de política social	1	
	Negação do empreendimento	4	
POSICIONAMENTO INDETERMINADO		37	
Total de entrevistas		1152	

A conclusão da análise e síntese das entrevistas e do processo de diálogo e interação com as comunidades dos municípios de Maragogipe, Salinas da Margarida e Saubara permitiram à equipe de Interação Social uma aproximação fundamental das comunidades, compreendendo sua forma de viver, conviver e sobreviver no ambiente da Baía do Iguape. Essa ampla percepção da equipe técnica resultou em uma visão multidimensional e complexa da relação entre sociedade & natureza nessa região, favorecendo uma perspectiva de compreensão e mediação entre diferentes visões de mundo e estilos de vida.

A equipe observou que as comunidades percebem a realidade de forma integrada e concebem a convivência pacífica com diferentes alternativas de desenvolvimento, assim como desejam a diversidade de opções de desenvolvimento para a região.

Outro ponto observado no processo de interação com as comunidades é que existe um movimento local contrário à chegada da indústria naval, liderado por instituições com atuação na região. Algumas associações e lideranças apresentam-se alinhadas com o pensamento radical de rejeição ao empreendimento. Mas a grande maioria de entidades e lideranças das comunidades de pesca está aberta ao diálogo e consideram que pode ser favorável e bem vindo o empreendimento, desde que também seja protegida a atividade da pesca.

O resultado final aponta para a importância da interação com as comunidades, enriquecendo a percepção técnica e dos gestores público, sociais e privados no processo de planejamento territorial e decisão sobre o desenvolvimento com perspectivas de sustentabilidade.

5.3.3. Atividades Produtivas

5.3.3.1. Áreas e Rotas de Navegação na Área de Influência Direta

A frota sediada nos municípios da área de influência direta do empreendimento, é formada na sua maior parte (90%), pelas canoas⁴³. Estas embarcações são típicas de ambientes abrigados, onde as águas são mais calmas, favorecendo ao uso destas embarcações. Por definição, as canoas são embarcações “sem quilha”, tendo seu casco achatado. Esta característica possibilita que as canoas naveguem em regiões muito rasas em profundidades menores que 40cm de lâmina d’água. Este modelo de embarcação é utilizado preferencialmente em áreas estuarinas. A variação na amplitude de maré durante as diferentes fases da lua, resulta uma grande variação na profundidade dos canais e pequenos rios. Neste caso, as canoas, de madeira com propulsão à remo e vela têm a capacidade de navegar em regiões muito rasas, possibilitando a sua utilização em qualquer período da lua, quando ocorrem as marés de sizígia (“maré grande”, “maré viva”) ou nas marés de quadratura (“maré morta”).

No caso das canoas de madeira movidas a remo e vela, as rotas de navegação são escolhidas de acordo com a variação das profundidades dos canais nos diferentes períodos do ciclo lunar, e em função da velocidade das correntes. A propulsão a remo requer um grande esforço físico que pode ser intensificado pela variação na velocidades das correntes nos canais de marés. Dessa forma, o maior fator limitante para as canoas de madeira é a velocidade das correntes. Normalmente as canoas a remo tem uma área de atuação menor, devido as dificuldades de se locomover por grandes distâncias. Quanto maior a força física maior a distância que pode ser alcançada.

Já as canoas motorizadas com casco de fibra são mais limitadas em relação a profundidade do que em relação a velocidade das correntes de maré e a capacidade de distanciamento do seu porto de origem. A velocidade das correntes influencia menos este tipo de embarcação, pois a propulsão a motor facilita o trânsito mesmo quando as velocidades das correntes ficam maiores. Além disso a existência do motor reduz o esforço físico para a navegação, aumentando portanto a área de atuação desta embarcação.

Sendo assim podemos considerar que toda a largura e extensão do canal do Rio Paraguaçu, entre a Ilha de Monte Cristo e a Ilha do Francês, nas adjacências da sede do município de Maragogipe, é utilizado como rota de navegação para as embarcações de pequeno porte utilizadas na atividade de pesca, com destaque para as canoas de madeira e canoas de fibra.

O **ANEXO 5.3-5** apresenta o mapeamento da rota utilizada para navegação na Área de Influência do empreendimento.

⁴³ Embarcação movida à vela/remo, casco de madeira ou fibra, sem quilha, sem convés, comprimento variando de 3 a 11m, conhecida vulgarmente por canoa, batelão, canoa de casco.

5.3.3.2. Características da Atividade Pesqueira

A atividade pesqueira realizada nos seis municípios analisados é claramente de subsistência, com uma baixa produtividade e capturas compostas por espécies de baixo valor comercial. Nestes municípios a pescaria pode ser subdividida entre dois tipos principais: (i) pesca embarcada, realizada com embarcações de pequeno porte, como canoas e botes de madeira a remo, e canoas de fibra de vidro motorizadas e (ii) a pesca desembarcada, denominada mariscagem onde ocorre a coleta manual de moluscos em bancos de areia, “lages⁴⁴” e raízes de mangue.

A pesca embarcada normalmente é realizada por homens e utilizam um conjunto de aparelhos de pesca típicos de ambientes estuarinos, tais como: os currais, jererés, manzuás, redes de espera, redes de deriva e redes do tipo Calão. A maior parte dos pescadores utiliza mais de um aparelho de pesca, visando à melhoria da captura.

A pesca desembarcada é realizada, principalmente, por mulheres e apesar da baixa produtividade registrada, é importante chamar a atenção que nos municípios analisados, principalmente Maragogipe, Salinas da Margarida e Saubara existe uma atividade de mariscagem importante, sendo estes municípios reconhecidos fornecedores de mariscos para Salvador.

Características da Frota em Atividade

A frota sediada nos seis municípios analisados é composta principalmente por canoas, seguidas pelos barcos a vela, catraias e cerca de 3% de embarcações motorizadas. Esta composição indica uma pescaria estritamente artesanal, de pequena escala, que utiliza embarcações de baixa autonomia e capacidade de carga.

Os dados estatísticos disponíveis para os anos de 2002 e 2003 apresentam uma composição da frota com as mesmas características, sem a ocorrência de alterações em relação à porcentagem de cada tipo de embarcação (**FIGURAS 5.3.3-1 e 5.3.3-2**).

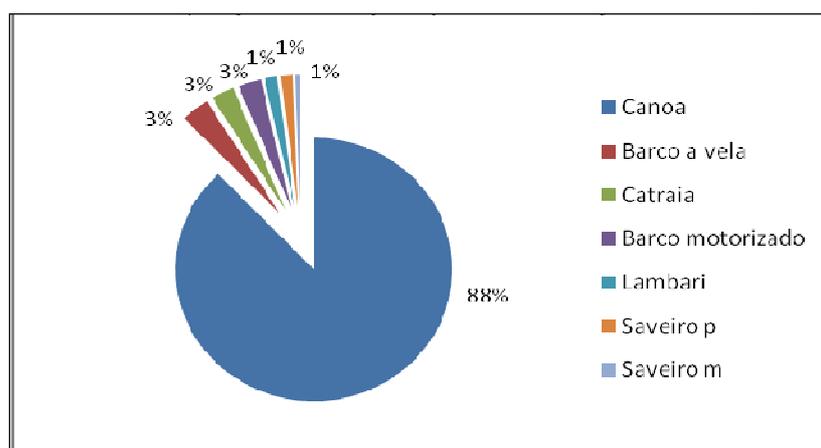


FIGURA 5.3.3- 1 – Composição da frota por tipo de embarcação – 2002. Fonte: CEPENE 2002.

⁴⁴ Fundos consolidados (recifes rochosos, de arenito, ou embasamento cristalino).

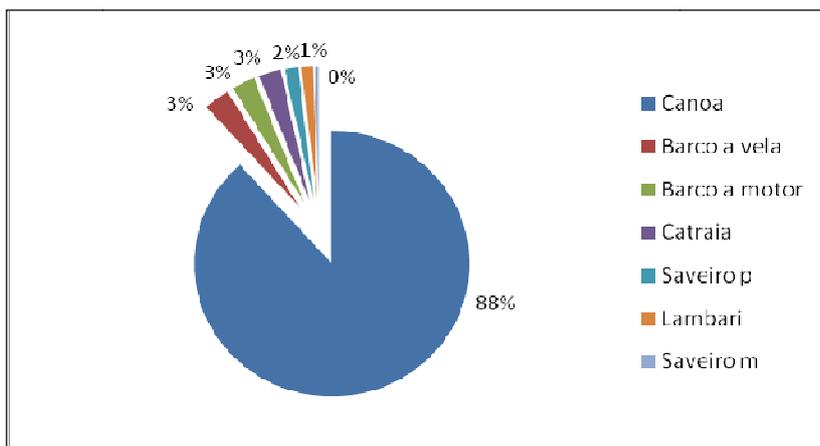


FIGURA 5.3.3- 2 – Composição da frota por tipo de embarcação – 2003. Fonte: CEPENE 2003.

Estes gráficos demonstram uma “estabilidade” na composição da frota pesqueira, não tendo ocorrido nenhuma modificação importante na composição da frota, como por exemplo a inclusão de embarcações de maior porte e/ou autonomia.

Os dados sobre a frota para os anos de 2005 e 2006 indicam um pequeno aumento (2%) das canoas compondo a frota passando de 88% para 90% do total de embarcações. Neste caso é importante ressaltar que a frota é composta principalmente por canoas de madeira. Nos últimos anos vem sendo observada a substituição de canoas de madeira por canoas de fibra de vidro, sendo a maioria delas motorizada. Entretanto, esta substituição vem sendo muito lenta devido aos custos de aquisição e manutenção destas embarcações.

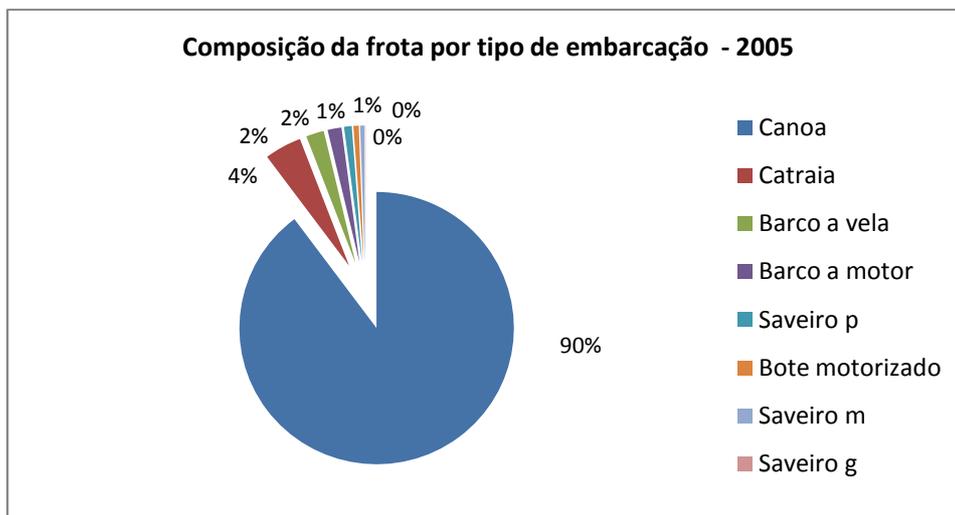


FIGURA 5.3.3- 3 – Composição da frota por tipo de embarcação – 2005. Fonte: CEPENE 2005.

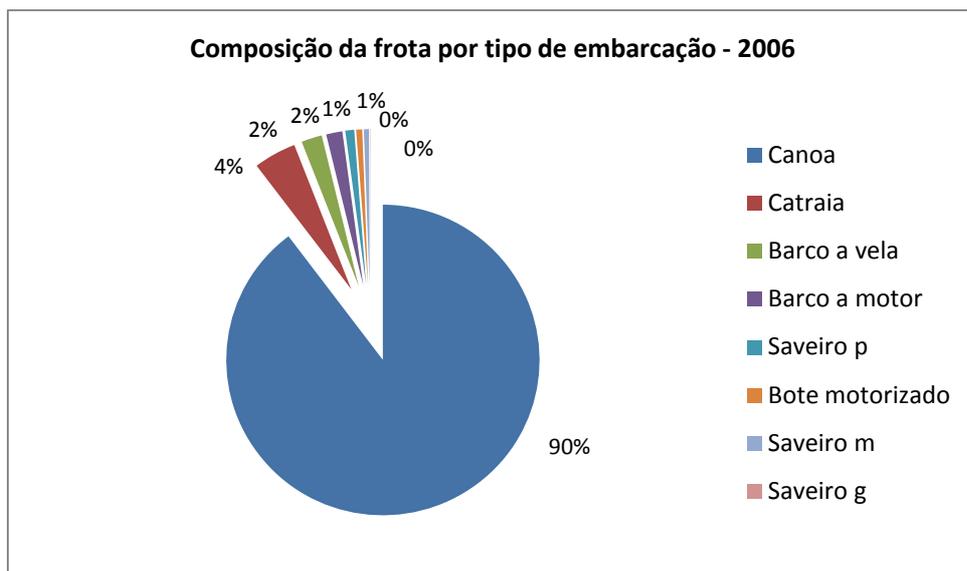


FIGURA 5.3.3- 4 – Composição da frota por tipo de embarcação – 2006.
Fonte: CEPENE 2006.

O fato de que a maior parte das embarcações sediadas nos municípios analisados é de pequeno porte, movida a remo e vela, resultam em uma limitação em relação as distâncias a serem percorridas entre os pontos de pesca e suas localidades de origem. A ausência de proteção contra as intempéries também limita o tempo de permanência em atividade (**FIGURA 5.3.3-5**). Neste caso a pescaria pode ser realizada durante o dia e a noite, com períodos duração variando entre 6 e 8hs.



FIGURA 5.3.3- 5 – Canoas de fibra motorizada realizando a retirada de rede de espera nas adjacências do Estaleiro em São Roque do Paraguaçu.

As características de pequena capacidade produtiva de mais de 90% da frota se refletem numa baixa produtividade, e em aparelhos de pesca de tração manual, a exemplo das redes de cerco⁴⁵, ou na instalação de armadilhas fixas como as redes de espera⁴⁶, jererés de roda⁴⁷, manzuás⁴⁸ e currais⁴⁹ (CEPENE, 2003).

Entre os aparelhos de pesca mais produtivos utilizados nos seis municípios analisados, os dados do ESTATPESCA indicam que em 2003 o curral foi o aparelho de pesca mais produtivo, seguido pelo arrasto de praia com 641,81t, a rede de espera com 559,14 t (FIGURA 5.3.3-6).

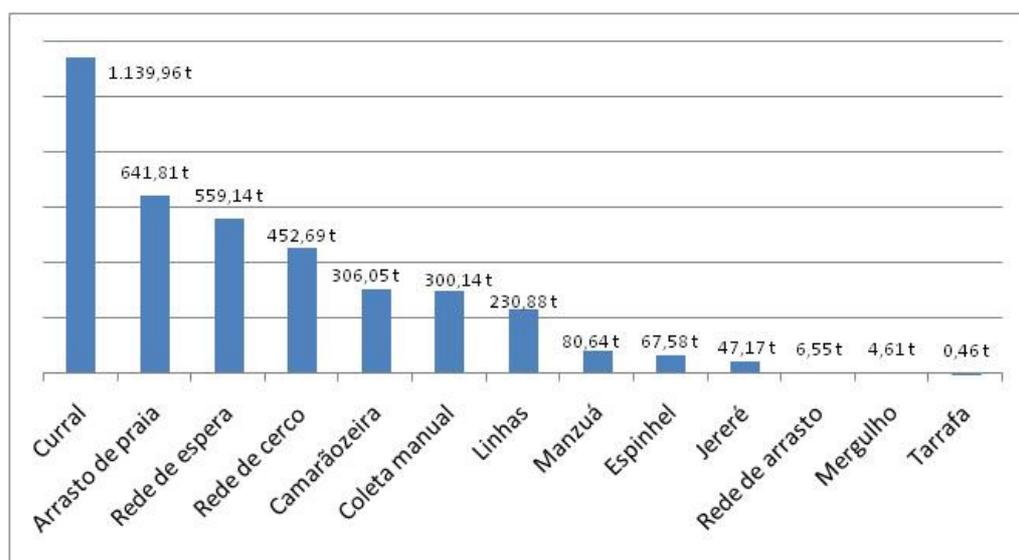


FIGURA 5.3.3- 6 – Total do desembarque (t) por arte de pesca nos municípios analisados. Fonte CEPENE, 2004.

A pequena autonomia e capacidade de produção da frota, associado a artes de pesca de baixa produtividade resulta numa captura direcionada para um grande número de espécies, com um pequeno volume em biomassa desembarcado. Em geral as capturas são compostas por espécies de baixo valor comercial, ou indivíduos em estado juvenil de desenvolvimento, o que reduz o valor de venda (FIGURA 5.3.3-7 e 5.3.3-8).

⁴⁵ Rede de nylon que tem como objetivo cercar o cardume. Utilizadas por canoas que contam com o apoio de outra para efetuar o cerco e de um pequeno barco motorizado. Geralmente é usada nas pescarias de cerco para cardumes de sardinha, agulhinha e xangó. Fonte: CEPENE 2003.

⁴⁶ Diversas redes nas quais os peixes ficam emalhadados em sua panagem. Genericamente denominadas "rede de emalhar". De acordo com as espécies que capturam são nomeadas: sauneira, tainheira, bagreira, serreira, corvineira, sardinheira, etc. Fonte: CEPENE 2003.

⁴⁷ Rede em forma de saco raso, com abertura fixa (boca) de armação de madeira ou metal (circular). É utilizado em águas rasas ou na borda de barcos. É conhecido como jereré, jereré sirí. Fonte: CEPENE 2003.

⁴⁸ Armadilha de fundo, semi-fixa, utilizada nas capturas de lagosta. Revestida de arame e/ou nylon, possui uma entrada chamada sanga. Conhecida como covão lagosta ou manzuá lagosta. Quando confeccionada em palheta (cana-brava), é usada na captura de peixe e denominada manzuá peixe. Fonte: CEPENE 2003.

⁴⁹ Armadilha fixa, construída em geral por estaqueamento próximo a zona da maré, com o propósito de conter os peixes no seu interior. Conhecidas por camboa, tapagem ou curral. Fonte: CEPENE 2004.



FIGURA 5.3.3- 7 – Captura realizada com rede de calão observada durante saída de campo – julho 2009.



FIGURA 5.3.3- 8 – Juvenil de pescada amarela capturada com rede de calão – Julho 2009.

Em relação ao número de embarcações em atividade é importante ressaltar que estas informações são variáveis devido a dinâmica da própria atividade e da ausência de registros oficiais que incluam as embarcações de pequeno porte.

Apesar da Marinha ser a responsável pelo registro das embarcações, no caso das canoas, principalmente as de madeira, quase não existem registros. Durante as atividades de campo todas as canoas de madeira que (FIGURA 5.3.3-9) foram observadas não possuíam nenhum tipo de inscrição de registro. Mesmo as canoas de fibra motorizadas (FIGURA 5.3.3-10) não apresentavam nenhuma inscrição de

identificação da marinha. Dessa forma, os dados utilizados neste relatório sobre a frota pesqueira em atividade são os que mais se aproximam do número real de embarcações.



FIGURA 5.3.3- 9– Canoas de madeira sem indicativo da inscrição do registro na marinha Baía do Iguape – Jul 2009.



FIGURA 5.3.3- 10 – Canoa de fibra sem indicativo da inscrição do registro na marinha em atividade de Pesca próximo ao canteiro de São Roque – Jul 2009.

Distribuição da frota entre os municípios

A frota sediada nos municípios analisados apresentou uma leve tendência de crescimento. Entretanto, a distribuição da frota entre os municípios nos anos de 2002 e 2003 manteve as mesmas características com 41% da frota sediada em Maragogipe, seguida por Cachoeira (17%) e dos municípios de Salinas da Margarida e Saubara com (14%) cada.

Para os anos de 2005 e 2006 os municípios de Maragogipe, Cachoeira e Salinas da Margarida continuaram apresentando o maior número de embarcações sediadas, onde Maragogipe representou 46%, seguido por Cachoeira e Salinas da Margarida com (16%) cada (TABELAS 5.3.3-1 a 5.3.3-4).

TABELA 5.3.3- 1 – Total de embarcações sediadas em cada município no ano de 2002.

Município (2003)	Total de embarcações (2002)	Frota total (%)
Maragogipe	520	41,4
Cachoeira	224	17,8
Salinas	180	14,3
Saubara	180	14,3
Itaparica	138	11,0
São Félix	15	1,2
TOTAL	1.257	100,0

Fonte:CEPENE, 2002.

TABELA 5.3.3- 2 – Total de embarcações sediadas em cada município no ano de 2003.

Município (2004)	Total de embarcações (2003)	Frota total (%)
Maragogipe	534	43,8
Cachoeira	222	18,2
Salinas	175	14,4
Saubara	137	11,2
Itaparica	135	11,1
São Félix	15	1,2
TOTAL	1.218	100,0

Fonte:CEPENE, 2003.

TABELA 5.3.3- 3 – Total de embarcações sediadas em cada município no ano de 2005.

Município (2005)	Total de embarcações (2005)	Frota total (%)
Maragogipe	883	46,7
Cachoeira	307	16,2
S. da Margarida	306	16,2
Itaparica	210	11,1
Saubara	163	8,6
São Félix	21	1,1
TOTAL	1.890	100,0

Fonte:CEPENE, 2005.

TABELA 5.3.3- 4 – Total de embarcações sediadas em cada município no ano de 2006.

Município (2006)	Total de embarcações (2006)	Frota total (%)
Maragogipe	883	47,2
Cachoeira	307	16,4
S. da Margarida	306	16,4
Itaparica	210	11,2
Saubara	163	8,7
TOTAL	1.869	100,0

Fonte: CEPENE, 2006.

A frota em atividade nestes municípios é predominantemente composta pelas canoas, que compõem 88% do total de embarcações registradas pelo ESTATPESCA, seguido pelas catraias (3%), barco a vela (3%) e barco a motor com (3%) da frota.

Os municípios de Maragogipe, Cachoeira e Salinas da Margarida possuem o maior número de embarcações. São Felix se destaca com o menor número de embarcações com apenas 15 barcos registrados (**FIGURA 5.3.3-11**).

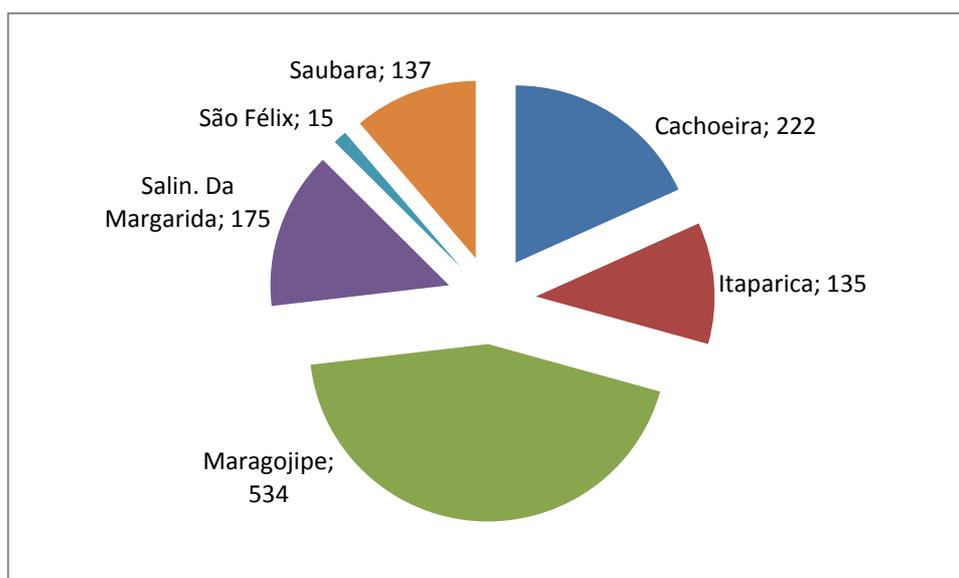


FIGURA 5.3.3- 11 – Distribuição da frota nos municípios analisados.
Fonte: CEPENE, 2003.

Em todos os municípios a canoas são responsáveis pela maior parte da frota registrada. Entre as embarcações de maior porte só são registrados seis saveiros de tamanho médio, onde cinco destes estão sediados em Itaparica (**TABELA 5.3.3-5**).

TABELA 5.3.3- 5 – Número de embarcações sediadas nos municípios analisados.

Município	Catraia	Canoa	Lambari	Barco a vela	Barco a motor	Saveiro p	Saveiro m	TOTAL
Maragogipe	1	531	0	0	1	0	1	534
Cachoeira	0	221	0	0	0	1	0	222
Salinas da Margarida	0	157	11	0	6	1	0	175
Saubara	3	106	4	10	12	2	0	137

Município	Catiraia	Canoa	Lambari	Barco a vela	Barco a motor	Saveiro p	Saveiro m	TOTAL
Itaparica	27	46	1	27	14	15	5	135
São Félix	0	15	0	0	0	0	0	15
TOTAL	31	1076	16	37	33	19	6	1218

Fonte: CEPENE, 2003.

As canoas registradas nestes municípios são, em sua maior parte, canoas de madeira, construídas com um tronco de árvore. Estas embarcações estão passando por um processo de substituição por canoas, construídas com fibra de vidro. Estas embarcações apresentam uma tendência natural de serem extintas devido às dificuldades de manutenção e construção de novas canoas, visto que a legislação ambiental não permite a retirada de madeira para fins de construção de novas embarcações.

As embarcações construídas com fibra de vidro são motorizadas, o que aumenta sua capacidade de se distanciar do porto de origem, e visitar mais pontos de pesca em menos tempo. Isso resulta num aumento da pressão de pesca em torno dos recursos já naturalmente de baixa produtividade.

Os dados disponíveis para 2005 e 2006 apresentam praticamente as mesmas proporções em relação a distribuição da frota entre os municípios, onde da mesma maneira os municípios de Maragogipe (47%) Cachoeira e Salinas com (16%) se destacam como os maiores detentores de embarcações. Nos dados disponíveis para o ano de 2006, o município de São Félix não foi incluído nas amostragens.

A concentração de embarcações nestes três municípios serve como um indicador da importância da atividade pesqueira como meio de subsistência para as populações destes municípios.

Deve-se também ressaltar que o município de Salinas, com uma população de cerca de 14.194 pessoas (IBGE, 2007), tem uma frota do mesmo tamanho que o município de Cachoeira, cuja população é estimada em cerca de 33.782 pessoas (IBGE, 2007). O grande número de barcos sediados demonstram uma maior importância da atividade de pesca para a economia do município de Salinas quando comparamos ao município de Cachoeira.

Produção (t) por grupo de organismos por município

Dados do CEPENE 2002(a), 2003(b), 2005(c) e 2006 (d), sobre o pescado capturado, identificam os peixes como o principal recurso explorado em quase todos os municípios, seguido pelos crustáceos e moluscos (**TABELAS 5.3.3-6 a 5.3.3-9**). A exceção fica por conta do município de São Félix onde não ocorreu registro de captura de peixes para o ano de 2003 e também 2004.

A ausência de registro de peixes para São Félix nestes dois anos, provavelmente está relacionada a ausência da coleta de dados, e não na ausência de desembarque de peixes no município. Isso pode ter ocorrido pelo fato da sede de São Félix ser vizinha da sede de Cachoeira, que, por ser maior, pode ter concentrado os desembarques do pescado, mesmo das embarcações sediadas em São Félix.

Entre os grupos de organismos capturados os peixes representam 71,6% das capturas, seguidas pelos crustáceos com 27,9%, e apenas 0,5% de moluscos.

Este baixo valor em relação aos moluscos está relacionado às dificuldades de amostragem destes recursos já que o desembarque deste pescado ocorre fora dos pontos tradicionais de desembarque e a comercialização pode ser feito nas residências das marisqueiras. Este fato dificulta o registro destas capturas.

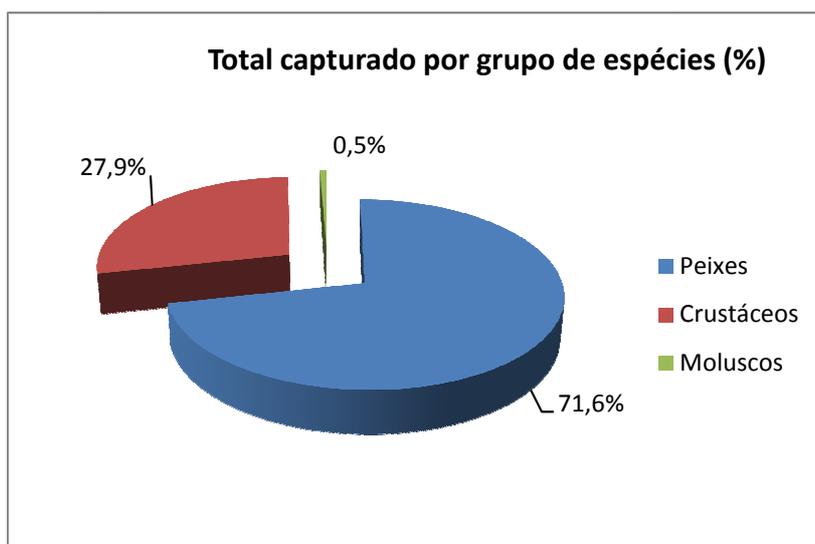


FIGURA 5.3.3- 12 – Gráfico com contribuição de cada grupo de organismos na captura dos municípios analisados. Fonte CEPENE, 2003.

O ano de 2003 foi o que desembarcou o maior volume de pescado com o total de 9.000t. Maragogipe, detentor da maior frota foi também o responsável pela maior quantidade de pescado com 2.640t de peixe e 393t de crustáceos. Já em relação aos moluscos, o município de Cachoeira foi o maior produtor com 22.35t, seguido por Maragogipe, com 11,73t (**TABELA 5.3.3-6**). Os peixes representam 91% do pescado registrados nestes municípios, com exceção de São Félix como já dito anteriormente.

TABELA 5.3.3- 6 – Produção (t) por grupo de organismos por município em 2002.

Grupo (2003)	Saubara	Cachoeira	Maragogipe	Salinas	Itaparica	São Felix	Total (t)	%
Peixes	1.478,70	1.560,57	2.640,56	1.882,11	701,45	0,00	8.263,39	91,8
Crustáceos	37,63	198,76	393,08	39,77	30,41	1,48	701,13	7,8
Moluscos	5,71	22,35	11,73	0,39	0,65	0,69	41,52	0,5
Todos os grupos	1.522,04	1.781,68	3.045,37	1.922,27	732,51	2,17	9.006,04	100,0

Fonte: CEPENE, 2002.

Os crustáceos representam 7,8% do pescado registrado nestes municípios. Cachoeira foi o segundo maior produtor, com 198 (t). Os municípios de Salinas da Margarida, Saubara, Itaparica tiveram suas capturas de crustáceos mais ou menos equivalentes variando entre 30 e 39t, e o município de São Félix, com 1,48 t.

Os moluscos registrados para o ano de 2003 tiveram sua maior produção no município de Cachoeira, com 22,35t, seguida por Maragogipe, com 11,73t. No caso deste tipo de pescado, os dados de produção são, com toda certeza, subestimados já que grande parte das capturas dos municípios de Salinas, Maragogipe e Saubara não são registrados de maneira adequada. O grande número de pessoas realizando a atividade, e

a ausência de um local específico para a comercialização dificultam os registros das capturas.

No município de Maragogipe, uma localidade denominada de Ponta do Souza (**FIGURA 5.3.3-13**), tem grande parte de suas mulheres realizando a atividade de coleta de moluscos (chumbinho, ostras, sururus). Já no município de Salinas, grande parte do pescado capturado a partir da coleta manual são os moluscos, com destaque para o chumbinho (**FIGURA 5.3.3-14**).



FIGURA 5.3.3- 13 – Descartes de conchas na localidade de Ponta do Souza – Município de Maragogipe – Julho 2007.



FIGURA 5.3.3- 14 – Descartes de conchas de chumbinho no Bairro do Dendê - Município de Salinas da Margarida – Julho 2007.

As estatísticas oficiais identificam uma redução drástica na produção desembarcada em 2004. A captura total destes municípios em 2002 foi de 9.000t, e em 2003 caiu para 3.400t (**TABELA 5.3.3-6 e 5.3.3-7**). Esta queda na produção deve estar associada a alterações ambientais visto que os métodos de amostragem e o número de pontos amostrados em 2002 e 2003 foram iguais.

A principal redução foi observada nas capturas de peixes, com uma diminuição de 5.880t. Também foi verificada a queda na produtividade dos moluscos, com uma redução de 23,42t, em relação a produção registrada em 2003.

De maneira contrária, as capturas de crustáceos apresentaram um aumento de cerca 370t a mais em 2003, respondendo por 31% do pescado total desembarcado nestes municípios. Para efeito comparativo, em 2002, os crustáceos representaram apenas 7% do total de pescado desembarcado nos seis municípios.

TABELA 5.3.3- 7 – Produção (t) por grupo de organismos por município em 2003.

Grupo (2004)	Saubara	Cachoeira	Maragogipe	Salinas	Itaparica	São Félix	Total (T)	%
Peixes	278,2	734,0	892,9	245,5	232,3	0,0	2382,9	68,6
Crustáceos	22,7	191,2	771,5	35,3	10,1	41,3	1072,1	30,9
Moluscos	0,0	3,0	13,3	0,0	0,0	1,9	18,1	0,5
Todos os Grupos	300,9	928,1	1.677,6	280,9	242,4	43,2	3.473,1	100,0

Fonte: CEPENE, 2003.

O ano de 2005 apresentou uma recuperação em relação a produtividade registrada em 2004, onde a captura total dos municípios foi de 7.845t. Os peixes foram responsáveis por 5.877t, os crustáceos por 1.338t e os moluscos com 630t.

Estes dados mostram uma recuperação na captura de peixes e um aumento na produção de crustáceos e moluscos, que saltaram de 1.072t de crustáceos para 1.338t, um acréscimo de 266t. Em relação aos moluscos a diferença foi ainda maior, com 18t em 2004 para 630 t, em 2005 um aumento de 612t em um ano.

TABELA 5.3.3- 8 – Produção (t) por grupo de organismos por município em 2005.

Grupo (2005)	Saubara	Cachoeira	Maragogipe	Salinas	Itaparica	São Félix	Total (t)	%
Peixes	653,6	380,6	3.196,0	1.044,1	491,0	111,7	5.877,0	74,9
Crustáceos	115,2	100,8	802,2	274,3	16,7	29,3	1.338,4	17,1
Moluscos	0,0	110,4	513,3	3,4	3,4	0,0	630,4	8,0
Todos os Grupos	768,8	591,8	4.511,5	1.321,7	511,0	141,0	7.845,7	100,0

Fonte: CEPENE, 2005.

Já para o ano de 2006, a estatística oficial demonstra que ocorreu uma redução na produtividade em todos os três grupos de organismos, em 5 dos 6 municípios analisados. Neste caso, os dados de produção do município de São Félix, não foram incluídos nas coletas em 2006.

Mesmo assim o pescado decaiu nos outros cinco municípios analisados com o peso total desembarcado reduzindo-se de 7.845t em 2005 para 6.339t em 2006. Uma diferença de 1.506t.

Os peixes foram responsáveis por uma redução de 950t, seguidas pelos crustáceos com uma redução de 240t e os moluscos com 334t. Mesmo que o município de São Félix tivesse sido incluído nos dados de 2006, a redução na produtividade seria observada.

TABELA 5.3.3- 9 – Produção (t) por grupo de organismos por município em 2006.

Grupo (2006)	Saubara	Cachoeira	Maragogipe	Salinas	Itaparica	Total (t)	%
Peixes	534,0	594,5	2.511,7	837,6	467,1	4.944,8	78,0
Crustáceos	81,0	159,7	627,3	214,8	15,7	1.098,4	17,3
Moluscos	19,7	35,8	229,4	2,0	9,1	296,0	4,7
Todos os grupos	634,7	789,9	3.368,3	1.054,4	491,9	6.339,2	100,0

Fonte: CEPENE, 2006.

A redução da produtividade ocorrida entre 2005 e 2006 pode ser resultado de fatores que se sobrepõem, como por exemplo, uma redução causada por variações ambientais associadas a mudanças de metodologia de amostragem. Ou a redução pode ser uma associação das características tipicamente oligotróficas da BTS associados ao aumento no esforço de captura.

É importante chamar a atenção de que a inclusão de cerca de 2% na frota destes municípios observadas entre 2005 e 2006 significou a inclusão de cerca de 672 novas embarcações. E estas muito provavelmente são canoas de fibra e motorizadas visto que a construção destas embarcações foi facilitada na região pela instalação de um estaleiro no município de Salinas, que tem sua produção direcionada para esta categoria de embarcação.

Durante os 10 dias de saída a campo foi observada a presença de um número bem razoável de canoas motorizadas sendo utilizadas para a pesca. O fato da embarcação ser motorizada altera de maneira importante a dinâmica da pescaria, já que a redução no esforço de deslocamento se transfere para o aumento do esforço de captura. Uma embarcação motorizada alcança os pontos de pesca rapidamente, reduzindo o tempo de deslocamento e aumentando o período destinado a realização da pesca em si.

Deste modo a inclusão de novas embarcações, e sendo estas motorizadas, potencializam o esforço de captura podendo causar uma aumento inicial da produção, seguida por uma redução que é acentuada a cada ano resultado da intensificação do esforço de captura.

Aparentemente os dados estatísticos de 2005 e 2006 apresentaram também uma melhoria importante no registro das capturas dos crustáceos e moluscos. O aumento da produção observada nestes dois grupos de organismos, provavelmente se deve a uma melhoria na coleta de dados sobre estes recursos.

Considerando que a atividade da pesca extrativa vem desde os tempos imemoriais, ainda com os primeiros homens primitivos, a cerca de 2000 a.p., podemos então concluir que a baixa produtividade de crustáceos e moluscos nas estatísticas oficiais de 2002 e 2003 estão muito mais relacionadas a ineficiência no registro destas capturas, do que a inexistência de capturas nos períodos anteriores.

Produtividade e Principais Espécies Capturadas

Para a análise das principais espécies capturadas nos municípios analisados, utilizaremos os dados disponíveis para os anos de 2002, 2003 e 2006 (**TABELAS 5.3.3-10 a 5.3.3-12**). Estes dados oficiais demonstram que existe um conjunto de espécies tipicamente exploradas dentro da BTS, e que as Sardinhas (família Clupeidae), Tainhas (Mugilidae) e as Agulhinhas (Hemirhamphidae) foram as que apresentaram as maiores capturas nos seis municípios analisados.

Estas espécies são classificadas como pequenos pelágicos e possuem como principais características, um ciclo de vida curto e o fato de serem bastante prolíferas. Sendo assim são espécies que naturalmente possuem populações maiores. Estas espécies consideradas espécies de baixa qualidade alcançam um menor preço de venda. As sardinhas respondem por 52% de todos os peixes capturados, seguidas pelas tainhas, que respondem por 14,5% e as agulhas com 9,6% (**TABELA 5.3.3-7**).

Entre os crustáceos, os camarões médios se destacaram em 2003 com 3,6 % do total capturado, seguidos pelos siris, com 3,2%. Conforme já foi observado nas análises anteriores referentes a produtividade dos três principais grupos de organismos capturados, os dados disponíveis referentes aos anos de 2005 e 2006 indicam uma melhor acurácia na coleta de dados referentes a este grupo.

TABELA 5.3.3- 10 – Principais espécies capturadas por município em 2002.

Grupo (2003)	Espécie	Saubara	Cachoeira	Maragogipe	Salinas	Itaparica	São Félix	Total (t)	%
Peixes	Sardinha	849,07	904,06	1670,59	966,78	318,82	0,00	4709,32	52,3
Peixes	Tainha	250,72	167,22	358,95	413,22	137,68	0,00	1327,79	14,7
Peixes	Agulha	184,38	145,75	227,41	232,03	76,26	0,00	865,83	9,6
Peixes	Espada	67,33	40,43	76,66	110,17	31,52	0,00	326,11	3,6
Crustáceos	Camarão m	8,50	51,45	201,66	22,17	1,82	0,00	285,60	3,2
Crustáceos	Siri	22,95	65,50	119,03	11,86	22,72	0,11	242,17	2,7
Peixes	Carapeba	22,12	81,34	60,91	37,17	10,42	0,00	211,96	2,4
Peixes	Arraia	9,21	44,62	42,37	9,83	10,70	0,00	116,73	1,3
Peixes	Pescada	11,09	16,22	53,74	15,62	6,92	0,00	103,59	1,2
Crustáceos	Caranguejo	2,23	48,99	36,15	1,30	2,22	1,37	92,26	1,0
Peixes	Vermelhos	11,13	14,90	26,14	13,31	21,14	0,00	86,62	1,0
Peixes	Corvina	25,88	14,79	8,38	25,01	11,25	0,00	85,31	0,9
Peixes	Bagre	11,68	24,08	22,44	13,35	9,85	0,00	81,40	0,9
Peixes	Robalo	3,84	34,84	33,01	5,91	2,46	0,00	80,06	0,9
Peixes	Bicuda	1,45	35,61	24,19	2,25	1,99	0,00	65,49	0,7
Crustáceos	Camarão g	2,44	20,30	19,83	2,92	1,75	0,00	47,24	0,5
Moluscos	Marisco	3,79	16,46	11,73	0,29	0,46	0,69	33,42	0,4
Peixes	Xaréu	0,69	19,43	9,84	1,03	1,02	0,00	32,01	0,4
Peixes	Garajuba	4,99	5,01	8,35	8,31	4,88	0,00	31,54	0,4
Peixes	Albacora	4,57	0,09	0,78	3,47	17,49	0,00	26,40	0,3
Outros	29 espécies	23,98	30,59	33,21	26,27	41,14	0,00	155,19	1,7
Total (t)	Total spp.49	1.522,04	1.781,68	3.045,37	1.922,27	732,51	2,17	9.006,04	100,0

Fonte: CEPENE, 2002.

Em 2004, as sardinhas permanecem como as principais espécies capturadas com o total de 756 t o que representou 21% do pescado total capturado. Diferentemente de 2003, em 2004 a segunda espécie mais capturada foram os camarões de tamanho médio com 473 t (13,6%) e os caranguejos com 296 t (8,5%).

TABELA 5.3.3- 11 – Principais espécies capturadas por município em 2003.

Grupo (2004)	Espécie	Saubara	Cachoeira	Maragogipe	Salinas	Itaparica	São Félix	Total	%
Peixes	Sardinha -faca	25,47	306,01	403,59	13,56	8,23	0	756,86	21,8
Crustáceos	Camarão m	15,34	73,48	370,39	8,76	5,67	0	473,64	13,6
Crustáceos	Caranguejo - uça	0,2	47,1	205,2	2,43	0,41	41,31	296,65	8,5
Peixes	Carapeba	5,62	91,78	132,39	8,48	7,18	0	245,45	7,1
Peixes	Arraia	59,13	13,84	69,75	48,09	18,64	0	209,45	6,0
Peixes	Vermelho	4,06	52,9	71,03	7,51	28,8	0	164,3	4,7
Crustáceos	Camarão p	1,93	41,53	103,29	5,21	0,91	0	152,87	4,4
Peixes	Xangó	1,56	107,5	2,19	4,72	14,18	0	130,15	3,7
Crustáceos	Siri	2,83	23,05	82	11,83	1,8	0,02	121,53	3,5
Peixes	Agulha	5,96	46,27	37,53	20,31	7,36	0	117,43	3,4
Peixes	Corvina	64,12	2,65	8,5	17,96	5,64	0	98,87	2,8
Peixes	Tainha	15,95	9,46	21,21	32,03	6,94	0	85,59	2,5
Peixes	Cavala	38,59	16,09	2,81	13,03	11,76	0	82,28	2,4
Peixes	Robalo	5,79	12,17	29,32	16,2	7,21	0	70,69	2,0
Peixes	Pescada	14,93	10,19	14,48	12,83	6,36	0	58,79	1,7
Peixes	Dentão	1,1	0	7,81	3,46	29,48	0	41,85	1,2
Peixes	Bicuda	0,67	14,63	22,63	1,15	1,83	0	40,91	1,2
Peixes	Bagre	12,76	9,9	4,01	5,84	7,02	0	39,53	1,1
Peixes	Espada	2,01	17,64	11,87	1,38	2,01	0	34,91	1,0
Peixes	Xaréu	1,53	8,53	13,89	1,99	2,1	0	28,04	0,8
Peixes	Badejo	1,15	0,03	0,87	4,49	14,71	0	21,25	0,6
Outros	27 espécies	20,22	23,36	62,88	39,59	54,2	1,85	202,1	5,8
Total	Total spp.48	300,92	928,11	1.677,64	280,85	242,44	43,18	3.473,14	100,0

Fonte: CEPENE, 2003.

Como já foi dito anteriormente, esta redução na produção de peixes provavelmente esteve relacionada com questões ambientais, já que os métodos de amostragem nestes dois anos foram iguais. A redução na produtividade dos peixes pode ter favorecido ao redirecionamento do esforço de captura para os crustáceos, de pescadores que tradicionalmente exploram os peixes como principal grupo-alvo (**TABELA 5.3.3-12**).

Em 2006 as sardinhas voltaram a ser as principais espécies capturadas, representando 26% do total do pescado desembarcado. O xangó foi a segunda espécie mais capturada com 444 t (7,9%) e as manjubas com 377 t (6,7%) do total capturado. Estas espécies também são classificadas como pequenos pelágicos, e apresentam como principais características um ciclo de vida curto, são bastante prolíferas, e são consideradas de segunda categoria, por isso alcançam baixos preços de mercado.

TABELA 5.3.3- 12 – Principais espécies capturadas por município em 2006.

Grupo (2006)	Espécies	Saubara	Cachoeira	Maragogipe	Salinas	Itaparica	São Félix	TOTAL (t)	%
Peixes	Sardinha	143,33	230,36	948,74	101,05	47,45	7,97	1.478,9	26,5
Peixes	Xangó	28,85	69,37	278	56	6,35	5,51	444,08	7,9
Peixes	Manjuba	2,38	0,08	370,86	1,75	1,6	0,63	377,3	6,7
Crustáceos	Camarão médio	55,71	52,83	150,07	56,47	7,69	5,01	327,78	5,9
Crustáceos	Camarão pequeno	4,52	36,73	177,51	99,69	1,59	3,28	323,32	5,8
Moluscos	Marisco	18,1	27,49	229,36	1,99	7,66	1,27	285,87	5,1
Peixes	Carapeba	9,84	68,51	162,28	12,51	17,87	1,19	272,2	4,9
Peixes	Arraia	51,66	12,3	100,08	51,61	40,33	9,16	265,14	4,7
Peixes	Tainha	34,98	30,09	38,16	96,57	31,87	14,21	245,88	4,4
Crustáceos	Caranguejo	1,39	15,22	147,11	1,49	0,65	19,21	185,07	3,3
Peixes	Pescada	35,94	12,65	77,34	35,9	12,52	5,57	179,92	3,2
Crustáceos	Siri	15,22	29,81	96,7	31,05	5,07	0,06	177,91	3,2
Peixes	Bagre	82,65	9,15	7,12	20,01	39	3,83	161,76	2,9
Peixes	Robalo branco	12,23	18,28	77,19	24,13	15,57	2,34	149,74	2,7
Peixes	Vermelho	11,87	14,61	36,44	8,91	68,32	0,06	140,21	2,5
Crustáceos	Camarão grande	4,13	24,97	54,18	26,08	0,46	3,4	113,22	2,0
Peixes	Corvina	26,49	2,45	4,46	26,62	11,51	2,77	74,3	1,3
Peixes	Cavala	29,26	7,84	1,6	4,31	29,08	0,04	72,13	1,3
Peixes	Agulha	2,83	12,52	28,29	12,48	6,7	0,69	63,51	1,1
Peixes	Garajuba	6,25	1,35	2,6	6,63	31,86	0,24	48,93	0,9
Outros	22 espécies	25,01	29,73	50,17	26,5	71,04	0,83	203,28	3,6
Total	Todas as spp. 42	602,64	706,34	3.038,26	701,75	454,19	87,27	5.590,45	100,0

Fonte: CEPENE, 2006.

A composição específica das capturas registradas nos dados estatísticos oficiais foi confirmada durante as saídas de campo. Entre as espécies capturadas mais comuns observadas durante as visitas aos pontos de pesca estão às sardinhas (Clupeidae), carapebas (Gerreidae), bagres (Ariidae) e manjubas (Engraulidae) sempre estavam presentes entre as espécies capturadas. Também foi comum a observação de juvenis de vermelhos (Lutjanidae) e xaréus (Carangidae) nas capturas (**FIGURAS 5.3.3-15 e 5.3.3-16**).



FIGURA 5.3.3- 15 – Captura com rede de arrasto tipo Calão registrada durante saída de campo em março de 2009.



FIGURA 5.3.3- 16 – Captura oriunda de rede de espera, registrada durante saída de campo à noite, em junho de 2009.

Durante as entrevistas de campo, também foi perguntado quanto de pescado já havia sido capturado até o momento da entrevista, e quanto em média era capturado nas diferentes épocas do ano. As informações dadas pelos pescadores e as observadas em campo indicam uma baixa produtividade pesqueira durante o trabalho de campo. Estes dados não são diferentes quando comparados as estatísticas oficiais, que também indicam uma baixa produtividade.

Apesar das informações de campo indicarem uma redução significativa da produtividade, seguindo, portanto, uma tendência mundial de redução dos estoques por sobrepesca;

uma análise mais consistente da produtividade pesqueira carece de um acompanhamento da produtividade desembarcada durante uma série maior de tempo. Dados coletados de maneira descontinuada podem servir como um indicador da situação da produtividade, mas têm um caráter apenas qualitativo.

Partindo então do princípio de que os dados coletados em campo durante os meses de março e julho refletem apenas a situação momentânea da produtividade, em todas as entrevistas realizadas, de um total de 39, a “fala” dos pescadores e marisqueiras se refere sempre a uma produtividade muito baixa que apresenta uma tendência de redução a cada ano.

Isto pode ser comprovado quando foi solicitada aos próprios pescadores que estimassem o peso capturado. Esta estimativa foi diferenciada no caso dos siris e dos moluscos bivalves visto que este pescado é vendido pelos pescadores já beneficiado, na forma de “catado”. A **TABELA 5.3.3-13** apresenta estes dados qualitativos indicando o número de pescadores, a quantidade de pescado capturado e o número de horas gastos para cada quantidade de pescado capturado até o momento da entrevista.

TABELA 5.3.3- 13 – Estimativa de captura do pescado realizada pelos próprios pescadores durante as entrevistas de campo nos meses de março e julho de 2009.

N Pescadores	Arte de pesca	Estimativa da captura observada em kg
11	Calão de Fundo	10kg/2hs/4 lances de rede/onze homens
1	Rede de camarão e munzuá	300g de camarão/cinco lances de rede/1 homem
1	Jeréré com roda	2kg*/10 jererés/4horas/1 homem
1	Coleta manual de ostras	200g*/ 2hs /1 mulher
1	Espinhel de fundo	2*kg/100 anzóis/4hs na água
2	Rede de espera	3kg/8hs na água/2 homens
1	Jeréré com roda	3kg*/12 jererés/4horas/1 homem
1	Jeréré com roda	2kg*/6 jererés/7horas/1 homem
1	Rede tapesteiros instalada	3kg/6hs na água/1 homem
2	Coleta de chumbinho	3*kg de chumbinho/ 3hs/2 mulheres
1	Coleta de chumbinho	1*kg de chumbinho/ 3hs/1 muher
1	Munzuá ou Gaiola	aproximadamente 8 cordas com 12 siris
3	Rede de espera malha	15 kg de peixe / 2 kg de camarão
3	Rede camaraozeira	2kg de pescada e 1kg de camarão branco + sete-barbas
2	Rede camaraozeira	200 g de camarão e 3kg de peixe
3	Rede camaraozeira	2kg / 7 horas
1	Munzuá ou Gaiola	300 g de catado*/ 3 horas
1	Linha	4 siris para fazer no almoço
1	Espinhel com 100 anzóis	2kg de xareu/ 2 lances
1	Linha e anzol	1,5 kg/ 1 hora e meia
2	Espinhel com 200 anzóis	5 kg/ 3lances/ 3 horas
2	Tarrafa	0 kg / 2 lances de rede/ 1 de tarrafa
4	Calão de Fundo	Aproximadamente 200g de isca e100g de camarão
3	Calão de Fundo	1,5 kg de camarão/ 1 lance

N Pescadores	Arte de pesca	Estimativa da captura observada em kg
5	Coleta manual	3 kg de siri catado/ 100g de ostra catada/ 7 kg de peixe/ 5 h
2	Tainheira com 200m	2 kg de peixe/ 1 lance
1	Jeréré com roda	1,5 kg de siri catado/ 6h
1	Jeréré com roda	3kg de siri catado/ 8 h
2	Coleta manual	300g de camarão -
8	Calão de Fundo	15 kg de camarão/ 6 kg de peixe/ 6 lances/ 5 h
6	Redinha	20 kg de camarão/ 6 kg de Pititinga/ 8 kg de peixe peq. / 8 lances/ 6 horas
1	Rede camaraozeira 200m	200 g de camarão e 200 g de peixe / 1 lance
1	Jeréré com roda	*2 kg de siri catado/ 3 h.
1	Jeréré com roda	3 kg de siri catado
3	Pesca com redinha	1,5 kg de camarão, 3kg de peixes/ 2 lances
2	Tainheira malha 30	2,5 kg/ 4 horas e meia de pescaria
1	Linha e anzol	2 kg de peixe
8	Coleta manual de ostras	Chegam a coletar 1 a 1,5kg por ostras catadas por dia.

Durante as entrevistas realizadas informalmente com os pescadores encontrados exercendo a atividade, foram coletadas informações a respeito de sazonalidade em relação à produtividade, ou seja, quais os períodos do ano considerados mais produtivos. A maior parte dos pescadores e marisqueiras fizeram referência a uma maior produtividade no período do verão.

Apesar de, em tese, o período de o inverno ser mais produtivo visto que melhoram as condições tróficas do ambiente estuarino, a melhoria das condições climáticas durante o verão, associado a uma maior demanda do mercado, que naturalmente aumenta nos meses de férias, favorecem ao aumento do esforço de captura, resultando numa maior produtividade principalmente nos meses de dezembro a março. O aumento da produção da BTS nos meses do verão também é observado na Baía de Camamu, o que reforça a associação deste aumento com a melhoria das condições climáticas e aumento da demanda.

A atividade pesqueira na Reserva Extrativista Marinha Baía de Iguape

A Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape foi criada em 11 de agosto de 2000, com o objetivo de “*garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área*”. Apesar do estabelecimento desta Unidade de Conservação em 2000, até hoje não existe nenhum plano de manejo estabelecido, e nenhuma ação efetiva (Disponível em <http://www.seia.ba.gov.br> acessado em 31/08/2009).

Santos (2008)⁵⁰ relata que durante a tramitação do processo para o estabelecimento da RESEX ocorreu um movimento “pró-resex” que foi determinante na criação da UC frente ao IBAMA. Este movimento contou com a presença dos moradores, sociedade civil organizada, representada por ONG’s, CPP (comissão da pastoral da pesca), associação de quilombolas e o IBAMA local. Segundo Santos, (2008), após essa ação, os diversos

⁵⁰ SANTOS, M.A. *A experiência vivida na reserva extrativista marinha baía do Iguape/BA: diálogo de saberes, planejamento, educação e autonomia*. Uberlândia-MG. Caminhos de Geografia, v.9 n. 27, p.: 1-16. 2008.

atores sociais que atuaram na criação desta UC se desarticularam, não ocorrendo então uma continuidade na implementação desta. Para a implantação efetiva da RESEX, seria necessária a elaboração do seu plano de manejo, e ações políticas, incluíssem as comunidades no processo de planejamento e gestão da área.

Isso não ocorreu até o presente, e o reconhecimento desta região como uma unidade de conservação de uso sustentável não tem respaldo nas populações ribeirinhas que estão localizadas dentro dos seus limites geográficos. Durante a saída de campo foi perguntado aos pescadores e marisqueiras sobre qual o tipo de informações, e qual o conhecimento que eles têm a respeito da UC. A maior parte dos pescadores desconhece os limites e limitações dos usos dos recursos naturais dentro da reserva. O que ocorre é que, de fato a RESEX foi decretada, mas não é percebida no dia a dia das populações locais como uma área de conservação. A pesca é realizada dentro dos seus limites por pessoas de qualquer município da BTS, sem nenhum tipo de restrição ao acesso.

5.3.3.3. Pontos preferenciais para pesca artesanal na Área de Influência do Empreendimento

A identificação de pontos específicos de pesca em ambientes estuarinos é menos acurada do que quando comparamos com a pesca realizada em ambientes de plataforma continental ou a pesca em ambientes recifais. Em ambientes marinhos de plataforma continental, a menor variação das condições oceanográficas, faz com que os aspectos do substrato marinhos tais como fisiografia, tipo de sedimento e profundidade sejam fatores determinantes na escolha dos locais de pesca, denominados de pesqueiros.

Mesmo quando se tratam de espécies de hábitos pelágicos, nos ambientes de plataforma continental, as feições do fundo submarino são fatores que favorecem a concentração de espécies pelágicas costeiras a exemplo das Cavalas (Scombridae) e dos Xarés (Carangidae). As espécies costeiras destas famílias possuem o hábito de se alimentar próximas ao fundo, onde diversos grupos de invertebrados bentônicos como crustáceos, poliquetas, equinodermas fazem parte de seus itens alimentares (RANDALL 1967⁵¹; SILVANO 2001⁵²; LONGHRUST e PAULY 2007⁵³). Dessa forma, na plataforma continental, mesmo espécies pelágicas mantêm uma relação íntima com os substratos marinhos.

Já nos ambientes estuarinos, caso do canal do Paraguaçu e Baía do Iguape, os principais fatores que influenciam a ocorrência dos cardumes estão relacionados com as condições oceanográficas predominantes. A influência da variação das marés faz com que as condições oceanográficas como temperatura, salinidade, velocidade e direção das correntes sejam fatores que influenciam mais diretamente a ocorrência de locais considerados mais piscosos. Entretanto, é importante chamar a atenção que mesmo nestes fundos inconsolidados, a presença de feições rochosas ou recifais funciona como atratores naturais de espécies que vivem associadas com feições consolidadas como no caso de algumas espécies de vermelhos (Lutjanidae) e dos Meros (Serranidae).

⁵¹ RANDALL, J. E. 1967. *Food Habits of Reef Fishes of The West Indies*. Converted to digital format by Thomas F. Barry (NOAA/RSMAS) in 2004. Copy available at the NOAA Miami Regional Library. Minor editorial changes may have been made.

⁵² SILVANO, R.A.M. 2001. *Feeding habits and interspecific feeding associations of Caranx latus (Carangidae) in a subtropical reef* *Environmental Biology of Fishes* 60: 465–470, 2001.

⁵³ LONGHRUST, A. R. E. PAULY, D. 2007. *Ecologia dos Oceanos Tropicais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP. (Coleção Base) 401pp.

No caso dos recursos bentônicos capturados pela mariscagem (moluscos bivalves) a sua distribuição é controlada pela textura do sedimento, associados às variações da maré, profundidade, temperatura e influência das correntes. Na região de estudo chamam a atenção, além dos moluscos que são capturados nos bancos de areia e lama, as espécies sésseis como as Ostras (Ostreidae) e moluscos bivalves associados a fundos consolidados, como no caso do machadinho, capturado em uma formação rochosa (“lage”) que é explorada pelas marisqueiras da localidade de Cairú de Salinas, do município de Salinas das Margaridas.

As características ambientais acima descritas, associadas à modificação do “modo de viver” das comunidades, onde novos valores sociais passam a predominar, e da inclusão de pessoas que não tem uma história na atividade de pesca, resultam numa não delimitação de territórios e espaços de pesca de cada comunidade. Hoje em dia é verificada uma liberdade de acesso aos recursos pesqueiros em regiões distantes das comunidades de origem do pescador.

Durante a saída de campo não foi relatada que ainda exista uma territorialidade ou restrições em relação ao uso dos recursos naturais. A única restrição relatada se refere às armadilhas de pesca fixas, denominadas de Currais ou Camboas, e dos pesqueiros artificiais construídos com galhos de mangue.

Apesar de um “direito de uso” exclusivo para os construtores dos pesqueiros artificiais e das famílias proprietárias dos Currais, é verificado que já não existe um respeito em relação a esta “propriedade”.

A inclusão de embarcações motorizadas ajuda a “acelerar” esta liberdade de acesso, visto que o motor favorece a visitação de áreas de pesca mais distantes trazendo pessoas de outras comunidades e municípios para áreas de pesca antes pouco acessíveis a embarcações não motorizadas. A velocidade de navegação possibilitada pelo motor também estimula a ações ilícitas, como a de realização de despesca em uma Camboa que não seja de sua propriedade, e da utilização de explosivos nos pesqueiros artificiais, visto que rapidamente é possível se afastar do local depois do ilícito.

Diante do acima exposto, podemos inferir que a não existência de uma territorialidade nas áreas de pesca e a ausência de restrições de usos, associadas à inclusão de embarcações motorizadas e um maior número de pessoas na atividade de pesca, favorece a ampliação dos pontos de pesca para todas as áreas estuarinas, desde as regiões de entre marés até as áreas mais profundas dos canais. Isso significa que em todos os locais onde estão presentes canais de marés, enseadas, formações rochosas e bancos de moluscos bivalves, sob influência da maré podem ser consideradas pontos de pesca.

Dessa forma não podemos considerar que existam áreas preferenciais de pesca, com exceção dos bancos de moluscos bivalves, e sim considerar que toda região situada sob a influência da maré seja considerada ponto de pesca. O **ANEXO 5.3-6** apresenta os principais pontos utilizados para pesca artesanal, agrupados por arte de pesca utilizada pela comunidade.

5.3.3.4. Territórios de pesca: Usos e Conflitos

A realização da atividade de pesca extrativa ocorre desde que os homens primitivos chegaram a região costeira. A prova disso é a existência de sambaquis ao longo de todo o litoral brasileiro, incluindo a região da BTS.

A coleta de crustáceos, moluscos e peixes sempre fez parte da cultura das comunidades ribeirinhas dos municípios na área direta de influência do empreendimento. Diversas famílias sempre tiveram seu sustento relacionado com a atividade de pesca extrativa, caracterizando esta atividade como principal ocupação dos adultos da casa, passando seus segredos e técnicas de pesca de pais para filhos. Estas famílias em geral possuíam boas condições de vida, já que há apenas algumas décadas atrás os ambientes estuarinos eram bastante piscosos provendo alimentação e o sustento digno para estas famílias (PAIVA, 2004)⁵⁴.

A partir da década de 80, o aumento da densidade populacional, ocorrida em regiões costeiras, associados à melhoria dos equipamentos de pesca, intensificou a captura do pescado. O aumento no esforço de pesca num primeiro estágio resulta num crescimento da produção, mas com o passar dos anos, esta produção tende a cair já que os recursos explorados não têm tempo de recompor seus estoques devido à velocidade e intensidade de captura (PAIVA, 1997⁵⁵; DIEGUES, 1999⁵⁶; PAIVA, 2004).

A redução da produtividade ao longo dos anos se refletiu numa perda de qualidade de vida para as famílias que tradicionalmente sobreviviam da pesca. Além da redução da produtividade, as condições de trabalho dos pescadores artesanais, cuja atividade é realizada expostas as condições climáticas e muitas vezes realizadas dentro da água também favorecem ao abandono da atividade (**FIGURAS 5.3.3-17 e 5.3.3-18**).

Dessa forma, os mais jovens que fazem parte de famílias de pescadores, perderam o interesse em se manter na atividade extrativa e procuram se inserir no mercado de trabalho formal em busca de um trabalho que seja menos desgastante e mais garantido.

Além disso, o contato com uma “cultura urbana”, favorecido pela chegada dos sinais de televisão nas localidades mais distantes, o contato com os veranistas e turistas nos períodos de alta estação podem causar mudanças nos valores sociais destas comunidades, onde o consumo passa a ser visto como sinal de “sucesso”. Portanto a manutenção do “sucesso” depende de uma renda regular, que a cada dia que passa é mais difícil de conseguir através da atividade de pesca extrativa.

Apesar de uma “tendência” de abandono da atividade, pelos jovens oriundos de famílias de pescadores tradicionais, não existe uma redução no número de pescadores em atividade. Na verdade o que ocorre é o aumento contínuo do número de pessoas exercendo a pesca como principal atividade econômica. A ausência de empregos formais, o crescimento populacional natural e processos de migração são fatores que favorecem a entrada de novas pessoas na atividade de pesca como meio de subsistência.

⁵⁴ PAIVA, M.P 2004. *Administração Pesqueira no Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. Interciência. 2004p.173p.

⁵⁵ PAIVA, M. P.1997. *Recursos Pesqueiros e Estuarinos do Brasil*. Fortaleza, Ed. EUFC, 1997. 278 p.

⁵⁶ DIEGUES A.C.S. 1999. *A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil*. Etnográfica, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375.



FIGURA 5.3.3- 17 – Pescador recolhendo armadilhas utilizadas na captura de siri sob forte chuva – Julho 2009.



FIGURA 5.3.3- 18 – Marisqueira dentro do manguezal procurando se proteger da chuva – Julho 2009.

Os dados sobre o número de pescadores da SEAP – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca do Governo Federal em 2009, tem registrado nos 11 municípios do entorno da Baía de Todos os Santos, com exceção de Salvador, cerca de 23.350 pessoas entre pescadores e marisqueiras.

Apesar deste dado acredita-se que este número seja subestimado devido à ausência de registros atualizados, e pelo fato de que, em muitos casos, os próprios pescadores não têm condição de se cadastrar devido às dificuldades de acesso de suas localidades de

origem às sedes das colônias e associações. Além disso, uma boa parte das pessoas que realiza a pesca só o faz devido à ausência de outra fonte de subsistência.

Hoje em dia a pesca é fonte de subsistência para um grande número de pessoas que realizam a atividade mesmo que suas origens não estejam relacionadas a famílias com uma história e tradição na atividade.

Dessa forma, o conhecimento tradicional relacionado com artes de pesca, pontos de pesca mais piscosos e também o estabelecimento de uma territorialidade, vem diminuindo.

Junto a isso, a inclusão de embarcações motorizadas aumenta as distâncias percorridas pelos pescadores, desde sua localidade de origem até os pontos de pesca, e estas características contribuem para a redução da territorialidade já que uma possibilidade de controle se torna mais reduzida.

Durante a saída de campo foi observado que, a princípio, não existem áreas de pesca consideradas restritas, e pescadores de diferentes localidades e municípios utilizam pontos de pesca distantes de suas localidades de origem. Mesmo nos locais onde se realiza a coleta de moluscos que vivem enterrados no sedimento, aqui denominados “bancos de mariscagem”, são áreas de uso comum, podendo ser utilizado por moradores de outras localidades e municípios vizinhos (**FIGURAS 5.3.3-19 e 5.3.3-20**).



FIGURA 5.3.3- 19 – Pescadores da localidade de São Francisco do Paraguaçu, município de Cachoeira, realizando um arrasto no canal da Ilha de Monte Cristo, março – 2009.



FIGURA 5.3.3- 20 – Banco de Mariscagem na localidade de Ponta do Souza – Julho 2009.

Cordell (2004)⁵⁷ faz uma descrição detalhada dos códigos sociais estabelecidos entre os pescadores marítimos e estuarinos da Bahia, e chama a atenção para as interações sociais dentro das comunidades, a influência dos estágios da lua e marés na pesca de calão, e faz referência a uma territorialidade entre os pescadores nas diferentes comunidades em ambientes estuarinos e marinhos do litoral baiano.

Entretanto, durante a atividade de coleta de dados nos meses de março e julho, nos foi relatado pelos pescadores e marisqueiras, que a utilização dos pontos de pesca se dá sem uma territorialidade definida. A explicação dada é que devido ao grande número de pessoas que ingressaram na atividade, associados às embarcações motorizadas introduzidas na frota, as características restrição aos pontos de pesca utilizados tradicionalmente por determinados grupos já não é observada.

Segundo Herold *et al* (2007)⁵⁸, na região do município de Salinas da Margarida e adjacências, ocorrem sobreposições das áreas utilizadas para a pesca tanto no infra litoral quanto nas regiões do meso litoral tipicamente margeadas por manguezais. Mas esta sobreposição de usos de áreas de pesca, não constitui grandes conflitos, pois o uso de artes de pesca varia segundo épocas do ano, sendo minimizados desta forma conflitos entre diferentes artes de pesca dentro de uma mesma área.

Também foi relatado que mesmo estruturas de pesca fixas, denominadas de “pesqueiros”, construídas para funcionar como atratores artificiais (**FIGURA 5.3.3-21**) não são mais respeitadas. Originalmente, quem constrói o atrator tem exclusividade na sua exploração, mas hoje em dia pessoas que “pescam” utilizando bombas se apropriam

⁵⁷ CORDELL, John. *Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia*. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Napaub-USP, 2001. p.139-162.

⁵⁸ HEROLD, E; MACHADO, R.A. S. E NAZAR, M. L. Zoneamento do uso e ocupação territorial como ferramenta de planificação para o desenvolvimento social, econômico e ambiental em municípios de vocação extrativista - O caso de Salinas da Margarida-Ba. 2007 *Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3975-3982.

destes pesqueiros lançando bombas e destruindo toda a fauna que ali se encontra em busca de abrigo. Na maior parte dos casos, quando os “donos do pesqueiro” vêm utilizar seus atratores, os encontram sem peixes que já estes foram afugentados pelo uso de explosivos.



FIGURA 5.3.3- 21 – Atrator artificial construído com galhos de mangue – Julho de 2009.

Entretanto, Herold *et al* (2007) destacam que, apesar da pesca com bomba se constituir um problema relatado por todos, este é verificado somente no discurso. Localmente a população que reclama do exercício desta atividade ilegal, mas não existe pró-atividade para evitá-la. Inclusive, no momento da detonação do explosivo, muitas pessoas se aproximam da zona atingida para capturar os peixes mortos.

Assim como os atratores artificiais, as armadilhas de pesca fixas denominadas de “curral” ou “camboa” (**FIGURA 5.3.3-22**) são propriedade de quem a construiu e os mantêm íntegros para seu funcionamento. Estas armadilhas são passadas de pai para filho, permanecendo na mesma família durante gerações. A maioria das camboas tem sua propriedade preservada, onde a despesca é realizada exclusivamente por quem as construiu.

Entretanto, também nos foi relatado durante as saídas de campo, que estas armadilhas também vêm sendo utilizadas por pessoas que não as construíram, e, portanto sem direito ao seu uso. Estes “roubos” ocorrem em geral nas camboas localizadas dentro dos canais de maré, onde o acesso mais difícil favorece a ação dos oportunistas.



FIGURA 5.3.3- 22 – Armadilha fixa denominada Curral ou Camboa – Região da Baía de Iguape – julho 2009.

Conflitos com normas de ordenamento pesqueiro

No Brasil foram criadas diversas normas de ordenamento da atividade pesqueira, visando a proteção dos estoques. Na área de influência do empreendimento estão em vigência diversas normas de ordenamento da atividade pesqueira que se aplicam a recursos explorados na área de influência do empreendimento, com ênfase para a proteção de espécies estuarinas como o Caranguejo-uça (*Ucides cordatus*), o Guaiamum (*Cardisoma guanhumi*), o Robalo (*Centropomus spp.*) e Camarões (várias espécies). Estas normas estabelecem restrições à captura de certos tipos de recursos pesqueiros em determinados períodos do ano e proíbem a pesca de certas espécies. Destas, as que apresentam maior aplicabilidade em relação às modalidades de atividade pesqueira praticada na região, são:

1. **PORTARIA IBAMA BA nº 43/2008** – Proíbe a captura, manutenção em cativeiro, transporte, beneficiamento, industrialização e comercialização do caranguejo-uça (*Ucides cordatus*) durante o período de andata nos seguintes períodos: 12 a 17 de janeiro; 27 de janeiro a 1 de fevereiro; de 10 a 16 de fevereiro; de 26 de fevereiro a 03 de março e de 27 de março a 1º de abril;
2. **INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA nº 90/2006** – Proíbe a captura, manutenção em cativeiro, transporte, beneficiamento, industrialização, armazenamento e comercialização de fêmeas de Guaiamum (*Cardisoma guanhumi*);
3. **INSTRUÇÃO NORMATIVA MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE nº 14/2004** – Proíbe a captura de camarão rosa (*Farfantepenaeus subtilis*, *F. Brasiliensis*), Sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e camarão branco (*Litopenaeus schmitti*) com quaisquer artes de pesca, entre a divisa entre Mata de São João e Camaçari (Bahia) e a divisa entre a Bahia e o Espírito Santo, nos períodos de 1º de abril a 15 de maio e de 15 de setembro a 31 de outubro;

4. **PORTARIA IBAMA nº 49-N/1992** – Proíbe anualmente, no período entre 15 de maio e 31 de julho o exercício da pesca de Robalo (*Centropomus undecimalis*, *Centropomus parallelus*, *Centropomus* spp.) no litoral e águas interiores do Espírito Santo e Bahia;

Tais normas foram estabelecidas para a proteção de recursos pesqueiros, visando a preservação e renovação dos estoques no momento dos seus respectivos períodos reprodutivos. Algumas destas normas estabelecem os períodos de restrição de pesca e são vulgarmente conhecidas como “defeso”. As comunidades pesqueiras têm conhecimento desses períodos, sendo que no caso dos defesos do caranguejo e robalo foram criados inclusive mecanismos de compensação financeira a pescadores pela restrição da pesca nesses períodos. O “seguro defeso” é pago via associações e colônias de pesca aos pescadores nelas cadastrados.

Apesar da existência de normas de proteção e do conhecimento dessas normas por parte de muitos pescadores, a prática da pesca nos períodos de restrição ainda é realizada principalmente em função da necessidade de obtenção de alimento e renda, por parte dessas comunidades. Uma estrutura de fiscalização deficiente assegura a impunidade para pescadores que praticam a atividade nos períodos de restrição. Tal situação resulta em uma pressão persistente sobre recursos pesqueiros importantes no seu momento de maior vulnerabilidade (período reprodutivo), e reduz ainda mais a produtividade pesqueira na área de influência do empreendimento, incluindo a RESEX Baía de Iguape. Este é um conflito de difícil solução, em virtude da situação de carência de oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho na região.

Potenciais interferências da implantação da indústria naval sobre a Atividade Pesqueira

A utilização de baías e ambientes abrigados como locais de permanência e atracação de embarcações foi um processo que ocorreu de forma natural desde a ocupação da zona costeira pelos primeiros homens primitivos, os PCC⁵⁹. As características dos ambientes estuarinos, com águas calmas possibilitando a navegação, mesmo das embarcações muito precárias, além da grande abundância de alimentos, favoreceu a permanência destas populações nestes locais.

Sendo a indústria naval uma atividade econômica que tem, por sua própria natureza, a necessidade básica de ser implantada em corpos d'água abrigados, que possuam profundidades suficientes para o trânsito de grandes embarcações (maior calado), as regiões de baías e estuários sempre serão considerados os locais mais adequados para este tipo de empreendimento por apresentarem estas características.

A presença da Baía de Todos os Santos com águas calmas, profundas e abrigadas, além do clima favorável quase o ano todo dá ao Estado da Bahia uma “vocação natural” para atividades desenvolvidas em ambientes marinhos. Ao longo de sua história a BTS, sempre foi uma região importante como local de atrac o dos diversos tipos de embarca es; desde as embarca es a vela que faziam a liga o entre Salvador e as regiões do recôncavo a exemplo dos saveiros, assim como as embarca es de maior

⁵⁹ PCC: Homens primitivos (pr -históricos) denominados pescadores-caçadores-coletores que ocuparam a zona costeira, e cuja subsistência estava baseada na coleta de recursos pesqueiros.

porte, que hoje em dia realizam o transporte de cargas entre a Bahia e outras regiões do Brasil e do mundo.

O projeto de reativação da indústria naval baiana com um estaleiro para construir navios e plataformas, e realizar manutenção, reparos e consertos, a ser criado na região de Maragogipe, com toda certeza irá interferir na atividade pesqueira realizada na região. Esta interferência se dará no que se refere à prática da atividade de pesca em si, como também do ponto de vista sócio-econômico-cultural e ambiental das comunidades dos municípios de entorno, principalmente Salinas da Margarida e Maragogipe.

A atividade relacionada com a indústria naval se sobrepõe as atividades de pesca nas suas diversas modalidades. Entre os fatores de influência mais visíveis desta sobreposição, podemos chamar a atenção para alguns que parecem apresentar os maiores potenciais de conflito:

- Mudanças relacionadas à criação de zonas de exclusão e segurança para a navegação, que modificará a rota utilizada pelas embarcações de pequeno porte;
- Impedimento de acesso a locais de pesca antes utilizados, também relacionadas com as zonas de exclusão;
- Redução significativa da produção de peixes relacionada com a fuga das espécies devido ao aumento do ruído, resultado do tráfego de embarcações de grande porte;
- Um aumento nos riscos de acidentes entre as embarcações de grande porte e as embarcações de pesca;
- Risco de acidentes com derrames de substâncias químicas (e.g. derrame de combustível) causando a mortandade dos organismos, impedindo a atividade de extração.

Do ponto de vista das sobreposições menos visíveis, alguns pontos de potenciais conflitos serão detectados apenas em médio prazo entre estes destacamos:

- Riscos de contaminação do ambiente por substâncias tóxicas ou resíduos de metais utilizados nas atividades de construção e manutenção de embarcações e plataformas (e.g. contaminação por tintas navais anti-incrustantes); estes poluentes podem impedir a utilização deste pescado devido a problemas de contaminação química (bioacumulação);
- Aumento significativo no risco de introdução de espécies exóticas que pode resultar em extinção das espécies nativas menos resilientes, comprometendo a estrutura trófica das comunidades e podendo resultar na queda da produção pesqueira;
- Aumento da quantidade de esgotos domésticos relacionado com o aumento populacional resultante da chegada de novas pessoas para a região poderá reduzir a qualidade dos ambientes estuarinos e introduzindo patógenos comprometendo a sanidade do pescado da região, inviabilizando o seu consumo;
- Aumento do esforço de captura devido à entrada de novas pessoas na atividade de pesca.

Este aumento ocorrerá por que a implantação de um projeto deste porte cria expectativas na região como um todo, atraindo um grande número de pessoas que vão em busca de uma colocação no mercado formal. Boa parte destas pessoas não será absorvida, devido aos mais diversos fatores (ausência de qualificação; limitação dos postos de trabalho;

priorização da absorção da mão de obra dos municípios sede do empreendimento) e a atividade de coleta e pesca será uma das alternativas de sobrevivência para estas pessoas.

Apesar das sobreposições entre as atividades da industrial naval e a pesca, é importante deixar claro que a não implantação da indústria naval, não garante a manutenção da atividade de pesca de maneira sustentável, nem a manutenção dos recursos pesqueiros.

Nos últimos 40 anos, os intensos esforços de pesca associados com a degradação dos ambientes costeiros resultaram em um decréscimo da produtividade de pescado em todas as regiões do mundo. As medidas de manejo aplicadas até então não foram suficientes para manter os recursos em um limite sustentável de captura. A degradação dos ambientes costeiros também é um fator importante na depleção dos estoques.

A situação da produtividade pesqueira na Baía de Todos os Santos é semelhante à situação geral mundial, onde os estoques apresentam sinais de depleção, tais como a redução dos tamanhos dos indivíduos, redução no peso capturado e antecipação da maturação sexual. A baixa produtividade resulta numa baixa condição de sobrevivência dos pescadores e marisqueiras que têm na atividade de pesca extrativa sua principal fonte de sustento.

Além da degradação ambiental, a ausência de uma economia mais aquecida dificulta a ocupação formal e favorece a entrada de novas pessoas na pesca extrativa, levadas a exercer esta atividade devido à ausência de trabalho em outras atividades. O intenso esforço de captura potencializa a depleção dos estoques, reduzindo automaticamente a possibilidade de uma pesca sustentável.

Diante do exposto acima devemos ressaltar que a revitalização da economia regional, se bem estruturada e implantada, pode atuar como mola propulsora no desenvolvimento das comunidades pesqueiras, estimulando a formação de empreendimentos sociais baseados na economia solidária, com forte caráter associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços. A criação de formas alternativas de crédito e poupança, desenvolvimento de capacidades científicas por meio de pesquisas e técnicas adequadas às necessidades destas comunidades pode resultar na formação de redes que possibilitem o desenvolvimento de parcerias, fundamentais para o desenvolvimento destes pequenos empreendimentos.

Alguns exemplos no desenvolvimento destes empreendimentos solidários já são vistas no estado da Bahia. Dentre estas destacamos como dois bons exemplos deste modelo econômico, a COOPERCUC- Cooperativa de Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (vide link <http://www.coopercuc.com.br/>) que beneficia e comercializa doces produzidos com frutas típicas da caatinga. O sucesso desta cooperativa é baseado principalmente na qualidade dos seus produtos, o que possibilita sua venda, inclusive para fora do Brasil, garantindo um rendimento que realmente sustente os associados fazendo-os permanecer e trabalhar com entusiasmo em seus próprios negócios.

Outro exemplo interessante é a APAEB - Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira. Esta cooperativa produz tapetes e carpetes de sisal (<http://www.apaeb.com.br/>), e é responsável por mais de 900 empregos gerados diretamente, movimentando milhões de reais na economia local, em forma de salários e compra de matéria-prima dos agricultores da região sisaleira. Da mesma maneira que

ocorre com a Coopercuc, o grande diferencial desta associação está na qualidade de seus produtos e no profissionalismo de gestão.

Algumas comunidades da BTS já possuem na sua cultura a tradição de produzir alguns artigos artesanais, a exemplo das rendas produzidas em Saubara, ou doce de banana típico da Ilha de Maré. Estes produtos, se bem elaborados, com boa qualidade e acabamento podem ser comercializados por valores que sejam suficientes para garantir o entusiasmo dos cooperados, favorecendo a manutenção da cultura, as tradições e a permanência dos mesmos na cooperativa.

Deve aqui ficar claro que, não é somente o estabelecimento de um modelo econômico alternativo que garantirá a manutenção da tradição pesqueira, mas com toda certeza, este modelo alternativo pode influenciar positivamente na redução do esforço de pesca, tendo em vista que, caso consigam obter renda em outras atividades econômicas que também lhe são tradicionais, parte das mulheres que estão atualmente na atividade pesqueira e de mariscagem irão mudar de ocupação para um trabalho menos sofrido e mais rentável que a pesca. Este fato pode colaborar para a redução no esforço de captura que se refletirá em uma recuperação mais acelerada dos estoques explorados.

A participação das comunidades na identificação de suas vocações tradicionais é condição fundamental para o sucesso deste modelo econômico. Além disso, a gerência de suas próprias associações possibilita o processo de democratização econômica e valorização da auto-estima destas comunidades.

Diante disso, podemos inferir que, em uma região de tamanha fragilidade sócio-econômica, cultural e ambiental, como a região de Maragojipe, a implantação de uma indústria naval pode direcionar a região para duas situações opostas;

- a) Se esta implantação for bem elaborada tomando todos os cuidados possíveis em relação aos fatores ambientais, culturais e econômicos, assim como na preparação na sociedade para a recepção desta nova dinâmica econômica, acreditamos que seja possível colher resultados positivos no que diz respeito a melhoria das condições de vida das comunidades pesqueiras, e a manutenção da atividade de pesca com suas características e valores culturais;
- b) Por outro lado, caso a implantação de uma indústria naval deste porte, em espaços físicos utilizados tradicionalmente para atividades de pesca artesanal, seja feita de forma "atropelada" sem a participação dos atores locais, esta intervenção poderá expor as comunidades pesqueiras a um processo de desagregação social, associado com o colapso dos recursos naturais gerando um passivo ambiental e social de difícil remediação.

5.3.4. Uso e Ocupação do Solo

5.3.4.1. Organização espacial na região do Recôncavo Baiano

A montagem da estrutura econômico-espacial do Recôncavo baseou-se no cumprimento de uma economia comercial direcionada ao sistema capitalista de produção, tendo como vetor a plantação extensiva da cana-de-açúcar para o fabrico do açúcar no engenho, para exportação. Apesar da importância dessa atividade econômica, o sistema produtivo do Recôncavo não possuía uma estrutura uniforme, mas sim um sistema diversificado, alguns se relacionando, outros em processo de redistribuição econômico-espacial (SEPLANTEC/CONDER, 1975)⁶⁰.

As atividades econômicas paralelas e complementares foram as de produção de fumo, de farinha de mandioca, de frutas, de verduras, dentre outras. A produção fumageira desenvolveu-se juntamente com os engenhos de açúcar, com a utilização de mão-de-obra escrava, adquirindo uma importância econômica e social similar a da economia açucareira colonial. O fumo teve sua comercialização com o exterior desde o século XVI, mas o ápice da produção ocorreu nos séculos subseqüentes.

As cidades de Cachoeira e São Félix constituíram-se em importantes unidades urbanas, fruto da produção da atividade fumageira, que se efetivou em solos de baixa fertilidade em direção ao interior e ao longo do curso do rio Paraguaçu, enquanto as cidades de Nazaré e Maragogipe se tornaram centros produtores da farinha de mandioca.

Em fins do século XVIII, e principalmente no século XIX, a estrutura econômica do Recôncavo começou a sofrer um vertiginoso processo de decadência, em virtude das mudanças das políticas econômicas no cenário nacional e mundial. No plano interno foi determinante a perda da hegemonia da cultura canavieira, em decorrência da descoberta do ouro e diamante das Minas Gerais, deslocando para a região Sudeste do país o centro econômico e a capital da colônia.

No plano internacional, a perda de mercado para o açúcar de beterraba produzido nas Antilhas, com tecnologia mais avançada conferindo ao produto melhor qualidade, deixou a Holanda na liderança mundial do mercado deste produto, levando ao fim da exclusividade colonial portuguesa. A abolição da escravidão transformou ainda mais as estruturas produtivas do Recôncavo (BAHIA VIVA, 2001)⁶¹.

O século XX, a partir da década de 40, caracterizou-se pelo declínio da economia agrária, e por novas transformações espaciais no Recôncavo. A política de expansão urbana consolidou estradas, permitindo o surgimento de redes de transportes que inverteram a importância das cidades da região. Cidades antigas como: Santo Amaro, São Félix e Cachoeira diminuíram seu prestígio, em função da emergência de centros ao longo dessas estradas (como Cruz das Almas) que atendiam aos novos anseios econômicos.

Segundo Santos (1959)⁶², nessa década, deu-se o início de uma nova fase na história do Recôncavo, com a implantação de uma rede de estradas de rodagem; a

⁶⁰ SEPLANTEC/CONDER - Estudos Básicos para o Projeto Agropecuário do Recôncavo: *Caracterização Geral da Problemática Agropecuária do Recôncavo*. Tomo I, Salvador-Ba, 1975, 68p.

⁶¹ BAHIA VIVA, Fundação - *Diagnóstico Ambiental da APA da Baía de Todos os Santos*. Vol. (I-IV), Salvador-Ba, 2001.

⁶² SANTOS, M. - *A Rede Urbana do Recôncavo*. Salvador, Junho 1959, 52P.

complementação de uma verdadeira rede de estradas de ferro; o agravamento da decadência das lavouras de fumo e da cana-de-açúcar; e o crescimento da população de Salvador e a elevação dos seus padrões de vida, exigindo um abastecimento numeroso e animando o desenvolvimento de novas regiões de produção alimentar.

A conjuntura espacial do Recôncavo, uma das áreas de ocupação mais antigas do país, registrou mudanças ainda mais expressivas, a partir da década de 50, com a transição da economia tipicamente agrícola, para estruturas produtivas cada vez mais complexas. A instalação da Petrobras, em 1954, do Centro Industrial de Aratu (CIA) em 1960, e do Pólo Petroquímico de Camaçari em 1970, provocou uma reorganização territorial, fruto de uma política nacional de industrialização para o nordeste brasileiro (SEI, 1987). Como conseqüência, a região do Recôncavo debateu-se com uma nova realidade, de um espaço dinâmico para um espaço de declínio e estagnação, com repercussões na qualidade de vida da população e na organização do espaço regional.

Desta forma, os municípios de Maragogipe, Saubara e Salinas da Margarida estão inseridos nesse contexto, em que a falta e/ou deficiência de políticas de planejamento territorial contribuem para o marasmo sócio-econômico-espacial destes municípios.

Em Maragogipe, o processo de produção e de organização de seu espaço decorreu das mesmas estratégias de uso e ocupação das terras dos outros municípios do Recôncavo, ou seja, o objetivo era o de ocupar e tornar produtivas as terras do entorno de Salvador.

Nesse contexto, os portugueses por volta de 1520, quando de suas incursões pelo rio Paraguaçu, na exploração de suas terras marginais, deslumbraram-se com as riquezas naturais e a facilidade de acesso das embarcações marítimas e resolveram ocupar e fixar residência nas terras do Marag-gip⁶³. Assim ocorreu o início do povoamento, com a extração de madeira, a plantação de cana-de-açúcar e a produção de farinha de mandioca.

O processo de produção e de organização espacial ganha importância com as atividades agro-exportadoras, permitindo que o povoado seja levado à categoria de Freguesia em 1640, com a denominação de São Bartolomeu do Maragogipe, pelo bispo Dom Pedro da Silva Sampaio.

No ano de 1724, foi elevada à categoria de Vila e, em 1850, já recebia foros de cidade, repercussões de um período dinâmico não só para Maragogipe, como para o Recôncavo de maneira geral.

No final do século XIX, a cidade de Maragogipe sofreu seu primeiro período de declínio econômico, devido à queda da atividade açucareira, bastante afetada pela extinção do trabalho escravo e pelo surgimento de entrepostos comerciais mais bem localizados em relação ao sistema de transportes (REIS *et. al.*, 1998)⁶⁴.

Segundo Reis *et. al* (1998), quando Maragogipe ficou fora do principal eixo de transportes do Estado, as suas relações terrestres se restringiram ao município de São Félix ,

⁶³ A palavra Marag-gip, para uns significa braços invencíveis no idioma tupi, referência aos indígenas por nunca se deixar subjugar; mas para outros, o seu real significado é rio dos mosquitos, no que há lógica, pois em áreas próximas ao mangue existe uma grande incidência desses insetos.

⁶⁴ REIS, A . *et al* – *Plano de Desenvolvimento Turístico de Maragogipe*. Monografia do Curso de Pós-Graduação em Planejamento e Marketing Turístico, SENAC/CET, Salvador, 1998.

enquanto que a sua comunicação com Cachoeira e Salvador ocorria por meios de barcos a vela e por meio de uma unidade da Companhia Baiana de Navegação que não possuía a mesma agilidade dos trens da estrada de ferro.

O novo impulso econômico de Maragogipe deu-se no início do século XX, pela instalação de fábricas de charutos Danneman e Suerdieck, dando dinâmica à economia local e, conseqüentemente, permitindo-lhe um desenvolvimento social.

A indústria fumageira se transformou no alicerce de sua economia, mas com o fechamento das fábricas, os problemas sócio-econômicos afloraram novamente, levando à perda de receitas por parte do município, assim como o desemprego se alastrou, pois grande parte da população trabalhava nesse setor.

Atualmente, a estrutura espacial baseia-se em atividades produtivas bem menos expressivas, como a agricultura comercial, com o cultivo de amendoim em casca com 767 toneladas/ano, banana com 1.480 toneladas, coco-da-baía com produção em torno de 950 mil frutos ano, dados do censo agropecuário do IBGE de 2007. Associada a esta atividade a pecuária é também uma atividade de relativa importância com rebanhos de bovinos, com efetivo de 20.060 cabeças, suínos com 2.755 cabeças e eqüinos com 1.907 cabeças.



FIGURA 5.3.4- 1 – Criação de gado no Município de Maragogipe.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

A pesca se constitui em outra atividade de significativa relevância, principalmente, para as populações ribeirinhas que retiram sua subsistência e rendimento durante todo o ano.

Em relação ao município de Saubara, o qual foi desmembrado do município de Santo Amaro pela Lei 5.007 de 13 de junho de 1989, foi, inicialmente, uma freguesia conhecida pelo nome de São Domingos de Saubara. Portanto, o seu contexto histórico-geográfico está, intimamente, ligado ao processo de organização espacial do município Santo Amarense.

É importante ressaltar que Santo Amaro teve um sistema produtivo complexo e diversificado, baseado na produção e escoamento da cana-de-açúcar, aglutinando no seu espaço uma expressiva mão-de-obra, principalmente, a escrava. Todo esse dinamismo contribuiu para que o município fosse um dos mais importantes núcleos urbanos do Recôncavo.

Emancipado, Saubara é um município que se baseia em uma estrutura agrícola e extrativista, que é a pesca. Na agricultura predomina, de acordo com base nos dados do IBGE de 2007, o cultivo de banana com 180 toneladas, coco-da-baía com 114 mil frutos, além da pecuária com a criação de bovinos em torno de 3.074 cabeças efetivas, galos e frangos com 14.460 cabeças e ovinos com 364 cabeças. O turismo e o veraneio são fatores que também contribuem para a economia do município, mas precisamente nas localidades de Cabuçu e Bom Jesus dos Pobres, onde um grande número de pessoas passam a freqüentar essas localidades durante o verão (**FIGURAS 5.3.4-2 e 5.3.4-3**).



FIGURA 5.3.4- 2– Banhistas no mar de Cabuçu.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.



FIGURA 5.3.4- 3 – Fachada das casas de veraneio em Cabuçu.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

O município de Salinas da Margarida tem uma importância singular na atual configuração territorial do Recôncavo, em função do desenvolvimento da carcinicultura, como pode ser visto na **FIGURA 5.3.4-4**.



FIGURA 5.3.4- 4– Produção de camarão em cativeiro.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

O seu processo de organização espacial desse município esteve estritamente ligado à história de Maragogipe e Itaparica, já que o território que pertence a Salinas da Margarida pertenceu a estes dois municípios. A emancipação foi feita pela Lei 1.755 de 27 de julho de 1962.

A base econômica de Salinas da Margarida se dá pela atividade pesqueira, ou seja, a prática da pesca artesanal com mercado consumidor na maior parte local. A agropecuária é também uma atividade importante para o município, onde o cultivo de coco-da-baía com 200 mil frutos/ano, abacaxi com 150 mil frutos/ano e a criação de bovinos com 715 cabeças, galos e frangos com 2.615 cabeças e galinhas com 2.210 são os produtos mais comercializados (IBGE, 2007).

Dessa maneira, encontra-se a atual conjuntura espacial do Recôncavo, um espaço bastante diferente da época do seu apogeu econômico, onde havia uma diversidade de atividades produtivas que visavam o mercado agroexportador. Hoje, o dinamismo econômico se resume atividades primárias e extrativistas de pequena importância econômica, a qual simplesmente, só atende ao mercado local, a exceção de alguns pontos regionais em que a atividade petrolífera promove uma mobilidade social, econômica e espacial.

O uso e ocupação do solo atual

O resultado desta dinâmica espacial, ao longo de cinco séculos de história se reflete diretamente no uso e ocupação do solo dos municípios em destaque (Maragogipe, Saubara e Salinas da Margarida), que pode ser definido como o conjunto das atividades e processos individuais de produção e reprodução de uma sociedade, combinadas com seus padrões ou tipos de assentamento, do ponto de vista da regulação espacial. Pode-se dizer que o uso do solo é o rebatimento da reprodução social no plano do espaço.

O uso do solo é, por tanto, uma combinação de um tipo de uso (atividade) e de um tipo de assentamento (edificação/propriedade) admitindo uma variedade tão grande quanto às atividades da própria sociedade.

As áreas antropizadas evidenciam uma sucessão de atividades econômicas (**FIGURA 5.3.4-5**) que conferiram características díspares com relação aos remanescentes de vegetação de porte arbóreo.



FIGURA 5.3.4- 5 – Áreas antropizadas. Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Para a agricultura se verificou um grande número de lavouras destinadas a produção de mandioca (**FIGURA 5.3.4-6**) e também o cultivo de coco e banana nos quintais ou nas proximidades das casas, basicamente voltados para a subsistência ou para o pequeno comércio local (**FIGURA 5.3.4-7**).



FIGURA 5.3.4- 6 – Áreas agrícolas para o cultivo de mandioca. Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.



FIGURA 5.3.4- 7 – Áreas agrícolas voltadas para a subsistência.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Destaca-se também a presença de áreas de manguezais, e de áreas destinadas a carcinicultura (**FIGURA 5.3.4-8**). Esta última conflita diretamente com a primeira, pois a criação de espécies exóticas e empreendimentos situados próximos uns dos outros, podem vir a constituir uma pressão negativa sobre o ecossistema de manguezal, pela

ação de vírus e bactérias, assim como pelos efluentes dos cultivos que são despejados nos rios e mangues, com altas taxas de nutrientes e demais produtos químicos e farmacológicos, como antibióticos e fungicidas.



FIGURA 5.3.4- 8 – Área de Manguezal no Município de Saubara. Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Além disso, o impacto da construção de tanques sobre a produtividade estuarina com a substituição dos manguezais deve apontar para um efeito sinérgico sobre a produtividade costeira, com conseqüências diretas à economia e à sociedade (SHAFFER-NOVELLI, 2001)⁶⁵. As fazendas de camarão são localizadas em sua maioria no município de Salinas da Margarida.

⁶⁵ SCHAEFFER-NOVELLI, Y. *Manguezais*. Rio de Janeiro: Ática, 2001.



FIGURA 5.3.4- 9 – Área destinada à criação de camarões em cativeiro.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Para determinar as fitofisionomias presentes na poligonal prevista para a implantação do empreendimento, foi elaborado mapa específico com base em fotointerpretação de imagem de satélite de alta resolução, sobrevôo da área e visitas locais na ADA para a realização de estudos fitossociológicos.

Os levantamentos foram focalizados nas áreas de intervenção, isto se justifica na medida em que a área de intervenção será a que sofrerá alterações diversas na fase de implantação do empreendimento. Já as áreas de influência direta são adjacentes às áreas de intervenção, e poderão funcionar como áreas receptoras de fauna resgatada e/ou afugentada pelas ações de supressão de vegetação nas áreas de intervenção, além de outros impactos diretos.

O **QUADRO 5.3.4-1** apresenta a área (em hectares) ocupada pelas diversas formas de cobertura do solo na área de interesse para implantação do Estaleiro do Paraguaçu.

- **Ponta do Corujão** – esta área se caracteriza pela topografia relativamente plana, com fitofisionomia alterada por cultivos e áreas antropizadas. Apresenta alguns remanescentes de matas, extensos apicuns e manguezais acompanhando o curso do Rio Baetantã.

A **FIGURA 5.3.4-10** indica a distribuição dos tipos de uso e ocupação do solo no interior do polígono que delimita o empreendimento na Ponta do Corujão;

QUADRO 5.3.4- 1 – Cálculo das áreas estimadas em hectares para os diversos tipos de fitofisionomias, no interior do polígono previsto para implantação do empreendimento (Ponta do Corujão).

Tipos de Cobertura	Classe	ÁREA (hectares)
		Ponta do Corujão
Área Antropizada	Aa	18,40
Mata Paludosa	Mp	19,50
Floresta Ombrófila em Estágio Médio de Regeneração	Flm	16,21
Mata de Restinga	Mr	14,41
Floresta Ombrófila em Estágio Inicial de Regeneração	Fli	50,21
Floresta Ombrófila em Estágio Inicial a Médio de Regeneração	Flim	17,08
Manguezal	Mg	16,00
Solo Exposto	Se	3,09
Total		154,9

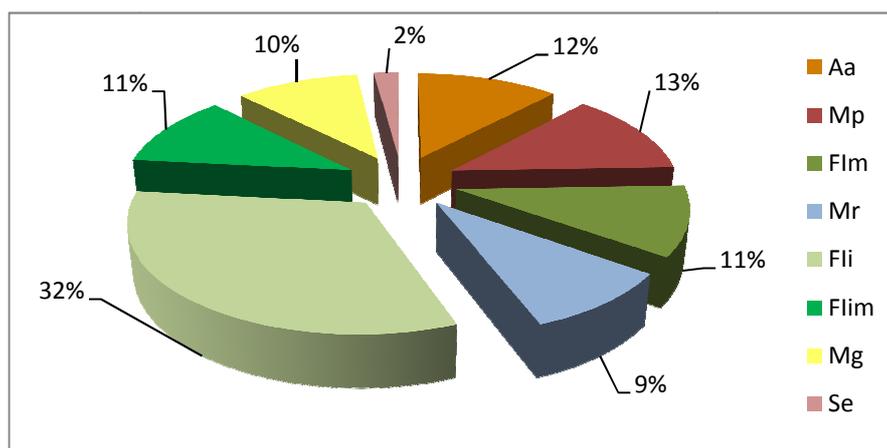


FIGURA 5.3.4- 10 – Distribuição dos tipos fitofisionomias do terreno no polígono que delimita o empreendimento situado na Ponta do Corujão.

O **ANEXO 5.3-7** apresenta o Mapa de Uso e Ocupação do Solo, que foi elaborado em escala local, sendo representado para a Ponta do Corujão.

5.3.4.2. Compatibilização do empreendimento com o zoneamento de uso e ocupação do solo

Atualmente, segundo o zoneamento proposto pelo PDDU do município de Maragogipe, a ADA está situada nos seus extremos norte e oeste, dentro de uma Zona de Proteção Rigorosa – ZPR, enquanto a parcela leste e sul está numa Zona de Proteção Permanente - ZPP. Contudo, a prefeitura de Maragogipe está neste momento preparando a revisão do PDDU, dentre as quais consta a alteração da classe de ocupação da área onde está prevista a implantação do Estaleiro do Paraguaçu, na Ponta do Corujão, que

deverá ser modificada, de modo a possibilitar a implantação de empreendimentos industriais.

A prefeitura de Maragogipe também declara explicitamente a anuência para o projeto na área pretendida, desde que as medidas cabíveis de proteção socioambiental sejam adotadas, conforme pode ser visto no **ANEXO 5.3-8**.

Identificação de conflitos

Ao longo da história da ocupação da região estudada há diversos registros de conflitos decorrentes de relações de poder e territorialidade. O Vale do Paraguaçu, habitado pelos índios tupinambás, começou a ser ocupado pelos colonizadores portugueses a partir da segunda metade do século XVI, principalmente durante o governo de Mem de Sá. A resistência indígena foi grande e longa foi a luta contra os colonizadores que queimaram mais de 100 aldeias durante a chamada Guerra do Paraguaçu, e aí se instalaram, com os primeiros agrupamentos surgindo na área do Iguape.

Atualmente ainda existem problemas dessa ordem, como o que vem ocorrendo no processo de titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de São Francisco do Paraguaçu e os fazendeiros da região.

Em 2007, fazendeiros da área de São Francisco do Paraguaçu questionaram na justiça o Decreto 4.887/2003 — que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos — alegando sua inconstitucionalidade e solicitando ao INCRA que parasse de emitir títulos. Alegaram, também, indícios de fraude na emissão da certidão de auto-reconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares.

A justiça acatou o pedido dos fazendeiros e suspendeu, liminarmente, o procedimento de titulação da comunidade e a Fundação Cultural Palmares entrou com um pedido de suspensão da liminar, tendo em vista manter a validade das titulações emitidas.

Embora a justiça ainda não tenha se pronunciado sobre o mérito da ação — que é o pedido para anular o processo de titulação em trâmite no INCRA — a Fundação Cultural Palmares (FCP) acredita na decisão favorável à comunidade e reitera seu objetivo de defender as comunidades tradicionais que ainda se encontram marginalizadas. Com base na decisão judicial que voltou a permitir o processo de titulação da área, o INCRA publicou no Diário Oficial, de 18 de dezembro de 2007, o estudo de delimitação e demarcação da área da comunidade do Paraguaçu.

Desde 2005, quando houve o reconhecimento da comunidade como remanescente quilombola pela FCP, os conflitos com os fazendeiros da região se intensificaram com a denúncia de ocorrência de diversas formas de violência contra a comunidade, tais como a destruição das roças, dos barracos e da sede da associação; invasões de residência pela polícia; restrições ao trânsito dos comunitários; ameaça de morte de adolescentes, além de perseguições armadas. Segundo denúncia dos quilombolas, em vários desses atos, os fazendeiros contaram com a colaboração de agentes públicos e policiais militares. Contudo, a justiça federal acabou por manter a decisão liminar da Justiça Estadual, o que veio agravar a situação de conflito entre os fazendeiros e as comunidades quilombolas.

É necessário ressaltar também que a Fundação Cultural Palmares, no ato da emissão da certidão de auto-definição, cumpre o que determina a Convenção nº 169, da OIT, e o Decreto n.º 4887/2003, que assim consideram remanescentes de comunidades quilombolas: grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida e atestadas mediante auto-definição da própria comunidade.

Empreendimento e o extrativismo

O terreno proposto para a instalação do Estaleiro do Paraguaçu está situado na Ponta do Corujão, as margens do rio Baetantã, a leste do Estaleiro de São Roque. A área é vizinha à localidade de Enseada do Paraguaçu. Trata-se de uma área onde já funciona, nas proximidades, há pelo menos 30 anos, um estaleiro da Petrobras, cuja interferência no ambiente está praticamente circunscrita à Área Diretamente Afetada - ADA, e o seu maior impacto negativo é em relação à alteração da paisagem.



FIGURA 5.3.4- 11 – Vista do Estaleiro de São Roque a partir da comunidade de Enseada.

Durante os trabalhos de campo, não foram registradas reclamações das populações do entorno a respeito de problemas de trânsito e de navegação, embora trate-se de um estaleiro voltado basicamente para plataformas de produção marítimas da indústria de petróleo. A experiência com este empreendimento, já instalado na região, sugere que as inter-relações decorrentes do novo projeto deverão ser de pequeno impacto ou até desprezíveis, principalmente nas rotas de navegação.

O tempo de permanência de navios para manutenção ou para sua construção é longo, representando um aumento muito pequeno e esporádico de trânsito de embarcações de grande porte pelo canal navegável. A navegação local praticamente limita-se a uma pequena atividade turística e, em maior escala, voltada à pesca de subsistência, não havendo a utilização sistemática em rotas da navegação para fins logísticos, ou seja, de qualquer tipo de meio de transporte. Como a atividade da pesca pode ser realizada ao

longo de todo o rio Paraguaçu, a implantação do Estaleiro do Paraguaçu na foz do rio não provocará um impacto representativo nessa atividade local.

As atividades de pesca sofrerão restrições apenas nas áreas limítrofes ao terreno do estaleiro, por questões de segurança, mas, da mesma forma como ocorre em São Roque, o novo estaleiro não deverá prejudicar as atividades que podem ser realizadas nas proximidades.

Deve-se considerar ainda que a área proposta para o empreendimento não é utilizada pela população para a coleta de mariscos. O empreendimento, portanto, não acarretará restrições em relação a esta atividade.

O extrativismo de piaçava, dendê e outros materiais que eventualmente possam ser feitos na área do empreendimento possivelmente sofrerão restrições, mas, nos depoimentos dos moradores de Enseada, vizinha ao terreno em estudo, o extrativismo desses materiais não é realizado há pelo menos 2 anos, podendo ser encontrado na área de estudo frutos de dendê em estágio de decomposição.



FIGURA 5.3.4- 12 – Frutos de dendê em decomposição.



FIGURA 5.3.4- 13 – Frutos de dendê em decomposição.

De todo modo, existem inúmeras alternativas para a atividade extrativista nas áreas do entorno que não serão afetadas pelo empreendimento.

A atividade produtiva agrícola da região é baseada no trabalho familiar, de subsistência, havendo a cooperação entre diferentes grupos domésticos no uso comum dos recursos naturais, sem a necessidade da utilização do rio como meio de escoamento da produção para outras localidades, de forma que a implantação do empreendimento não tende a gerar nenhum tipo de conflito com estas atividades existentes.

Quanto ao uso turístico, assim como as atividades de lazer, tendem, em parte, a ser incrementadas com a chegada do novo empreendimento, pois melhores condições sociais e de infraestrutura serão criadas, possibilitando uma maior atratividade e aproveitamento turístico, tendo em vista as belezas naturais próprias da região. Portanto, nestes aspectos, também, não se consideram eventuais conflitos decorrentes da implantação do empreendimento no uso do ambiente a ser afetado.

Sociedade Civil e Pólo Naval

Alguns movimentos sociais, grupos ambientalistas, setores mais atuantes da igreja católica da região, como o Gambá, o grupo Gérmen, a Comissão Pastoral da Pesca, o Conselho da Reserva Extrativista do Iguape, o Greenpeace, dentre outros, vêm se articulando para opor resistência à implantação do Estaleiro do Paraguaçu na região. A presença destes grupos não pode ser desconsiderada diante da grande capacidade que dispõem de arregimentar apoios, obter visibilidade e mobilizar a opinião pública.

Segundo Feijó (2006)⁶⁶, a organização da RESEX não decorreu de uma situação de conflito de classe social e não se configura ainda como tal. Sua origem não contou com uma mobilização popular e sim de arranjos que se deram dentro da própria esfera de produção burguesa, pois,

“En la creación de la Resex del Iguape, los conflictos aún no se muestran claramente como lucha de clases, ya que todavía no se puede percibir la participación de las clases trabajadoras. No hubo aquí una reivindicación oriunda de los trabajadores, ni fue La creación de la Resex una respuesta a conflictos sociales instalados. La Resex del Iguape surgió de anhelos particulares de líderes locales que buscan en la Resex un camino de ampliación y manutención de su esfera de poder. Los conflictos que desde ahí surgieron son todavía conflictos de poder entre esos líderes y otros, que buscan revertir las motivaciones originales de la Resex hacia un espacio democrático que permita el ingreso de los trabajadores en los debates, lo que puede ser un camino para la instauración de conflictos entre clases y no solamente intraclases”.

De fato, tal perspectiva de conflito não figura no imaginário da população local e tampouco na de algumas lideranças dos movimentos sociais e associações da região consultados, para quem a RESEX tem uma conotação mais pragmática, voltada muito mais para a sobrevivência cotidiana do que a formas de identificação e conscientização política.

A grande maioria dos moradores entrevistados, em todos os municípios, se mostrou receptiva⁶⁷, totalmente ou com alguma ressalva, à vinda de projetos industriais para a região.

TABELA 5.3.4- 1 – Média de Aprovação do Empreendimento por Município.

Município	Média	Desv. Padrão
Maragogipe	1,29	1,083
Saubara	1,27	1,008
Salinas	1,07	1,153
Cachoeira	1,50	,756
Total	1,25	1,070

Os moradores consultados acreditam que a instalação de um estaleiro criará empregos e que será um importante elemento para o desenvolvimento local, mas se mostraram receosos quanto aos impactos ambientais que possam resultar destas iniciativas. Estes observam que uma construção deste porte poderá prejudicar a costa, dificultando ainda mais a atividade de pesca e coleta de mariscos, e enfatizam que devem ser criadas formas de monitoramento e controle eficaz das atividades para evitar prejuízos ao ambiente.

O aumento da violência como consequência direta da vinda de empreendimentos industriais para a região também está na pauta das discussões da população estudada. Os moradores acreditam que o desenvolvimento é responsável pelo aumento do tráfico e

⁶⁶ Feijó, Glaucio Vaz (2006) *La creación de la Reserva Extractiva Marina de la Bahía de Iguape: territorio de conflictos*. Colección Monografías, Nº 30. Caracas: Programa Cultura, Comunicación y Transformaciones Sociales, CIPOST, FaCES, Universidad Central de Venezuela. 49 págs. Disponible en: <http://www.globalcult.org.ve/monografias.htm>.

⁶⁷ Esta aprovação obteve uma média de +1,25 numa escala que varia de -2 a +2. O desvio padrão é de 1,070.

Fonte: Pesquisa de Campo, junho 2009.

uso de drogas e de assaltos, embora estas ocorrências policiais já sejam bastante comuns atualmente.

De uma forma geral, com a implantação do empreendimento, considerando-se a estrutura de uso e ocupação do solo da área de influência, os possíveis conflitos que poderão surgir são, eminentemente, no âmbito territorial, onde diferentes agentes territorializam-se nas áreas tradicionais de pesca, o que leva à disputa pelos territórios articulados. Esses agentes são principalmente:

- a) **Aqüicultores** – Sejam eles grandes produtores individuais ou empresas, a prática de criação de peixes em cativeiro (piscicultura) ou de camarões (carcinicultura) tem se mostrado bastante conflitante com a pesca artesanal. A aqüicultura insere-se numa lógica diferenciada da pesca artesanal, na qual predomina o protagonismo do saber do pescador através de toda uma cultura de pesca, enquanto, naquela, o que tem prevalecido são os interesses privados do capital hegemônico.
- b) **Estado** – Através de suas políticas, tem favorecido a aqüicultura em detrimento da pesca artesanal. Mesmo assumindo um discurso favorável à pesca artesanal, sua atuação vem potencializando o cultivo controlado de peixes em marés, rios ou açudes públicos, orquestrado pela Política de Cessão de Águas Públicas da União, que consiste em última instância, na privatização da água. É um processo complexo, que comporta questionamentos de ordem social, econômica e ambiental.
- c) **Proprietários Fundiários** – Com a valorização espacial das áreas marginais de rio e mar, os pescadores têm sido levados a deixar seus territórios, através da expansão das grandes propriedades e da atividade turística litorânea. Como o acesso à água relaciona-se com o acesso a terra, a questão dos pescadores artesanais insere-se na complexidade da questão agrária brasileira e Baiana, especificamente.
- d) **Pescadores Artesanais** – Historicamente, marginalizados e, atualmente, articulados em Movimento Social, esses agentes vêm traçando estratégias para garantir a manutenção dos seus territórios de pesca. Tais estratégias se dão de forma inter-escalar, perpassando desde ações locais, até ações no âmbito estadual e nacional.

5.3.4.3. Áreas Urbanas do Entorno do Empreendimento

Este item caracteriza as áreas urbanas do entorno do empreendimento, com mapeamento das vias de acesso ao empreendimento (parte terrestre) e aglomerados populacionais.

Na área do entorno de implantação do empreendimento, a infraestrutura de acesso e a dinâmica espacial são condizentes com a atual conjuntura que se insere a região do Recôncavo Baiano.

Inserida em um contexto de estagnação social e econômica, fruto do declínio de atividades agroexportadoras que outrora era dominante na Área de Influência (AI) do empreendimento, como a produção de cana-de-açúcar e do fumo. Associada também a

ausência e/ou carência de políticas governamentais mais eficazes e direcionadas as particularidades da região, a atual configuração viária reflete esse panorama produtivo, o qual necessita de adequação diante da nova proposta econômica para a região.

As características das vias de acesso que convergem para AI do empreendimento seja pelo sistema marítimo ferry-boat e/ou pela rodovia BR-324 se apresentam como as possibilidades mais rápidas e adequadas para as interações espaciais.

Pelo sistema ferry-boat, a partir do terminal marítimo de Bom Despacho, tem como via escoadora a rodovia estadual BA-001, composta por duas faixas de sentidos opostos (mão dupla), com largura de 7,25 metros e acostamento de 2,55 metros de cada lado (**FIGURA 5.3.4-15**).



FIGURA 5.3.4- 14 – Vista da Rodovia BA-001.



FIGURA 5.3.4- 15 – Vista da Rodovia BA-001.

A rodovia BA-001 apresenta-se em excelente estado de conservação, com nova cobertura asfáltica e bem sinalizada. No seu entorno encontra-se várias localidades, a exemplo de Barra do Gil, Barra do Pote, Barra Grande, dentre outras. Além dessas ocupações é possível identificar na paisagem a presença de densa cobertura vegetal, com espécies de porte arbóreo, como também exemplares da vegetação de mangue.

A importância dessa rodovia é perceptível por permitir a acessibilidade ao município de Salinas da Margarida, via rodovia BA-534 (**FIGURA 5.3.4-17**), sendo o principal acesso terrestre ao empreendimento. A estrada apresenta bom estado de conservação da cobertura asfáltica, exceto em alguns trechos, onde o capeamento já se encontra com desgaste e com presença de buracos. A sua largura é de 6,45 metros com duas faixas de sentido opostos (mão dupla) e não possui acostamento.



FIGURA 5.3.4- 16 – Vista da Rodovia BA-534.

Ao longo da via BA-534 é predominante a presença de vegetação com espécies de porte arbóreo, demonstrando a diversidade natural no entorno da pista (**FIGURA 5.3.4-18**). Além desse aspecto, nota-se uma rarefeita ocupação humana (**FIGURA 5.3.4-19**), geralmente de casas simples e de carência de infraestrutura básica, como esgotamento sanitário e o calçamento das vias de acesso local.



FIGURA 5.3.4- 17 – Presença de vegetação de porte arbóreo.



FIGURA 5.3.4- 18 – Presença de ocupações ao longo da rodovia.

É importante ressaltar que esta estrada permite a ligação com várias localidades no entorno direto e indireto da área de implantação do empreendimento.

Ao acessar o empreendimento, passa-se por algumas localidades do município de Salinas da Margarida e Maragojipe, como Encarnação, Cairu, Barra do Paraguaçu, Enseada do Paraguaçu e São Roque do Paraguaçu.

Localidade de Encarnação

Situada às margens da estrada de acesso ao município de Salinas da Margarida, a localidade de Encarnação pertence ao município de Salinas da Margarida, possui uma infra-estrutura de viária composta por calçamento de pedras (**FIGURA 5.3.4-20**).



FIGURA 5.3.4- 19 – Calçamento da localidade de Encarnação.

A tipologia das casas se caracteriza pela simplicidade, de dois cômodos e banheiro interno, assim como a utilização de fossa séptica para a destinação final dos efluentes.

Localidade de Cairu

A localidade de Cairu é o ponto de ligação entre a BA-534 e a Enseada do Paraguaçu, sendo a sua estrutura urbana bastante similar com a verificada em Encarnação. A **FIGURA 5.3.4-21** retrata a confluência que dá acesso à Enseada do Paraguaçu, com a largura da via variando de 5 a 6,5 metros, não possuindo acostamento.



FIGURA 5.3.4- 20 – Estrada de acesso ao povoado de Enseada do Paraguaçu.

Localidade de Barra do Paraguaçu

No distrito de Barra do Paraguaçu, situado no município de Salinas da Margarida, e na Área de Influência Indireta do empreendimento, a via de acesso que lhe permite o acesso direto se encontra em condições precárias, pois a cobertura asfáltica é quase inexistente, com predomínio de barro e cascalho na pista, além de buracos e falta de sinalização (**FIGURA 5.3.4-22**). A largura da pista é de 5 metros e o acostamento possui 1 metro de cada lado.



FIGURA 5.3.4- 21 – Estrada de acesso à Barra do Paraguaçu.

A paisagem natural do entorno da via é caracterizada pela presença de vegetação e morros mamelonizados. Associado a estes elementos é possível identificar o sistema de gasoduto Manati, da Petrobrás, principalmente um pequeno centro de controle deste duto (**FIGURA 5.3.4-23**).



FIGURA 5.3.4- 22 – Infraestrutura do gasoduto Manati da PETROBRAS.

Na sede do distrito, a infraestrutura é bastante diferente, é comum a presença de calçamento de pedra, com largura de 6,40 metros. Existe uma ponte com largura de 4,30 metros, e uma densa ocupação humana, onde é possível identificar a presença de banhista e pescadores.

Localidade de Enseada do Paraguaçu

A localidade remanescente de quilombolas Enseada do Paraguaçu, situado no município de Maragojipe, tem seu principal acesso a estrada que parte do município de Salinas da Margarida e vai até o distrito de Cairu. Possui uma via de acesso não pavimentada, onde

é comum a presença de barro, areia e cascalho na pista, como também a ausência de qualquer forma de sinalização. A largura da via é de 5 metros e não possui acostamento.

A paisagem predominante no seu entorno é a cobertura vegetal com espécies de porte arbóreo e relevo que apresenta em determinados setores vertentes com inclinações acentuadas (**FIGURA 5.3.4-24**).



FIGURA 5.3.4- 23 – Características do relevo e da vegetação ao longo da estrada de acesso a Enseada do Paraguaçu.

A sede desta localidade, dentre as que estão diretamente ligadas à implantação do empreendimento, é a que apresenta a mais deficiente infraestrutura de acessibilidade viária. A sua pavimentação é inexistente, predomina terreno arenoso, além da presença de capim, juntamente, com a areia (**FIGURA 5.3.4-25**).



FIGURA 5.3.4- 24 – Infraestrutura de pavimentação do povoado.

Em relação ao saneamento básico, segundo informações dos moradores locais, os efluentes domésticos são lançados em sua totalidade nas fossas sépticas.

A comunidade de Enseada do Paraguaçu acessa importantes áreas de manguezal através da Fazenda Corujão, conforme pode ser visualizado no mapa apresentado na **FIGURA 5.3.4-26.**

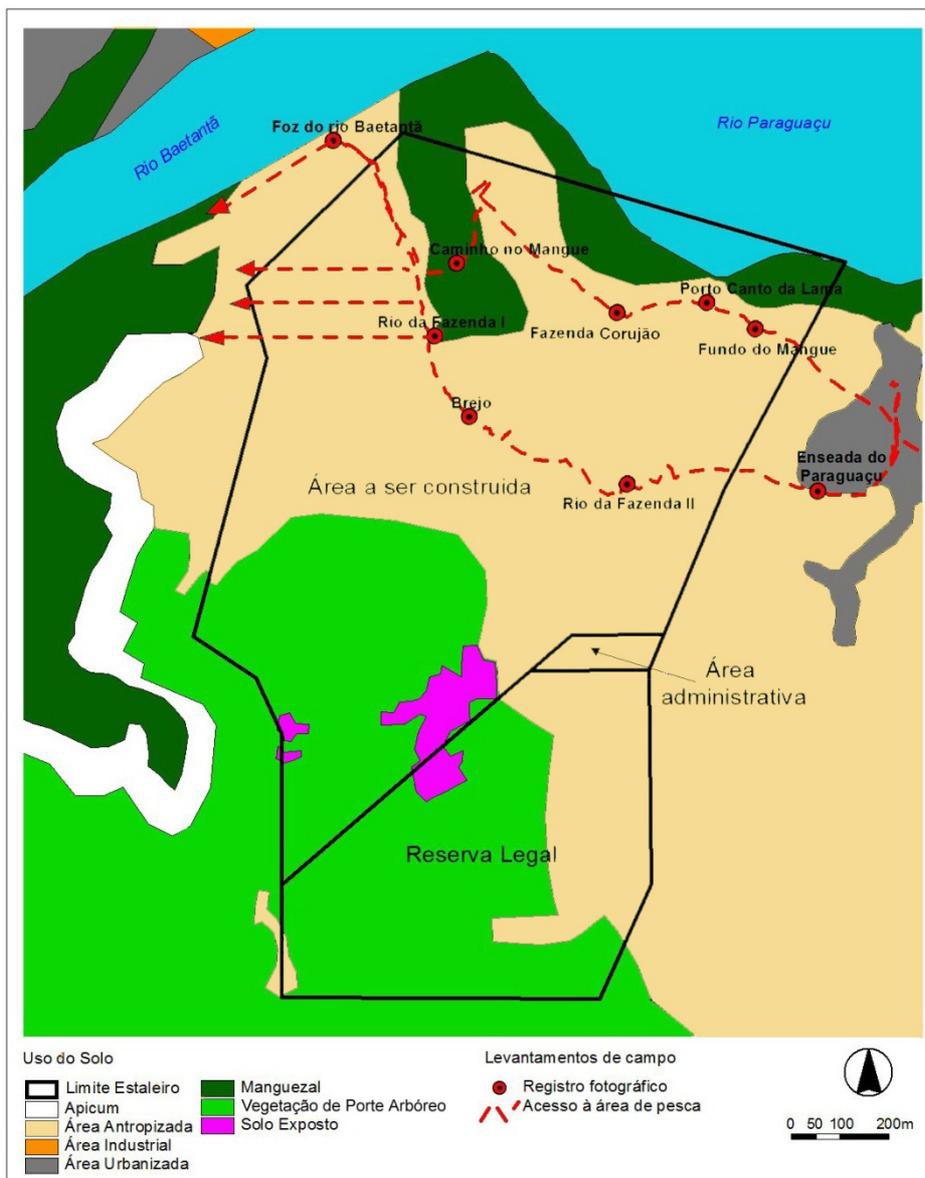


FIGURA 5.3.4- 25 – Mapa de acessos da comunidade de Enseada do Paraguaçu.

Na área do empreendimento a ser construído encontram-se manguezais utilizados pelas marisqueiras (**FIGURA 5.3.4-27**), o porto do Canto da Lama, que a comunidade utiliza como ponto de partida das canoas para o rio Baetantã, áreas de brejo e um rio que corta parte da Fazenda Corujão, chamado pela comunidade de rio da Fazenda.



FIGURA 5.3.4- 26 – Áreas de manguezais utilizadas pelas marisqueiras. A. Fundo do Mangue. B. Caminho no Mangue.

Os pescadores produzem seu território em um meio aparentemente sem divisões e de grande mobilidade, pressupondo uma interação extensa e contínua com a natureza, resultando a partir da sua apropriação, a construção dos territórios de pesca. A apropriação dos espaços obedece a uma dinâmica local própria, da qual surgem às unidades de trabalho utilizadas por cada grupo, denominadas áreas de pesca, que determinam a superfície de atuação dos núcleos / comunidades. A partir da espacialização das áreas de pesca é possível compreender o mosaico inscrito sobre as

áreas de manguezal e verificar os deslocamentos realizados pelos pescadores em busca de melhores recursos (MACHADO, 2007)⁶⁸.

Os portos são as estruturas necessárias ao abrigo e a conexão das embarcações com o continente. A infraestrutura encontrada nos portos ao longo do litoral do município é bastante variada, sendo encontradas rampas, cais de ancoragem feitos de madeira ou concreto para as embarcações maiores, e somente pequenas clareiras na qual os pescadores amarram suas canoas ao mangue, conforme visualizado na Foto 12. Semelhante ao que ocorre com as áreas de pesca, os portos são unidades territoriais estabelecidas historicamente (MACHADO, 2007).



FIGURA 5.3.4- 27 – Porto do Canto da Lama.

Na área, ocorrem ambientes de brejo (**FIGURA 5.3.4-29**), que consistem áreas alagadas permanentemente ou temporariamente (épocas de chuva). Na classificação de vegetação do projeto RADAMBRASIL (IBGE, 1986) os brejos aparecem como áreas pioneiras de influência fluvial.

⁶⁸ MACHADO, Ricardo A. *O meio natural na organização produtiva da população esqueira tradicional do município de Canavieiras/BA*, Salvador, 2007 - Universidade Federal da Bahia – Dissertação de Mestrado.



FIGURA 5.3.4- 28 – Brejo.

O rio da Fazenda (**FIGURAS 5.3.4-30 e 5.3.4-31**) corta a área a ser construída do empreendimento, e apresenta profundidade entre 0,8 e 1,8 metros próximos a foz (jusante), e de 0,3 a 0,6 metros na parte mais alta (montante).



FIGURA 5.3.4- 29 – Rio Fazenda – Jusante.



FIGURA 5.3.4- 30 – Rio da Fazenda – Montante.

Da foz do rio Baetantã (**FIGURA 5.3.4-32 e 5.3.4-33**) é possível visualizar as estruturas existentes em São Roque do Paraguaçu, bem como acessar as áreas de manguezal existentes em sua margem. É também um importante porto de acesso para a comunidade.



FIGURA 5.3.4- 31 – Foz do rio Baetantã.



FIGURA 5.3.4- 32 – Foz do rio Baetantã.

É importante salientar que os caminhos utilizados atualmente constituem-se como as melhores alternativas encontradas pela comunidade para acessar o rio Baetantã.

Ressalta-se também que, apesar da Enseada possuir uma proximidade geográfica com São Roque do Paraguaçu, o acesso é flúvio-marinho, através do rio Baetantã. O acesso terrestre só é possível pelo pela BA-534 onde se chega a BA-001 e desta rodovia existe uma ligação com a estrada de São Roque do Paraguaçu.

São Roque do Paraguaçu

Para se chegar ao distrito de São Roque do Paraguaçu, localizado no município de Maragojipe, por meio do sistema marítimo ferry-boat, é necessário percorrer a rodovia BA-001, até o entroncamento com pista de acesso direto ao distrito.

A estrada de acesso a São Roque do Paraguaçu é caracterizada por duas faixas de sentido opostos, largura 7,30 metros e em excelente estado de conservação. É sinalizada, além de apresentar pouco fluxo de veículos (**FIGURA 5.3.4-34**).



FIGURA 5.3.4- 33 – Estrada de acesso ao Distrito de São Roque do Paraguaçu.

Dentre as localidades inseridas na área de influência direta do empreendimento, certamente, São Roque do Paraguaçu é a que possui maior dinamismo, por conta do Canteiro da PETROBRAS que exerce suas atividades desde a década de 70 do século passado.

No que se refere ao esgotamento sanitário, conforme os dados do censo de 2000 (**FIGURA 5.3.4-35**) somente 12,8 % dos domicílios particulares permanentes possuem rede geral de esgoto, enquanto os que possuem formas diversas de direcionamento dos resíduos domésticos perfazem um total de 87,2 %. Deste total, 23,7 % utilizam fossa séptica e 19,5% usam fossa rudimentar, enquanto os domicílios que lançam os resíduos no rio, lago ou mar correspondem a 13,3 %.

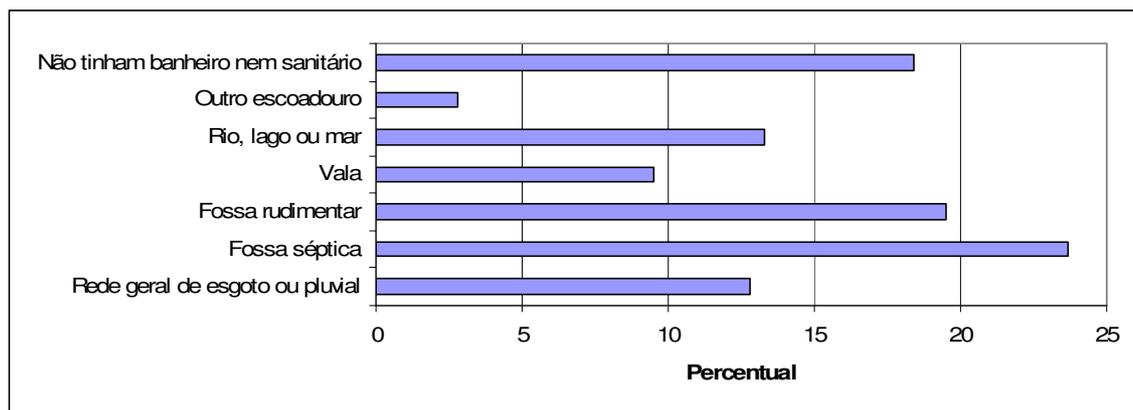


FIGURA 5.3.4- 34 – Tipo de esgotamento sanitário, em domicílios particulares permanentes – São Roque do Paraguaçu – Maragogipe – BA. Fonte: IBGE, 2000. Elaboração e Organização: Nilton Sousa Santana, 2007.

Dessa maneira, percebe-se que apesar do dinamismo social e econômico do distrito, é comum a presença de problemas de infraestrutura básica, principalmente no tocante ao esgotamento sanitário, onde o lançamento de efluentes a céu aberto e na baía é freqüente (**FIGURA 5.3.4-36**).



FIGURA 5.3.4- 35 – Lançamento dos efluentes no manguezal do Distrito de São Roque do Paraguaçu.

A estrutura viária dentro da localidade é bem organizada nos locais em que os fluxos convergem para o Canteiro de Obras, porém aos arredores é notória a ausência e/ou deficiência de pavimentação (**FIGURA 5.3.4-37**).



FIGURA 5.3.4- 36 – Deficiência de infraestrutura de pavimentação no Distrito de São Roque do Paraguaçu.

5.3.4.4. Áreas Industriais no Entorno do Empreendimento

Observa-se que a dinâmica econômica do entorno do empreendimento, sofreu mudanças significativas a partir da década de 70 do sec. XX quando da implantação do Canteiro de Obras de São Roque, administrado pela PETROBRAS, utilizado para a fabricação e manutenção de plataformas utilizadas para a prospecção de petróleo.



FIGURA 5.3.4- 37 - Infra-estrutura do Estaleiro em São Roque do Paraguaçu.

A implantação desta atividade provocou ao longo dos anos significativas transformações sociais, econômicas e ambientais no entorno do empreendimento, bem como promoveu a mobilidade espacial no distrito de São Roque, contribuindo assim, para que o referido distrito assumisse uma grande importância na economia do Município de Maragogipe, principalmente na arrecadação de tributos (impostos) provenientes da atividade industrial, ora implantada.

De outro modo, apesar de sua importância econômica para Maragogipe, o distrito de São Roque do Paraguaçu se depara, ainda hoje, com significativos problemas de infraestrutura e de qualidade de vida, situação essa que compromete a preservação e manutenção da estrutura e dinâmica do seu sistema ambiental.

No que tange à atividade urbana e agropecuária São Roque concentra as principais atividades primárias e terciárias no entorno do empreendimento, fato que contribuiu ao longo dos anos para a concentração populacional no distrito.

Em virtude de ser uma área onde se desenvolve atividades das mais variadas, a concentração populacional é mais intensa, do mesmo modo que, os problemas ambientais mais comuns nessa área são: aterramento de nascentes de rios; poluição

hídrica; desmatamento, tanto dos remanescentes de mata atlântica, como das matas ciliares.

O aterramento das nascentes dos rios ocorre, principalmente, por causa da expansão imobiliária feita de forma desordenada, pela canalização inadequada e retirada da cobertura vegetal.



FIGURA 5.3.4- 38 – Canalização de uma nascente de rio em São Roque do Paraguaçu.

A poluição dos recursos hídricos se dá por vários fatores, tanto pelo uso inadequado desse recurso, como pela deficiência no sistema de saneamento básico do distrito, que culmina no lançamento dos resíduos sólidos gerados pela população local no sistema fluvial.



FIGURA 5.3.4- 39 – Lançamento de esgoto no sistema fluvial.

O desmatamento da mata atlântica e das matas ciliares que ocorrem no local, visando o desenvolvimento das atividades agropecuárias, é outro problema ambiental bastante expressivo. A retirada dessas coberturas vegetais gera impactos ambientais relacionados ao esgotamento dos solos, que a médio e longo prazo comprometerá o desenvolvimento da agricultura, levando também os rios a um processo de assoreamento pelo aumento de

sedimentos transportados pelo sistema fluvial. Fato que favorece a uma diminuição do volume de água e/ou extinção do rio.

A poluição dos manguezais por lançamento de lixo e esgotos é reflexo da ausência de um sistema de esgotamento sanitário do distrito, que além de degradar a estrutura, dinâmica e equilíbrio do ambiental natural, compromete a saúde da população local, pois a mesma utiliza seus recursos naturais para obtenção de renda e subsistência.

A expansão territorial do distrito, com ocupação desordenada, por meio de aterramentos e construção de residências é outra agressão ambiental de grande relevância, assim como, o excesso de pescadores que utilizam desse ambiente para sua sobrevivência.

Verificou-se que a atividade industrial no entorno do empreendimento promovida pelo estaleiro de São Roque tem seu próprio sistema de esgotamento e tratamento de efluentes.

Contudo, ressalta-se que, segundo informações obtidas em campo, a emissão de efluentes pela atividade industrial é mínima, haja vista, a sua principal demanda é a manutenção de plataformas da PETROBRAS, sendo os principais resíduos gerados por essa atividade a fuligem, oriunda dos processos que envolvem o uso de: lixadeiras; soldagem; perfuração; esmerilhagem; montagem de jaquetas e/ou estacas metálicas e movimentação de veículos.

Tais processos constituem-se em possíveis fontes de material particulado, devido às suas características abrasivas e, também, de compostos voláteis oriundos do uso de gases como acetileno e oxigênio utilizados nos processo de soldagem.



FIGURA 5.3.4- 40 – Soldagem.



FIGURA 5.3.4- 41 – Esmerilhagem de metal.

5.3.5. Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

5.3.5.1. Trajetória Histórica do Recôncavo Baiano

Numa época sem dúvida bem anterior aos tempos históricos, a baía de São Salvador formava, segundo toda probabilidade, um grande lago interior, que rompeu seus diques pela força das águas e abriu para si uma vasta entrada no oceano. Ainda que esta entrada imensa não tenha menos de seis léguas e meia de comprimento de norte a sul, por uma largura que exceda oito léguas de leste a oeste; os olhos repousam, por toda parte, sobre terras férteis. A ilha de Itaparica forma suas duas entradas e estende à vista sob o mais pitoresco aspecto. A dos Frades, elevando uma graciosa colina a alguma distância, deixa entrever as montanhas já longínquas de Cachoeira; e são principalmente estas duas terras, de um aspecto diferente, mas dotadas todas as duas de uma vegetação abundante, que dão à Baía esse caráter de grandeza pacífica, essa majestade infinita, que quase exclui a variedade na paisagem, mas que traz à memória idéias de abundância e de repouso. (Denis. Ferdinand. Brasil, pag. 246)⁶⁹.

Em 9 de março de 1500, partiu do Porto de Lisboa, localizado às margens do rio Tejo, aquela que seria a maior frota do seu tempo, composta por dez naus e três pequenos navios. Esta frota, sob o comando do capitão-mor Pedro Álvares Cabral, desviaria da sua rota original que a levaria aos entrepostos comerciais do Oriente, tomando a direção sudoeste, o que a levaria a aportar no dia 22 de abril de 1500, no que hoje conhecemos como Porto Seguro, localizado no litoral sul do atual estado da Bahia.

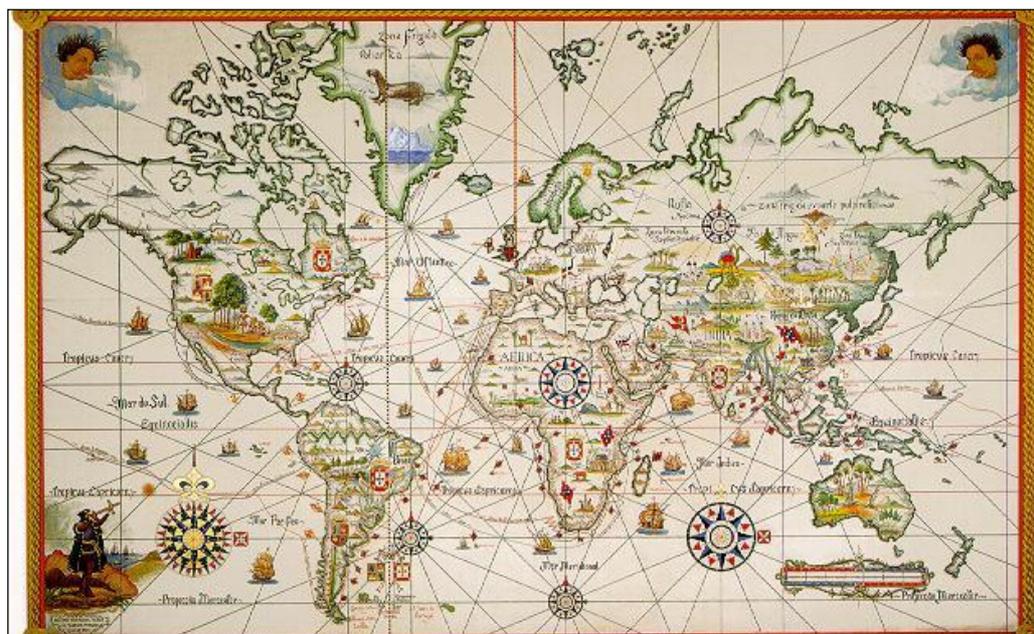


FIGURA 5.3.5- 1 – Mapa da expansão marítima portuguesa.

⁶⁹ DENIS, Ferdinand. *Brasil, Belo Horizonte*. Itatiaia. São Paulo, USP, 1980. (1ª edição 1837).

Logo no ano seguinte à chegada da frota comandada por Pedro Álvares Cabral, foi enviada a primeira expedição com o objetivo de explorar as potencialidades do novo território anexado ao já vasto Império colonial português.

Não existem registros definitivos sobre quem comandava a expedição enviada ao Brasil em 1501, entretanto, sabe-se ao certo que quem a pilotava era o navegador florentino Amerigo Vespucci.

É desta expedição o primeiro relato sobre a baía que receberia o nome de Todos os Santos⁷⁰, por ter sido alcançada no dia 1 de novembro de 1501, dia de Todos os Santos.

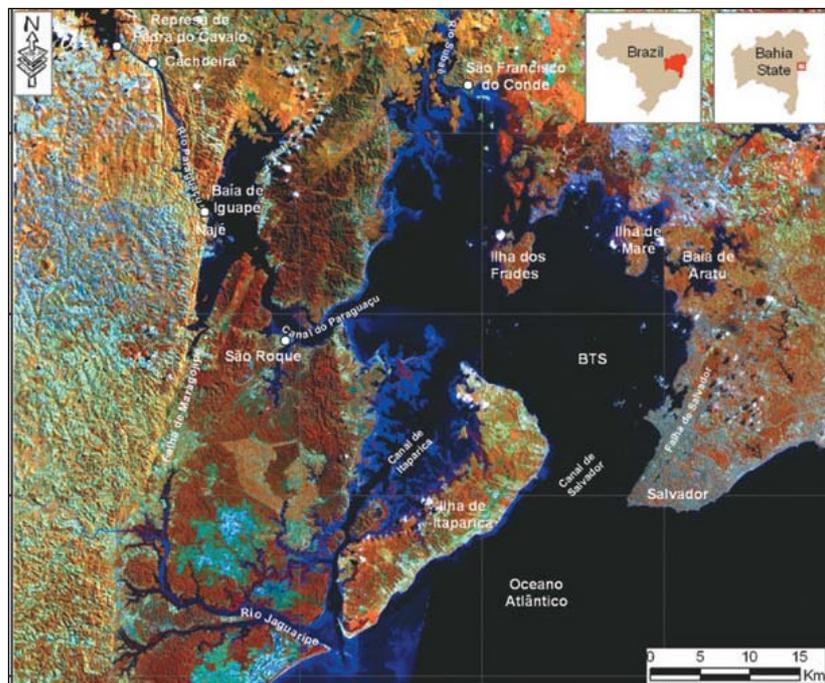


FIGURA 5.3.5- 2 – Baía de Todos os Santos.

Esta região já era habitada por grupos humanos desde o período pré-histórico. Por volta do ano de 1500, quando da chegada dos europeus, viviam na região os tupinambás, grupo indígena que fazia parte do grande tronco linguístico Tupi, que dominava vastas dimensões do território que viria a ser conhecido como Brasil.

⁷⁰ Maior Baía do litoral brasileiro, com uma extensão de 1.100 km², a Baía de Todos os Santos faz parte do litoral do atual estado da Bahia. Em seu entorno localizam-se catorze municípios: Maragogipe, Itaparica, Vera Cruz, Jaguaripe, Nazaré, Salinas da Margarida, São Félix, Cachoeira, Santo Amaro, Saubara, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Candeias e Salvador. Apresentando uma grande concentração demográfica, é a região com a mais elevada concentração populacional do estado da Bahia, com cerca de três milhões e trezentos mil habitantes aproximadamente.

A Baía de Todos os Santos apresenta em seu interior duas pequenas Baías, a de Aratu e a de Iguape. A Baía de Aratu é uma grande enseada onde se localizam a Base Naval e o Porto de Aratu; já a Baía de Iguape, localiza-se no rio Paraguaçu, antes que suas águas cheguem à foz, na Baía de Todos os Santos. Em suas margens encontram-se o município de Maragogipe, com seus distritos de São Roque do Iguape e Nagé; e o distrito de Santiago do Iguape, pertencente ao município de Cachoeira.

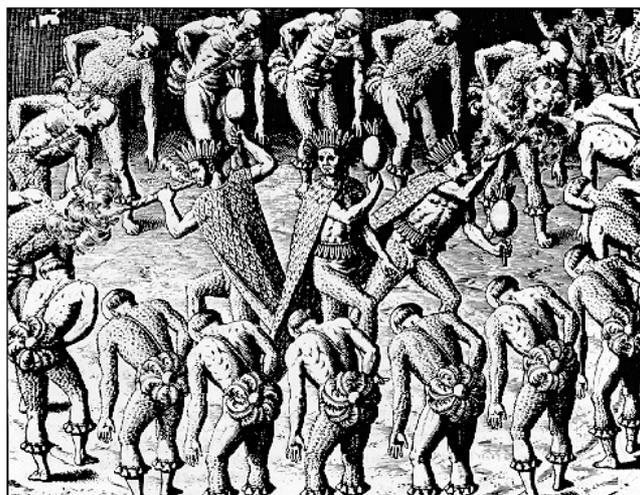


FIGURA 5.3.5- 3 – Tupinambás. Gravura de Theodor de Bry, século XVI.

Os tupinambás possuíam uma língua comum às diversas tribos, tendo sido esta organizada gramaticalmente pelos jesuítas quando aqui chegaram, no intuito de utilizá-la na catequese dos povos indígenas.

Em 1503 foi enviada uma nova frota exploradora, sob o comando de Gonçalo Coelho, tendo como piloto, novamente Amerigo Vespucci, além de João de Lisboa e João Lopes de Carvalho.

Anotações de Amerigo Vespucci indicam que as duas feitorias⁷¹ mais antigas do território brasileiro datam deste ano, de 1503, uma na Baía de Todos os Santos, outra em Cabo Frio, ambas destinadas ao comércio de pau-brasil.

Uma descrição mais detalhada dessas feitorias encontra-se no Livro da Nau Bretoa, que, em 1511, registra um carregamento de 5.000 toros de pau-brasil na Baía de Todos os Santos, além do embarque do português Joham de Braga e de 35 indígenas escravizados.

Além da existência da dita feitoria, a presença de europeus não apenas para carregar seus navios de mercadorias, mas formando um verdadeiro núcleo de povoamento às margens da baía de Todos os Santos, antecede até mesmo o período conhecido verdadeiramente como Colonial, iniciado, de acordo com a historiografia oficial, a partir da expedição Colonizadora comandada por Martim Afonso de Sousa, em 1531.

Efetivamente, existem relatos a partir de 1514 que se referem à existência de um branco “peró” vivendo entre os tupinambás na baía de Todos os Santos. Com o passar do tempo, os relatos já fazem referência a existência de um núcleo de povoamento formado em sua maioria por indígenas, tupinambás, e alguns europeus provenientes de naufrágios e deserções, além de um pequeno número de mestiços.

Tal núcleo de povoamento seria o habitado por Diogo Álvares, mais conhecido como Caramuru, sua esposa, Catarina Paraguaçu, filhos, filhas, algumas delas casadas com

⁷¹ Entrepósito, em geral fortificado, que, na fase inicial da colonização dos domínios ultramarinos portugueses, negociava com os nativos e recolhia e armazenava os produtos que deviam ser transportados para a metrópole.

outros europeus naufragados, além de muitos indígenas, tupinambás. O povoado, segundo relatos da época contava com cerca de 300 casas espalhadas, mas não muito distantes umas das outras.

Diogo Álvares teria chegado à Baía de Todos os Santos entre 1509 e 1511. Não se sabe ao certo se sua chegada à dita baía se deu devido a um naufrágio, à deserção ou se teria permanecido na região para facilitar o comércio do pau-brasil entre os tupinambás e os franceses, a quem se supõe Diogo Álvares servia.

O comércio do pau-brasil estabelecido pelos franceses na baía de Todos os Santos, com a provável contribuição de Diogo Álvares, o Caramuru, chegou a influenciar de tal forma esta área até o início da década de 1530, que há relatos de navegantes de que o povoado existente entre o atual bairro do Rio Vermelho e a Praia do Forte, ficou conhecido como 'Aldeia dos Franceses', tal era a quantidade de pessoas de pele clara, fruto provável da miscigenação entre tupinambás e franceses. Assim como uma ilha localizada na Baía de Iguape que ficou conhecida como 'Ilha dos Franceses', pois se tratava de um provável local de atracamento de embarcações francesas para o carregamento de pau-brasil.

Em 1531, partiu de Lisboa a expedição dita Colonizadora, que de passagem pela Baía de Todos os Santos aprisionou 3 naus francesas carregadas de pau-brasil, além de ter encontrado com Diogo Álvares Correia e sua mulher tupinambá, Catarina Caramuru, ou Paraguaçu, que como já citado, viviam em um povoamento formado por indígenas e alguns portugueses na região onde hoje se encontra a cidade de Salvador, mais exatamente nas proximidades da Ponta do Padrão, hoje do Porto ao Farol da Barra.



FIGURA 5.3.5- 4 – Gravura onde aparecem Catarina Paraguaçu e Diogo Álvares.

Em 1534, o território brasileiro que de acordo com o Tratado de Tordesilhas cabia a Portugal, foi dividido em Capitânicas Hereditárias⁷², ficando a Baía de Todos os Santos pertencendo à capitania com mesmo nome, de propriedade de Francisco Pereira Coutinho, também conhecido como “Rusticão”, devido aos seus modos rústicos.

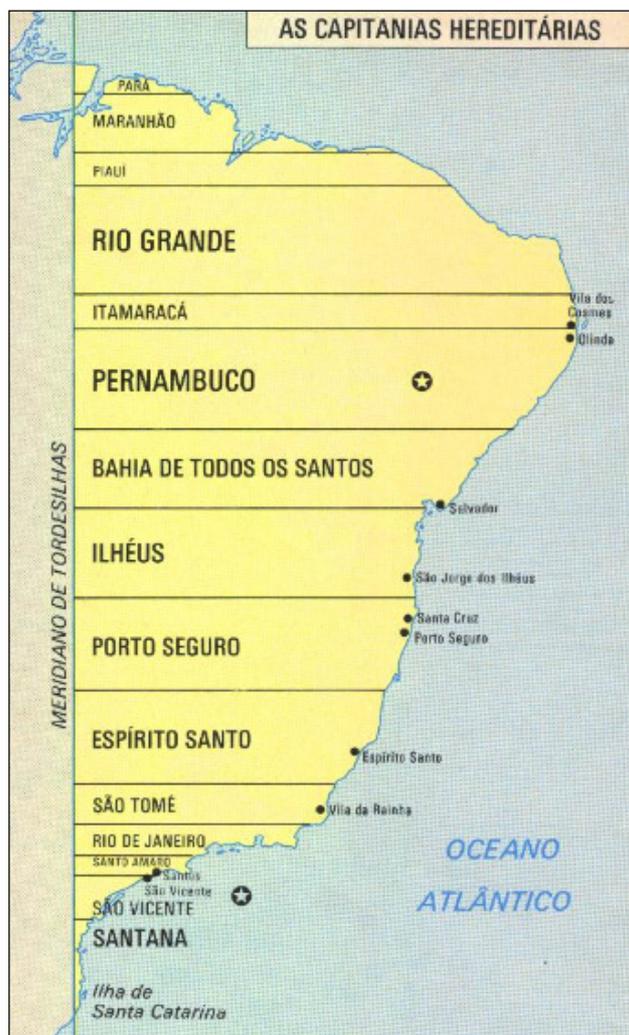


FIGURA 5.3.5- 5 – Brasil, divisão em Capitânicas Hereditárias, 1534.

De acordo com Dias Tavares:

Com limites prováveis entre a margem direita do Rio São Francisco e a Ponta do Padrão (hoje Forte e Farol da Barra), a capitania doada a Francisco Pereira Coutinho, conhecido por Rusticão, compreendia terras que hoje são do estado da Bahia. (Luis Henrique Dias Tavares. O Primeiro Século do Brasil, pág. 120).

⁷² Em 1534, por meio de um decreto, Dom João III, então rei de Portugal, dividiu o território brasileiro em 15 faixas de terras desde o litoral até a linha do Tratado de Tordesilhas. Tal sistema de divisão territorial já havia sido testada nas Ilhas do Atlântico, tendo logrado alguns resultados positivos.

Pouco se sabe sobre os primeiros tempos da capitania. Acredita-se, entretanto, que o Donatário contava com o suporte de portugueses que aqui chegaram acompanhando o mesmo, e contou com a valiosa ajuda de Diogo Caramuru, que auxiliou Francisco Pereira Coutinho na pacificação dos nativos que viviam onde hoje se encontra a cidade de Salvador.

Como salienta Dias Tavares:

Parece que durante cerca de nove anos esteve Francisco Pereira Coutinho plantando algodão e cana-de-açúcar. Teria construído dois engenhos (do engenho João Veloso, em Pirajá, existiam ruínas em 1555). (...) tupinambás da baía de Todos os Santos, muito provavelmente ligados a comerciantes franceses de pau-brasil, atacaram a vila. (...) não conseguindo resistir, Coutinho retirou-se para a capitania de Pero do Campo Coutinho. Ali o foi buscar Diogo Álvares em 1546. Levava a notícia de um novo ataque a Vila Velha, desta vez por franceses. Decidindo regressar, quando alcançava a ilha de Itaparica, o caravelão que o trazia naufragou nos recifes de Pinaúnas. Francisco Pereira Coutinho alcançou a praia, mas caiu prisioneiro dos tupinambás, que o mataram e devoraram. (Luis Henrique Dias Tavares. O Primeiro Século do Brasil. Pág. 121).

Após a morte de Francisco Pereira Coutinho a Coroa portuguesa preferiu readquirir o controle sobre as terras da capitania da Baía de Todos os Santos. Em 1548, esta capitania já pertencendo a Coroa, tornou-se então sede da colônia com a criação dos Governos-Gerais e a fundação da cidade de São Salvador (1549), capital da colônia portuguesa na América.



FIGURA 5.3.5- 6 – Tomé de Sousa chegando ao local onde seria construída a cidade-fortaleza.

Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, chegou à colônia com designações claras no chamado “Regimento de Tomé de Sousa”⁷³. Fora-lhe recomendado que fosse feita a paz com os indígenas e que com eles trabalhasse desde Tatuapara⁷⁴ até o Para Açú⁷⁵.

E assim foi feito, Tomé de Sousa e os representantes dos reis de Portugal que lhe sucederam tentaram minimizar o quase total fracasso das capitanias hereditárias, que continuariam existindo, mas foram sendo gradativamente readquiridas pela Coroa no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII.

O fracasso das capitanias, entretanto, não significou o fracasso de todo o sistema instituído em 1534, pois, os capitães donatários tinham por obrigação doar sesmarias⁷⁶ e nelas estabelecer atividades lucrativas, em especial o cultivo da cana-de-açúcar e a construção de engenhos onde o açúcar seria produzido, com destino ao mercado externo, de acordo com as necessidades econômicas de Portugal e com a política mercantilista⁷⁷ vigente no início da Idade Moderna.

Foram justamente estas sesmarias que se constituíram na base da divisão de terras e da economia agrário-exportadora da colonização portuguesa no Brasil.

De uma forma geral, as Sesmarias caracterizavam-se por serem grandes extensões de terras, e, de acordo com muitos estudiosos, aí reside a problemática da questão agrária que vivemos até os dias atuais no Brasil.

Segundo Dias Tavares⁷⁸:

A partir do Regimento do primeiro governador geral, que determinou a condição de concessão de sesmarias nas margens dos rios e riachos apenas aos colonos que possuíssem recursos para a construção de engenhos – implantou-se um dos dispositivos básicos para a subordinação dos lavradores aos produtores (donos de engenho). (Tavares, Luis Henrique Dias. O Primeiro Século do Brasil, pág. 117).

O cultivo da cana para a produção do açúcar tornou-se assim a base da economia colonial, entre os séculos XVI (implantação e organização do sistema) e XVII ao princípio do XVIII, quando uma grave crise⁷⁹ abalou a economia açucareira.

⁷³ Eu o Rei faço saber a vós Tome de Souza fidalgo de minha casa que Vendo Eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exalçamento da nossa Santa Fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e assento assim pela disposição do porto e rios que nela entram como pela bondade abastança e saúde da terra e por outros respeitos hei por meu serviço que na dita Bahia se faça a dita povoação e assento e para isso vá uma armada com gente artilharia armas e munições e todo o mais que for necessário. E pela muita confiança que tenho em vós que em caso de tal qualidade e de tanta importância me sabereis servir com aquela fiabilidade e diligência que se para isso requer hei por bem de vós enviar por governador às ditas terras do Brasil no qual cargo e assim no fazer da dita fortaleza tereis a maneira seguinte da qual fortaleza e terra da Bahia vós haveis de ser capitão. (Regimento de Tomé de Sousa, 1548).

⁷⁴ Atual Praia do Forte.

⁷⁵ Provavelmente, Paraguaçu.

⁷⁶ As sesmarias eram subdivisões das terras das capitanias. As terras eram ‘dadas’ sob determinadas condições, sendo que a principal delas se constituía no fato de que a terra teria que ser aproveitada pelo sesmeiro num prazo de cinco anos. Ao final dos cinco anos, caso o sesmeiro não tivesse atendido a esta exigência, perderia a terra e pagaria uma multa.

⁷⁷ Sistema econômico desenvolvido na Idade Moderna, na Europa, adotado pelos países absolutistas, considerado por muitos estudiosos um proto-capitalismo, que tinha por principais características a acumulação de riquezas, a balança comercial favorável, a intervenção do Estado na economia etc. O Mercantilismo se serviu do colonialismo para alcançar tais objetivos.

⁷⁸ TAVARES, Luis Henrique Dias. *O Primeiro Século do Brasil Da expansão da Europa Ocidental aos Governos-Gerais das terras do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 1999.

A implantação do sistema colonial no Brasil contou com o suporte financeiro do Estado Português, além dos comerciantes flamengos⁸⁰, que financiaram muitos dos engenhos aqui instalados assim como passariam a ter participação ativa no comércio de tão lucrativo produto.

Para Azevedo⁸¹:

(...) Eram de tal monta as despesas das primeiras instalações coloniais, em terra virgem e hostil, exigindo instalações defensivas, portuárias e de transporte, que não se justificava a montagem de engenhos pequenos. (...) Capitais portugueses e muitas vezes flamengos se associavam aos donatários, permitindo viabilizar a empresa. (AZEVEDO, Esterzilda. Arquitetura do Açúcar. Pg.24).

A produção açucareira baseou-se nas sesmarias, na mão-de-obra escrava⁸² e na produção destinada ao mercado externo. Desenvolveu-se desde o litoral do atual sudeste (na altura de São Vicente, hoje estado de São Paulo) até o norte da região nordeste.

O vale do Paraguaçu, em sua área próxima a foz, começou a ser colonizado por portugueses a partir da segunda metade do século XVI. As terras do Recôncavo, nas proximidades do rio e da baía que se forma antes deste desaguar na baía de Todos os Santos, Baía de Iguape, foram sendo doadas como sesmarias.

A margem direita do rio, terras que hoje pertencem ao município de Maragogipe, durante o século XVI esteve sob o domínio de D. Álvaro da Costa, filho do segundo governador-geral Duarte da Costa, que a recebeu como sesmaria, tendo sido transformada em capitania em 1566, em pagamento aos serviços prestados por D. Álvaro da Costa quando da luta de conquista contra os tupinambás que habitavam a região.

As lutas entre colonizadores e indígenas foram sangrentas e duradouras, a resistência tupinambá foi forte, muitos foram os mortos. Entretanto, como atestam relatos de alguns jesuítas que ali viveram, como o Padre Manuel da Nóbrega, os portugueses se aproveitaram das disputas e guerras entre as diversas tribos, algumas das quais insufladas pelos próprios colonizadores para efetivar a posse do território. Em fins do século XVI, o número de indígenas na região já estava bastante reduzido.

Segundo Pero Magalhães Gandavo, ao escrever sobre a colônia, em finais do século XVI, já cita na Baía de Todos os Santos a existência de 18 engenhos, além de um engenho e dois em construção em Itamaracá, vinte e três engenhos, dos quais três ou quatro em construção em Pernambuco, oito engenhos em Ilhéus e cinco em Porto Seguro, um no Espírito Santo e quatro em São Vicente.

⁷⁹ Tal crise teria origem em questões econômicas internacionais (nesta época a economia mundial passava por um momento de crise), mas, principalmente em questões internas vividas pelo Império Colonial português, tais como a vacância do trono, ainda em fins do século XVI, 1580, que daria início à União Ibérica, ou seja, união entre as Coroas de Portugal e Espanha, que duraria até 1640, só chegando a termo após uma guerra entre portugueses e espanhóis; e, principalmente, o domínio holandês sobre a região nordeste do Brasil (1630-1654), então o eixo econômico da colônia, desestruturando não apenas a produção açucareira colonial, como também o comércio de escravos entre África e Brasil, visto que os entre posto portugueses na África foram, também, dominados pelos holandeses.

⁸⁰ Comerciantes originários da região de Flandes, nos Países Baixos (hoje Holanda e Bélgica).

⁸¹ AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. *Arquitetura do Açúcar. Engenhos do Recôncavo Baiano no Período Colonial*. São Paulo: Nobel, 1990.

⁸² Em sua grande maioria, a mão-de-obra foi a escrava africana, visto que a Igreja se opôs a escravização do indígena, que deveria ser catequizado e cristianizado. Houve, entretanto, em momentos excepcionais, como durante a dominação holandesa ao nordeste brasileiro e às regiões de entrepostos comerciais escravistas da África, que o Estado português recorreu à escravidão indígena para suprir as necessidades de mão-de-obra nos canaviais.



FIGURA 5.3.5- 7 – Mapa econômico do Brasil, século XVI.

No decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX, esse número cresceria a despeito de diversos momentos de crise enfrentados pelo setor. E segundo levantamento de Teodoro Sampaio, o número de engenhos, só na região do Recôncavo Baiano, no decorrer do século XIX, contava-se às centenas.

De uma forma geral, esses engenhos se localizavam próximo à foz de alguns rios como o Paraguaçu, São Paulo, Jacuípe, etc. São alguns exemplos de engenhos edificados no Recôncavo Baiano, o Engenho Pitanga, localizado no Município de Candeias, de propriedade dos Jesuítas, e que foi saqueado juntamente com outros engenhos, pelos holandeses, os quais teriam chegado ao local, através do rio São Paulo; o Engenho Velho e o Engenho Campinas, que segundo Esterzilda Azevedo, 'o Engenho Campinas, Município de Cachoeira, está entre os sete com casa e capela, que escapou da depredação natural ou descaso dos herdeiros; da revolta dos índios e da vingança dos holandeses'; às margens da Baía de Iguape; o Engenho do Matoim, também conhecido como Caboto, às margens da baía de Todos os Santos, no atual município de Candeias, etc.



FIGURA 5.3.5- 8 – Ruína do Engenho Velho, localizado na baía de Iguape. Fotografia feita durante atividade de campo. Por: Virgínia Silva.

Toda a região ao oeste e ao norte da Bahia deve ser considerada como a pérola entre as terras produtoras de açúcar, nas proximidades do citado mercado exportador.

Logo com a Ilha de Itaparica, desde Valença mesmo, a sudoeste dessa ilha, começam as grandes e importantes cadeias de canaviais, que se estendem para além de Nazaré, Maragogipe, Muritiba, ao longo do rio Paraguaçu, com São Félix e Cachoeira, e na zona de Santo Amaro, em ambos os lados do rio Subaé. Alcança talvez o seu principal centro, embora, no mapa o São Francisco – refiro-me naturalmente ao pequeno rio que deságua ao norte da baía de Todos os Santos – não possa absolutamente ser comparado ao Paraguaçu.

Avé-Lallemant em 1859 observa que:

A imensa importância dessa região para a agricultura e o comércio exportador dela derivado, trouxe também maior facilidade de comunicação entre a Bahia e os distritos já citados. Linhas de vapores entre Valença, Nazaré, Cachoeira, no Paraguaçu, e Santo Amaro no São Francisco, ligam semanalmente, muitas vezes essas localidades com a metrópole dos negros – se não me levam a mal a expressão – transportando muita gente com pequenas bagagens dum lado para outro (...). (Avé-Lallemant, Robert. Viagem pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, pag. 31/32).

Para proteger essas terras férteis e seus engenhos de açúcar, foi necessária a construção de diversos fortes na região das baías de Todos os Santos e de Iguape. Entre os fortes localizados na baía de Iguape, têm-se relatos da existência de três: o Forte de Santa Cruz do Paraguaçu, ou Forte da Salamina, Fortim da Forca, e Forte do Paraguaçu.

O Forte de Santa Cruz do Paraguaçu e o Forte do Paraguaçu localizam-se na margem direita do rio Paraguaçu; já o Fortim da Forca, localizava-se na margem esquerda e, segundo relatos, cruzava fogo com o Forte de Santa Cruz, para proteger a entrada do rio Paraguaçu das invasões estrangeiras.

Segundo consta, foram construídos no século XVII, com o intuito de proteger a entrada do Paraguaçu e os Sertões da Bahia das invasões estrangeiras, em particular, holandesas.



FIGURA 5.3.5- 9 – Forte de Santa Cruz do Paraguaçu, também conhecido como Forte da Salamina, por se localizar em terras da Fazenda Salamina. Fotografia feita durante atividade de campo.

O termo 'engenho' não faz juz a todo o complexo de construções necessárias para a produção açucareira e para a sobrevivência das pessoas que ali habitavam. O Engenho era na verdade, um complexo de edificações, destinadas à produção de uma atividade agro-industrial, voltada à exportação, mas sem que fossem descartadas as atividades necessárias à subsistência humana.

Outra necessidade humana que não foi esquecida está relacionada ao aspecto religioso. Dentro do complexo que costumamos denominar como 'engenho' existe ou existiu sempre uma igreja ou uma capela destinada ao santo da devoção do senhor proprietário daquele complexo. Assim, encontramos tais edificações voltadas à devoção em muitos casos de Santo Antônio, santo extremamente popular entre os portugueses e seus descendentes e ainda hoje o santo mais cultuado no Brasil, porém também existem capelas dedicadas a São Francisco, Nossa Senhora da Conceição etc.



FIGURA 5.3.5- 10 – Capela do Engenho Velho, baía de Iguape. Prédio datado de 1660. Fotografia feita durante atividade de campo. Por: Virgínia Silva.

De uma forma geral, a união de interesses entre o Estado português e a Igreja Católica ajudou alavancar as engrenagens do sistema colonial, mas especificamente falando, a atuação das ordens religiosas, em especial a Companhia de Jesus, foi de extrema utilidade para a expansão da colonização portuguesa.

A atuação dos jesuítas, embora muitas vezes conflituosa com relação às autoridades, foi de vital importância para a efetivação da posse dos lusitanos sobre parte das terras do “Novo Mundo”. Esta atuação tanto se deu através do aldeamento e cristianização dos povos indígenas aqui existentes como através da implantação de todo o sistema educacional colonial, que até a expulsão desta ordem religiosa de Portugal e suas colônias em fins do século XVIII, esteve completamente sob a direção da Cia. de Jesus.

Para tanto, os jesuítas criaram colégios nos principais núcleos de povoamentos da colônia (Bahia, São Vicente, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Olinda) e para prover o sustento dessas instituições, a Ordem dos Jesuítas dispunha no Brasil do direito à cobrança de dízimo, além do recebimento de terras em doação.

Formaram-se no Recôncavo Baiano, além dos já citados engenhos, muitas vilas e fazendas, que eram responsáveis pelo abastecimento de Salvador, principalmente no que se refere à aquisição de produtos agrícolas (mandioca, milho, batata, arroz etc.) e proteína animal (criação de gado bovino, porcos, ovelhas, aves etc.). Entretanto, a principal fonte econômica da região, era ainda a cana-de-açúcar.

Não se deve minimizar, entretanto, a importância da produção do fumo ou tabaco, de vital importância para as transações comerciais lusitanas, em especial porque era utilizada juntamente com a aguardente como moeda de troca por escravos no continente africano, escravos estes que tinham como destino principal a lavoura canavieira.

O fumo era produzido nas proximidades do Recôncavo e transportado ao litoral a partir do Porto de Cachoeira, cujas águas do rio Paraguaçu, após formar a baía de Iguape, deságuam na Baía de Todos os Santos, ligando o litoral ao Agreste e posteriormente ao Sertão da Bahia. No final do século XVIII, a conjuntura internacional permitiu uma espécie de renascimento comercial da Bahia, em especial na região da baía de Todos os Santos. A Revolução Industrial⁸³ e a Guerra de Independência dos Estados Unidos⁸⁴ abriram novas possibilidades de cultivos agrícolas e de comércio para a região do Recôncavo Baiano.

Na primeira metade do século XIX, mais precisamente em 1822, o Brasil tornou-se uma nação emancipada. O processo de Independência do Brasil transcorreu de forma inversa ao das demais colônias latino-americanas. Aqui primeiro o então príncipe-Regente decretou a independência, para só em seguida ocorrerem alguns conflitos em determinadas províncias.

De todos os conflitos provinciais que visavam à expulsão das tropas portuguesas dos pais, o mais sangrento foi o que ocorreu na Bahia, mais especificamente na região do Recôncavo.

Importantes batalhas ocorreram nas cidades localizadas às margens do rio Paraguaçu, da Baía de Iguape e da Baía de Todos os Santos, a exemplo de Maragogipe, Cachoeira e Salvador. As animosidades entre soldados portugueses e brasileiros se iniciaram ainda em fins de 1821, e a guerra propriamente dita durou de junho de 1822 a julho de 1823.

Após a Independência, a economia da província se diversificou, mas a produção continuava em grande parte concentrada na região do Recôncavo e destinada ao mercado externo. Tendo por base os portos da baía de Todos os Santos e o porto de Cachoeira, como já antes citado, a entrada para o Sertão, a Bahia exportava açúcar, fumo, café, algodão, diamante, couro e madeiras e importava tecidos de algodão, linho, lã e seda, vinhos, azeite, drogas e medicamentos, farinha de trigo, carvão de pedra, ferragens, calçados, bacalhau e peixes em conservas.

Em fins do século XIX, a antes rica região produtora de açúcar entrou em um declínio econômico irreversível. Arruinaram-se inúmeros engenhos, restando as Usinas e alguns pequenos estabelecimentos destinados à produção de aguardente, também chamados de Bangüês. Foram então introduzidos na antiga área produtora de açúcar, novos cultivos, tais como, o do cacau e em menor escala, da pimenta do reino e do cravo, entre outros.

Em fins do século XIX e princípio do século XX, quando o Brasil vivia o que conhecemos como República Velha⁸⁵, os principais produtos de exportação da Bahia eram o açúcar, o café, o fumo, o cacau e o algodão. O açúcar cedeu lugar ao café, ao fumo e ao cacau. O

⁸³ Processo de mecanização da produção iniciado na Inglaterra por volta de meados do século XVIII.

⁸⁴ Processo de emancipação das Treze Colônias inglesas localizadas na América do Norte, iniciado em 1776 e concluído em 1781.

⁸⁵ Primeira fase da República brasileira, que teve início em 1889, com a Proclamação da República e chegou ao fim em 1930, com a 'Revolução de 1930', que levou Getúlio Vargas ao poder.

cacau em baga, largamente produzido nas proximidades da cidade de Ilhéus, localizada no sul da Bahia, alcançou em 1925 a liderança entre os produtos de exportação da Bahia.

Nas décadas seguintes, a economia Baiana e, em particular, o Recôncavo, passou por um longo período de decadência. Na década de 1950, com a descoberta dos primeiros poços de petróleo no Recôncavo e a implantação da Refinaria Landolfo Alves, mais conhecida como Mataripe, o processo de industrialização da Bahia baseado na indústria de bens intermediários começou a deslanchar. Em Candeias na década de 1960, foi implantado o CIA — Centro Industrial de Aratu, logo em seguida o Pólo Petroquímico em Camaçari. Mas um problema persistia, a concentração de atividades econômicas continuava a ocorrer nas proximidades da capital, Salvador.

Outro fator e reaquecimento da economia da região foi o incremento ao setor turístico a partir da década de 1980; embora, hoje, a ênfase deste setor esteja mais concentrado na cidade de Salvador e nas praias do Litoral Norte e do Extremo Sul do estado, deixando-se quase no esquecimento o fabuloso patrimônio histórico, artístico e sócio-cultural que representam o povo e as cidades localizadas onde antes se dizia a “pérola das regiões produtoras de açúcar”.

5.3.5.2. Maragogipe e Implicações na Arqueologia Local

Cidade localizada na margem direita do rio Paraguaçu, no encontro entre este e o rio Guaí, na altura em que o Paraguaçu se abre para desaguar na Baía de Todos os Santos, formando uma pequena Baía conhecida como Iguape.

O rio Paraguaçu, maior rio genuinamente baiano, tem sido, desde os tempos pré-coloniais até a atualidade, de vital importância para a vida econômica dos habitantes de Maragogipe assim como das diversas outras vilas e cidades localizadas nas suas margens; além disso, durante séculos, o Paraguaçu serviu de via de ligação entre o litoral, onde se encontra Salvador, primeira capital do Brasil, e o Sertão, com sua importante pecuária bovina e, posteriormente, com a extração de pedras preciosas na Chapada Diamantina.

A região era habitada originalmente por índios aimorés⁸⁶ conhecidos como *maraj jip*, que significa, segundo estudiosos das línguas indígenas, *braços invencíveis*, ou ainda para outros seria *marag-gyp*, que pode ser traduzido por *rio de mosquitos*. Estas populações indígenas viviam das atividades relacionadas ao setor agrário, principalmente a pesca, a caça e a coleta de produtos da floresta.

Os aimorés ou botocudos (**FIGURAS 5.3.5-11 e 5.3.5-12**) como eram conhecidos eram velozes e guerreiros temíveis, tendo sido responsáveis pelo fracasso das capitânias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo.

Segundo Duarte (2002)⁸⁷:

⁸⁶ Também conhecidos como botocudos.

⁸⁷ DUARTE, Regina Horta. *Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri*. Rev. Bras. Hist. [online]. 2002, vol.22, n.44, pp. 267-288.

“A descrição mais sistemática e minuciosa dos botocudos seria empreendida pelos viajantes. De boa compleição, cor bruno-avermelhada, pêlos do corpo completamente eliminados, cabeça quase inteiramente raspada, com exceção do topo craniano, introduziam, a partir de sete ou oito anos, botoques nos lóbulos das orelhas e nos lábios inferiores. Ao longo do tempo, iam ampliando o tamanho dos adereços, até que aumentassem a ponto de acarretarem a queda dos incisivos inferiores, por volta dos trinta anos. Gostavam de pintar seus corpos com urucum e jenipapo. De vermelho, tingiam da boca para cima, adquirindo um aspecto afogueado. O corpo fazia-se negro, com exceção dos antebraços e além das panturrilhas. Por vezes, dividiam o corpo em duas metades, uma vermelha, outra negra (no sentido horizontal), ou simplesmente, no sentido longitudinal, com uma metade em negro e a outra ao natural, numa máscara de dia e noite. Seja como for, apareciam ao cristão civilizado como absolutamente demoníacos, assim pintados e deformados por botoques.” (Duarte, 2002).

Existem relatos da presença de europeus, franceses em particular, na Baía de Iguape a partir de 1504, estabelecendo comércio na base do escambo⁸⁸ com indígenas locais. Eram comercializados: pau-brasil, pimenta, pássaros etc. Entretanto, o rio Paraguaçu só foi “descoberto” oficialmente pelos portugueses, pela segunda expedição guarda-costeira, comandada por Cristóvão Jacques, em 1526.

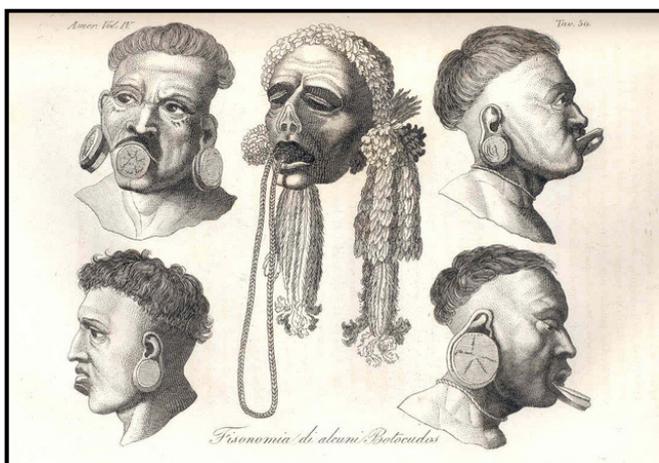


FIGURA 5.3.5- 11 – Gravura representativa de Botocudos mostrando os lábios e orelhas deformadas pelo uso dos botoques. Fonte: (<http://www.cigv.it/gallery/album02>).

⁸⁸ Comércio feito na base da troca de uma mercadoria por outra.



FIGURA 5.3.5- 12 – Índio Botocudo fotografado no século XIX. Fonte: Morel (2001)⁸⁹.

Em 1534, as terras pertencentes à Maragogipe passaram a fazer parte da capitania da Baía de Todos os Santos, doada a Francisco Pereira Coutinho, o Rusticão. Em 1545, os tupinambás atacaram a sede da capitania, obrigando seus habitantes a se refugiarem na capitania de Porto Seguro. Em 1547, após um acordo entre índios e colonos, estes retornaram à Baía de Todos os Santos, mas, durante a viagem de retorno, um naufrágio nas proximidades da ilha de Itaparica fez com que vários colonos, entre eles Francisco Pereira Coutinho, caíssem em mãos dos tupinambás, sendo devorados por estes, que mantinham seus costumes antropofágicos.

Após a morte de Francisco Pereira Coutinho, as terras da capitania da Baía de Todos os Santos foram adquiridas pela Coroa portuguesa e transformadas em Capitania Real, onde, de acordo com o Regimento de Tomé de Sousa de 1548, seria construída uma cidade que serviria de centro administrativo para toda a colônia. Assim, em 1549, tem início a construção da capital da primeira capital do Brasil, a cidade de São Salvador, para servir de sede dos recém instalados governos-gerais.

As ilhas e terras próximas à Baía de Todos os Santos, pertencentes à antiga Capitania, foram doadas em sesmarias e transformadas, posteriormente, em capitanias autônomas, pelo Cardeal Regente Dom Henrique, com a criação da Capitania de Itaparica, em 1558, e da Capitania do Paroáçu ou Paraguaçu, pela Carta Régia de vinte de novembro de 1565 e confirmada em vinte e oito de março de 1566.

⁸⁹ MOREL, Marcos. Cinco imagens e múltiplos olhares: 'descobertas' sobre os índios do Brasil e a fotografia do século XIX. Hist. cienc. saude [online]. 2001, vol.8, suppl., pp. 1039-1058

A Capitania do Paraguaçu, que abrangia as terras que hoje compõem o município de Maragogipe e adjacências, foi doada a D. Álvaro da Costa, filho do governador-geral Duarte da Costa, em pagamento à sua atuação nas lutas e pacificação dos índios que habitavam a região.

Registrada em Lisboa, a vinte e três de agosto de 1571, durante o reinado de Dom Sebastião, Maragogipe ficou sendo a principal localidade da Capitania.

Já no século XVI a Baía de Todos os Santos e em particular a Baía de Iguape despontava como importante centro produtor de açúcar. Neste período a Baía de Todos os Santos já contava com 18 engenhos instalados, ficando atrás apenas da capitania de Pernambuco que contava com 23 engenhos no mesmo período.

A existência de agricultura comercial na região do Iguape, inicialmente a de cana-de-açúcar, posteriormente suplantada pela cultura fumageira, fez com que a região recebesse desde os primeiros tempos grandes quantidades de mão-de-obra escrava africana, o que influenciaria profundamente a cultura local.

Além da produção de cana-de-açúcar, típica da região, as terras que viriam a ser o município de Maragogipe foram se tornando também importantes produtoras de mandioca, algodão, fumo, frutas etc. Sempre no intuito de prover de víveres a capital da colônia, ligada a esta região, desde o princípio da colonização, por barcos e canoas que trafegavam carregando estes produtos pelas baías de Iguape e de Todos os Santos.

Entre os anos de 1624 e 1625 a Baía de Todos os Santos, particularmente a cidade de Salvador, esteve sob domínio holandês. Os holandeses, através da Companhia das Índias Ocidentais, empreenderam esta invasão ao território colonial como uma tentativa de dominar os engenhos da região que por volta da década de 1620 contava com aproximadamente 80 unidades produtoras de açúcar.

Naquele momento Portugal e Espanha estavam sob um mesmo governo, a União Ibérica. A Espanha, então, organizou uma grande expedição militar a fim de libertar a capital da colônia e arredores da dominação holandesa.

Na Espanha e em Portugal foi muito grande a repercussão da ocupação da capital do Estado do Brasil⁹⁰ pelos mercenários da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais. Resolveu-se que um grande e decisivo socorro fosse enviado à Bahia e o próprio Felipe IV e seu principal ministro, o Conde-Duque de Olivares, multiplicaram providências nesse sentido. Organizou-se assim, com o generoso auxílio de particulares, a Jornada dos Vassalos, maior e mais brilhante expedição militar enviada à América no século XVII, de pouco mais de 12.000 de homens. (VIANNA. 1967, P. 151)⁹¹.

⁹⁰ O Estado do Maranhão foi a unidade administrativa criada em 13 de junho de 1621 por Filipe III, rei da Espanha, que na época era também rei de Portugal, no norte do Brasil. Compreendia as capitanias do Maranhão, Pará, Piauí e do Ceará. Assim a América portuguesa passou a ter duas unidades administrativas: Estado do Maranhão, com capital em São Luís, e Estado do Brasil, cuja capital era Salvador.

⁹¹ VIANA. Hélio, *História do Brasil, Período Colonial*. São Paulo: Editora Melhoramentos. 1967.

Os holandeses foram expulsos da Bahia, mas as ameaças continuavam. Assim sendo, a União Ibérica tratou de construir fortificações na entrada da Baía de Iguape, com o intuito de proteger a importante região açucareira de novas investidas holandesas.

Foram construídos, então, o Forte de Santa Cruz do Paraguaçu, assim como outros dois fortes que se localizavam na Baía de Iguape, o Fortim da Força e o Forte do Paraguaçu. Não se sabe ao certo quando estes foram construídos, mas sabe-se que relatos do final da década de 1640 já fazem referência à existência destes três fortes na região.

Suas construções estão relacionadas, além da invasão de 1624-1625, ao retorno dos holandeses em 1627 e 1638, e ao domínio holandês sobre a vizinha Capitania de Pernambuco, a partir de 1630, de onde só se retirariam em 1654.

Sabe-se que mesmo antes da primeira invasão à Baía de Todos os Santos, a União Ibérica já havia enviado ao Brasil o governador-geral Diogo de Mendonça Furtado, nomeado com recomendações especiais para com a defesa do Brasil (TAVARES, 2008, p. 137).

Nas proximidades destes três fortes encontravam-se as importantes vilas de Maragogipe e de Cachoeira, hoje municípios que conservam os mesmos nomes, onde existiam diversos engenhos, instalados desde a segunda metade do século XVI.

Nas primeiras décadas do século XVII, foi criada a Capela de São Bartolomeu de Maragogipe, em torno da qual foi se desenvolvendo o núcleo urbano que viria a se transformar em sede do município.

Em 1640, a Capela de São Bartolomeu foi elevada à categoria de freguesia pelo bispo Dom Pedro da Silva Sampaio, por proposta do vice-rei Dom Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, com a denominação de São Bartolomeu do Maragogipe.

Em dezesseis de fevereiro de 1724, a freguesia de Maragogipe é elevada à categoria de Vila, por determinação do 4º vice-rei, o Conde de Sabugosa.

Como prova de reconhecimento, os habitantes de Maragogipe ofereceram ao Conde de Sabugosa 2000 alqueires de farinha de primeira qualidade para o sustento da tropa. (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958. P 29)

Por volta de 1650 teve início a produção fumageira em larga escala na Capitania da Bahia. Os proprietários de terras da área em que se localiza o município de Maragogipe passaram a se dedicar cada vez mais ao cultivo e produção da farinha de mandioca, assim como à produção fumageira, devido às características do solo da região, não muito propícias para a produção de cana-de-açúcar.

Já por volta de 1674, a Bahia e em particular o Vale do Paraguaçu já respondia por 90% da produção nacional de fumo.

No final do século XVII, a Carta Régia de 17 de dezembro de 1693, criou o município de Maragogipe, desmembrado de Jaguaripe.

O crescimento econômico da região levou a construção de importantes obras no município de Maragogipe que viriam a se tornar monumentos testemunhos do período colonial Baiano e brasileiro.

Entre elas destacam-se monumentos que hoje são tombados pelos órgãos competentes, tais como a Igreja de São Bartolomeu, construída em fins do século XVII (**FIGURA 5.3.5-13**), com sua fachada principal marcada por uma portada central e duas colaterais, além de três janelas superiores do coro; a capela do Antigo Engenho da Fazenda Capanema, do século XVII; O Paço Municipal, a Casa da Câmara, do século XVII (**FIGURA 5.3.5-14**); a Casa e a Capela da Santa Casa de Misericórdia, datada do século XVIII; a igreja de Santo Antônio, também do século XVIII (**FIGURA 5.3.5-15**), dentre outros monumentos.



FIGURA 5.3.5- 13 – Igreja Matriz de São Bartolomeu, século XVII. A portada (canto esquerdo) foi reconstruída e apresenta características neoclássicas típicas do século XIX.



FIGURA 5.3.5- 14 – Paço Municipal, atualmente casa da Câmara Municipal de Maragogipe.



FIGURA 5.3.5- 15 – Igreja de Santo Antônio, século XVIII.

A Capitania do Paraguaçu foi readquirida pela Coroa, passando a ser Capitania Real, de acordo com a Carta do Conselho Ultramarino datada de doze de dezembro de 1732 e provisão real datada de dezessete de junho de 1733.

A partir do final do século XVIII e início do século XIX, a expansão da economia do Recôncavo fez crescer o número de engenhos e de fazendas produtoras de fumo, o que elevou número de cativos, levando a ocorrência de diversos levantes escravos, desde São Francisco do Iguape, município de Cachoeira, principal área produtora de açúcar da região, até São Roque do Iguape, município de Maragogipe.

Estes agora chegavam à Bahia aos milhares. Calcula-se em cerca de oito mil anualmente. Uma estimativa de 1814 indica que haveria no Recôncavo em torno de 40.800 escravos espalhados por 408 Engenhos, uma média de cem por engenho. Em cada engenho haveria não mais de seis brancos e mulatos, ou seja, 2.450 em todos eles. (REIS, 1990, p.101)⁹².

Na primeira metade do século XIX se deu o processo e independência do Brasil e a região do Iguape, em particular Cachoeira, São Félix e Maragogipe tiveram posição de destaque ao encabeçarem a luta contra as tropas portuguesas que dominaram a capital da província, Salvador.

A luta, conhecida como a guerra de independência da Bahia, teve início em 1821, antes mesmo da Proclamação de Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822, e só chegaria a seu desfecho final em 2 de julho de 1823, com a expulsão definitiva dos portugueses do Brasil.

Durante a segunda metade do século XIX teve continuidade o crescimento econômico da região, nesse momento sustentado especialmente pela grande produção fumageira.

A oito de maio de 1850, Maragogipe recebeu foros de cidade pela Lei Provincial nº 389, sendo agraciada com o título de “Patriota Cidade”.

O final do século XIX foi marcado por uma onda de crescimento econômico na Bahia e no Brasil, levando a construção e a modernização de alguns engenhos da região do Iguape, que nessa época eram de grande porte, com produção ainda de destaque no cenário da província e da nação. A modernização foi feita através da aplicação de capital estrangeiro, da multinacional Bahia Sugar Factories.

Ainda em fins do século XIX, foram instaladas na região importantes indústrias de charutos como a Suerdieck, em Maragogipe (**FIGURA 5.3.5-16**), e a Danneman, em São Félix, ambas de procedência alemã.

A instalação das primeiras fábricas de produção de charutos finos na Bahia data do final do século XIX, coincidindo com o mesmo processo da expansão industrial tabaqueira que ocorreu em Cuba, em condições semelhantes no que se refere ao comércio e a utilização de mão-de-obra

⁹² REIS, João José dos. *Rebelião Escrava no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1990.

(NASCIMENTO, 1997, p. 34; LE REVERENDE, 1985, p. 51-55), levando-se em consideração, apenas, as peculiaridades de cada caso. Em 1870 foi fundada pelo português Francisco José Cardoso, a Juventude, primeira fábrica de charutos em São Félix e fabricante da marca "Regalias". Em 1892, já havia 12 fábricas em todo o Estado, sendo que apenas 4 na capital, 2 em Maragogipe e 6 em São Félix.(ALVES, n. ° 876, 1952)⁹³.

A primeira metade do século XX foi marcada pelo crescimento do consumo mundial de fumo, acompanhado, conseqüentemente, do crescimento da produção de cigarros e charutos na região do Iguape, com destaque para as fábricas localizadas em Maragogipe (Suerdieck) e São Félix (Dannemann).

A Suerdieck foi de grande importância para a vida econômica e cultural de Maragogipe. Segundo dados da época, entre os primeiros anos do século XX e a década de 1950, a Suerdieck empregou pouco menos que 3000 pessoas, sendo que a maioria de seus empregados era do sexo feminino.



FIGURA 5.3.5- 16 –Detalhe da fachada onde se pode ver o nome da Suerdieck e a data de sua instalação na cidade: 1892.

Atualmente, o município de Maragogipe apresenta uma população de 42.079⁹⁴ habitantes, distribuídos por uma área de 436 Km².

⁹³ ALVES, José Ramos de Almeida. Palestra proferida no Rotary Club Cachoeira - São Félix, 9 de abril de 1952. Correio de São Félix. nº876, 26/04/1952.

⁹⁴ Dados do IBGE, relativos ao Censo 2007.

A atual composição administrativa do município, de acordo com a Lei nº 628 de 30 de dezembro de 1953, é de seis Distritos: Maragogipe, Coqueiros, Guaí, Guapira, Nagé e São Roque do Paraguaçu.

Na década de 1990, a Suerdieck, abalada pela queda do consumo e por safras ruins de fumo, faliu, levando a sérios problemas para a economia local.

Atualmente, o município de Maragogipe destaca-se na pecuária bovina, na criação de aves, na lavoura de frutas, como abacaxi, na exploração de tubérculos, como a batata doce, de leguminosas como o amendoim e feijão, além dos cultivos tradicionais de cana-de-açúcar e de fumo. Merecem destaque, ainda, as atividades extrativistas como a da piaçava, a de madeira para lenha e a de castanha de caju.

Toda a história descrita acerca do município de Maragogipe atesta a importância deste enquanto detentor de importantes sítios arqueológicos relacionados ao período histórico. Assim, com base nas características históricas levantadas pela bibliografia existente, considerou-se durante as atividades de prospecção em campo que:

- i. Como a área em questão fora ocupada em tempos históricos, por grupos portugueses, indígenas e africanos, foi considerada a possibilidade de que o local pudesse conter ainda vestígios de tais ocupações, tais como: restos de fundações, de ruínas seculares, relacionadas a momentos históricos;
- ii. Levando-se em consideração a ocupação da área por indígenas, desde os tempos pré-históricos e durante e a partir do século XVI, não se descartou a possibilidade de ocorrerem vestígios pré-coloniais.

Estas foram hipóteses que nortearam as atividades de prospecção dos sítios históricos em superfície.

5.3.5.3. Histórico das Pesquisas Arqueológicas na BTS

Existem 145 sítios arqueológicos cadastrados no Banco de Dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) associados aos municípios da Baía de Todos os Santos (**ANEXO 5.3-9**).

Destes, um sambaqui foi cadastrado em Itaparica; um sítio histórico fora cadastrado em Vera Cruz; em Jaguaripe 129 sítios foram cadastrados, sendo 112 históricos e 17 pré-coloniais apresentando cerâmicas e material lítico; em São Felix ocorre um sítio pré-colonial do tipo cemitério com presença de cerâmicas e material lítico; em Cachoeira existe o cadastro de um sítio cemitério histórico e de um sambaqui semi-destruído; em Candeias há o cadastro de dois sítios históricos; em Simões Filho existe o cadastro de um sítio contendo material cerâmico e lítico; e, em Salvador há o cadastro de oito sítios, todos históricos (IPHAN, 2009).

De acordo com a pesquisa realizada no IPHAN, na área de influência indireta do empreendimento, não existem registros até então para os municípios de Salinas da Margarida, Maragogipe e Saubara. Desta forma esses municípios devem ser considerados como arqueologicamente desconhecidos.

No entanto vale salientar que nem sempre os sítios registrados e pesquisados pelos arqueólogos encontram-se cadastrados no IPHAN e muitos destes são apenas conhecidos por meio de publicações.

Registros de Sambaquis na BTS

Durante o século XIX, Rathburn (1878)⁹⁵ coletou conchas do sambaqui de Porto Santo na Ilha de Itaparica. Durante a sua visita, coletou material conchiliológico e fez várias descrições sobre o ambiente geográfico e as condições geológicas onde se encontra o referido sítio. Entretanto durante a coleta, foram também retiradas, e misturadas ao material do sítio, espécies malacológicas pertencentes à praia próxima, tornando assim difícil o reconhecimento das características particulares daquele sambaqui (MARTINS, 1950)⁹⁶. No entanto, o trabalho de Rathburn figura como a primeira informação na literatura nacional sobre um sambaqui identificado cientificamente no nordeste e em especial na Baía de Todos os Santos, com coleta de material para estudo.

O sambaqui Porto Santo, cujo registro se encontra nos inventários do SPHAN (1984)⁹⁷, apresentou material basicamente relacionado a mariscos e ostras, com pouca ocorrência de cerâmica. Este sítio foi prospectado por Calderón e apresentou profundidade inferior a 1,50 m (ALMEIDA e SANTANA, 2005)⁹⁸.

Embora pouco estudada, a ilha de Itaparica mostra-se como um dos locais de maior probabilidade de ocorrência de muitos e grandes sambaquis. De acordo com Almeida e Santana (2005) as informações dos primeiros cronistas reforçam a idéia de que os maiores sambaquis desta área deveriam estar situados na ilha de Itaparica, já que foram facilmente identificados e sua transformação em cal, se dava efetivamente, naquela ilha.

Segundo Almeida e Santana (2005), Rodolfo Garcia, organizou e publicou, pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, alguns documentos sobre a fundação da cidade de Salvador e reforçou a utilização da cal, procedente de sambaquis na construção:

“A cal era extrahida dos sambaquis; havia três fornos na ilha de Itaparica, onde se fazia muita e se vendia a 500 réis o moio, ou sessenta alqueires. O transporte do material era feito por terra em carros de bois, ou por mar, no recôncavo e das ilhas fronteiras, em barcos e canoas”. (...). Centenas de sambaquis foram destruídos durante os nossos quase cinco séculos de História. Até o século passado, a sua exploração se fazia para o fabrico de cal. Todas as igrejas coloniais do litoral e muitas do interior, todos os velhos solares coloniais do Brasil foram, de modo geral, feitos com cal de sambaqui.” E acrescenta que, “a exploração de conchas, após a introdução do cimento na construção civil, passa a ser empregada na preparação de adubos, rações para animais e na pavimentação de terrenos e pátios” (Garcia, 1937).

Em 1936 os geólogos Abreu Paiva e Amaral Abreu, encontraram o sambaqui da Pedra Ôca, localizado em Periperi subúrbio de Salvador, de onde foi retirado um esqueleto

⁹⁵ RATHBUN, R. 1878. *Observações sobre a Geologia – Aspecto da ilha de Itaparica, na Bahia de Todos os Santos*. Arquivos do Museu Nacional. Rio de Janeiro, III: 159-183.

⁹⁶ MARTINS, E.A. 1950. Notas sobre os moluscos coletados por Richard Rathbun, em 1876, na praia consolidada e sublevada e no sambaqui de Porto Santo, Ilha de Itaparica, Estado da Bahia. *Revista Brasileira de Biologia*. Ed. SBB. Rio de Janeiro, D.F. 10 (1): 141-143.

⁹⁷ SPHAN 1984. *Inventário dos sítios arqueológicos do Estado da Bahia*. Ministério da Educação e Cultura. Pró-Memória 152 p.

⁹⁸ ALMEIDA, Leila M.R.; SANTANA, Cristiana de C. *Termobahia: potencialidades arqueológicas da região de Martaripe*. Editora Virtual de História, Arquitetura, Restauração e Arte. 17p. 2007.

humano (ALMEIDA e SANTANA, 2005). Posteriormente, entre 1961 e 1964, o arqueólogo Valentin Calderón da UFBA escavou esse sambaqui. De acordo com suas pesquisas, o mesmo media menos de 100m² de área e pouco menos de 3 m de altura, estando instalado sobre uma praia extinta. O estudo no sambaqui da Pedra Ôca resultou em uma coleção de artefatos de ossos, conchas, vestígios de enterramentos humanos, além de vestígios cerâmicos pré-coloniais. O sambaqui da Pedra Ôca tem datação de 2.800 anos antes do presente (CALDERÓN, 1964)⁹⁹.

Em Cachoeira, Calderón também localizou outro sambaqui, o Ponta Grossa (IPHAN, 2008). Ainda em Cachoeira, em 1990, outro sambaqui, o Sambaqui do Convento foi sondado por professores e arqueólogos do VII CECRE (Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos Históricos - CEAB/FAUFBA), por encontrar-se no mesmo espaço onde existe um monumento arquitetônico (ALMEIDA e SANTANA, 2005).

Em São Francisco do Conde, Calderón localizou o Sambaqui do Casqueiro e em Vera Cruz o sambaqui Ponta do Sobrado (SPHAN 1984).

A BTS é, juntamente com o litoral norte da Bahia, a área do estado a apresentar a maior quantidade de sambaquis já registrados, cinco ao total. Segundo Almeida e Santana (2005) infelizmente é também na Baía de Todos os Santos que se verifica a destruição sistemática desses sítios, impulsionada inicialmente pela construção da cidade de Salvador, a partir de 1530, e posteriormente, imposta pelo crescimento demográfico e industrial.

Registros de Sítios Aratu e Tupiguarani na BTS

Durante a década de 60 Calderón registrou também diversos sítios arqueológicos relacionados a grupos horticultores, classificados arqueologicamente como Aratu e Tupiguarani. Estes grupos, da mesma forma que os sambaquianos, também procuravam os espaços litorâneos, resultando, na maioria das vezes, na ocupação dos mesmos espaços, em tempos diferenciados. Esses sítios são caracterizados pela ocorrência de grandes aldeamentos estando presentes no Estado da Bahia há mais de 1.000 anos antes do presente (SILVA, 2000)¹⁰⁰. Parte dos sítios já registrados no estado se encontra na Baía de Todos os Santos, área onde foi localizada a maior quantidade de sítios arqueológicos deste tipo (**FIGURA 5.3.5-17**) (CALDERÓN, 1969)¹⁰¹.

⁹⁹ CALDERÓN, V. 1964. *O sambaqui da Pedra Ôca*. Relatório de uma Pesquisa, 2. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciências Sociais, 88p.

¹⁰⁰ SILVA, C.C. 2000. Herança Geológica como ferramenta para a prospecção de sambaquis no litoral norte do estado da Bahia: o exemplo do sambaqui Ilha das Ostras. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências, UFBA, Salvador-BA.

¹⁰¹ CALDERÓN, V. 1969. *A fase Aratu no Recôncavo e Litoral Norte do Estado da Bahia*. PRONAPA, Resultados preliminares do 3o ano, 1967-68. Belém, Museu Emilio Goeldi - Publicações Avulsas, 13: 161-172.

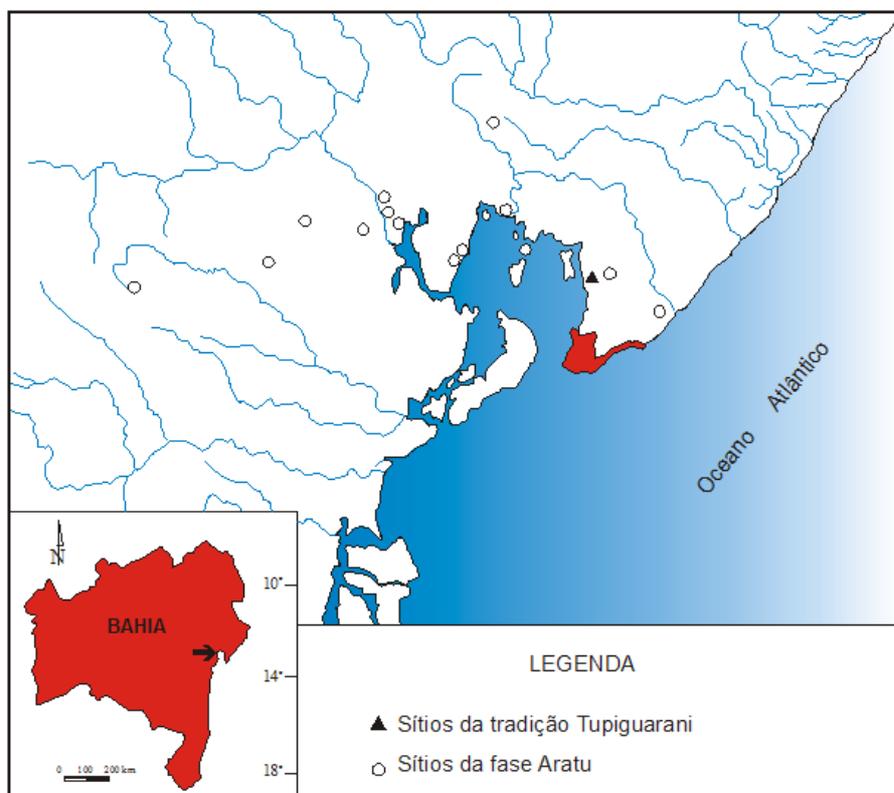


FIGURA 5.3.5- 17 – Mapa de localização de sítios arqueológicos de grupos Tupiguarani e Aratu, situados no Recôncavo Baiano. Fonte: Silva, 2000.

Os grupos Aratu eram sedentários, semi-permanentes e viviam em aldeamentos a céu aberto. Dominavam a agricultura do milho, mesmo que incipiente e exploravam alguns tubérculos sem, contudo, desprezar a caça e a coleta (PROUS, 1992)¹⁰².

A primeira ocorrência de sítio Aratu se deu no Recôncavo Baiano, no Sítio da Viúva, localizado no Centro Industrial de Aratu, que deve a esse fato a sua denominação (CALDERÓN, 1972). O sítio Guipe, localizado nas cercanias da barragem do rio de mesmo nome, próximo a Salvador, possui a datação de 1.130 anos antes do presente, que é a datação mais antiga para assentamentos dessa cultura no Recôncavo (CALDERÓN, 1969).

Em São Francisco do Conde Calderón cadastrou dois desses sítios relacionados a grupos ceramistas horticultores, um na fazenda Mombaça e outro na Ilha Cajaíba (SPHAN 1984).

Diversos sítios afiliados às Tradições culturais Tupiguarani também foram objeto de registro por Calderón nos municípios do Recôncavo Baiano, em áreas próximas à Baía de Todos os Santos (CALDERÓN, 1969; 1970¹⁰³; 1971¹⁰⁴ e 1972¹⁰⁵).

¹⁰² PROUS, A. 1992. *Arqueologia Brasileira*. Ed. UNB, Brasília - DF, 605 p.

¹⁰³ CALDERÓN, V. 1970. *Contribuição para o reconhecimento da arqueologia do Recôncavo e do sul do Estado da Bahia*. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - 5, Resultados Preliminares do 5o ano - 1969- 1970, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém-PA, 23p.

No litoral, os ceramistas ocuparam não só os espaços que anteriormente serviram aos sambaquianos, como também ocuparam os depósitos Terciários e Quaternários incluindo a planície costeira, desde dunas a terraços diversos. Desta forma, qualquer trecho da zona costeira é provavelmente passível de conter este tipo de ocupações. O estudo de qualquer área do litoral Baiano deve levar sempre em consideração a provável ocorrência de sítios Aratu e/ou Tupiguarani.

Além dos grupos pré-históricos deve-se levar em consideração, ao se estudar o espaço litorâneo, e em especial o espaço costeiro próximo a cidade de Salvador, a possibilidade de se encontrar assentamentos indígenas relacionados aos primeiros anos da colonização do território brasileiro e assentamentos dos primeiros colonos e ocupações posteriores, objeto de estudo da arqueologia histórica. A região em questão fora intensamente ocupada durante o período colonial e os que se seguiram posteriormente, tendo sido palco de guerras e demais eventos históricos, fatores que devem ser levados em consideração quando das atividades de prospecção.

Primeiros Registros da Ocupação Histórica da BTS

Os primeiros registros da ocupação portuguesa na Baía de Todos os Santos são verificados a partir de estudos sobre os indígenas habitantes do Brasil no século XVI, tendo-se indicativos importantíssimos para localização de sítios históricos de contato no Recôncavo.

Dentre os estudos sobre os indígenas à época do descobrimento destaca-se o compêndio *Política Indigenista dos Portugueses no Brasil: 1500 – 1640* onde se encontram narrativas sobre tribos Tupinambá, habitantes daquela região na época da chegada dos europeus às terras brasileiras.

A localização desses sítios são imprescindíveis ao esclarecimento dos primeiros momentos de contato entre índios e europeus, bem como do modo de vida daqueles habitantes, aspectos da organização social e modos de sobrevivência, ou seja, seus padrões de assentamento, ampliando assim, os dados disponíveis sobre o início da colonização brasileira no século XVI.

Alguns documentos discorrem também sobre o momento imediatamente posterior ao contato e dá conta das fazendas, canaviais e engenhos existentes até a segunda metade do século XVI, como é o exemplo do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* de Gabriel Soares de Souza que sobre a baía de Iguape salienta:

“(...) uma ilha, que chamam dos Franceses, (...) onde eles em tempos atrás chegavam com suas naus por ter fundo para isso, e estavam nesta ilha seguros do gentio, com o qual faziam dela seus resgates à vontade.(...) defronte desta ilha dos Franceses está uma casa de meles de Antônio Peneda. (...) tornando à casa de meles de Antônio Peneda, virando dela para a enseada de Uguape, sobre a mão direita, daqui a duas léguas, é a terra fraca e não serve senão para currais de vacas. No meio deste caminho está uma ilha rasa, que Antônio Dias Adorno teve

¹⁰⁴ CALDERÓN, V. 1971. *Breve notícia sobre a arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - 4 - Resultados Preliminares do 4o ano - 1968 - 1969*, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém-PA, 15p

¹⁰⁵ CALDERON, V. 1972. *A pesquisa arqueológica nos Estados da Bahia e Rio Grande do Norte*. Dédalo, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, v.15, p 18.

já cheia de mantimentos; (...). No cabo destas léguas começa a terra boa, que está povoada até o engenho de Antônio Lopes Ulhoa, de muitos canaviais e formosas fazendas, no que haverá espaço de uma légua. Este engenho mói com grande aferida, e está mui ornado com edifícios de pedra e cal, e a ribeira com que mói se chama Ubirapitanga. E indo deste engenho para cima, sobre a mão direita ao longo do salgado, vai povoada a terra de fazendas e canaviais, em que entra uma casa de meles de Antônio Rodrigues, e andando assim até junto do rio da Água Doce do Paraguaçu, que podem ser duas léguas, vão dar com o notável e bem assentado engenho de João de Brito de Almeida, que está senhoreando esta baía com a vista, o qual engenho é de pedra e cal, e tem grandes edifícios de casas, e muito formosa igreja de São João, de pedra e cal, o qual engenho tem mui grande aferida e mói com ribeira que vem a este sítio por uma levada de uma légua, feita toda por pedra viva ao picão, com suas açudadas, com muros e botaréus de pedra e cal, coisa muito forte. (...). Acima deste engenho um tiro de berço dele, entra nesta baía, que este rio aqui faz, o rio da Água Doce do Paraguaçu, (...) e navega-se por ele acima até a cachoeira (...). E antes de chegarem à cachoeira, à vista dele, está outro engenho de água mui bem acabado, o qual fez um Rodrigo Martins, mameluco, por sua conta, e de Luís de Brito de Almeida, junto do qual vivem muitos mamelucos com suas fazendas” (Souza, 1587)¹⁰⁶.

De acordo com o relato de Soares de Souza até 1587 a região da BTS, em especial a baía de Iguape até Cachoeira encontrava-se já bastante povoada por fazendas e grandes engenhos de cana-se-açucar.

Assim, devido a forte ocupação dessa área, desde tempos pré-coloniais, como observado, fica evidente a necessidade de muita atenção e cuidado ao se realizar pesquisas arqueológicas na área.

5.3.5.4. Resultados das Atividades de Levantamentos Históricos e Arqueológicos em Campo

Durante as atividades de campo realizadas nesta etapa da pesquisa localizamos 32 sítios, dentre arqueológicos e históricos /arquitetônicos, distribuídos nos municípios de Salinas da Margarida, Saubara, Maragogipe, São Felix e Cachoeira. Além desses 32 sítios realizamos levantamentos nos centros históricos dos três últimos municípios listados.

Deve-se levar em consideração que os sítios históricos /arquitetônicos locais também são considerados arqueológicos por serem testemunhos de parte da história da colonização e de períodos subseqüentes, onde, muitas vezes a fonte escrita não foi suficiente para caracterizar os eventos ocorridos. Desta forma, as igrejas, casarios, edifícios e estruturas, estejam estas em bom estado ou arruinadas são objeto, juntamente com o seu entorno, de estudo da arqueologia histórica. Os pontos verificados e que apresentam vestígios materiais pré-históricos e históricos encontram-se listados no **QUADRO 5.3.5-1**.

¹⁰⁶ SOUZA, G.S. Tratado descritivo do Brasil em 1587. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil*, XIV, 1938.

QUADRO 5.3.5- 1 – Lista dos sítios arqueológicos e históricos/ arquitetônicos mapeados durante a primeira etapa de pesquisa em campo.

LOCAL	COORDENADA	VESTÍGIOS
Sítio Arqueológico Histórico	24 L 520217 8580363	Ruínas, cerâmicas, conchas
Sítio Arqueológico Histórico	24 L 519751 8580405	Ruínas, cerâmicas, faianças, conchas
Sítio Arqueológico (Pré Colonial ?)	24 L 519547 8580502	Conchas e terra preta
Sítio Arqueológico Histórico	24 L 515671 8585562	Ruínas, cerâmicas, conchas
Sítio Arqueológico Histórico	24 L 514197 8588955	Igreja do Engenho Velho; Ruínas, cerâmicas e faianças
Complexo de Sítios Arqueológicos Histórico e (Pré-colonial)	24 L 513723 8591250	Convento de S. Francisco do Paraguaçu + Sambaqui
Sítio Arqueológico (Pré Colonial ?)	24 L 513560 8591701	Conchas e terra preta
Complexo de Sítios Arqueológicos Histórico e (Pré-colonial)	24 L 515178 8597744	Igreja de Santiago do Iguape + Sambaqui
Sítio Arqueológico (Pré Colonial ?)	24 L 515527 8597771	ostras e terra preta
Sítio Arqueológico Histórico	24 L 515438 8597827	Torre de Engenho
Sítio Arqueológico Histórico e (Pré-colonial ?)	24 L 513869 8588040	Conchas, batedor lítico, cerâmica, faiança
Sítio Arqueológico Histórico	24 L 514227 8585773	Ruínas de antigo engenho
Sítio Arqueológico Histórico	24 L 514113 8585816	Ruínas do Aqueduto
Sítio Arqueológico Histórico	24 L 514239 8585654	Fundações
Complexo de Sítios Arqueológicos Histórico e (Pré-colonial ?)	24 L 515049 8585119	Forte da Salamina; conchas e terra preta em profundidade (sambaqui ?)
Complexo de Sítios Arqueológicos Histórico e (Pré-colonial ?)	24 L 522352 8580491	Porto da Barra paraguaçu, antiga caeira, ostras em profundidade, terra preta
Sítio Pré-colonial (?)	24 L 525693 8570990	Casa do Sr. Bartolomeu: Conchas, terra preta (sambaqui?)
Complexo de Sítios Arqueológicos Histórico e (Pré-colonial ?)	24 L 525618 8571210	Igreja de Encarnação de Salinas; Conchas, terra preta (sambaqui?)
Sítio Pré-colonial (?)	24 L 526654 8576307	Bairro das marisqueiras: Conchas e terra preta em profundidade.
Sítio Arqueológico Histórico	24 L 531555 8578629	Ilha do meio. Ruínas
Sítio Histórico	24 L 508808 8587376	Igreja de Maragogipe
Sítio Histórico	24 L 509088 8587510	Igreja de Santo Antônio Maragogipe
Sítio Histórico	24 L 509529 8587387	Igreja de São Pedro Maragogipe
Sítio Histórico	24 L 507195 8593313	Igreja de Nagé
Sítio Histórico	24 L 507132 8594041	Igreja de Coqueiros
Sítio Histórico	24 L 516725 8578745	Igreja de São Roque
Sítio Histórico	24 L 504247 8602988	Portal de Pedra do Engenho
Sítio Arqueológico Histórico	24 L 521537 8569998	Antiga casa de farinha. Cerâmica
Sítio Arqueológico Histórico	24 L 521188 8569896	Antiga Tapera (informações de estrada de tropeiros). Faiança, cerâmica
Sítio arqueológico pré-histórico (?)	24 L 520996 8569784	Material lascado (Sílex)
Sítio Arqueológico Histórico	24 L 520111 8569988	Antiga Tapera (informações de estrada de tropeiros). Faiança, cerâmica.
Sítio Histórico	24 L 523631 8576900	Igreja de Conceição de Salina

A partir das coordenadas apresentadas no quadro acima, foram lançados os pontos no mapa da área, sendo assim, apresentado no **ANEXO 5.3-10**, o Mapa de Sítios Arqueológicos e Histórico/Arquitetônico.

Descrição dos Sítios Arqueológicos Pré-Coloniais

Foram dois os sítios pré-históricos localizados, ambos sambaquis e associados a outros sítios históricos (igrejas), daí a denominação de “Complexos de Sítios Arqueológicos”.

Ambos os sambaquis registrados apresentam sinais de ter sido minerado e possivelmente suas conchas serviram para a construção de ambas as igrejas, o que era comum em tempos coloniais. Ambos os sambaquis se mostram elevados no terreno e possivelmente esta elevação associada à existência das ostras para a fabricação da cal teriam sido responsáveis pela escolha do local para a construção das igrejas.

Sambaqui do Convento de São Francisco do Paraguaçu

Este sambaqui está assentado sobre uma base rochosa e sob e ao redor do Convento de São Francisco do Paraguaçu, município de Cachoeira, tendo sido sondado pela equipe do CECRE (Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos Históricos - CEAB/FAUFBA) no ano de 1990 de onde se tem notícia da retirada de um enterramento (ALMEIDA e SANTANA, 2005).

Toda área ao redor da igreja apresenta vestígios do sambaqui (**FIGURA 5.3.5-18**). O sambaqui apresenta grandes dimensões e as conchas se aprofundam em meio a sedimentos bastante escuros (**FIGURA 5.3.5-19**).



FIGURA 5.3.5- 18 – Vista do Convento de São Francisco do Paraguaçu. A área gramada representa parte do sambaqui e apresenta afloramentos de ostras que se prolongam em profundidade.



FIGURA 5.3.5- 19– Vista do sambaqui do Convento onde se pode observar os sedimentos escuros associados a conchas (sinalizado em vermelho) que se prolongam em profundidade.

Sambaqui da Igreja de Santiago do Iguape

Este sambaqui está assentado na base e adjacências da Igreja de Santiago do Iguape, município de Cachoeira (**FIGURA 5.3.5-20**). Não existe menção no IPHAN, tampouco na bibliografia arqueológica acerca de sua existência, desta forma este sambaqui deve ser considerado como inédito.

O sambaqui encontra-se ao redor da igreja e sob esta; os vestígios de ostras e terras pretas se prolongam tanto em profundidade quanto em extensão ocupando não apenas a área imediatamente adjacente à igreja, como as residências próximas, a praça do posto de saúde e uma fazenda do seu lado esquerdo (**FIGURAS 5.3.5-21 e 5.3.5-22**). Este sítio apresenta tamanha dimensão que existe a real possibilidade de se tratarem de dois sambaquis geminados.



FIGURA 5.3.5- 20 – Vista da Igreja de Santiago do Iguape, sob e ao redor da qual encontra-se o sambaqui.



FIGURA 5.3.5- 21 – Vista parcial dos fragmentos de conchas ao redor da Igreja de Santiago do Iguape.



FIGURA 5.3.5- 22 – Detalhe dos fragmentos de conchas ao redor da Igreja de Santiago do Iguape.

Segundo informações dos moradores locais as ostras se aprofundam até cerca de 3m. De acordo com os informantes durante uma intervenção realizada próxima a igreja foi exumado um esqueleto totalmente articulado em meio às conchas.

Descrição dos Sítios Arqueológicos Conchíferos de Idade e Tipologia não Conclusivos

Dentre os sítios localizados, oito se referem àqueles que, embora apresentem conchas, não foram imediatamente classificados como sambaquis. Esses sítios devem ser prospectados para que se possa concluir se são, ou não sambaquis.

Desses chama a atenção o concentrado de conchas e de terra preta associada à área de entorno da Igreja de Encarnação, em Salinas da Margarida.

Outros sítios com características semelhantes ao anterior se referem ao igual concentrado de conchas associado às ruínas do Forte da Salamina (**FIGURAS 5.3.5-23 e FIGURA 5.3.5-24**) e ao aqueduto da casa do engenho (**FIGURAS 5.3.5-25 e 5.3.5-26**).



FIGURA 5.3.5- 23 – Vista parcial do Forte da Salamina; a seta em vermelho indica um dos locais com presença de concentrado de conchas.



FIGURA 5.3.5- 24 – Conchas existentes na superfície e que se prolongam em profundidade no Forte da Salamina.



FIGURA 5.3.5- 25 – Vista parcial do aqueduto da casa do engenho, local em que também se encontrou conchas em superfície e em pouca profundidade.



FIGURA 5.3.5- 26 – Conchas existentes na superfície e que se prolongam em profundidade na área do aqueduto da casa do engenho.

Conchas e terras pretas também foram registradas juntamente com a presença de cerâmicas (**FIGURAS 5.3.5-27 e 5.3.5-28**) e próximas a ruínas. Nessa categoria se encontram seis sítios. Esses locais apesar de não terem apresentado conchas em profundidades apresentaram terra preta em profundidades variadas.

É importante salientar que Silva-Santana (2007)¹⁰⁷ localizou e datou sambaquis bastante rasos, com baixa densidade de conchas, mas com idades em torno de 4 mil anos antes do presente, no litoral norte do estado da Bahia, em Conde.



FIGURA 5.3.5- 27 – Detalhe de sítio contendo conchas em superfície associada a terras pretas.

¹⁰⁷ SILVA-SANTANA, C.C. 2007. Sambaquis perilagunares da zona costeira de Conde, Bahia. Tese de Doutorado. Orientador: Dra. Maria Dulce Gaspar. Programa de Pós-Graduação em Geologia Costeira e Sedimentar, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 197p.



FIGURA 5.3.5- 28 – Detalhe de cerâmicas associadas a sítio contendo conchas e terras pretas.

Descrição dos Demais Sítios Arqueológicos Localizados

Oito outros Sítios Arqueológicos Históricos foram localizados durante as atividades de campo, estando relacionados ou não a ruínas. São locais com restos de cerâmicas, faianças, líticos e materiais construtivos; nesses sítios podem ocorrer conchas. No entanto, as mesmas encontram-se dispostas apenas na superfície, não estando associadas a terras pretas.

Destes chama a atenção a grande concentração de cerâmica e faianças nas proximidades da Igreja do Engenho Velho e das Ruínas do antigo engenho e fazenda (**FIGURA 5.3.5-29**).

A área apresenta tamanha quantidade de cacos cerâmicos que estes se encontram espalhados inclusive dentro da baía, dispostos na água, na praia e no manguezal próximo (**FIGURAS 5.3.5-30, 5.3.5-31 e 5.3.5-32**).



FIGURA 5.3.5- 29 – Vista da Igreja do Engenho Velho onde nas proximidades foi registrada grande quantidade de cacos cerâmicos e fragmentos de faianças.



FIGURA 5.3.5- 30 – Fragmentos cerâmicos e de faianças no manguezal próximo à igreja do engenho velho.



FIGURA 5.3.5- 31 – Fragmentos cerâmicos e de faianças dispostos no interior da baía próximo à Igreja do engenho velho.



FIGURA 5.3.5- 32 – Artefato lítico polido associado ao contexto do sítio relacionado à Igreja do engenho velho.

Ainda dentro dessa categoria de sítios, ocorrem três relacionados a moradas e acampamentos, todos em locais mais distantes do litoral, em direção a mata e identificados no **QUADRO 5.3.5-1** com as numerações 29, 30 e 31: um desses se refere

a uma antiga casa de farinha, onde foi possível identificar fragmentos cerâmicos do enorme tacho de barro usado na fabricação da farinha. Os outros dois sítios se referem a antigas taperas onde se encontram fragmentos de cerâmica e algumas faianças, incluindo um fragmento de faiança inglesa, o borrão azul, comum no século XIX.

Descrição dos Sítios Arqueológicos Históricos /Arquitetônicos e dos Complexos Arquitetônicos Urbanos

Durante as atividades de campo relacionadas à área de estudo, localizamos os seguintes sítios históricos /arquitetônicos:

Igreja de Encarnação de Salinas

A igreja situa-se no povoado de mesmo nome, pertencente ao município de Salinas da Margarida. Localiza-se a cerca de 300 metros do mar, numa pequena praça. A igreja apresenta fachada em estilo barroco.

Segundo moradores, a Igreja completa este ano 389 anos e da última vez que escavaram seus arredores para que fosse feito um poço, encontraram muitos esqueletos, o que leva a crer que a Igreja possuía cemitério acoplado. Aventa-se a possibilidade ainda que, como o solo apresenta muita quantidade de ostras, este local também poderia ter sido um antigo sambaqui e que alguns dos enterramentos estejam associados a esse sítio pré-colonial.

O padre da Paróquia de Salinas, André Luis Alencar, não permitiu que entrássemos na capela para fotografar.



FIGURA 5.3.5- 33 – Igreja de Encarnação de Salinas, fachada em estilo barroco.

Capela de Conceição de Salinas

A igreja situa-se no povoado de Conceição, município de Salinas da Margarida e também segundo moradores data do século XVII.

Também não foi possível entrar para fotografar o interior desta igreja, pois, a chave da mesma estava quebrada e emperrada na fechadura, como pudemos constatar.

De acordo com as observações realizadas na parte externa desta igreja pode-se constatar que a mesma apresenta fachada barroca, apresentando, entretanto, pórtico em estilo Neoclássico.



FIGURA 5.3.5- 34 – Capela de Conceição de Salinas. Em detalhe fachada barroca e pórtico Neoclássico.

Ruínas do Engenho Velho e da Capela

As ruínas do engenho velho e da capela compõem parte da antiga Fazenda Capanema, localizada no município de Maragogipe.

A capela cuja data de construção 1660 é visível na fachada, apresenta estilo tipicamente barroco colonial, com grossas paredes, detalhes e pilares em arenito de praia. Acoplada a igreja, ao fundo encontra-se um possível minador de água (antiga fonte). A igreja

encontra-se bem preservada, incluindo um pequeno compartimento lateral onde pode-se observar a azulejaria ainda intacta.

As Ruínas do Engenho Velho apresentam paredes em pedra e argamassa e uma espécie de tijolo achatado típico de construções coloniais. A parte superior encontra-se revestida e algumas partes apresentam intervenções relativamente recentes.



FIGURA 5.3.5- 35 – Capela do engenho velho, datada de 1660. Estilo barroco colonial.



FIGURA 5.3.5- 36 – Detalhe dos azulejos da capela do Engenho Velho.

Convento de São Antônio do Paraguaçu

O Convento de São Antônio do Paraguaçu faz parte do distrito de Iguape de Santiago, Cachoeira.

A Fachada do Convento Franciscano apresenta estilo barroco tendo sido construído na segunda metade do século XVII. O convento apresenta estilo barroco, com detalhes na base do cruzeiro externo em alto relevo, apresentando uma figura visivelmente indígena.

A igreja embora tombada pelo IPHAN encontra-se em péssimo estado de conservação. Segundo informações da zeladora a igreja fora assaltada e não raro tem partes de seus azulejos retirados por vândalos. Quanto aos azulejos muitos estão descascados e incompletos. Na última sala, encontra-se um mosaico atual confeccionado com partes quebradas dos azulejos antigos e que destoa e descaracteriza a construção e da obra artística em si que é o convento.



FIGURA 5.3.5- 37 – Fachada do Convento Franciscano construído na segunda metade do século XVII. Estilo barroco.

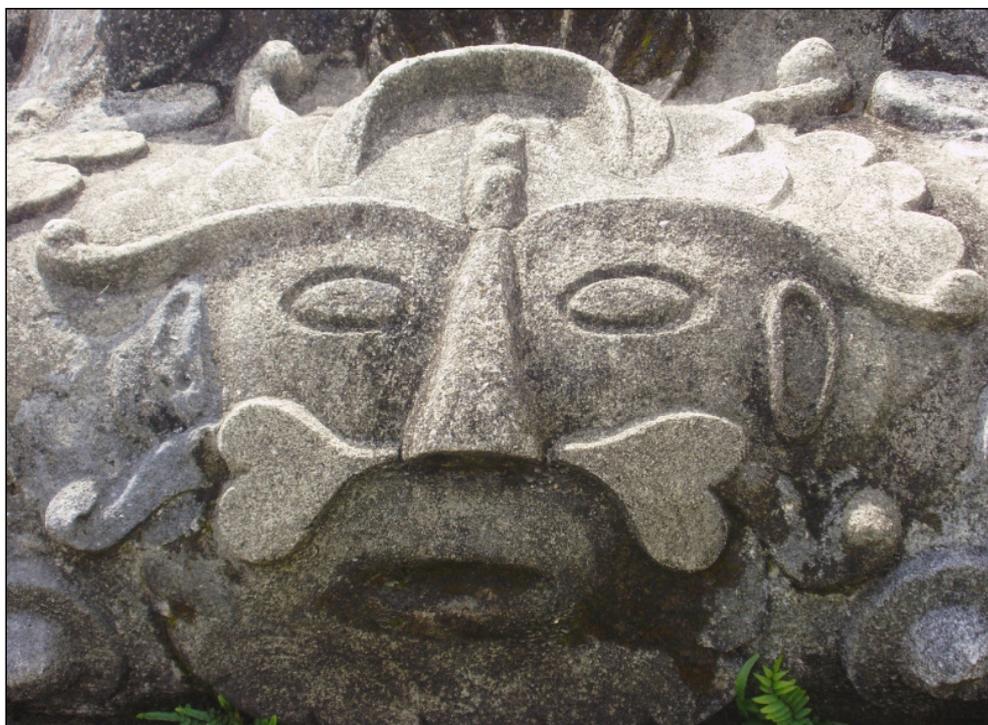


FIGURA 5.3.5- 38– Detalhe da base da cruz, localizada em frente da Igreja.



FIGURA 5.3.5- 39 – Detalhe dos arcos da parte frontal do prédio.



FIGURA 5.3.5- 40 – Pátio interno ou Claustro do Convento.



FIGURA 5.3.5- 41 – Vista geral do mosaico elaborado com os restos de azulejos do convento. Tipicamente destoando com o contexto original.

Igreja de Santiago do Iguape

A igreja de Santiago do Iguape se situa no povoado de Iguape, Cachoeira.

A fachada da igreja apresenta estilo Neo-barroco, tipicamente relacionada ao século XIX.



FIGURA 5.3.5- 42 – Fachada em estilo Neo-barroco. Século XIX.



FIGURA 5.3.5- 43 – Interior de Santiago do Iguape. Altar Mor com a imagem de Santiago de Compostela.

Forte de Santa Cruz do Paraguaçu

O Forte de Santa Cruz do Paraguaçu também conhecido como Forte da Salamina situa-se no município de Maragogipe.

Construção militar datada do século XVII e que, juntamente com o fortim da forca situado em frente, formavam uma importante estrutura de controle para o acesso ao Recôncavo Baiano. O forte apresenta características típicas das construções do século XVIII, no entanto, as suas fundações datam do século XVII.

Mesmo tombado pelo IPAC o Forte da Salamina encontra-se em péssimo estado de conservação. Atualmente em seu interior moram mais de 40 famílias quilombolas, ex-

trabalhadores da fazenda salamina cujas ruínas ainda resistem ao tempo, e que sobrevivem da pesca e da agricultura familiar.

Observa-se que parte das pedras e das estruturas construtivas originais estão sendo retiradas para a construção de residências locais.



FIGURA 5.3.5- 44 – Vista geral do Forte de Santa Cruz do Paraguaçu (salamina). Sua construção original data do século XVII.



FIGURA 5.3.5- 45 – Vista geral do interior do Forte de Santa Cruz do Paraguaçu (Salamina). As ruínas em seu interior se referem a antigas construções da fazenda Salamina.



FIGURA 5.3.5- 46 – Detalhe da sede da antiga fazenda Salamina cuja arquitetura remete ao início do século XX.

Ruínas em frente à Salamina

A área apresenta uma série de ruínas e fundações localizadas logo à frente do Forte de Santa Cruz do Paraguaçu (Forte da Salamina).

Esta série de ruínas pode ter sido edificada em local onde anteriormente pode ter existido o Fortim da Força. O fortim da força é descrito na literatura como localizado em frente ao da salamina os quais cruzavam fogos durante as defesas dos ricos engenhos no século XVII.

Estas ruínas ou simplesmente o terraço onde se situam seria o local mais provável para se encontrar vestígios materiais do citado fortim da força.



FIGURA 5.3.5- 47 – Alicerces em pedra, no estilo utilizado pelas construções coloniais, situado em possível local de instalação do fortim da força.



FIGURA 5.3.5- 48 – Forte da Salamina visto de cima da elevação onde se encontram as ruínas e a provável localização do fortim da força.

Aqueduto e ruínas de engenho

Consiste em construções localizadas próximas e na mesma margem do rio Paraguaçu, onde se localiza o forte da Salamina.

O complexo de edificações se refere a um magnífico conjunto arqueológico /histórico /arquitetônico. A primeira estrutura é provavelmente o que sobrou de um antigo aqueduto que captava água de minações e de uma cachoeira próxima. Possivelmente trata-se da mesma bica d'água, comentada por D. Pedro II em viagem pelo recôncavo, em que os navios da Bahia faziam aguada.



FIGURA 5.3- 49 – Ruínas do aqueduto. Os arcos são em pedra com revestimento e, dependendo da localização ultrapassam, provavelmente, a 10 metros de altura.

O segundo conjunto arquitetônico se refere a uma imensa construção com paredes em pedra, argamassa e um tipo de tijolo fino e composto por argila e conchas moídas.

Apresenta grande espessura em suas paredes, em alguns locais ultrapassa 1m. Parece tipicamente uma habitação.

A construção como um todo se apresenta arruinada, no entanto a ambiência e o complexo de construções apresenta beleza significativa e grande interesse arqueológico.



FIGURA 5.3.5- 50 – Ruínas localizadas na elevação acima do aqueduto. Nota-se que se tratava de uma habitação. Suas paredes de pedras e argamassa ultrapassam um metro de largura.

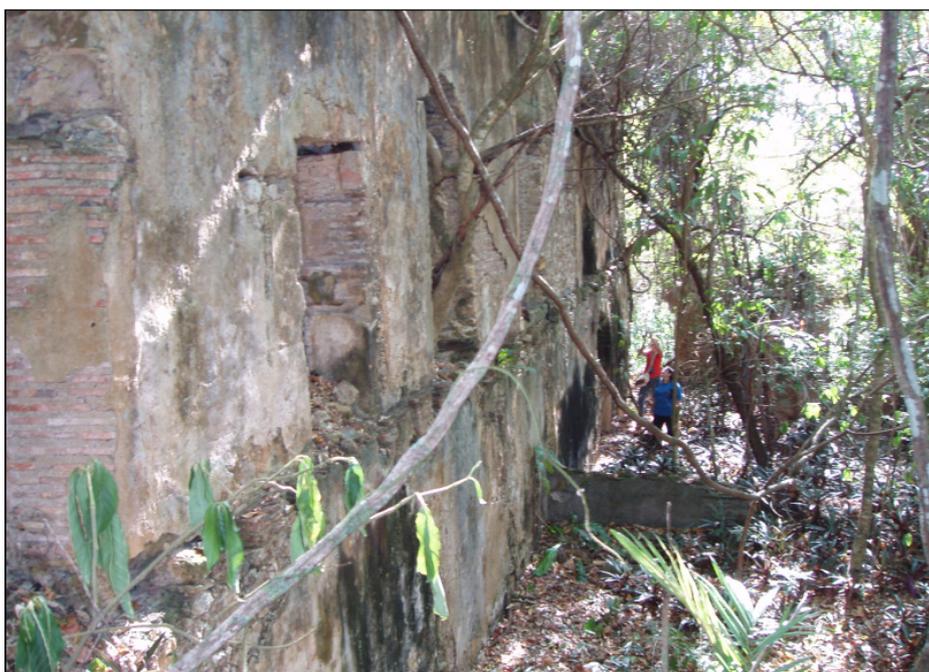


FIGURA 5.3.5- 51 – Detalhe da construção habitacional acima do aqueduto. Os pesquisadores ao pé da ruína servem como escala para mostrar a grandiosidade do prédio. Não foram encontradas informações dessa estrutura no IPHAN e IPAC.

Ruínas da Ilha do Meio

As ruínas encontram-se localizadas nas proximidades da margem da ilha do meio, voltada para o município de Salinas.

Existem duas ruínas possivelmente da mesma época, pois, foram construídas do mesmo material e estilo. A primeira, menor, apresenta dois cantos arredondados e outros dois retos, cuja parte das paredes ainda existentes mostram cerca de 1 m de espessura. A segunda apresenta dois prédios vizinhos, também com paredes espessas, apresenta-se como uma grande estrutura com cerca de 35 m de comprimento por 15 m de largura. Na lateral o outro prédio medindo cerca de 20 m por 45 m.



FIGURA 5.3.5- 52 – Vista de Ruínas existentes no interior da Ilha do Meio.

Edificações dos povoados localizados às margens da Baía de Iguape

Igreja de São Roque do Iguape, distrito de Maragogipe. A Igreja apresenta túmulos em seu interior datados do século XIX e apresenta um cemitério acoplado e ainda em uso. É digno de nota que os cemitérios acoplados às igrejas passaram a ser desativados ainda no século XIX.



FIGURA 5.3.5- 53 – Igreja de São Roque do Iguape. Distrito de Maragogipe. A Igreja apresenta um cemitério acoplado e ainda em uso.

Com relação às Igrejas de Nagé e Coqueiro, embora apresentem características antigas, possivelmente relacionadas ao século XIX, os moradores entrevistados não souberam datar com precisão a fundação das mesmas.

Em ambas as igrejas não existem indicativos de suas construções, apenas de suas últimas reformas realizadas na década de 1940.



FIGURA 5.3.5- 54 – Igreja de Nagé.



FIGURA 5.3.5- 55 – Igreja de Coqueiros.

Listagem geral de alguns edifícios de Maragogipe e Cachoeira

As cidades de Maragogipe e Cachoeira apresentam grande parte de suas construções históricas tombadas.

Em Maragogipe destacam-se como de grande beleza e importância arquitetônica e artística o Paço Municipal, datado do Século XVII, bem Tombado e a Igreja Matriz de Maragogipe, construção típica do século XVII, em homenagem a São Bartolomeu, também Tombada.

Cachoeira apresenta todo o seu centro histórico tombado e a maioria dos seus edifícios é de grande importância histórica /arquitetônica. Dentre tantas construções, destacam-se as do século XVII: Câmara Municipal e cadeia, Capela de Nossa Senhora da Ajuda e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário.

5.3.5.5. Avaliação Arqueológica

Durante as atividades constatou-se a existência de um sítio arqueológico, sendo este classificado como um complexo de sítios (**QUADRO 5.3.5-2**).

Além dos sítios foram identificados dois locais contendo vestígios (**QUADRO 5.3.5-3**), os quais foram devidamente registrados no IPHAN (**ANEXO 5.3-11**) e cujas análises, nesta etapa de pesquisa, foram inconclusivas quanto ao fato de serem, ou não, sítios arqueológicos. Desta forma, deve-se realizar prospecções em sub-superfície posteriormente para confirmação da existência, ou não desses sítios arqueológicos.

QUADRO 5.3.5- 2 – Sítios arqueológicos localizados durante as atividades de prospecção em superfície.

Sítio	Localidade	Características do Sítio	Vestígios Encontrados
Ponta do Corujão	Ponta do Corujão– Maragogipe	Histórico com restos de edificação	Telha colonial, piso colonial, cerâmica, lítico, louças

QUADRO 5.3.5- 3 – Pontos contendo poucos vestígios e localizados durante as atividades de prospecção em superfície.

Ponto	Localidade	Características Do Local	Vestígios Encontrados
01	Ponta do Corujão – Maragogipe	Área próxima a manguezal com poucos vestígios em superfície	Líticos lascados (quartzo), tijolo.
02	Ponta do Corujão - Maragogipe	Área em frente a uma fazenda com muitos vestígios dispersos na praia e dentro do rio.	Cerâmica, louças, vidros e telhas.

Todos os sítios foram caracterizados como arqueológicos históricos; os locais inconclusivos apresentaram tanto material histórico quanto possíveis materiais pré-coloniais. Em todos esses locais se coletou material para análise.

Ao total foram coletados materiais arqueológicos em 9 pontos e em todos foram tomadas as coordenadas. Na **TABELA 5.3.5-1** estão indicadas as coordenadas dos locais onde se

coletou material arqueológico de superfície, tanto em pontos distintos dos sítios como nos locais inconclusivos.

TABELA 5.3.5- 1 – Coordenadas dos pontos de coleta de vestígios arqueológicos em superfície, na Ponta do Corujão.

Nº de ordem	Coordenadas UTM	Datum de Mapa WGS 84
01	24 L 0517572	8577886
02	24 L 0517535	8577912
03	24L 0517720	8578163
04	24L 0517572	8577886
05	24L 0517535	8577912
06	24 L 517564	8578089
07	24 L 517626	8578068
08	24 L 517572	8578147
09	24 L 517666	8578066

A **FIGURA 5.3.5-56** mostra a localização dos pontos de coleta de material arqueológico e que coincidem com o local dos sítios arqueológicos na área investigada, a Ponta do Corujão.

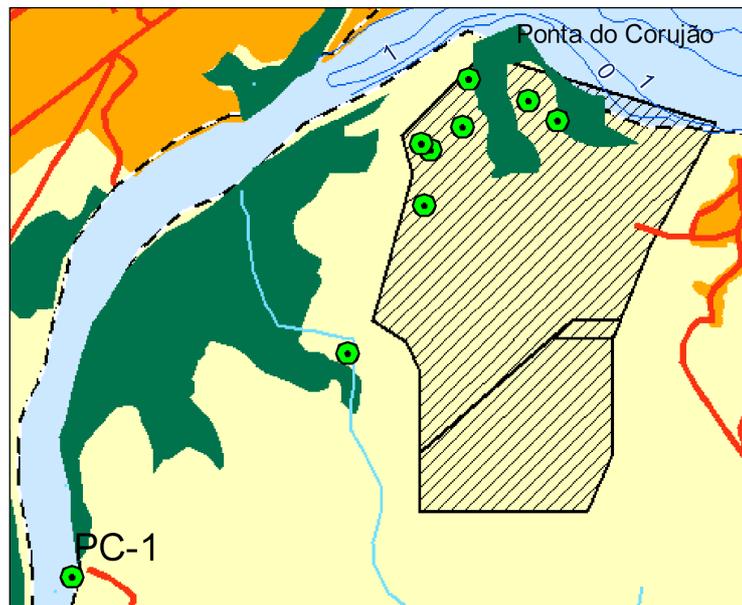


FIGURA 5.3.5- 56 – Mapa de localização dos pontos de ocorrência de material arqueológico; os pontos em verde indicam a localização das áreas em que se coletou material arqueológico nos sítios.

Características dos Sítios

Sítio Ponta do Corujão

O sítio Ponta do Corujão (ver **QUADRO 5.3.5-2**) situa-se na borda continental, no alto de um morrote, na localidade de mesmo nome, em Maragogipe (**FIGURA 5.3.5-57**).

O sítio apresenta características que sugerem ter existido no local algum tipo de edificação, pois são encontrados na superfície restos de tijolos, telhas coloniais, pisos em barro cozido, cerâmicas e vários fragmentos de louças e porcelanas (**FIGURAS 5.3.5-58 a 5.3.5-64**).

Uma pequena sondagem realizada mostrou que a 20 cm de profundidade ocorreram fragmentos de cerâmicas. A sondagem foi pouco intrusiva apresentando diâmetro de apenas 10 cm e teve o intuito de averiguar exclusivamente se os vestígios ocorriam em profundidade.



FIGURA 5.3.5- 57 – Vista geral do morrote, a partir do rio, onde se localiza o sítio Ponta do Corujão, Maragogipe, Bahia.



FIGURA 5.3.5- 58 – Detalhe de parte da superfície do sítio Ponta do Corujão com restos de edificações e de piso.



FIGURA 5.3.5- 59 – Detalhe da superfície do sítio Ponta do Corujão com fragmentos de cerâmicas, telhas diversas, restos de louças e de porcelanas. No detalhe fragmento de porcelana pintada manualmente.



FIGURA 5.3.5- 60 – Sítio Ponta do Corujão: detalhe de estrutura de fundação, associada a restos de edificações ao redor.



FIGURA 5.3.5- 61 – Sítio Ponta do Corujão: no detalhe telha colonial.



FIGURA 5.3.5- 62 – Sítio Ponta do Corujão: no detalhe restos de tijolos.



FIGURA 5.3.5- 63 – Sítio Ponta do Corujão: fragmentos de telha, de vasilhames cerâmicos e de louças.



FIGURA 5.3.5- 64 – Sítio Ponta do Corujão: fragmentos de vasilhame cerâmico coletado na profundidade de 20 cm. Ponta do Corujão, Maragogipe, Bahia.

O sítio ponta do Corujão apresenta materiais arqueológicos históricos dispersos na superfície do terreno, englobando uma área de aproximadamente 16.000 m² configurando-se assim um sítio com possibilidade de apresentar grandes dimensões.

Vale salientar que a área real do sítio, bem como sua profundidade só poderão ser confirmadas após as atividades de prospecção em sub-superfície, pois, os materiais em superfície podem migrar devido à ação do intemperismo, a exemplo das chuvas, o que pode mobilizar vestígios de uma área para outra, mascarando assim as características reais de um sítio arqueológico.

Os vestígios mais comuns no sítio Ponta do Corujão são os diversos e variados estilos dos fragmentos de louças.

De acordo com os depoimentos dos atuais proprietários da Fazenda próxima ao sítio Ponta do Corujão a área em que se situa o sítio nunca teria sido utilizada pela família dos mesmos, sendo então desconhecida a origem dos vestígios dispostos na superfície do terreno e coletados por nossa equipe.

Durante as investigações de superfície foi percorrida, como descrito na metodologia, toda a área requerida para a pesquisa, desta forma, toda a ponta do Corujão foi averiguada.

Durante os percursos na ponta do corujão a equipe de campo pôde constatar que no local ocorre o sítio ora descrito, além de uma casa vizinha a este e com características construtivas que remetem a primeira metade do século XX. Toda área ao redor, além de não apresentar materiais em superfície, se caracteriza, muitas vezes por terras úmidas: brejos e mangues. As áreas secas não relacionadas diretamente ao sítio se referem a locais quentes, sem ventilação e que atualmente servem como pastos e trilhas.

Deve-se levar em consideração que as construções históricas do início da colonização normalmente aproveitaram as áreas já ocupadas pelos indígenas e que as ocupações subseqüentes também aproveitavam as mesmas áreas (PROUS, 1992). A explicação para tal observação consiste no fato de que os grupos humanos tendem a procurar locais semelhantes: com boa visibilidade do entorno, o que confere proteção; com água doce próxima; com boa ventilação, dentre outras características.

Outros Pontos

Dois pontos contendo material arqueológico, e que devem ser objeto de prospecções arqueológicas, foram encontrados durante esta etapa de atividades de campo.

Uma dessas áreas de refere se refere à ocorrência de lascas em quartzo e tijolos isolados associados à área do Sítio Ponta do Corujão (**QUADRO 5.3.5-3**). O segundo ponto situa-se também na Ponta do Corujão foi denominado de **PC-1** e apresenta grande quantidade de vestígios arqueológicos, dispostos tanto na praia como dentro da água, em frente a uma fazenda, tipicamente resultado da erosão da praia. Os vestígios podem estar relacionados à própria área da fazenda que pode comportar um sítio arqueológico, no entanto, não foi possível verificar a fazenda, pois, o dono e/ou caseiro não se encontravam e o local contava com cães de guarda.

Tratam-se de duas áreas cujos levantamentos realizados em superfície não foram suficientes para se confirmar se realmente se tratam de sítios arqueológicos, devendo-se realizar posteriormente prospecções em sub-superfície.

5.3.5.6. Análise Geral dos Sítios e Vestígios

O estudo teórico examinou as potencialidades arqueológicas da área com base em estudos de caráter bibliográfico. De acordo com estes levantamentos a área seria favorável à ocorrência de sítios pré-coloniais; sítios de habitação indígena histórica; além da possibilidade de ocorrerem sítios históricos relacionados aos primeiros locais de colonização e de desenvolvimento da região do Recôncavo Baiano: antigas fazendas, caieiras, engenhos de cana-de-açúcar, dentre outros.

Após avaliação minuciosa decorrente de prospecções em superfície realizada na área constatou-se que dentro da área denominada Ponta do Corujão existe um sítio arqueológico histórico cujos vestígios superficiais estão distribuídos em grande área.

As características dos vestígios recuperados relacionados às antigas fazendas atestam o caráter histórico dessas ocupações e sua importância no contexto regional associados aos séculos XIX e início do XX.

Os vestígios recuperados principalmente nos sítios Ponta do Corujão e na praia em frente a PC-1 se referem a materiais em rochas (**FIGURA 5.3.5-65**), pisos (**FIGURA 5.3.5-66**), metais (**FIGURA 5.3.5-67**), vidrarias, tijolos, telhas, cerâmicas neobrasileira, faianças e porcelanas.



FIGURA 5.3.5- 65 – bigorna em rocha, possivelmente para quebrar coquinhos ou triturar temperos, sítio Ponta do Corujão.



FIGURA 5.3.5- 66 – Piso em barro coletado no Sítio ponta do Corujão.



FIGURA 5.3.5- 67– Objeto em metal coletado no ponto PC-1, na praia em frente à fazenda.

Muitos fragmentos de louças (faianças) foram encontrados e coletados nos sítios Complexo da Fazenda Araripe, sítio Ponta do Corujão e na praia do ponto PC-1.

As faianças encontradas nos sítios locais são basicamente de origem inglesa, no entanto, foram encontrados também exemplares franceses, portugueses e holandeses; todos estão temporalmente associados ao século XIX.

As faianças encontradas se referem aos padrões azul borrão, dark blue, blue edged, green edged, monocromas pintadas a mão, policromas pintadas a mão, dentre outros padrões como pintadas por transferência impressa (**FIGURAS 5.3.5-68 a 5.3.5-75**). Basicamente a faiança existente no Brasil durante o século XIX é em maioria originada de outros países, pois, o Brasil passou a produzi-las apenas a partir do século XX.

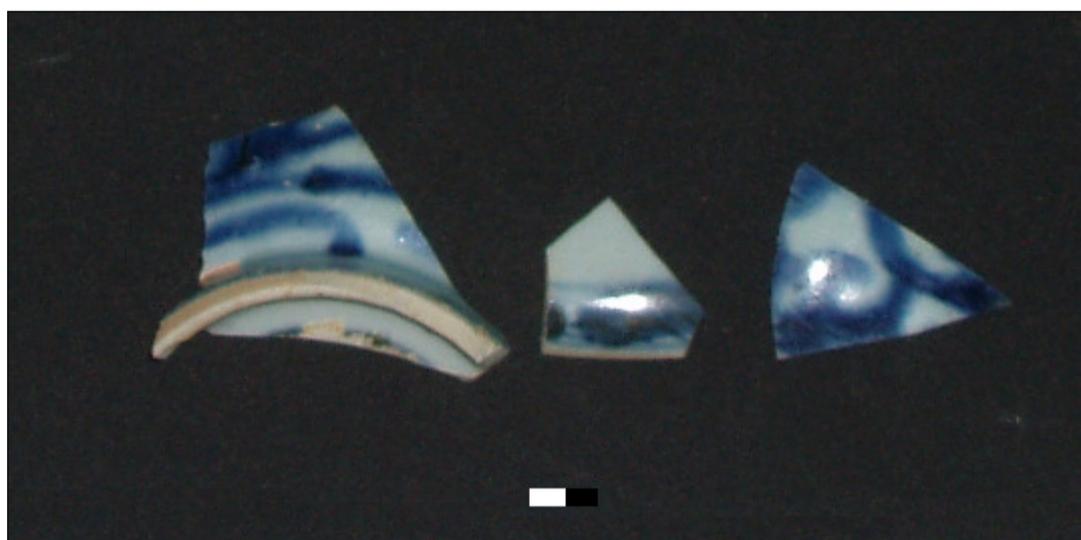


FIGURA 5.3.5- 68 – Faianças azul borrão, faiança fina inglesa com variadas tonalidades de azul, século XIX. Acima: “dark blue”; abaixo um tipo “azul borrão” mais comum na área.

A faiança azul borrão foi inicialmente fabricada na Inglaterra entre 1835 e 1845. Essas faianças foram produzidas naquele país por muitos ceramistas até finais do século XIX.

Outros modelos de faianças são encontrados nos sítios locais e se referem a monocromas em azul, normalmente com motivos florais (**FIGURA 5.3.5-69**), a grande maioria pintadas a mão.

Algumas faianças apresentam motivos campestres, bucólicos, paisagens holandesas, francesas e inglesas.



FIGURA 5.3.5- 69 – Faianças finas, vulgarmente denominadas louças, monocromas na cor azul, com motivos florais e campestres, pintadas a mão; século XIX.

Dois dos padrões mais comumente encontrados nos sítios foram o Blue Edged e o Green Edged (Sheel edged). Ambas correspondem à faianças finas de origem inglesa fabricadas desde finais do século XVIII, mas, comuns entre as famílias ricas brasileiras durante todo o século XIX.

Esse tipo de faiança se caracteriza por uma decoração incisa que ocorre apenas na borda do utensílio sobre a qual se aplicavam pinturas nas cores azul ou verde.



FIGURA 5.3.5- 70 – Faianças inglesas finas de padrão blue edged (abaixo) e Green edged (acima).

Outro padrão encontrado nos sítios foi o floral policromo, também de origem inglesa datada do século XIX (**FIGURA 5.3.5-71**).



FIGURA 5.3.5- 71 – Faianças finas inglesas policromas com motivos florais pintadas a mão livre.

As louças (faianças) serviram para a fabricação de utensílios domésticos variados tanto de cozinha quanto de higiene (**FIGURA 5.3.5-72**).



FIGURA 5.3.5- 72 – Urinol em faiança fina inglesa policroma com motivos florais e geométricos pintados a mão livre.

Além das faianças pintadas a mão, outras foram encontradas na área a exemplo das decoradas por transferência impressa de figuras. Essa técnica é observada em fragmentos de faianças francesas e holandesas coletadas localmente.



FIGURA 5.3.5- 73 – Faiança holandesa decorada por transferência impressa.

Em alguns fragmentos foi possível se observar marcas de fabricantes, o que facilita identificar a origem e, muitas vezes, o período exato de fabricação. Abaixo pode ser observado o carimbo da Holandesa Petrus Regout & Co.

A Cerâmica Petrus Regout & Co. foi uma Empresa criada no ano de 1836 em Maastricht, Holanda. A empresa era conhecida por sua técnica de transferência impressa em faianças



FIGURA 5.3.5- 74 – Faijança holandesa decorada por transferência impressa. Fabricante: Petrus Regout & Co., Maastricht, Holanda.

Além das marcas de fabricantes em faijanças se encontrou e coletaram-se fragmentos com tais marcas em louças inglesas Copeland e em fragmentos de porcelanas chinesas (FIGURAS 5.3.5-75 e 5.3.5-76).



FIGURA 5.3.5- 75 – Louças inglesas dos fabricantes Copeland (acima) e Shelton (abaixo).

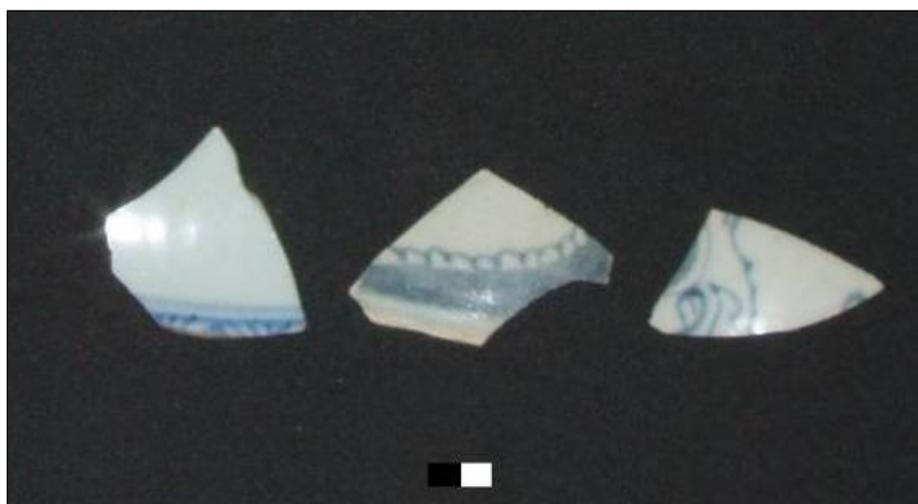


FIGURA 5.3.5- 76 – Porcelanas chinesas: acima com marca de fabricante; abaixo: decoração em azul, pintadas a mão.

5.3.5.7. Diagnóstico e Diretrizes para a Prospecção de Sub-superfície e Resgate Arqueológico

A partir dos resultados obtidos durante as minuciosas investigações compostas pela atividades prospectivas descritas e detalhadas neste Relatório, que contaram de avaliações em superfície por percorrimto pode-se atestar que as áreas denominadas Ponta do Corujão, no município de Maragogipe, Bahia, **apresentam vestígios de caráter arqueológico histórico e possivelmente também pré-colonial**, estando os seus proprietários, sob o ponto de vista da arqueologia, de acordo com o que dispõe a Portaria 230/02 do IPHAN impedidos de realizar atividades que exijam intervenções em sub-superfície até que estudos prospectivos e de resgates arqueológicos sejam realizados na área.

Diante do exposto seguem as diretrizes que devem ser levadas em consideração durante a realização das atividades arqueológicas futuras:

- Para as áreas específicas dos pontos inconclusivos devem-se realizar prospecções em sub-superfície, especialmente no ponto PC-1 as prospecções deverão ser sistemáticas;
- Os sítios arqueológicos identificados nesta etapa da pesquisa deverão ser prospectados em sub-superfície para que se possa ter a idéia real de suas dimensões;
- Os sítios Ponta do Corujão deverão ser além de prospectados, escavados e resgatados;
- Após a escavação e o resgate dos vestígios arqueológicos, estes deverão ser analisados e seu produto disponibilizado sob a forma de Relatório a ser enviado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para apreciação e aprovação;
- Para a realização de tais atividades a equipe de trabalho deverá apresentar além de um arqueólogo coordenador, uma equipe com experiência comprovada em arqueologia, um historiador, um arquiteto/arqueólogo com comprovado conhecimento e prática em estudos de arqueologia, além de auxiliares;
- Durante as atividades de prospecção e resgate dever-se-á incluir um programa de educação patrimonial local. As atividades de educação patrimonial constarão de palestras e da distribuição de folhetos educativos que serão aplicados e distribuídos junto à população das fazendas, povoações, sedes municipais, e demais setores de convivência direta com os sítios arqueológicos.

ANEXO 5.3-1 – Entrevista Semi-estruturada - Sócioeconomia

ANEXO 5.3-2 – Processo IPHAN N° 01502.003338 /2008-91

ANEXO 5.3-3 – Ficha de Campo – Arqueologia

ANEXO 5.3-4 – Distribuição Espacial das Comunidades Quilombolas

ANEXO 5.3-5 – Mapeamento da Rota utilizada para navegação na AID

ANEXO 5.3-6 – Pontos Preferenciais de pesca por arte de pesca utilizada

ANEXO 5.3-7 – Mapeamento do Uso e Ocupação do Solo da ADA e AID

ANEXO 5.3-8 – Carta de Anuência da Prefeitura de Maragogipe e declaração de revisão do PDDU

ANEXO 5.3-9 – Sítios Arqueológicos Cadastrados no IPHAN associados à BTS

ANEXO 5.3-10 – Mapa de Sítios Arqueológicos e Histórico / Arqueológicos

ANEXO 5.3-11 - Registro dos Sítios Arqueológicos no IPHAN